



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

GUERBY SAINTE

USO DO TERRITÓRIO E COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO: INTERAÇÃO ESPACIAL
ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA

CAMPINAS
2021

GUERBY SAINTE

USO DO TERRITÓRIO E COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO: INTERAÇÃO ESPACIAL
ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO ANTONIO CATAIA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO GUERBY
SAINTE E ORIENTADA PELO PROF. DR. MÁRCIO
ANTONIO CATAIA

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

Sainte, Guerby, 1982-
Sa26u Uso do território e comércio transfronteiriço : interações espaciais entre
Haiti e República Dominicana / Guerby Sainte. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências.

1. Territórios. 2. Espaço geográfico. 3. Fronteiras. 4. Distribuição espacial.
5. Integração territorial. 6. Espaço urbano. I. Cataia, Márcio Antonio, 1962-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Use of territory and cross-border trade : spatial interactions Haiti
and Dominican Republic

Palavras-chave em inglês:

Territories

Geographic space

Boundaries

Spatial distribution

Territorial integration

Urban space

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:

Márcio Antonio Cataia [Orientador]

Vicente Eudes Lemos Alves

Angelita Matos Souza

Data de defesa: 25-11-2020

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1130-2480>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9950966354184836>



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTOR: GUERBY SAINTE

**USO DO TERRITÓRIO E COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO: INTERAÇÕES
ESPACIAIS ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA
USE OF TERRITORY AND CROSS-BORDER TRADE: SPATIAL
INTERACTIONS HAITI AND DOMINICAN REPUBLIC**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia

Aprovado em: 25 / 11 / 2020

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia - Presidente

Profa. Dra. Angelita Matos Souza

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 25 de novembro de 2020.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me outorgar mais essa graça. Por me conceder a força, a perseverança e a sabedoria vital à conclusão dessa dissertação. Também por me mostrar que Ele está mais perto do que eu pensava, guiando-me sempre pela melhor direção.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao Prof. Dr. Márcio Cataia, pela confiança que ele depositou em mim ao concordar em orientar esta pesquisa. Durante todo esse trabalho, ele soube me trazer seu apoio constante e caloroso, sua disponibilidade, sua paciência, uma escuta e seus preciosos conselhos e conselhos para combinar suas habilidades e suas reais qualidades humanas. Gostaria de expressar a ele meu profundo apreço por suas críticas construtivas ao rigor absoluto.

Ao Professor Dr. Vicente Eudes Lemos, pela contribuição valiosa nas discussões na banca de qualificação, pelos apontamentos sempre necessários e precisos.

Meus agradecimentos vão para a Professora Dr.^a Angelita Matos Souza, pela contribuição e sugestão feita na banca de qualificação, sempre valiosos para construção desta pesquisa, e também pela honra que ela me dá, encarregando-se de ler a pesquisa e participando nesta banca de defesa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 03/2019-12, pelo auxílio financeiro que possibilitou a afeição e execução desta pesquisa.

Meus agradecimentos vão para o governo haitiano, ao SAE – Serviço de Apoio ao Estudante, pelo auxílio financeiro, e também ao Instituto de Geociências, que notavelmente me apoiou financeiramente em minhas viagens.

Não esqueço meus entes queridos, meus irmãos e irmãs, especialmente: Crinluc Sainté e Yvese Sainté, Saint-Jédé Sainté, que me acompanharam e me incentivaram fortemente nesta aventura. Gostaria de agradecer profundamente à minha mãe, Miracienne Vilsaint, e minha companheira Emmanuela Jean-Jacques Louisius, por seus carinhos e suas preciosas ajudas e seus apoios inabaláveis.

Gostaria de terminar agradecendo em especial a Luciano Duarte, Henrique Faria Santos e Flavio Lima. Eles sempre estiveram presentes para tirar nossas dúvidas em muitos momentos e essas discussões trouxeram uma riqueza para a nossa pesquisa.

A todos os meus colegas e professores do programa de mestrado do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas e que, de maneira direta ou indireta, apoiaram-me para a elaboração dessa trajetória de pesquisa.

Agradeço também aos funcionários da secretaria de Pós-graduação e, particularmente, à Cristina e ao Coordenador do Programa de Pós-graduação de Geografia, Rafael Straforini, que sempre estão presentes para acolher e tirar nossas dúvidas em qualquer momento, dando suporte contínuo.

Um agradecimento especial a Carlos Mathurin por me receber no Ministério da Saúde Pública em Fort-Liberté durante as visitas técnicas e trabalho de campo nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

Também agradeço aos meus amigos haitianos que compartilham junto o nosso apartamento e com quem mantenho a vivência cotidiana durante o tempo de mestrado: Jeff François, Voltaire Jean-Denel, Eddy Alexandre, Rose Duversaint Leinova.

Eu gostaria de prestar homenagem e expressar minha profunda gratidão a todos os alunos de nossa turma do mestrado no Instituto de Geociências, pessoal do laboratório de informática, os que ajudam na limpeza do Instituto, que, de perto ou de longe, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Resumo

Objetivamos compreender o processo de integração político-territorial entre Haiti e República Dominicana. As duas formações socioespaciais não só compartilham uma ilha, como também constroem um espaço de conveniência, histórico e cultural. A fronteira, que se estende por 360 km, que as une e as separa, é um eixo de extensas formas de interação espacial, o que tem propiciado maneiras próprias de uso desse espaço. A reflexão teórica orienta-se a partir de um conjunto de conceitos que, funcionando como um sistema, que nos permitem analisar o nosso objetivo de investigação, a saber: o território usado; fronteiras porosas; interações espaciais. Essa orientação reflexiva permitirá avançar na compreensão dos novos usos do espaço em um contexto de fronteira, ou seja, de intercâmbios que estruturam regiões fronteiriças. A operacionalização da pesquisa foi feita com base na análise de dados secundários sobre as trocas comerciais entre as duas formações socioespaciais, e, especialmente, na pesquisa empírica centrada nos dados primários de intercâmbio entre as cidades limítrofes mais importantes da fronteira: Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). Essa forma de operacionalização autoriza a conhecer a estruturação regional ao longo da fronteira e seus distintos níveis de coerência funcional. Observamos que, as interações transfronteiriças não são exclusivamente contemporâneas, mas redes históricas. Para compreender essas interações históricas se fez necessário entender como essas áreas foram colonizadas. Encontramos as redes de interação estabelecidas através do mercado transfronteiriço e o trabalho da empresa de CODEVI e exercem as atividades comerciais tanto haitianos quanto dominicanos que eram usadas o comércio para responder a sobrevivência.

Palavras-chave: Territórios; espaço geográfico; fronteiras; distribuição espacial; integração territorial.

Abstract

We aim to understand the process of territorial political integration between Haiti and the Dominican Republic. The two socio-spatial formations not only share an island but also build a space of convenience, historical and cultural. The border, which extends over 360 km, joins and separates them; it is an axis of extensive forms of spatial interaction, which has provided its own ways of using this space. The theoretical reflection will be oriented from a set of concepts that, working in system, will allow us to analyze our research object, they are: used territory; porous borders; spatial interactions. This reflexive orientation will allow us to advance our understanding of the new uses of space in a border context, that is, exchanges that structure border regions. The operationalization of the research will be based on the analysis of secondary data of trade between the two socio-spatial formations, and especially the empirical research will focus on the primary exchange data between the most important border cities: Ouanaminthe (Haiti) and Dajabón (Dominican Republic). This form of operationalization allows to know the regional structuring along the border and its different levels of functional coherence. We note that cross-border interactions are not exclusively contemporary, but historical networks. To understand these historical interactions, it was necessary to understand how these areas were colonized. We find the interaction networks established through the cross-border market and the work of the CODEVI company and carry out both Haitian and Dominican commercial activities that were used by commerce to respond to survival.

Keywords: Territories; geographic space; boundaries; spatial distribution; territorial integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Apresentação da estrutura cartográfica da ilha em 1776 – Demarcações da fronteira como prevista pelo Tratado de Aranjuez, em 1777	37
Figura 2. Interações e dinamização da população na zona de fronteira.....	78
Figura 3. Interatividades comerciais e agentes de controle das áreas fronteiriças (1980)	181
Figura 4. Poluição do esgotamento e do espaço urbano da cidade de Ouanaminthe - 2019.....	191
Figura 5. Mobilização de pessoas na frente da CODEVI em busca de emprego (2019).....	193
Figura 6. Empresa de desenvolvimento Industrial-CODEVI (2017)	199
Figura 7. Trabalhadores em execução dos produtos na zona franca de CODEVI.	204
Figura 8. Vestuários produzidos na CODEVI para exportação aos EUA e à Europa	206
Figura 9. Situação de pobreza no Haiti e na República Dominicana	219
Figura 10. Mobilidade das pessoas para o mercado transfronteiriço de Dajabón-2019	220
Figura 11. Comércio de joalheria no mercado fronteiriço de Dajabón - 2019.....	227
Figura 12. Atividades comerciais vinculadas ao circuito inferior da economia urbana no mercado fronteiriço, 2019	228
Figura 13. Atividades comerciais dos produtos básicos e de limpeza vinculadas ao circuito inferior da economia urbana no mercado fronteiriço, 2019	228
Figura 14. Produtos alimentícios comercializados no mercado de Ouanaminthe – 2019	232
Figura 15. Produtos industrializados comercializados no mercado de Ouanaminthe – 2019.....	233
Figura 16. Pequenos comércios no mercado transfronteiriço de Dajabón (2019)	235
Figura 17. Comércio de sapatos no interior do mercado de Dajabón – 2019	236
Figura 18. Comércio de sapatos e cinto no interior do mercado de Dajabón – 2019.....	236
Figura 19. Comércio dos bonbons praticados no mercado fronteiriço de Dajabón (2019)	237
Figura 20. Pequenas atividades comerciais praticadas na praça pública de Ouanaminthe (2019)	238
Figura 22. Comércio de mochilas de pèpès no mercado de Dajabón. – 2019.....	240
Figura 23. Rede urbana precária da cidade de Ouanaminthe (2019).....	244
Figura 24. Produtos agrícolas de chucu comprados pelos comerciantes no mercado de Dajabón para vender nas outras cidades do Haiti (2019).....	245
Figura 25. Produtos agrícolas de banana comprados pelos comerciantes no mercado de Dajabón para vender nas outras cidades do Haiti (2019).....	245
Figura 26. Produtos agrícolas ensacados para serem transportados a outras cidades do Haiti (2019)	246

Figura 27. Transporte das mercadorias para outras regiões do país (Ouanaminthe) - 2019.....	256
Figura 28. Transportação de mercadorias para outras cidades do Haiti - 2019	256
Figura 29. Comércio de louças e pratos <i>pèpès</i> no mercado fronteiriço de Dajabón – 2019.....	260
Figura 30. Comércio de pratos de <i>pèpès</i> no mercado fronteiriço de Dajabón – 2019.....	261
Figura 31. Comércio de roupas ultraprocessadas no mercado fronteiriço de Dajabón (2019).....	263
Figura 32. Comércio de roupas no interior do mercado de Ouanaminthe – 2019.....	268

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Fluxos de pessoas que atravessam a fronteira da cidade de Ouanaminthe e da cidade de Dajabón (2012).....	85
Gráfico 2. PIB do Haiti em bilhões de dólares por ano durante o período de 2000 a 2017...	125
Gráfico 3. PIB da República Dominicana em bilhões de dólares por ano durante o período de 2000 a 2017.....	129
Gráfico 4. Expansão de exportação da República Dominicana para o Haiti (2001-2016)...	142
Gráfico 5. Impostos pagos pelas empresas dominicanas e haitianas nas relações de trocas comerciais (2015).....	145
Gráfico 6. Número de pessoas empregadas na zona franca da CODEVI (2003-2017).....	202
Gráfico 7. Crescimento da população de Ouanaminthe durante o período de 1982 a 2016.	220
Gráfico 8. Crescimento da população urbana e rural no município de Dajabón (2013).....	222
Gráfico 9. Origem e trajetos das mercadorias de pèpès até a chegada ao mercado transfronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón (2019).....	264

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Locais visitados durante às visitas técnicas e do trabalho de campo (2019)	23
Mapa 2. Mapa de divisão política do Haiti e da República Dominicana	55
Mapa 3. Fronteira dominicano-haitiana (2018)	89
Mapa 4. Províncias fronteiriças entre Haiti e República Dominicana (2019).....	168
Mapa 5. Corredores transfronteiriços entre Haiti e República Dominicana (2020)	183
Mapa 6. Pontos comerciais estabelecidos ao longo das fronteiras dominicano-haitianas (2020)	214
Mapa 7. Mapa da localização geográfica dos municípios de Ouanaminthe e Dajabón - 2019.....	216
Mapa 8. Origem de pessoas que frequentam o mercado binacional (2019).....	255
Mapa 9. Origem e trajetos da mercadoria de pèpès até chegada ao mercado fronteiriço (2019)	264

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Acordos e eventos geográficos marcados da divisão política da ilha (1998)	34
Quadro 2. Tipologias de fronteiras segundo Friedrich Ratzel	68
Quadro 3. Acordos de intercâmbios comerciais estabelecidos entre Haiti e República Dominicana (1941-2015)	113
Quadro 4. Procedimentos, normas e requisitos aduaneiros para importação comercial haitiana (2019).....	121
Quadro 5. As principais empresas multinacionais que fazem parte na zona franca da CODEVI (2011).....	208
Quadro 6. Cronograma de dias/horas de funcionamento das feiras transfronteiriças (2011).....	214
Quadro 7. Normas estabelecidas na alfândega de Ouanaminthe para a importação dos produtos usados (2019)	266

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Haiti: valor de indenização a ser pago à França para reconhecimento da independência	46
Tabela 2. Principais produtos de importações informais dominicanas do Haiti. 2017 (em milhões de US\$).....	103
Tabela 3. Países importadores dos produtos do Haiti durante o período de 2011-2017 (em milhões de dólares)	137
Tabela 4. Países exportadores dos produtos para o Haiti nos anos de 2011-2017 (em milhões de US\$)	138
Tabela 5. Haiti – Balança comercial com a República Dominicana.....	139
Mercadorias formalizadas (em milhões de \$US).....	139
Tabela 6. Países importadores dos produtos da República Dominicana durante período de 2010 a 2017(em milhões de US\$)	141
Tabela 7. Países onde a República Dominicana importa as mercadorias durante o período de 2013 a 2017	142
Tabela 8. Principais produtos de exportações dominicanas para o mercado do Haiti (2011 - 2018) (em milhões de US\$).	148
Tabela 9. Importações dominicanas do Haiti (em milhões de US\$) (2011 a 2019)	153
Tabela 10. Exportações para o Haiti conforme os portos de saída República Dominicana (2014)	161
Tabela 11. Importações do Haiti por pontos de entrada dos produtos vindos da República Dominicana (2014).....	162
Tabela 12. Número de compradores do mercado fronteiriço por categorias de produtos	240
Tabela 13. Número de vendedores e principais produtos vendidos no mercado transfronteiriço.....	241

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AAE	Acordo de Associação Econômica
ACMTO	Associação dos Comerciantes do Mercado de Turismo de Ouanaminthe
ACS	Associação dos Estados do Caribe
AIH	Associação Industrial Haitiana (AHI)
AIRD	Associação de Indústria da República Dominicana
APE	Acordo de Parceria Econômica
ATV	Acordos sobre os Têxteis e Vestuários
BM	Banco Mundial
CARICOM	CARICOM: Mercado Comum e Comunidade do Caribe
CBTA	Acordo de Parceria Comercial da Bacia do Caribe
CBTPA	Lei de Parceria Comercial da Bacia do Caribe
CDFE	Comissão de Delimitação de Fronteiras da Execução
CEI-RD	Centro de Exportação e Investimento da República Dominicana
CESFRONT	Corpo Especializado em Segurança de Fronteiras
CFDF	Criação do Fundo para o Desenvolvimento Fronteiriço
CFI	Centro de Facilitação dos Investimentos
CMHD	Comissão Mista Haitiano-Dominicana
CMB	Comissão Mista Bilateral
CNPH	Censo Nacional de População e Habitação
CNZF	Conselho Nacional de Zonas Francas
CODEVI	Empresa de Desenvolvimento Industrial
CUSFTA	Acordo de Livre-Comércio entre os Estados Unidos e Canadá
DGA	Dirección General de Aduanas
DGI	Direção-Geral dos Impostos
DGM	Direção-Geral da Migração
DIOEX	Dirección de Administración de Acuerdos y Tratados Comerciales
DUA	Declaração Única Aduaneira
DZF	Direção das Zonas Francas
EPA	Economic Partnership Agreements
EUA	Estados Unidos da América
FDF	Fundo para o Desenvolvimento Fronteiriço
FDES	Fundo de Desenvolvimento Econômico de Soros

FMI	Fundo Monetário Internacional
FMIBID	Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
HELP	Haiti Economic Lift Program
HOPE	Haitian Hemispheric Opportunity Through Partnership Encouragement Act
IBC	Iniciativa da Bacia do Caribe
ICE	Índice de Complexidade Econômico
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IFC	Internacional Financial Corporation
IHSI	Institut Haïtien de Statistiques et de l'Informatique
IVA	Imposto sobre os valores agregados
MCI	Ministério do Comércio e Indústria
MEPyD	Ministerio de Economía, Planificación y Desarrollo
MICM	Ministerio de industria, Comercio e Mypimes
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OBMEC	Observatorio Binacional sobre Meio Ambiente, Migración, Educación y Comercio
OECD	Observatory of Economic Complexity
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONE	Ofício Nacional de Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUE	Programme des Nations Unies pour l'Environnement
RNC	Registro Nacional de Contribuintes
SEEPD	Secretaría de Estado de Economía, Planificación y Desarrollo
SGS	Sociedade Geral de Vigilância
SPCB	Secretaria Permanente do Comércio Binacional
SOKOWA	Sendika Ouvriye Kodevi Sokowa
SONAPI	Sociedade Nacional dos Parques Industriais
TVA	Taxe sur les Valeurs Ajoutées
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VA	Valor agregado

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1.....	25
GEOGRAFIA DA FRONTEIRA ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA	25
1.1.Ocupação histórica da ilha Hispaniola	25
1.1.1.O período de colonização.....	26
1.1.2.Geopolítica de descolonização da ilha e as independências.....	42
1.2.Integração territorial e usos presentes das fronteiras.....	50
1.3.Dinâmicas da região de fronteira.....	58
1.3.1.Fronteira: limite geoestratégico dos Estados e suas articulações geográficas	58
1.3.2.Território: espaço de disputas por poder e dominação.....	69
1.3.3.Interações espaciais e políticas de abertura e fechamento da fronteira	73
CAPÍTULO 2- POROSIDADE DAS FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE HAITI E A REPÚBLICA DOMINICANA	94
2.1.Crescimento do comércio entre os Estados e influência dos agentes políticos no controle de intercâmbios econômicos	94
2.2.Disputas, complementaridades e subordinações nas dinâmicas comerciais.....	108
2.2.1.Normas internacionais e acordos de cooperações comerciais	108
2.2.2.Geografia econômica atual do Haiti e da República Dominicana	122
2.2.3.Crescimento do comércio de importações e exportações entre os dois Países	133
CAPÍTULO 3- MERCADO TRANSFRONTEIRIÇO E INTERAÇÕES ESPACIAIS NAS CIDADES DE OUANAMINTHE E DAJABÓN.....	166
3.1.Interações espaciais nos circuitos econômicos das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón	167
3.2.Corredores transfronteiriços e rede de circulação de mercadorias nas cidades-gêmeas	173
3.3.Origem e tipologia das mercadorias industrializadas comercializadas na fronteira: os circuitos superior e inferior da economia urbana	186
3.3.1.Agentes econômicos das atividades comerciais na fronteira	186
3.3.2.Zona franca de CODEVI e economia política da cidade de Ouanaminthe	194
CAPÍTULO 4- MERCADO TRANSFRONTEIRIÇO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES DE OUANAMINTHE E DAJABÓN	211
4.1.Situação geográfica e econômica das cidades de Dajabón e Ouanaminthe	211
4.2.Trocas de atividades comerciais no mercado transfronteiriço	224
4.3.Fragilidade institucional e comércio ilegal na região de fronteiras	247
4.4.Dinâmica dos circuitos dos comerciantes: comércio de pèpès nas cidades	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
APÊNDICE	287

INTRODUÇÃO

Existem pesquisas realizadas na República Dominicana sobre o processo de integração transfronteiriça com o Haiti, contudo, há uma escassez de estudos históricos, sociológicos e, sobretudo, geográficos haitianos, feitos por haitianos sobre esse tão importante processo explicativo da vida de relações na ilha. Em relação à natureza da faixa de fronteira que foi implementada pelos dois Estados, a geografia insular não pode ser explicada sem o reconhecimento do papel histórico que desempenha a fronteira, tanto para dividir quanto para compartilhar. Tais divisões socioterritoriais entre os países, que historicamente foram colonizados, mostram plenamente a ligação com o espaço geográfico da fronteira, dadas a incorporação desses territórios nas redes comerciais dos poderes coloniais, a intervenção de potências estrangeiras e a luta pela definição e integridade que moldaram o território e as sociedades da área fronteira para atingir o Estado recente.

Haiti (10.700.000 habitantes) e República Dominicana (10.500.000 habitantes) compartilham a ilha de Hispaniola, porém, existe um profundo processo de diferenciação enraizado na divisão colonial realizada entre França e Espanha. Essa diferenciação herdada constitui uma espécie de “dupla¹ insularidade” (THEODAT, 1998), marcada por considerável desigualdade socioeconômica, fortes diferenças culturais e pela inexistência de marcos institucionais (binacionais ou supranacionais) para a viabilização da integração fronteira (DE JESUS CERDANO; ALFONSO, 2005; ALFONSO, 2016).

Nesse caso, os dois Estados devem estabelecer esforços mais ampliados para impulsionar uma cooperação política, comercial e estratégica para proteger as áreas de fronteira e também as soberanias nacionais. Há uma importância crucial nacionalmente liderando o processo de relativização múltipla do Estado. Torna-se essencial para os fronteiriços e os contrabandistas que o Estado desempenhe uma função na luta pelo controle do território com consequência na dinâmica das técnicas de atravessamento e fortalecimento geopolítico dos episódios demográficos, da ampliação nas reflexões políticas de uma interdependência de Estado e da segurança de suas próprias fronteiras territoriais.

As análises de alguns autores, como Raffestin (1974; 1993); Foucher (1991; 2007); Alfonso (2010); Cataia (2010); Dorman e Cardin (2014) e Ferrari (2014); Mezzadra (2016), realçam que a fronteira não é considerada apenas um meio de diversificação territorial, é também um meio de distinção temporal. Assim, há uma unanimidade na literatura

¹Do ponto de vista político, a duplicidade da fronteira é a contiguidade de dois territórios nacionais que implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato (CATAIA, 2010), como aponta no quadro 2.

de que é com o surgimento do Estado Moderno que a fronteira linear ou limite, necessariamente demarcado e delimitado, torna-se fundamental para a construção do Estado, que precisou, especificamente, impulsionar os critérios de sua soberania territorial. Essa lógica, ainda assim, pertence à idealização moderna de fronteira como delimitação territorial e nacional do Estado.

No cenário atual, é importante considerar a característica polissêmica da área fronteiriça, que é o limite da jurisdição estatal. Na realidade, são áreas determinadas pelos Estados conforme os seus próprios interesses políticos e estratégicos, definida como uma faixa de fronteira. Esse limite, que pode ser natural ou artificial, contorna o remoto do território físico do Estado (CATAIA, 2013). Ademais, segundo Machado (2000), é um limite jurídico do território considerado como uma subjetividade conceituada e construída pela atividade institucional no contexto de estabelecer o domínio efetivo do Estado territorial, sendo uma ferramenta de fragmentação entre unidades políticas soberanas. Dado que a fronteira é também uma faixa oposta à linha do limite, os Estados implementam a ampliação desta faixa.

De tal forma, Mattos (1990) expõe que a fronteira é determinada como uma faixa de contato com outras soberanias, com espaço aéreo, com o mar e terrestre, nas quais as delimitações jurisdicionais e do direito de uso são controladas pelas leis internacionais. Nesse contexto, a fronteira se define como uma região sensível, na qual os direitos da soberania dos Estados se unem territorialmente. Destaca-se, por meio de uma observação feita sobre a fronteira que delimita o território do Haiti e da República Dominicana, que, segundo Moudden (2006), a fronteira é representada de maneira abstrata e notória em um mapa de divisão política. Porém, essa identificação é exteriorizada, uma vez absorvida na vida das comunidades fronteiriças, como uma realidade muito heterogênea e complexa.

Por uma eventual demarcação de território nacional, de controle estratégico e geopolítico estatal, a fronteira dos Estados apresenta um verdadeiro processo de significância a partir do estabelecimento do princípio westfaliano. Antigamente, essas instituições mal estipuladas defendiam/protegiam poderes frágeis e incapacitados de efetivar espantosa territorialização no espaço, contudo a fronteira move-se por um evidente processo de consolidação (CATAIA, 2011). Este processo se manifesta pela compreensão por parte do seu interesse, materializado e geoestratégico, no aprimoramento e na evolução dos mecanismos de territorialização e na incorporação de políticas orientadas para o espaço e a zona fronteiriça (FOUCHER, 1991, 2007). Ainda assim, a questão Pós-Guerra Fria mostrou uma recente

noção da região de fronteira, que torna a ser porosa, atendendo à natureza dos fluxos transnacionais que se revelam à modernidade (CATAIA, 2013; MEZZADRA, 2015).

No contexto da natureza dos fluxos transnacionais que se estabelecem em diversas fronteiras, Haiti e República Dominicana não escapam ao evidenciar o processo de divisão política da ilha, marcado pelas interações sócio-históricas e comerciais transfronteiriças. Tais interações espaciais são fundamentais na particularização dos lugares e dos sistemas de diferenciações dos espaços, indicando as similaridades e as rupturas nas relações comerciais estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana. Esse contexto, que determina a organização do espaço geográfico e das cooperações bilaterais, possui as influências recíprocas e os efeitos produzidos nas escalas regional e nacional, repercutindo não só na relação política, mas também nas relações socioespaciais e econômicas.

Percebe-se que as cooperações bilaterais, ou seja, políticas e econômicas mantidas entre os dois Estados insulares, podem levar ao fortalecimento da economia dos países no intuito de trazer uma satisfação das populações, não só aos que mantêm uma vivência de fronteira. Também possuem um impacto sobre as diversas regiões dos países, tais como a criação de empregos e as trocas de mercadorias devido à circulação de fluxos de pessoas entre os dois Estados. Em relação aos acordos comerciais constituídos entre os dois países, a fronteira passa por uma série de mobilidade incessante de fluxos de mercadorias e transações internacionais entre os fronteiriços.

Em consequência disso, as regiões fronteiriças passam a sofrer uma nova forma de reconfiguração territorial e revitalizam a visão geográfica das áreas ao trazer uma relevância ao espaço territorial. E, ligada à fronteira do Haiti e da República Dominicana, evidencia um processo de desenvolvimento econômico, dada a atividade de troca promovida na faixa de fronteira pela população local. Em razão da dinâmica econômica e comercial na estrutura geográfica das fronteiras de dois países que tiveram uma herança colonial, torna-se essencial à rede regional que conecta as cidades transfronteiriças, principalmente as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, relocará-las por meio de uma interpretação de maneira concreta. Além disso, essas redes urbanas devem proporcionar uma nova estrutura regional devido à construção do mercado binacional que leva a área de fronteira ao cenário internacional.

Nesse sentido, temos como objetivo realizar uma análise do recorte empírico estudando, especificamente, as cidades-gêmeas de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana), partindo de um raciocínio das interações espaciais transfronteiriças. Tais interações entre as duas cidades constituem uma dinâmica econômica e comercial importante

para a formação territorial nas escalas nacionais de cada país. De acordo com Corrêa (1997), essas interações espaciais entre as cidades são lugares que permitem que as populações fronteiriças compartilhem cultura, língua e legislação diferentes, bem como as condições comerciais, serviços, profissionais e ideias, ao estabelecerem-se estilos de vida que variam imensamente de um lado para outro da fronteira, e também um lugar de passagem, cada vez mais assumido pela lógica da globalização econômica.

Em decorrência de visitas técnicas da pesquisa realizada nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón, observamos que a população transfronteiriça atua mutuamente sobre o limite territorial por interesses econômicos, culturais e sociais, principalmente ao compartilhar e estabelecer trocas de comércio, lazer, mercadorias, trabalho, educação, dentre outros. Dessa forma, metamorfoseia o espaço geográfico da fronteira, que se está construindo numa esfera de diferentes interações com fundamentos e peculiaridades específicas, diversificando-se e influenciando as diferentes cidades vizinhas da região.

Além disso, observamos, ainda, que, entre as cidades, houve divergências por parte dos dois Estados no convênio acerca de questões políticas socioambientais e espaciais. Também ocorreram divergências no acordo sobre a construção das redes urbanas e infraestruturas relacionadas à população das cidades de Ouanaminthe e Dajabón para permitir maior fluidez da economia e troca de mercadoria entre os fronteiriços.

Dado o exposto da pesquisa entre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón, as interações espaciais mantidas entre os fronteiriços podem ser discutidas geograficamente por efeito de uma perspectiva material, levadas especificamente pela dimensão dos fluxos econômicos e de comércios que transitam nos corredores fronteiriços. Embora as interações espaciais transfronteiriças não se envolvam exclusivamente no contexto econômico, elas requerem todo um conjunto de interações materiais e imateriais, como, por exemplo, as particularidades culturais, simbólicas e identitárias, geralmente interligadas umas às outras na região de fronteira, visto que elas são construídas por fronteiriços que, em sua prática habitual, funcionam de modo operacional e de convivência entre as populações fronteiriças num conjunto socioterritorial e espacial de um e de outro lado da linha de demarcação de dois países insulares.

No mês de janeiro e de fevereiro de 2019, foi realizada uma visita técnica e efetuado o trabalho de campo nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón, onde está situado o mercado binacional compartilhado e ocorre a maior troca comercial e de mercadoria entre os fronteiriços. Assim, a pesquisa de campo foi feita em torno da cidade de

fronteira nos municípios localizados na confluência da delimitação de dois países, tanto no lado da República Dominicana quanto no lado do Haiti.

Para realizar esta pesquisa, procurou-se organizar, previamente, as metodologias que proporcionassem aproximação ao problema da pesquisa. Assim, realizaram-se um levantamento e revisão bibliográfica sobre teorias e conceitos relacionados a território, fronteira, região transfronteiriça, interações especiais, circuitos da economia urbana que embasaram teoricamente a pesquisa, bem como sobre trabalhos acadêmicos que abordassem estudos sobre a dinâmica histórica, cultural, social, política e econômica da República Dominicana e do Haiti. Foi realizado também levantamentos de dados e informações secundárias a respeito da economia e comércio entre os dois países e, especificamente, na região transfronteiriça em que se localizam as cidades investigadas, Ouanaminthe e Dajabón. Com base nessas etapas, definiu-se um roteiro de visitas técnicas nessa região de fronteira dominicano-haitiana para a coleta de dados e informações primárias sobre a sua dinâmica econômica.

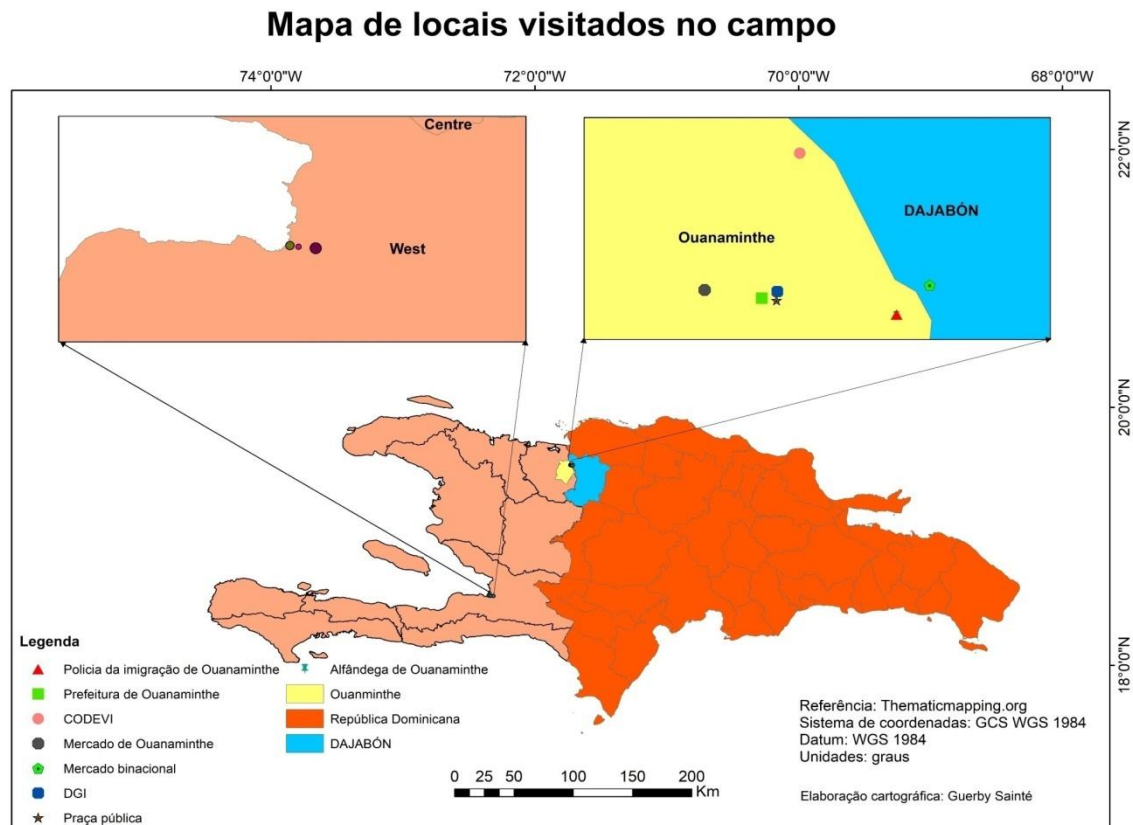
Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, conversamos constantemente com os colegas do grupo da pesquisa e, durante a visita técnica e o trabalho de campo, entrevistamos e conversamos com mais de 40 sujeitos por meio de questões bastante abertas, realizadas com diversos atores da zona fronteiriça. Entre eles, estão instituições públicas e privadas, principalmente os comerciantes (grande parte deles são moradores da cidade de Ouanaminthe), além dos que vêm de outras regiões dos dois países. Também dialogamos com o representante da Associação dos Comerciantes do Ouanaminthe, o diretor da Câmara Municipal de Ouanaminthe, com comerciantes ambulantes, dentre outros.

Assim, esses sujeitos possuem um papel relevante por suas entrevistas concedidas, suas orientações, as quais nos permitiram debruçar sobre novas oportunidades de entender o concreto vivido do espaço fronteiriço, principalmente sobre as interações espaciais e a dinamização dos fluxos de comércio que transitam na faixa de fronteira do Haiti e da República Dominicana. Para tanto, houve a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas abertas para vendedores de mercadorias de produtos alimentícios e/ou vendedores de roupas ultraprocessadas no mercado fronteiriço de tais áreas. As entrevistas efetuadas com comerciantes e vendedores tinham como objetivo identificar as particularidades locais sobre as pessoas que frequentam o mercado fronteiriço e que tipos de mercadoria comercializam nas áreas de fronteira de Ouanaminthe e Dajabón.

Portanto, a objetivação da realização tinha também como fundamento conhecer as localizações do mercado fronteiriço dos municípios de Ouanaminthe e Dajabón. Com o

apoio de aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Global), marcamos os principais pontos que os comerciantes frequentaram no mercado transfronteiriço. O Mapa 1 mostra os diferentes locais visitados durante as visitas técnicas e o trabalho de campo efetuado nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón.

Mapa 1. Locais visitados durante as visitas técnicas e do trabalho de campo (2019)



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicmapping.org (2019).

Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Os resultados mostram que o comércio constituído na fronteira é a principal fonte de renda da população local, mesmo que as trocas se mantenham de forma desigual. Desse modo, esta discussão poderá trazer uma contribuição relevante para a ciência geográfica sobre como a dinamização da economia ocorre através de uma transformação do território.

Nesse sentido, o presente trabalho é dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo trata de uma abordagem sobre a noção de fronteira, como linha e como limite, e destaca alguns conceitos, tais como: Estado, território, zona fronteiriça, interações espaciais, e também mostra como a delimitação de fronteira interfere no controle geopolítico e estratégico do Estado. Além disso, demonstra a relevância do conceito de fronteira como lugar de relações de poder e disputas sócio-históricas entre o

Haiti e a República Dominicana pelo controle territorial e pela soberania depois da colonização espanhola. Em seguida, analisamos as interações espaciais entre as populações fronteiriças e os diferentes agentes ligados às atividades comerciais da fronteira, mostrando como a fronteira contribui nas transformações espaciais e sociais dos fronteiriços e como a política de abertura e fechamento da fronteira age como um bloqueio para as vivências cotidianas da população de dois Estados completamente desiguais da ilha.

O segundo capítulo apresenta as principais funções da fronteira nas relações comerciais entre o Haiti e a República Dominicana, mostrando como os agentes de controle econômico contribuem tanto na gestão das normas intercambiais internacionais e nacionais para facilitar importações e exportações dos produtos legais quanto na fluidez e nas porosidades das fronteiras devido à falta de controle dos fluxos das atividades e interações das agentes fronteiriços, impulsionando as dinâmicas de comércio informais com alguns inconvenientes para a economia do Haiti. Além disso, demonstra como as relações promovidas pelos dois Estados apresentam algumas particularidades do meio técnico-científico-informacional, de modo que as políticas de cooperação comercial possam ser favorecidas. Ademais, são evidenciados os níveis de dependência de um país para o outro, discutindo-se como as relações representam as assimetrias existentes entre os dois Estados na valorização de seu potencial econômico e político e como a dependência de um pode contribuir para a vantagem do outro na construção das cooperações comerciais.

O terceiro capítulo, é importante para compreender a dinâmica da origem dos produtos vendidos nas fronteiriças. Além disso, discute também de que forma a zona franca de CODEVI ocupa uma função importante para o crescimento da economia local e de que modo os circuitos da economia urbana se apresentam nas circulações da mercadoria nesta zona de fronteira. Por fim, discute-se também como tais interações comerciais nas regiões de fronteira exercem uma influência não só sobre a economia local e regional, mas também sobre a economia nacional.

Já no capítulo trata da circulação e da dinamização dos fluxos de mercadoria entre as cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). Esse tópico tem como foco mostrar como as interações socioespaciais e comerciais se dão entre as duas cidades devido ao estabelecimento do mercado binacional construído nas áreas de fronteira. Traz também uma abordagem sobre os agentes de controle e a forma como as normas instituídas pelo Estado interferem para flexibilizar o comércio transfronteiriço e a articulação do espaço geográfico particular de fronteira, contribuindo para o desenvolvimento econômico dessas cidades e das populações transfronteiriças.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA DA FRONTEIRA ENTRE HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA

A fronteira entre Haiti e a República Dominicana representa o limite de jurisdição e de soberania territorial e geoestratégica dos dois Estados. Assim, parte-se de uma abordagem de que os episódios mais recentes particularizam as metodologias que se desdobram na história das faixas de fronteira entre esses dois países coloniais, que nem sempre possuíram um traçado notoriamente fixado, mesmo depois de seu mapeamento. Apesar disso, a fronteira foi considerada como linha convencional que é mais ou menos reforçada, sujeita aos diversos eventos geográficos.

Desta forma, este primeiro capítulo apresenta as diferentes interpretações desses acontecimentos que deixaram suas marcas com a insurreição imprevisível de escravos e a consequente independência da ilha, ocasionando o surgimento e a formação do Estado haitiano. Assim, o capítulo tem como proposta fazer uma análise teórica sobre a geografia e fronteira do Haiti e da República Dominicana que é objeto de nossa reflexão a partir do processo de formação sócio-histórica e espacial da ilha. Esse processo histórico territorial pode ser apreendido analiticamente por meio das formas e normas. Assim, as formas têm uma relevância no processo de divisão organizacional e social do território do Haiti e da República Dominicana. Como sugerem Amilhat-Szary e Fourny (2006), os processos identificados nas recomposições territoriais das áreas de fronteira implicam num conjunto de eventos geográficos que deixam suas marcas no território insular.

Importante analisar a importância do uso do território, fronteira na nossa pesquisa que provém das interferências políticas e técnicas que representam um real redescoberto da natureza na busca de uma revalorização completa do território, na qual cada lugar vem a receber um novo papel e passa a adquirir uma relevância da ocupação no contexto de período historiográfico e evolutivo da ilha Hispaniola.

1.1. Ocupação histórica da ilha Hispaniola

Com lugares que traduzem o menor e maior grau do antigo perturbando frente ao novo, com uma maior ou menor concentração de técnicas, com uma maior ou menor concentração de tempos imbuídos com uma carga cultural e ideológica respectiva ao grupo social que representa a unidade na totalidade. De fato da unidade de continuidade e descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço (SANTOS, 1977, p.90).

1.1.1. O período de colonização

A periodização (do espaço geográfico), segundo Santos (1986), está pautada em paradigmas capazes de ser empirizados em um intervalo de tempo. Portanto, essa periodização possibilita a reconhecer dos sistemas temporais num mesmo espaço vivido. Ela constitui-se também na relação entre períodos históricos e a organização espacial. Santos (1996) relata que a técnica de reprodução espacial dos sistemas temporais, dado que cada nova organização temporal não pode reproduzir integralmente sua marca sobre a parcela do espaço alcançado. Nota-se que a dinâmica de estruturas históricas decorridas deixa marcas e possui traços históricos e justaposição de tempos, excluindo um espaço raramente acertado e metaforizando pela realização de renovação.

Nesse contexto, as temporalidades do espaço geográfico não são as mesmas com os diferentes agentes sociais, mas elas ocorrem sincronicamente. Em primeiro lugar, há uma assincronia na continuação temporal dos diferentes vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado período. A compreensão dos lugares, em sua condição atual ou retrospectiva, ao se considerar a geografia histórica e o seu desenvolvimento, subordina-se à consideração da estrutura das sucessões e do arcabouço das coexistências dos sistemas sucessivos do acontecer social, distinguindo períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Essa é a estrutura das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diferentes atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. Já no viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes, ou seja, o sistema das coexistências (SANTOS, 1996).

Considerando o sistema de coexistências que atribui à formação sócio-histórica de uma sociedade, Santos (1996) recorda que é no espaço que duas estruturas se unificam, construindo uma unidade espaço-temporal. Assim, o tempo como sucessão, o denominado tempo histórico, foi durante muito tempo determinando como uma ferramenta de análise geográfica. Contudo, pode-se questionar se é deste jeito mesmo, ou se, contrariamente, a análise geográfica não é mais do que a maneira de ver o tempo como coexistência. Portanto, não possui nenhum espaço onde o uso do tempo seja igual para todos os homens, empresas e instituições. Porém, a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra ou de um planeta é que institui o controle propriamente dito da Geografia.

No âmbito dessa análise, a formação socioespacial é determinada com a totalidade que explica os processos da divisão sócio-histórica da ilha, daí que a sua escala representa mais do que uma delimitação; é imprescindível à divisão de sistema. Como é uma mediação

entre as possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permite-nos transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares à prática de especificação. Todavia, quando Marx (1867) desenvolveu a teoria do conceito da formação social, ele estava centrado, portanto, numa concepção histórica em que as propriedades espaciais de uma sociedade concreta que está territorialmente demarcada são, ainda que presentes, maioritariamente conjecturadas.

Levando-se em conta o que foi observado na divisão da ilha, a formação socioespacial promovida como sistema de mediação não se restringe à capacidade dessa desenvoltura. Porém, do lado avesso, procura-o fortalecer por causa da perspectiva dinâmica entre os objetos espaciais, do arranjo das formas geográficas e estrutura territorial, que são geralmente representação política do espaço. Sendo assim, a formação que se interpõe às escalas geográficas e às organizações espaciais e também às escalas levam ao contexto de fixidez evolutiva para se revigorarem as esferas da economia e da política do espaço no período contemporâneo. Do mesmo período em que se expressam as discontinuidades no sentido político de um Estado, respectivamente de um país, a formação socioespacial pode ser usada como espaço que revela a reminiscência ou diferentes períodos sócio-históricos da sociedade.

Essa discussão feita sobre a teoria de periodização de espaço geográfico e formação socioespacial, é muito relevante para a pesquisa tanto sobre a fronteira e o território quanto sobre análise construída acerca da noção do espaço, está diretamente relacionada à formação sócio-histórica e espacial da ilha colonizada por França e Espanha. Dessa forma, foi reconhecida geralmente como uma herança histórica, visto que o Haiti não pode chegar a se desfazer de sua própria história.

Além disso, esses episódios mais recentes determinam as metodologias que se desdobram na história das regiões de fronteira da República Dominicana e do Haiti, que nem sempre possuíram um tracejado obviamente definido, mesmo depois de seu mapeamento. Contudo, ela foi considerada como uma linha convencional que é mais ou menos ativada, subordinando-se aos acontecimentos geográficos. Acerca disso, estabeleceremos uma discussão sobre as diferentes fases dos eventos geográficos que levam posteriormente a uma divisão política da fronteira, não somente no período da conquista do espaço territorial por Cristóvão Colombo, mas também sobre a formação espacial e os usos presentes da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana após o período colonial.

Assim, por meio da periodização do espaço geográfico, busca-se a entender a formação espacial do território da ilha através dos usos do território pelos diferentes poderes coloniais, França e Espanha após suas derrotas pelos escravos africanos, e também compreender os diferentes acontecimentos que levaram à divisão da ilha entre Haiti e República Dominicana.

Assim, o território da ilha de Hispaniola possuiu sua própria identidade, que o particulariza no espaço. Com base em Santos (2008), essa identidade refere-se ao uso do território que se estabeleceu nessa porção do espaço, quer dizer, é conteúdo que legitima as relações de poder na produção social da materialidade, denominando a aplicação e a atenção para ação e projetos sincrônicos que, talvez, delimitem e revelem a materialidade estabelecida pela sociedade. À compreensão disso, tais delimitações e estruturas são modelos/padrões relevantes para intencionar a história da sociedade.

Na construção da história de uma sociedade, segundo Santos (2004), o espaço se identifica pela diferença de periodização entre os componentes que se constituem. Isso é apropriado para todas as categorias de espaço e de território. Portanto, o espaço é “[...] a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1996, p. 88). Santos (2004) também considera que o espaço geográfico se constitui a partir de acumulação desigual de tempos, isto é, a coexistência de objetos e ações de diferentes épocas e de diferentes configurações. Por isso, cada lugar, região e/ou território se diferencia por um período diferente de suas próprias caracterizações constitutivas de sua história. A presença concomitante de variáveis com períodos diferentes e a consequência de combinação representativa de cada lugar são únicas.

Em relação das características particulares de cada lugar, Santos (1978) afirma que o espaço aparece de maneira mais evidente, identifica-se como fator social, e não exclusivamente como um reflexo social. Santos chama-o de uma instância da sociedade. Portanto, esse espaço organizado pelo homem é como as demais organizações sociais, um sistema subordinado – subordinante. É considerado como as demais instâncias sociais²

²Em relação às demais instâncias sociais estabelecidas no território (empresas, sociedade, corporações), essa noção teórica foi fortemente repudiada por Raffestin (1993), visto que o Estado não é a única fonte do poder e muito menos o território pode ser sintetizado/diminuído a simples reflexo das ações sociais (SANTOS, 1996). Efetivamente, Cataia (2011) expõe que é na organização do território nacional que se estabelecem quadros legislativos que envelopam instâncias de legitimação do poder e reconhecimento das soberanias, porém, a despeito dos territórios nacionais constituírem-se a estrutura das relações interestatais, eles não se reduzem à sua geometria, quer dizer, não se resumem a um fundo para o mapa político do mundo. Nessa perspectiva, Santos (2000 [2011]) vem argumentar no livro *“Por uma outra globalização”* que os projetos das grandes corporações, impostos pela dominação das finanças e propagados pelos meios de difusão de informação, acabam, de uma forma ou de outra, acarretando na evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas sempre subservientes, deixando de lado a caracterização de uma geopolítica própria a cada nação tendo em conta suas

(sociedade, Estado, empresas ou corporações). O espaço, embora sujeitado à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia, possui certa emancipação/liberdade que se indica por meio de suas próprias leis particulares por seus próprios crescimentos (além das normas internacionais subordinadas, possuem acordos bilaterais e comerciais, convenções com outros Estados).

Em decorrência dessa reflexão, Santos (1977) realça que o espaço precisa ser considerado como uma totalidade e certifica que o conjunto de relações é efetuado por meio de formas e funções evidenciadas historicamente por processos tanto passado como do presente. O espaço é, desse modo, a consequência e a condição dos processos/formações sociais. O Espaço, além de instância social que se volta a reproduzir, possui um arranjo/sistema que corresponde à estrutura feita pelo homem. É também uma instância na medida em que ela é subordinada à lei da totalidade, que estabelece certa emancipação/liberdade, emitindo-se através de leis próprias. Dessa forma, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis.

Assim, o espaço social relaciona-se ao espaço humano, lugar de vida e trabalho (morada do homem, sem determinações efetivas). Porém, o espaço geográfico é organizado pelo homem vivenciando em sociedade, e cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Se for considerada a reprodução do território (café, cana-de-açúcar, algodão, anil etc.) da ilha pela exploração de mão de obra escravista pelos colonos franceses e espanhóis no período de colonização.

Contudo, ao subordinar os períodos consecutivos ao modo de produção no qual interfere/controla ainda o desenvolvimento de outros sistemas, acaba por se tornar um objeto essencial da totalidade social e de suas dinâmicas da sociedade. Desse modo, tal categoria de formação econômica, espacial e social entre os dois Estados, segundo Santos (1978), está vinculada ao reconhecimento do espaço como uma instância social.

No entendimento de Santos e Silveira (2001a), tal espaço pode ser condicionado à sociedade e, também, é condicionado por ela. Portanto, o espaço geográfico é sinônimo do território usado. Nesta perspectiva, os recortes espaciais, como Região, Território, Lugar, são concreções do espaço geográfico, no período contemporâneo chamado de técnico-científico-informacional. Ganham novos significados, daí a necessidade de novas particularidades contribuindo para entender a empirização do espaço geográfico no cenário atual. Ainda cabe observar que a partir da empirização do espaço geográfico, Santos (1978) expõe que a ação de

particularidades e interesses em determinado espaço. Atualmente, o que está em jogo é a estrutura de relações estabelecida, de outra forma, pelos novos conteúdos, tais como: econômico, demográfico, social, de municípios e de estados, aperfeiçoamento das temáticas normativas do território, que, ainda, face à globalização, gera um conflito entre dinheiro globalizado e as instâncias político-administrativas do Estado.

produzir é igualmente o ato de produzir espaço. É com essa atribuição que ele se apropria da discussão de formação social para incorporar o espaço como instância fundamental da realidade, pensando a formação socioespacial.

Com base nessa reflexão, Silveira (2014) aponta que há uma constituição de uma ideia/concepção dialética sobre o espaço que teria muito a beneficiar-se com o desenvolvimento da formação socioespacial. Portanto, a formação social e a espacial apresentam a totalidade e a unidade de diversas categorias na descontinuidade e continuidade de sua evolução histórica. E a autora concorda com Santos (1978), que expõe as duas possibilidades outorgadas por esta esfera. Em primeiro lugar, ele revela a especificidade em relação a outras ocorrências do caminho de produção e, em segundo lugar, possibilita entender as características como uma fragmentação do todo, um período do todo e, assim, como o todo pode ser reproduzido em uma de suas partes do território.

Há que se considerar também que a formação social pode ser relacionada ao processo de organização da sociedade, processo que foi acertado por meio de modos de produção que possibilitam certa periodização historiográfica. Posto isso, a formação social apresenta-se como consequência de tal processo, como um quadro instantâneo de uma dada sociedade (SERENI, 2013). Geograficamente, tal formação social está procedendo em uma dupla de contextos: totalidade e totalização (SANTOS, 1996).

Como sustenta o autor, é a particularidade do prático-inerte a justificativa da existência do espaço como estrutura social. Desse modo, há a noção de totalidade e de totalização, compreendendo-se a primeira como resultada e a segunda como processo. Isso possibilita observar a totalidade como mobilidade real, um conjunto inerte e uma dinâmica da totalização que está constantemente em curso. Assim sendo, a totalidade organizada é atraente, decorrida e em movimentação. Uma totalidade construída e em produção, relacionando-se sincronicamente nos mesmos lugares, em constante processo de totalização (SANTOS, 2008).

Além do processo de totalidade e de totalização, podemos ressaltar que esses modos de produção estão relacionados ao período de crescimento de produção econômica e histórica da sociedade, que dão possibilidade aos diversos eventos geográficos, de transformação social e revoluções produzidas pela desigualdade entre as relações sociais e as forças de produção, metamorfoseando, então, a transformação social exclusivamente em evidência. Na hipótese de Sereni (2013), a conceituação de formação social (é determinada), inclusive quando é tomada como critério de uma determinada periodização historiográfica, é compreendida no sentido dinâmico e não estático; como um processo, e não como a

substância, ou seja, uma época ou de uma fase histórica em si mesma inabalável e encerrada/concluída.

Ao referir-se à elucidação da caracterização econômica no conteúdo de formação econômico-social a que está associada, de acordo com Marx (1867), tal processo o levaria a liberar seu raciocínio de periodização historiográfica de sua estrutura jurídica, ou seja, das relações ou formas de propriedade, para atribuir-lhe o âmbito econômico-produtivo de relações de produção. Santos e Silveira (2001) cogitam com muita frequência consolidar uma estrutura adequada das discrepâncias e das instâncias sociais entre as dimensões das forças produtivas e das relações de produção através da vinculação entre meio geográfico e formação socioespacial. Portanto, determinado com base na intensidade do conhecimento técnico, o meio geográfico possibilita uma periodização de intercadência e de continuidade da formação socioespacial, como: sucessivos meios técnicos, meio natural e meio técnico-científico-informacional, instituindo-se como períodos progressivos da formação espacial.

Por meio da formação espacial, é de suma importância compreender como o fenômeno técnico constitui o próprio critério de periodização de um país no ensejo de compreender os contextos. Eles permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pelas intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, portanto, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. Entendido na sua unidade e diversidade, o território é uma questão central na compreensão da história dos países e dos respectivos períodos e eventos geográficos.

Verifica-se, ainda, que a questão de intencionalidade da periodização apoia-se no processo da indissociabilidade dos objetos e das ações, numa dinâmica constante de dissociação e recriação do contexto, de continuação de formas-conteúdo. Portanto, a condição importante para a compreensão deste processo é a de totalidade, que está presente dentro de uma incessante técnica de totalização, que faz com que os lugares, a cada transformação da sociedade, se reproduzam e se renovem. Ademais, o princípio desta locomoção e, conseqüentemente, da diferenciação espacial é a divisão do trabalho, consciente, a cada fragmentação da totalidade, de permitir que os lugares cheguem a um novo conteúdo e a uma nova interpretação e significância.

Assim sendo, podemos dizer que os processos históricos da conquista e da colonização da ilha de Hispaniola podem ser considerados como totalidades de relevâncias estabelecidas pelos sujeitos e que atuam na materialidade das estruturas sociais e históricas do

país. Conquistado pela Expedição de Cristóvão Colombo em dezembro de 1492, foi nomeado Hispaniola, nome usado pela ilha toda.

No primeiro século da conquista, a ilha era considerada como possessão espanhola e era habitada por diversos grupos étnicos, respectivamente, os Arawaks; os tainos e os caraíbes, que praticavam atividades de pesca e de agricultura. Nesse contexto, a ilha de Hispaniola era repartida em cinco divisões geográficas sob as jurisdições indígenas: Maguana, Xaragua, Marien, Magua, Higuey, onde cada um destes grupos étnicos era comandado por um cacique.

Uma vez que os espanhóis se apoderaram/confiscaram o território da ilha, no período de 1494 a 1496, foram estabelecidas três colônias no território insular: La Isabella (referindo-se à rainha Isabelle de Castille), Concepción de La Veja e Santiago de los treinta Caballeros. No ano de 1500, Francisco de Bobadilla foi nomeado como novo governador da ilha, e, imediatamente ao seu estabelecimento, denunciou Colombo e seu irmão de gerência/gestão prejudicial da ilha, decretando-se a prisão deles na Espanha (ARDOUIN, 1860).

Segundo entendimento de Ardouin (1860), no ano de 1502, Nicolás de Ovando foi instalado como governador do território Hispaniola, e, logo depois a sua instalação, enfrentou uma revolta dos indígenas na ilha. Os nativos também não se adaptaram a essa prática de trabalho incansável e passaram a se revoltar por serem explorados pelos espanhóis. Em decorrência da rebelião dos indígenas, Nicolás de Ovando massacrou grande parte dessa população, equivalente a cerca de 1.300.000 pessoas quando da chegada dos espanhóis. Em 1507, esses números passaram a diminuir consideravelmente a 60.000 indígenas na ilha.

Como grande parte da população nativa já havia sido massacrada pelo governador Nicolás de Ovando, a ilha passou a sofrer grande escassez de mão de obra. Diante disso, para aturarem em plantações de café e de cana-de-açúcar, Ovando optou pelo tráfico de escravos negros provenientes do continente africano. É dessa forma que entraram no território da ilha os africanos (escravos), que, de fato, eram concebidos como resposta aos problemas de escassez de mão de obra para os espanhóis na ilha (THEODAT, 2003).

Assim, os problemas de falta de mão de obra da colônia francesa foram resolvidos pela exploração do trabalho forçado pelos escravos africanos. Em 1522, foi iniciada a primeira revolta dos escravos africanos na ilha, quando um grupo de escravos passou a rebelar-se contra o seu mestre, Don Diego Colón, filho de Cristóvão Colombo que havia sido instituído como governador nesse período. Grande parte desses escravos africanos da ilha se esquivaram e se abrigaram nas florestas e também nas montanhas. Esse grupo de escravos

fugitivos também se encontrou com os indígenas que haviam fugido dos seus mestres e se juntaram para formar um grupo sólido a fim de se defenderem contra os inimigos comuns na ilha, os espanhóis (ARDOUIN, 1860).

Durante o período de 1492 a 1625, a Espanha se estabeleceu e considerou a ilha como possessão própria. Não havia nenhuma inquietação dos outros países da Europa nessa época. Ainda assim, a partir do prelúdio do século XVII, os holandeses, os ingleses e os aventureiros franceses cobiçaram a porção ocidental do território insular. Durante a metade do século XVII e XVIII, estabeleceram as comunidades piratas e de bucaneiros originários da França e conseguiram invadir Hispaniola, confiscando a parte noroeste da ilha. Essa parte noroeste que foi apreendida pelos colonos franceses manteve o primeiro nome: Santo Domingo. Até a proclamação da independência dos escravos africanos no território colonizado pela França, os escravos substituíram o nome concedido à ilha durante o tempo da colonização, que passou a levar, em 1804, o epíteto indígena: Haiti (ARDOUIN, 1860).

Durante a apropriação da parte noroeste pelos piratas franceses e ingleses, os franceses passaram perseguir os ingleses que estavam na ilha e combateram também os espanhóis no território insular. Nesse contexto, em 1665, Luís XIV aprovou e declarou oficialmente a ilha como colonização francesa. Em decorrência do estabelecimento de duas potências coloniais na ilha, esse território passou a sofrer certos eventos geográficos em sua formação socioespacial que resultaram em uma demarcação do espaço (GEGGUS, 2002).

Nesse âmbito de delimitação territorial e espacial de dois Estados, observa-se um conjunto de eventos geográficos e de diversos períodos sócio-históricos que desempenharam uma função relevante na história da ilha. Assim, o Quadro 1 apresenta um resumo do desenvolvimento dos diversos acordos e tratados bilaterais assinados que se debruçaram sobre os diferentes eventos geográficos referentes à divisão territorial da ilha pela França e pela Espanha e à posterior demarcação da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana.

Quadro 1. Acordos e eventos geográficos marcados da divisão política da ilha (1998)

Períodos	Datas	Acordos assinados	Países signatários	Conteúdo dos acordos
1º Período (1697-1867)	1697	Tratado de Riswick	França e Espanha	A França obtém e ocupa a posse da ilha.
	3/06/1777	Tratado de Aranjuez	França e Espanha	A parte Oeste da ilha reconheceu-se como a colônia francesa de Santo Domingo
	22/07/1795	Tratado de Basileia	França e Espanha	Foi estabelecida a pacificação entre a Espanha e a França
2º Período (1867-1929)	26/07/1867	Tratado de Paz	Haiti e República Dominicana	Rompimento do Tratado de Basileia entre Espanha e França com o Tratado de paz assinado entre o Haiti e a República Dominicana sobre a Cooperação de amizade, Comércio, Navegação, Exatidão (Sancionado em 20 de janeiro de 1875).
	9/11/1874	Convenção de Amizade	Haiti e República Dominicana	Convenção de Amizade assinada em Porto Príncipe (5 de novembro de 1889, ratificada em outubro de 1882)
	14/10/1880	Convenção adicional	Haiti e República Dominicana	Convenção adicional sobre neutralidade na política interna entre Haiti e a República Dominicana (Ratificada em 17/10/1882)
	05/02/1890	Convenção assinada para retomar de negociações	Haiti e República Dominicana	Convenção assinada em Thomazeau para a retomada das negociações com vistas à conclusão de um tratado entre os governos haitiano e dominicano.
	03/07/1895	Convenção sobre a fronteira	Haiti e República Dominicana	Transferência da arbitragem para a questão fronteira (Ratificado em 19 de julho, sancionado em 18 de julho de 1895).
	18/08/1898	Convenção sobre a fronteira	Haiti e República Dominicana	Convenção sobre a questão das fronteiras (ratificada em 17 de setembro, sancionada em 1º de outubro de 1898).
	29/05/1899	Convenção	Haiti e República Dominicana	Convenção relativa ao cruzamento da linha de fronteira
	17/06/1901	Convenção	Haiti e República Dominicana	Convenção para a retomada do trabalho de delimitação de fronteiras.
	11/10/1909	Tratado sobre extradição	Haiti e República Dominicana	Tratado de extradição assinado em Santo Domingo
	21/05/1927	Acordo sobre o tráfego	Haiti e República Dominicana	Acordo sobre o tráfego de veículos através da fronteira
3º Período (1929-Atual)	21/01/1929	Tratado de fixação de limites	Haiti e República Dominicana	Tratado dominicano-haitiano sobre a fixação de fronteiras (sancionado em 18 de fevereiro de 1929).

	20/02/1929	Tratado de Amizade	Haiti e República Dominicana	Tratado de Amizade e Perpétua Paz de Arbitragem (ratificado em 12 de abril, sancionado em 22 de maio de 1929).
	1936	Tratado de revisão de limites	Haiti e República Dominicana	Colocou 311 pirâmides de concreto ao longo dos 306 km de fronteiras.
	15/10/1937	Acordo diplomático	Haiti e República Dominicana	Acordo diplomático entre o Haiti e a República Dominicana
	1939	-----	Haiti e República Dominicana	Fechamento das fronteiras de ambos os países aos que não tiverem o cartão de identificação, autorização de admissão e um certificado policial.

Fonte: Brunet; Pharel (1998); Alfonso (2010). Elaboração: Guerby Sainte.

Com base na delimitação da fronteira e na formação socioespacial e disputas promovidas, os acordos e tratados políticos estabelecidos entre o Haiti e a República Dominicana acarretam um conjunto de periodização sócio-histórica e territorial por uma eventual delimitação da fronteira entre os dois países. É nessa perspectiva que subdividimos o Quadro 1, que apresenta os diversos acordos, tratados e convenções entre os dois países em 3 grandes períodos, discutidos ao longo do texto:

O primeiro período foi iniciado a partir dos anos de 1697 até 1867, com o Tratado de *Ryswick*, assinado em 1697 entre França e Espanha. Esse Tratado concedeu a parte Oeste da ilha à França, que ocupou o espaço formando a colônia Santo Domingo, que, na época, possuía principalmente café e cana-de-açúcar cultivados sob-regime de exploração de milhões de escravos importados da África (THEODAT, 2003; ALFONSO, 2010). Como era a colônia mais próspera do Caribe, a França dependia muito de produtos de Santo Domingo, como açúcar, café, tabaco e índigo para o comércio internacional. Com indústrias muito intensivas em mão de obra, a população de Santo Domingo rapidamente se constituiu, em sua maioria, de escravos e de poucos colonos brancos ricos para administrar a ilha (HENOCHSBERG, 2016).

Depois da assinatura do Tratado do *Ryswick* entre as duas potências colonizadoras, nessa época foi evidenciado um momento de tranquilidade para o território de Hispaniola, que prevaleceu para se desenvolverem aceleradamente os cultivos e plantações. No início de 1700, com o forte crescimento da mão de obra e uma maior ampliação de escravos na colônia, o açúcar alcançou um auge significativo. A força de trabalho escravista

fez com que a colônia francesa se tornasse o primeiro produtor de açúcar nessa época e, com isso, a destinação principal do tráfico de escravos (ARDOUIN, 1860).

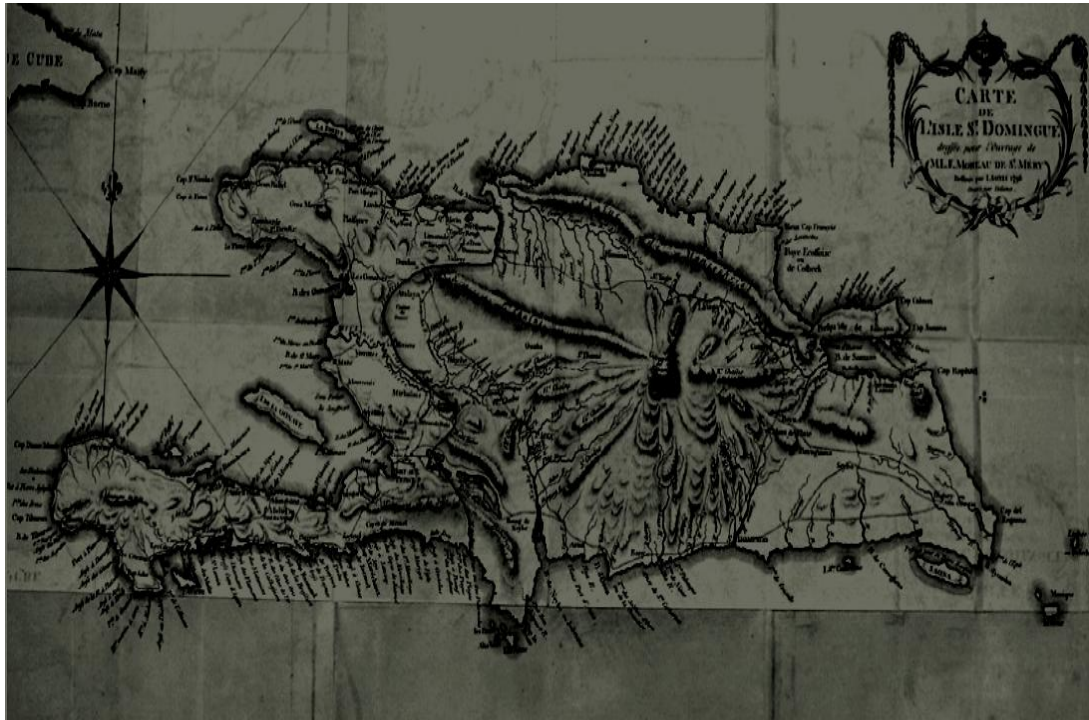
A nova política de importação de escravos africanos promovida pelos colonizadores franceses levou a ilha a uma rápida expansão do negócio da escravidão através do comércio triangular. Tal característica de negócio fez com que, no final do século XVII, a população escrava passasse a aumentar de 2.000, em 1681, para 12.000 em 1701. O fato marcante deste crescimento exponencial estava vinculado não só às grandes importações antes da revolução, mas também à natalidade limitada e à mortalidade muito alta entre os escravos. Em relação a isso, em 1767, o número de escravos importados era de 13.000; 27.000, em 1786; e de 40.000 em 1787. Os que ainda estavam vivos em Santo Domingo fortaleceram o crescimento da produção de açúcar e de café para a comercialização da metrópole.

Mesmo que a França e Espanha, através do Tratado de *Ryswick*, tivessem concordado em compartilhar a ilha, esse Tratado não foi suficiente para acabar com os conflitos de interesses comerciais, políticos e econômicos com a grande produção de cana-deaçúcar e de café por meio do trabalho escravista, em condições mais competitivas do que as outras colônias da época. Tal fato levou as duas potências colonizadoras a negociarem sobre uma política de demarcação da fronteira.

É nessa perspectiva que, em 1777, o Tratado de *Aranjuez* concedeu o primeiro esboço de linha divisória entre a Espanha e a França. A linha de demarcação da fronteira existente não possuía força prática, dado que legislava sobre as terras dos poderes coloniais em rivalidade, essencialmente do lado espanhol, que, no final do século XVIII, era uma colônia muito mais pobre e despovoada que sua contraparte francesa. Assim, as cidades ligadas que se posicionam na proximidade dos portos/postos transfronteiriços e no litoral são afastadas do resto do país.

Assim, o Tratado de *Aranjuez* definia as fronteiras entre as duas nações que permaneceram perpétua e invariavelmente fixadas na foz do rio Dajabón ou Massacre, no lado norte da ilha, e na foz do rio Pedernales/Anses-à-Pitre, no lado sul (MOUDDEN, 2006; ALFONSO, 2010). A Figura 1 mostra divisão política do Haiti e da República Dominicana, como previsto no Tratado de *Aranjuez*, em 1777.

Figura 1. Apresentação da estrutura cartográfica da ilha em 1776 – Demarcações da fronteira como prevista pelo Tratado de Aranjuez, em 1777



Fonte: Moreau de Saint-Méry (1776).

Os eventos geográficos que aconteceram entre os dois países coloniais por uma divisão política da fronteira foram determinados durante um cessar-fogo. Dezoito anos depois do Tratado de Aranjuez, assinado em 1777, o documento denotava pouca seriedade ao acordo, mas era um ponto de referência obrigatório para todas as negociações e práticas de fronteira (ALFONSO, 2010). Assim, em 1795, a Espanha outorgou, através do Tratado de Basileia, sua colônia aos franceses. Essa mudança de poder foi exclusivamente teórica porque os franceses tinham dificuldades para se estabelecerem dentro de sua colônia, enquanto a metrópole estava perturbada com a sua revolução.

Os eventos geográficos dos franceses possuíam consequências sobre a colônia, nos quais novas ideias estavam transformando tanto a percepção da relação com o poder colonial quanto às ligações entre os habitantes brancos, dado que os negros e os mulatos (pardos) exigiam a abolição da escravidão. Com esses efeitos, Alfonso (2010) estipula que o motivo de sua fragilidade é que ele representava uma ordem política prestes a ser quebrada por eventos europeus desde 1789 e pela vigorosa revolução antiescravista. Nessa época, dentro da colônia os grupos eram bem diversificados.

Segundo Fouchard, (1955), os colonos se voltaram para mulheres indianas e depois escravas (elas trocariam favores sexuais pela sua liberdade). E os mulatos se tornaram

um grupo social separado, classificados de acordo com seu “testemunho”. A esse respeito, Henochsberg (2016) afirma que a inferioridade de um mulato deveria ser medida diretamente através da fração de sangue preto em sua ascensão. Em razão disso, o desenvolvimento de mulatos (pardos) tinha uma influência decisiva na revolução em Santo Domingo. Segundo entendimento de Henochsberg (2016), o número de brancos era bastante constante durante esse século, bem como o número de mulatos, o que era um fenômeno bastante raro em comparação com o crescente número de escravos. No início da revolução, principalmente, em 1789, a colônia contava com cerca de 465.000 escravos, 30.000 brancos e 28.000 mulatos.

Dessa forma, os mulatos (pardos) e escravos emancipados tornaram-se um grupo social independente, com direito a possuírem terras e escravos, mas sem direitos civis. Muitas vezes se beneficiaram de uma boa educação financiada pelos pais brancos na França. Essa situação híbrida deu origem a uma população de proprietários, especialmente porque eles tinham o costume da economia (FOUCHARD, 1972). Além disso, os mulatos e escravos emancipados possuíam um quarto de todas as propriedades e um terço dos escravos, em 1789. Enquanto essa guerra política estava ocorrendo na metrópole, uma guerra civil estava em andamento em Santo Domingo. Os escravos estavam se juntando efetivamente à revolução francesa e, portanto, lutando por sua liberdade, enquanto os colonos lutavam para manter seus privilégios e propriedades.

Dada a divergência pela observância da Declaração no dia 26 de agosto de 1789 sobre os direitos humanos, as três categorias de classes sociais (brancos, mulatos e escravos) na colônia encetaram a perturbar e a estimular gradativamente cautela por parte da França. O decreto votado em Paris para abolir a escravidão não era respeitado pelos proprietários de escravos, tão longe do domínio do governo francês. E esse movimento abolicionista cresceu dentro dos grupos revolucionários que lidaram com a revolução francesa, de modo que, em 1790, muitas pessoas no poder defendiam o fim da escravidão (HENOCHSBERG, 2016).

Em 1791, começou a rebelião dos escravos, que abandonam as plantações, destruíram engenhos e agrediram os brancos, matando vários proprietários. Porém, a rebelião não teve liderança definida e estabeleceu uma situação caótica na ilha. A fronteira passou a ser violenta depois dos eventos revolucionários franceses, e os setores de escravos de Santo Domingo começaram a exigir seus direitos contra o regime de discriminação e opressão, o que levou a uma insurreição de escravos (THEODAT, 2003). No tocante da insurreição dos escravos da Ilha Hispaniola, de acordo com Geggus (2002), a preocupação dos colonizadores foi estabelecida, e, finalmente, o Haiti passou a ser considerado como um grande precursor e fomentador de propósitos e rebeliões anticoloniais e antiescravistas na América.

Desde a revolta haitiana de 1791, os negros no Caribe já trovavam as canções sobre a revolução, e os colonizadores nas Índias Ocidentais e na América do Norte começavam a se queixar sobre uma nova rebelião por parte de seus escravos. E, também inspiradas nas eventualidades de Santo Domingo, muitas insurreições tiveram início, sendo iminentes por meio das conspirações organizadas por negros livres na Venezuela (1795), em Havana (1812) e em Charleston (1822) (GEGGUS, 2002).

Além das insurreições dos escravos que começaram a surgir em diversos países da América Latina, Gorender (2004) aponta que a massa de escravos da ilha que era sujeitada ao regime mais desumano de exploração se encontrava num ponto crítico, próximo de explosiva rebelião. A analogia com a condenação moral do regime escravista afirmava que, para a rebelião ter início, faltava apenas uma liderança, o surgimento de um homem capaz de chefiar os escravos no caminho da revolta. Portanto, a liderança e a luta organizada só seriam constituídas quando entrasse no processo um rebelde com particularidades privilegiadas para a função histórica que desempenhou: Toussaint Bréda, posteriormente denominado Toussaint Louverture.

No ano de 1791, com forte apoio de Toussaint Louverture, um grupo de escravos revoltosos na colônia francesa obteve sucesso em 1793, sem comprometer o fato de que a colônia pertencesse à metrópole. Assim, Toussaint Louverture, o ex-escravo que participou da revolta, conseguiu estabelecer certa autonomia contra o poder francês (MOUDDEN, 2006). A abolição da escravidão foi finalmente conquistada no dia 4 de fevereiro de 1794. Dessa forma, essas lutas acarretaram nos membros da segunda comissão civil em Santo Domingo: Sonthonax e Polvérel haviam antecipado essa decisão ao abolir a escravidão em sua colônia, em 29 de agosto de 1793, ordenada pelo rei um ano antes para instituir a paz na ilha (HENOCHSBERG, 2016).

Porém, os escravos tiveram que continuar lutando depois de 1794, sob o comando de Toussaint Louverture. Antes de Napoleão chegar ao poder, os escravos conseguiram conquistar os colonos, apesar do apoio que haviam recebido dos colonizadores espanhóis em Cuba (HENOCHSBERG, 2016). Desse modo, Alfonso (2010) argumenta que, de fato, a vitória foi a conquista sangrenta e definitiva da liberdade; essa vitória era o direito de afirmar seus méritos em igualdade de condições; a vitória, finalmente, foi a suprema reivindicação de seus títulos de nobreza humana. Nesse contexto, em 1799, as tropas rebeldes forçaram os franceses a deixarem o país e também nomearam Toussaint Louverture como Governador-Geral da colônia.

Os mulatos eram muito mais bem tratados na metrópole (eles até tinham acesso a administrações de prestígio normalmente reservadas à classe nobre) do que em Santo Domingo, onde era crucial manter uma separação estrita entre brancos e outros. Desse modo, muitos mulatos preferiam ficar na França em vez de enfrentar sua terra natal e se juntaram à guerra contra suas próprias colônias. Essa posição intermediária deu origem a muitos conflitos internos, entre os quais a Guerra de Facas, que se opôs aos negros e mulatos, em 1799, finalmente vencidos pelos primeiros (HENOCHSBERG, 2016).

Através da vitória conquistada pelos negros na colônia, segundo Alfonso (2010), o Tratado de Basiléia, marcado pelo processo de pacificação entre a França e a Espanha, foi transgredido em 1801 pelo fato de Toussaint Louverture ter elevado os direitos de Basiléia e ocupado a parte oriental da ilha, buscando, assim, garantir um espaço mais seguro para o emergente estado haitiano. Era uma ocupação que se aproveitava do vácuo político-institucional sofrido pela colônia espanhola, mas também da baixa maturidade de uma consciência nacional.

Diante dessa perspectiva, Théodat (2002) ressalta que a primeira reunificação da ilha Santo Domingo ocorreu em 1801, o que levou à primeira Constituição da ilha promovida pelos rebeldes. No entanto, após esse evento houve uma intervenção de tropas francesas para impedir a consolidação das ideias da independência. Acerca disso, Henochsberg (2016) lembra que a tentativa de Louverture de mostrar a independência de Santo Domingo através de uma Constituição separada da metrópole desencadeou uma guerra com Napoleão, que pretendia restabelecer a escravidão. Com a intensão da reconstituição da escravidão na Ilha, Gorender (2004) realça que Leclerc obteve triunfos iniciais devido à construção de um exército numeroso e bem equipado e treinado, diante da valentia dos negros, e que se excedeu à prática de crueldades, tendo capturado Toussaint Louverture e o encarcerado em 1802.

Em consequência disso, com Toussaint Louverture levado à França, não se apresentou o líder negro a nenhum julgamento. Assim, Bonaparte decidiu livrar-se dele por meio do rigor do tratamento carcerário. Ainda assim, a despeito de prisioneiro e maltratado, Toussaint ainda se declarava fiel à França e confiante em Bonaparte. Estava certo de que a escravidão nunca seria restaurada na ilha. Mal alimentado, permanecendo numa cela fria e sem aquecimento nem tratamento médico, não resistiu à dureza do cárcere. Assim, aos 57 anos, morreu no dia 7 de abril de 1803 (THEODAT, 2003; GORENDER, 2004).

Apesar da deportação de Toussaint à França, isso não trouxe a vitória para o General Leclerc na ilha. Além das perdas em combate, seu exército sofria baixas numerosas em decorrência de doenças tropicais e, especificamente, da febre amarela. A metrópole

francesa se viu obrigada a enviar um total de 34 mil soldados e, apesar disso, perdeu a colônia frente aos exércitos dos escravos livres na colônia. Em razão disso, o próprio Leclerc foi a óbito em 1802, acometido por febre amarela.

Assim, o General Dessalines, Christophe, Clairveaux, Maurepas, Pétion e outros líderes negros prosseguiram o conflito e conseguiram derrotar e expulsar o exército francês. Restabeleceram o regime escravista, o que, de fato, provocou essa nova revolta, levando, em 18 de novembro de 1803, à vitória do General Jean-Jacques Dessalines sobre as tropas napoleônicas na última batalha, em que massacraram a maioria dos brancos que antes dominavam a colônia. Bonaparte continuou a restabelecer o regime escravista em diferentes possessões francesas, mas não no território de Toussaint (Haiti) (THEODAT, 2002).

Por isso, no final de novembro de 1803, os revolucionários negros revelaram uma declaração preliminar de Independência. Além disso, no dia 31 de dezembro, foi lida a Declaração de Independência definitiva (GORENDER, 2004). No dia seguinte, ou seja, 1º de janeiro de 1804, o novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti. Assim, o General Jean-Jacques Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano. Ordenou o massacre dos franceses, proibiu a posse da terra a cidadãos brancos, um gesto que preocupou os colonos espanhóis (principalmente brancos ou mulatos) e desempenhou uma função significativa na resistência à unificação dos dois países sob o controle haitiano. Por esse motivo, as tropas francesas que estiveram refugiadas no território espanhol (República Dominicana) se retiraram.

Com a saída das tropas do território espanhol (República Dominicana), abriu-se novo caminho para que as duas partes da ilha se aproximassem ao se estabelecer um acordo para repelir as tropas espanholas devido ao medo de que os franceses não reconquistassem a ilha. É através desta luta que a primeira nação indígena surgiu no mundo, fundamentada nas estruturas de igualdade e liberdade para todos. Dessa forma, por meio de batalhas e de determinação, o 1º de janeiro de 1804 foi grifado na história da humanidade como a eclosão/aparecimento do primeiro povo negro independente.

Ao invés da percepção de liberdade, igualdade e fraternidade dos iluministas franceses nessa mesma época, que, de certo modo, não foi prestigiada, os escravizados negros de Santo Domingo fizeram distinção e evidenciaram uma luz ao que deveria efetivamente ser denominado Liberdade, comprovando os contrastes da Revolução Francesa promovida em 1789. Além disso, a revolução haitiana provocou também a revolta em diversas colônias da América que reclamavam sua liberdade.

Dessa maneira, a história revolucionária e colonial da ilha, de certa forma, foi marcada pela sua peculiaridade em relação à história dos diferentes territórios colonizados pela França e pela Espanha. Mesmo que a tropa indígena tenha conquistado a vitória sobre o exército napoleônico e proclamado a independência, os países colonizadores não reconheceram a independência da ilha, principalmente a França, e isso se tornou um desafio para a política de descolonização da ilha, o que será discutido no tópico 1.1.2.

1.1.2. Geopolítica de descolonização da ilha e as independências

O processo de mobilização social dos escravos que levou à derrota do exército de Napoleão Bonaparte em 18 de novembro de 1803 fez com que o Haiti se tornasse a primeira República Negra independente da América. No âmbito do reconhecimento da independência do Haiti pelos países colonizadores, principalmente a França, segundo entendimento de Faustino (2018), houve seus limites e possibilidades para a formação de subjetividades descolonizadas, além de alertas a respeito das formas de reação das quais o colonialismo lança mão para manter o controle das estruturas de poder. Fano (2010) afirma que a violência é parte fundante da sociedade colonial, estando presente em todas as suas expressões materiais e simbólicas. Constata ainda que a superação da lógica colonial só seria viável naquelas situações em que os colonizados empreendessem força material capaz de abalar as forças sociais, ao ponto de possibilitar surgir um homem novo.

Porém, o processo de descolonização que se propõe a mudar a ordem do mundo é, como se vê, um programa de desordem absoluta, é um processo histórico. Isto é, ele só pode ser compreendido, só tem inteligibilidade, só se torna translúcido para si mesmo na exata medida em que discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que têm precisamente a sua origem nessa espécie de substancialização que a situação colonial excreta e alimenta. A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebeu a legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a coisa colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta (FANO, 2010).

É nessa perspectiva que a célebre história da transformação sistemática de vida cotidiana dos escravos e do modo de produção, exclusivamente por período de 1804-1806, com a aniquilação das forças armadas napoleônicas, foi bem efetiva nessa época na ilha. Na

realidade interna do país não houve, para além dos ideais, uma realidade de liberdade e igualdade, pois o país foi mergulhado, durante toda a evolução de sua estrutura social, em conflitos entre os negros e mulatos.

Ao referir-se a esses acontecimentos como uma das heranças coloniais no país pós-independência, essas lutas de libertação, de acordo com Faustino (2018), representam não apenas o momento em que o colonizado reconhece sua posição de objeto em meio às relações que não controla, mas, sobretudo, o momento em que decide tomar esta constatação como ponto de partida para recuperar o destino com suas próprias mãos. É o momento em que o objeto pode se tornar sujeito.

Os ex-escravos, por sua vez, viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. Assim, os povos indígenas, depois da independência, passaram a se dedicar à tradição herdada da África, ou seja, à agricultura de subsistência. Isso fez com que o Haiti saísse do mercado mundial do açúcar e eliminasse a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior.

Independentemente dos fatores sociopolíticos e históricos herdados pela herança colonial, o país nunca estabeleceu uma política econômica por motivo de instabilidade política interna. Pouco depois do reinado e morte de Jean-Jacques Dessalines em 17 de outubro de 1806, havia uma cisão no Haiti, dividido em dois sistemas políticos distintos: no norte, uma monarquia liderada pelo rei Christophe; no sul, uma república liderada por Alexandre Pétion.

Os eventos geográficos europeus mais uma vez influenciaram o destino da ilha, já que a ocupação da Espanha pelas tropas francesas em 1809 reavivou o fervor nacional dos colonizadores espanhóis na ilha de Santo Domingo. Não mais capazes de tolerar a ocupação francesa, reconquistaram em pouco tempo a parte oriental da ilha para restaurá-la à Espanha. No entanto, a reconquista deu origem aos primeiros movimentos independentistas que declararam a reconquista espanhola realizada, o “Haiti Espanhol”. Esta ambição de independência é, de fato, muito relativa, porque só é concebível se o lado espanhol estiver aliado com poderes mais fortes que garantam a proteção do país contra a ameaça haitiana.

Nesse período de nascimento do nacionalismo dominicano, essa ameaça é também a base da ideologia racista e anti-haitianista que o clero e a intelligentsia (Vanguarda da elite intelectual) usaram para estigmatizar seu vizinho, tornando-se ameaçador demais para seus interesses. No entanto, há um contraponto a essa atitude hostil da sociedade espanhola, principalmente por grandes proprietários e pecuaristas, cuja principal produção continuou a

abastecer o mercado haitiano e que defendiam, em seu interesse, a reunificação com o Haiti (MOUDDEN, 2006).

Através dessa lógica, uma segunda etapa ocorreu entre 1795 e 1856. Nessa longa etapa, a fronteira desapareceu várias vezes devido à reivindicação haitiana de unificar politicamente a ilha, o que provocou uma segunda ocupação da parte Leste da ilha pelas duas décadas (1822-1844), especificamente, sob a presidência de Jean-Pierre Boyer (1818-1843). Nessa hipótese, o Presidente Boyer atuava fortemente para manter o país a salvo de ameaças externas. Ao assumir o comando do país, em 1818, tomou duas atitudes que repercutiriam no funcionamento do país.

De um lado, foi a unificação de toda a ilha, em 1822. Os conflitos pela independência da República Dominicana poderiam trazer maior poder para a Espanha na ilha e até fazer com que esse poder se estendesse para o lado haitiano. A ameaça do retorno da escravidão e da dominação europeia era constante na realidade haitiana. Assim, o presidente haitiano, que estava a par das disputas do outro lado da ilha, beneficiou-se da conjuntura para controlar outra parte da ilha. Nessa época, a ilha esteve unificada sob a bandeira haitiana, no mínimo por algum tempo, e as advertências espanholas de invasão estavam sob o domínio.

Desse modo, tais iniciativas produziram um período de desarticulação das sociedades locais estabelecido no lado dominicano. Conforme Moudden (2006), esta ocupação foi muito bem recebida pela população local. Contrariamente ao que a grande parte das obras históricas dominicanas transmite, as tropas haitianas eram vistas como libertadoras da administração espanhola e da escravidão. Théodat (2002) enfatiza que, durante os vinte anos de ocupação do governo do Haiti na parte Leste da ilha, houve o estabelecimento de uma integração territorial. Isso se explica pela dificuldade de estabelecer uma economia de plantação no lado dominicano e pela inércia dos haitianos ao colonizarem os territórios recém-adquiridos, exescravos preferindo se apegarem às suas terras recém-libertadas a se aventurarem no desconhecido dominicano.

Além disso, Moudden (2006) relata que sob o regime de Jean-Pierre Boyer, a parte oriental da ilha passou a fortalecer sua classe média, através da distribuição de terras agrícolas em pequenas fazendas. Esta intervenção haitiana afetou os interesses das elites, que gradualmente perderam seu domínio sobre a propriedade da terra. Com a distribuição de terras promovidas na ilha, Alfonso e Carmona (2010) apontam que o presidente Jean-Pierre Boyer havia despachado para a parte oriental uma rede de agitadores e propagandistas que tiveram de influenciar o humor das pessoas comuns e das elites locais. Portanto, o suposto entusiasmo dos habitantes do Leste da ilha pode não ter sido tão espontâneo como aconteceu

com Toussaint Louverture no início do século XIX, particularmente, se levarmos em conta que, entre um e outro evento geográfico, uma sequência de excessos e crimes ainda poderiam ser acumulados e lembrados pelos habitantes da antiga colônia espanhola empobrecida.

Em resposta à independência e ao controle da antiga colônia espanhola pela presidência de Jean-Pierre Boyer, o Haiti sofreu uma crise político-econômica, que foi uma das respostas iniciadas pelos franceses e britânicos como retaliações contra o país. Contudo, a economia escravista encontrava-se em pleno apogeu, e a República recém-fundada era um símbolo da liberdade negra, uma ameaça que necessitava ser controlada pelos colonizadores. Consequentemente, o Haiti passou a experimentar o insulamento político e o boicote econômico efetuado pelas potências da época.

Portanto, no ano de 1822, os Estados Unidos passaram a reconhecer oficialmente as independências dos países latino-americanos, mas não a do Haiti. Dessa forma, é importante saber que nessa época os principais portos estrangeiros passaram a impedir que os navios haitianos atracassem, degolando sua economia; a costa haitiana era também frequentemente ameaçada por marinhas hostis, especialmente francesas e britânicas; e, diplomaticamente, nenhuma nação estrangeira concedeu reconhecimento à independência do Haiti por mais de décadas após a Revolução.

Sendo assim, no final do reinado de Napoleão durante a primeira restauração, em 1814, a França tentou restabelecer o Haiti como uma colônia francesa. É claro que o Haiti recusou qualquer forma de dependência da coroa francesa, mas sugeriu através de seu então presidente, Alexandre Pétion, que eles poderiam pagar uma indenização razoavelmente estimada aos proprietários de escravos. Porém, as negociações não foram concluídas quando Luís XVIII morreu em 1824.

Nessa época, as negociações com a França para o reconhecimento do Haiti eram realizadas pelo presidente Jean-Pierre Boyer, eleito no ano de 1818. Em abril de 1825, Charles X (Rei da França de 1824 a 1830) enviou navios de guerra a Porto Príncipe para impor suas condições em uma ordenança. No mesmo ano, a França passou a reconhecer a independência do Haiti e também exigiu o pagamento de uma enorme quantia de dinheiro para ressarcir os plantadores brancos pela perda de suas propriedades. Pediu a indenização de 150 milhões de francs de ouro (antiga moeda nacional francesa) e um desconto de 50% em todos os impostos adicionais sobre o comércio. Esse acordo foi finalmente assinado por Boyer sob pressão militar, o Senado haitiano o aprovou, estabelecendo o montante a ser pago pelo Haiti à França pelas perdas relativas à independência da colônia (HENOSCHBERG, 2016).

Com relação a isso, o Haiti foi condenado a fazer o primeiro pagamento à França por meio de um empréstimo feito por bancos parisienses. Entretanto, o embargo que a França impôs ao governo do Haiti foi cessado, e as relações diplomáticas foram retomadas com os diferentes países. Como o governo haitiano foi incapaz de fazer o segundo pagamento devido à crise econômica que o país enfrentou, o então presidente Boyer continuou negociando com a França até 12 de fevereiro de 1838, quando outro tratado foi assinado para efetuar o pagamento.

Devido ao trato assinado, a dívida da independência foi reduzida de 120 a 60 milhões de francos (francs: antiga moeda francesa). Assim, o pagamento foi feito através de um empréstimo de 30 milhões de francos. A taxa de câmbio com os franceses se deteriorou e impossibilitou o pagamento da dívida. Assim, os pagamentos da indenização se organizaram em 5 parcelas por um período de 30 anos, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Haiti: valor de indenização a ser pago à França para reconhecimento da independência

Períodos	Dívida a pagar por ano	Valor a pagar em Período de 5 anos
1838-1842	1.500.000	7.500.000
1843-1847	1.600.000	8.000.000
1838-1852	1.700.000	8.500.000
1853-1857	1.800.000	9.000.000
1858-1862	2.400.000	12.000.000
1862-1867	3.000.000	15.000.000
Total		60.000.000

Fonte: Henochsberg (2016). Elaboração própria do autor.

Levando em conta os valores mencionados na Tabela 1, eles foram ponderados com a estrutura no orçamento anual da colônia antes da Revolução. Notoriamente, a verba recebida/arrecadada no período subsequente à independência não estava aproximada àquilo que era adquirido no período da exploração escravista. Como era de se esperar que o Haiti não tivesse possibilidades de arcar com o valor excessivo, o acordo previa que, em caso de necessidade de contrair empréstimo para quitação, o Haiti recorreria exclusivamente aos bancos franceses, e o país então incorria num duplo débito.

Segundo Henochsberg (2016), a eventual aceitação do débito em troca do reconhecimento da independência indica a influência neocolonial da metrópole sobre o governo oligárquico de Boyer, que buscou, através da concessão, tanto a legitimação

diplomática como a consolidação do poder interno contra o norte hegemonicamente francófono do país.

Em consequência disso, o comportamento de meios de difusão de informação do Haiti foi a mais prejudicial do que plausível. Percebe-se que era como se o país comprasse sua independência, que era adquirida anos antes por meio de uma guerra sangrenta. Apesar disso, os acordos já não foram realizados como um pedido de permissão/autorização para ser independente. Assim, o valor a ser pago pelo Haiti foi avaliado/intencionado com base nas propriedades perdidas e aniquiladas e pelos colonos da França, mas em nenhum momento pelo valor dos ex-escravizados. Nessa perspectiva, o governo do Haiti foi afervorado no decorrer da negociação, alegando que as pessoas obtiveram sua liberdade e, por esse motivo, não possuíam dívidas com o governo da França.

Em virtude do que foi mencionado por Gorender (2004), os ex-escravos, no que lhes diz respeito, viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. Sob a presidência de Boyer, passou a se proporcionar a tradição herdada da África, ou seja, a agricultura de subsistência. Com efeito disso, o Haiti afastou-se do mercado mundial do açúcar e excluiu a viabilidade de continuar em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas, passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional.

Ademais, a hegemonia política haitiana foi seriamente prejudicada pela tributação desde o início dos anos de 1840. Novos impostos foram destinados a pagar a dívida devida à França em troca do reconhecimento da independência, o que ocasionou uma crise política no Haiti responsável por derrubar o governo de Jean-Pierre Boyer e abrir um período de instabilidade política ao país (ALFONSO; CARMONA, 2010).

Além disso, Henochsberg (2016) aponta que, em 1842, o Haiti sofreu com um terremoto e também com um incêndio que consumiu a capital de Porto Príncipe em janeiro de 1843. Essa crise político-econômica e social fez com que, em março de 1843, a população forçasse o então Presidente Boyer a se exilar. Assim, os pagamentos pararam e o Haiti conseguiu obter da França uma moratória da dívida pública até 1849. Além disso, Alfonso e Carmona (2010) reiteram a ideia de Avelino (1977) ao dizerem que havia também uma série de violações, injustiças e humilhações das tiranias absolutas na ilha. Em razão disso, os patriotas proclamaram a liberdade da República Dominicana.

Em consequência disso, as tropas haitianas foram expulsas da República Dominicana em 1844, mas o Haiti incluiu em sua constituição o princípio da indivisibilidade política da ilha e em sua política o desejo manifesto de obtê-la a qualquer custo, além de um

último esforço, que ocorreu em 1856, para ocupar novamente a República Dominicana. Desta vez, as tropas dominicanas repeliram os ataques de tropas haitianas, de tal forma que, no mesmo ano, essas tropas foram definitivamente derrotadas por patriotas dominicanos. Com base disso, Alfonso (2010) argumenta que houve um total de doze anos de invasões sangrentas e motivadas pela obstinação fusionista do último general da guerra de independência que governou o Haiti com o título de imperador Faustin 1 Soulouque. Quatro invasões e doze anos de guerra que empobreceram os dois países e aprofundaram as feridas deixadas pelos abusos de Jean-Jacques Dessalines.

Com a recente tentativa, as incursões das elites consolidaram as representações antihaitianas no lado dominicano. O anti-haitianismo também foi promovido pelo colapso social da sociedade dominicana e pela dificuldade que surgiu com a construção de uma identidade própria, além da influência espanhola, que lutou pela independência recém-conquistada. Portanto, pela falta de identidade, foi mais simples manter o distanciamento com Haiti. Assim sendo, os haitianos são vistos pelos dominicanos como de pele mais escura, menos cultos, menos católicos e mais cruéis. Por essa razão, a determinação da nação dominicana elevou a defesa do território e da fronteira a um significado quase sacral.

Com a consolidação e a defesa da fronteira pelo governo dominicano, Alfonso (2010) deixa entender que, o ano de 1856 foi considerado como um ano de pacificação porque ocorriam poucos conflitos territoriais ou posicionais, e a fronteira se tornou um espaço de intenso intercâmbio comercial e cultural caracterizado pela preponderância demográfica, econômica e militar do Haiti. Nesse momento, ocorreu um período em que a fronteira começou a receber maior atenção do surgimento de um Estado dominicano centralizado, e novos processos de demarcação foram iniciados. Também esse período marcou o fim da predominância ocidental na ilha e caracterizou-se por uma função muito forte do Estado no controle das fronteiras e na repressão das relações entre comunidades transfronteiriças.

Com o fracasso da última tentativa da ocupação da República Dominicana pelos soldados haitianos, a influência das elites dominicanas diminuiu, então, eles se voltaram para a Espanha, que se aproveitou de sua aliança para tentar controlar por uma última vez sua antiga colônia (entre 1861 e 1865). Durante esse período, os haitianos, que não tinham interesse em ver seu vizinho ocupado por uma potência colonial, toleraram as tropas dominicanas de resistência em seu território e contribuíram significativamente para a restauração da independência na República Dominicana.

Foi por meio da negociação e da regulação das fronteiras que o Haiti reconheceu a existência da República Dominicana como Estado, ao estabelecer um esquema de delimitação

mais rigoroso e administração de fronteiras. Conforme mencionado no quadro 1, houve um segundo período (1867-1929) que se iniciou quando Haiti e República Dominicana assinaram o Tratado de Aranjuez, em 1867, que tinha como fundamento o estabelecimento de paz e comércio. Esses acordos foram firmados sobre um eventual tratado de Cooperação, de amizade, de navegação e de comércio e extradição, sancionado posteriormente, em 1875.

Henochsberg (2016) enfatiza que ao mesmo tempo em que os dois países tentaram estabelecer o tratado de Cooperação e de Amizade, durante o período de 1867 a 1869, houve uma crise sociopolítica e econômica que impossibilitou o pagamento anual da indenização do Haiti. Essa dívida passou a ser duplicada e só poderia ser quitada em 1883 com o último pagamento à França. Tal dívida era um fardo enorme para a economia haitiana.

Como os dois países colonizados tinham mantido uma relação consolidada no intuito de fortalecer uma ilha independente dos poderes coloniais, o Haiti efetuou o pagamento da última parcela da dívida principal em 1883. No entanto, ao financiar os pagamentos de indenização e os empréstimos antecipados, o Haiti tomou emprestado mais de 166 milhões de francos entre 1875 e 1910. Mais da metade desse dinheiro foi devolvida aos bancos credores sob a rubrica de comissões, taxas e juros. Em 1947, o Haiti pagou a última remessa monetária à França, em 1893, incluindo o pagamento de todas as taxas, juros e pormenores que foram estabelecidos nos acordos assinados pelo General Jean-Pierre Boyer para o reconhecimento da independência.

Sendo assim, tais situações de aceitação de pagamento de dinheiro de Boyer sob pressão militar da França mantiveram-no na história do país como a pessoa culpada pelo mau início da história econômica do Haiti. Essa dívida paga à França provocou uma consequência muito contraproducente para o futuro desenvolvimento econômico do país. Com o fim desse pagamento, o Haiti conseguiu, portanto, o reconhecimento no cenário internacional e foi evidenciado como o símbolo da dignidade dessa população.

Em virtude dessas particularidades verificadas no período colonial e pós-colonial do povo haitiano, esses eventos geográficos levaram o país a se tornar a primeira nação negra totalmente livre, descolonizado e independente no continente americano depois do pagamento do preço por ser derrotado o exército napoleônico (França). E também descreveu um momento instável em sua história sociopolítica e econômica da população da ilha.

Logo após o fim do pagamento dessa indenização do Haiti à França, a questão do limite territorial entre os dois países insulares se tornou um elemento crucial para um eventual estabelecimento de cada Estado soberano. Assim, a história geográfica do território, do espaço e da fronteira ganha diferentes interpretações e também atribuíram as obrigações das

sociedades no espaço e no tempo. A esse respeito, faremos no item 1.2 uma abordagem sobre a integração territorial e usos presentes das fronteiras.

1.2. Integração territorial e usos presentes das fronteiras

No contexto sócio-histórico da zona de fronteira, Haiti e República Dominicana apresentam fronteiras naturais, artificiais e políticas que são historicamente demarcadas, já que seus limites foram efetivados em grande medida com fundamento em demarcação. Essas fronteiras ainda possuem a marca do momento de sua criação, determinando o limite como a nascente da soberania, e, portanto, a criação de nacionalidades. Essas marcas contribuem com verdadeiras delimitações históricas, as próprias formas em que cada fronteira é estabelecida, uma linha geodésica, um rio, uma negociação, um conflito, que de algum modo serão as principais características de violação das fronteiras específicas das cidades-gêmeas e postos/portos transfronteiriços que estabelecem um nexo entre os dois Estados soberanos.

No âmbito de salvaguardar do limite territorial do Estado, Gottmann (1975) argumenta que a revolução parece ter causado, na metade do século XX, o êxito da soberania nacional sobre territórios diferentes, uma curiosa transformação na noção efetiva de território em função de sua ação prática. Portanto, a consequência dessa modificação parece ter realizado, no cenário atual, nações independentes menos soberanas dentro de seus territórios, principalmente, e o território se torna mais relevante como uma plataforma de oportunidade do que como um abrigo para segurança.

Visto da realidade atual do território e da preocupação do Estado com a segurança da fronteira, segundo a hipótese do Gottmann (2012), a continuação de ações políticas a essa articulação informa a crescente subdivisão do espaço político em Estados soberanos, defendendo-se de normas distantes e interferências externas, com a exibição da autonomia em uma enorme dimensão de unidades territoriais. Em relação à exteriorização de dessas unidades territoriais, o Estado usa o território como ferramenta e a organização crucial da política surge cada vez mais no mapa-múndi (século XV ao século XX), simultaneamente às percepções políticas de autonomia e de soberania nacional.

Dessa forma, o aspecto geográfico na política é sempre reforçado, conforme a fragmentação em que se desenvolvem as fronteiras nacionais (fronteiras naturais), e muitas nações aderem à independência através da divisão estabelecida pelos velhos impérios (países colonizadores). A delimitação territorial praticada é constantemente vinculada a diversidades

culturais e, em muitas partes do mundo, é uma herança de fronteiras administrativas construídas por poderes imperiais (potências colonizadoras) antecedentes, conforme mostrado na Figura 1, onde as delimitações do território da ilha de Hispaniola foram fixadas na foz do rio Massacre (Dajabón), no lado norte da ilha, e na foz do rio Pedernales/Anses-à-Pitre, no lado sul, com base do acordo assinado pela França e Espanha à época.

No contexto das atuais conjunturas dos Estados-nação da América Latina, principalmente no caso Haiti e a República Dominicana, as fronteiras referem-se à época colonial, atribuindo uma lógica pioneira a territórios de extração e exploração de recursos naturais, não respeitando a identidade nem as práticas da população indígena. Normalmente, dividem espaços habitados pelo mesmo grupo tribal (no caso, por exemplo, dos cinco caciques citados no tópico 1.1) e/ou linguístico, ignorando seus fundamentos sociais e culturais comuns. Essas fronteiras, no entanto, contribuem para a concepção de identidade das nações modernas, apesar de sua criação imposta pelas administrações coloniais e apesar das representações e práticas das populações fronteiriças.

É importante ressaltar que essa marca/herança colonial desempenha um papel fundamental na ilha de Hispaniola porque, mesmo hoje, dois Estados coexistem nessa ilha, em grande parte devido à construção de identidade criada pela divisão colonial. E a reunificação política dos dois Estados não ocorreu, mesmo em momentos cruciais em que seria estrategicamente possível.

Portanto, a frustração de unificar politicamente esta ilha não pareceu incongruente. Mas as delimitações são aspectos constitutivos da prática e das reflexões que constroem e governam identidades sociais; eles são extremamente permanentes. Assim, a fronteira é antes de tudo uma construção social que incorpora a identidade de um grupo; é indissociável da conjuntura histórica na qual se forma e, como tal, pode ser encarada como uma realidade subjetiva, mesmo que sua definição primária se baseie no estabelecimento de acordo com os componentes negociados no nível político dos Estados. É nesse contexto que esse limite estabelecido pelos países colonizadores serviu para os dois Estados insulares como ponto de partida por uma eventual demarcação depois a França e a Espanha deixaram definitivamente a ilha. Nesse caso, os dois Estados recém-libertos dos colonos franceses continuaram a negociar os acordos de *Aranjuez* para demarcar as fronteiras.

Com referência a negociação promovida entre os dois países recém-libertos, Alfonso (2010) enfatiza que esses acordos para demarcar as fronteiras (como já mencionado no quadro 1) também referendaram as discussões sobre convenção adicional de neutralidade na política interna entre Haiti e a República Dominicana, declarações mistas envolvendo uma

série de inquisições, tais como: gestão de fronteira, repatriamento de nacionais, circulação de veículo, comércio, contratação de trabalhadores, serviços, dentre outras. Esses governos aceitaram tacitamente a situação pós-*boom* e, portanto, a soberania do Haiti sobre os territórios de fronteira ocupados depois do Tratado de *Aranjuez* (1777). Este acordo foi ambíguo e não resolveu totalmente o conflito fronteiriço. Em essência, esse tratado:

1) Em primeiro lugar, definia que a delimitação de fronteira seria estabelecida de acordo com os interesses recíprocos por meio de tratado especial que poderia ser assinado mais tarde. E, em segundo lugar, estabeleceu que ambos Estados manteriam suas posses conservando assim as ambiguidades mencionadas e dilemas entre leis e normas, entre o Tratado de *Aranjuez* e a ocupação haitiana de fato nos territórios fronteiriços;

2) Na área de relação comercial, o Tratado estabeleceu o livre comércio entre os dois Estados, os princípios de reciprocidade, da nação mais favorecida e isenção de impostos pela fronteira dos produtos nacionais de ambas as nações;

3) Para a área política e de segurança, os Estados se comprometeram a impedir grupos de estabelecer ataques à independência, à soberania e/ou à constitucionalidade do outro Estado. Isso constituiu um passo e levou em conta a alta sensibilidade haitiana ao possível uso do território dominicano por outras potências.

Ainda segundo Alfonso (2010), com o reconhecimento da independência da República Dominicana pelo governo do Haiti, o artigo da constituição referente à unidade política da ilha foi eliminado naquele mesmo ano. Os dois governos concordaram e assinaram um acordo binacional que propunha paz e amizade eterna, o que ainda fragilizou a relação política do Haiti. Doravante, as relações binacionais se desenvolveram em uma instabilidade mais favorável e, como concebeu ao longo do século XIX, dando ênfase a uma segunda recomposição da organização social (permitindo a população de dois Estados se estabelecerem) na faixa de fronteira.

No mesmo período, especificamente em 1874, o tratado de amizade continuou a ser consolidado com uma segunda convenção de amizade, assinado em Porto Príncipe e ratificado em 1882. Com base dessa reflexão, ressaltamos que esse acordo foi escoltado/acompanhado por um auxílio financeiro do Haiti às finanças públicas dominicanas. Tendo em vista que esse entendimento e a vontade de estabelecer uma ilha independente das antigas potências coloniais apareciam como o prelúdio de uma coalização entre as duas nações, esses acordos são geralmente frutos da aceitação do fato consumado que constituiu a fragmentação da ilha e não foram, de modo algum, um primeiro estágio/etapa para a unificação de dois países.

Assim, as negociações para a delimitação de fronteiras foram retomadas, mas as disputas relevantes sobre a parte central do caminho, visto que as fronteiras são fixadas por rios, bloquearam as negociações. Assim, nos anos 1899 e 1909, diversos acordos foram ratificados entre os dois Estados por meio das convenções para demarcar as fronteiras, possibilitando os cruzamentos da linha de fronteira e também mantendo acordos sobre o tráfego de veículos da fronteira, reestabelecendo uma discussão para retomada do trabalho de delimitação de fronteiras.

Outro evento geográfico que desempenhou um papel relevante na história da ilha foi a ocupação do Haiti pelos soldados dos Estados Unidos em 1915, e da República Dominicana, em 1916. Porém, essa ocupação forçada tinha como principal fundamento e objetivo o retorno dos empréstimos de origem dos Estados Unidos nessa região, o que pôde gerar (e levou ao fortalecimento) o controle sobre a fiscalização do comércio transfronteiriço entre o Haiti e a República Dominicana (BAUD, 2000). Com o controle da fiscalização imposto nessa fronteira pelos Estados Unidos, Claval (1974) argumenta que a percepção da fronteira passou a se metamorfosear, portanto, com a evolução da construção territorial. À medida que a administração assume o controle da fronteira e a organização de novos setores da vida, as divergências aumentam nos dois lados dos limites territoriais: vida religiosa (às vezes); relações comerciais; educação (quase sempre); unidades monetárias; medidas; os princípios do direito do trabalho e da propriedade contrapondo-se entre os dois países.

Através dessa intervenção dos estadunidenses na ilha, Baud (2000) ressalta que os primeiros portos/postos foram construídos na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, e houve um aumento significativo de vigilância para impelir e sancionar as atividades comerciais em contrabandos, que diariamente aconteciam na fronteira de dois Estados. Essa estratégia, usada na tentativa de fiscalizar as mercadorias em ambos os lados da fronteira, entrou em confronto com as populações locais, que boicotaram o novo sistema estabelecido. Com o objetivo de fazer respeitar a implementação do controle fiscal na região de fronteira, com os soldados estadunidenses que realizavam a função fiscalista da fronteira dominicano-haitiana, naquele ano de 1915 dezoito soldados foram executados pelas populações transfronteiriças em um intervalo de dois anos.

Nos anos de 1920, houve a construção de estradas e rodovias na região de fronteira entre dois Estados, geralmente em lugar remoto e de entrada complicada. Durante o século XIX, esse mundo fronteiriço não foi considerado como uma sociedade híbrida e integrada, mas as populações de origem dominicana e haitiana construíram uma relação mais harmonizada. Porém, a faixa de fronteira considerada como uma região marginalizada para os

dois países, usufruiu de uma grande emancipação econômica (DERBY 1994; TURITS; DERBY, 2002).

Assim, as populações transfronteiriças passaram a compartilhar práticas religiosas, comerciais e sociais, não só no período passado, mas também no cenário atual, que condicionam componentes de ambas as origens e envolvem também as culturas linguísticas (espanhol e crioulo) e monetárias nacionais, tais como: *peso* (moeda da República Dominicana) e *gourde* (moeda do Haiti) que circulam em ambos os lados da fronteira (DERBY 1994; TURITS; DERBY, 2002).

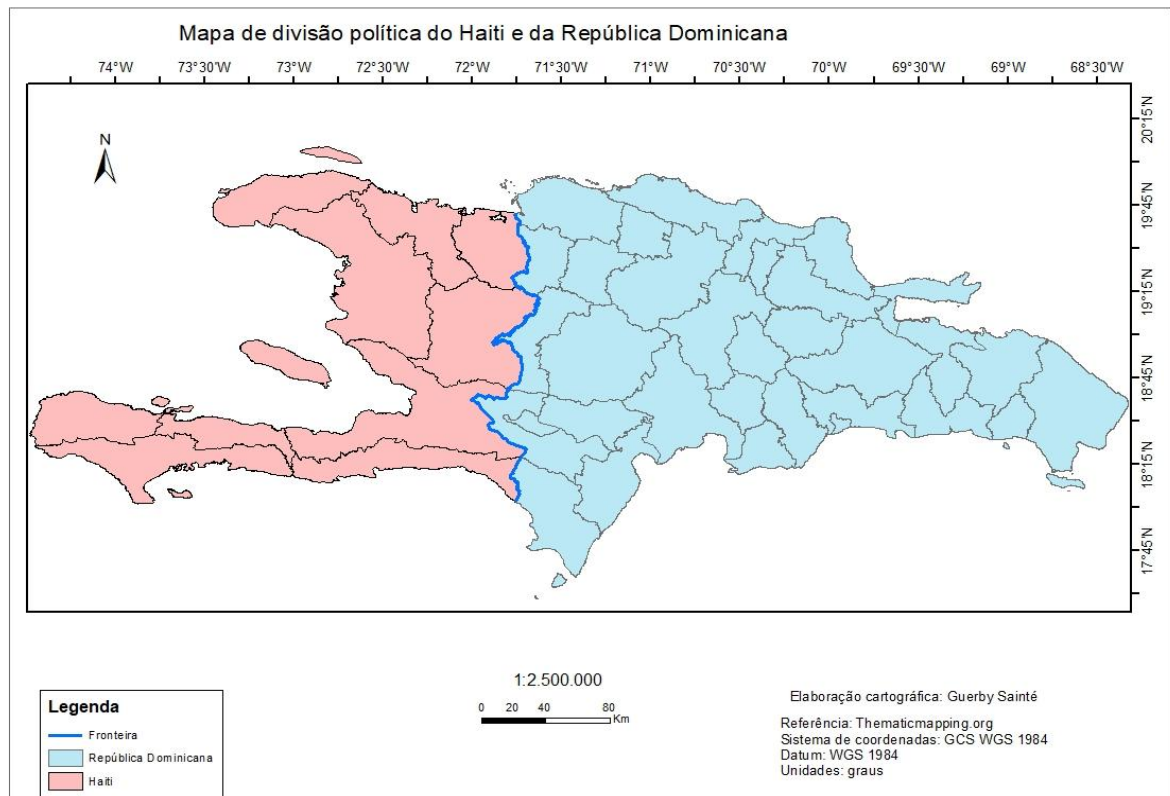
No que se refere ao terceiro período, iniciado a partir dos anos de 1929 até o momento (conforme indicado no Quadro 1), o Tratado de Amizade e de Perpétua Paz e Arbitragem foi ratificado durante esse período para fortalecer os laços de amizade e estabelecer cooperações socioeconômicas e comerciais entre o Haiti e a República Dominicana, e, em 1929, o Tratado dominicano-haitiano foi assinado para fixar os limites fronteiriços. Além disso, em 1934, foi marcada a retirada completa dos soldados norte-americanos no Haiti, fato que deixou um país eminentemente centralizado e militarizado. Durante o período de ocupação da parte oriental pelo Haiti e a independência da República Dominicana adquirida, houve muitas disputas na fronteira.

Assim, em 1936, a fronteira dominicano-haitiana foi delimitada concretamente ao se colocarem 311 pirâmides ao longo dos 360 km, e, também, os acordos diplomáticos foram estabelecidos entre os dois Estados. São estes acordos que delimitaram as fronteiras que duraram até o momento.

Em relação à discussão sobre os diferentes períodos que enfrentaram as fronteiras de dois Estados, recorremos a Santos (1994), para quem o espaço ocupa uma função privilegiada, uma vez que ele se cristaliza pelos eventos geográficos anteriores e passa a ser considerado como um lugar de encontro entre o passado e o futuro, por meio das relações sociais e históricas do presente que nele se efetivam. No mesmo seguimento, Santos (1978) aponta que o espaço apresenta a condição para a efetivação da nova forma de produção, e os objetos geográficos presentes, incorporados para efetuar os propósitos da produção em um determinado período, controlam o sistema que se institui e que é capaz permanecer com novas funções, apresentando o passado que possibilitou o período mais recente.

É nesse contexto que a fronteira muda de lugar por meio dos acordos políticos entre os dois países coloniais e mantém-se um limite significativo, como apresenta a Mapa 2, que mostra a nova divisão política do território do Haiti e da República Dominicana.

Mapa 2. Mapa de divisão política do Haiti e da República Dominicana



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematiccpping.org (2019).
Elaboração própria do autor (2019).

Assim, em 1937, um massacre ocorrido nas áreas de fronteira foi considerado como um dos eventos geográficos que marcou as histórias dos dois países, sem ter havido reivindicações de terras (THEODAT, 1998). Assim, em 1939, as fronteiras passaram a ser fechadas³ no intuito de proibir as pessoas que não tinham cartão de identificação, autorização administrativa e um certificado policial. Com base nos tratados assinados nesse período, estabeleceram-se acordos sobre contratação no Haiti e a transferência de trabalhadores para a República Dominicana, instituindo-se as normas para serem feitas (BRUNET; PHAREL, 1998).

Assim, com forte apoio político do exército militar, em 1957, François Duvalier chegou ao poder com a perspectiva de fortalecer o estabelecimento do regime ditatorial. Entretanto, em 1961, Trujillo foi sucedido por Joaquim Balaguer, na República Dominicana, depois que sua morte continuou a manter firme o controle da zona de fronteira, relaxaram-se as restrições, mas foi somente durante a década de 1980 que os primeiros tratados conjuntos entre o Haiti e a República Dominicana (sobre gestão e cooperação hídrica) foram assinados

³Com base da reflexão de Ratzel (1987, 1988), Cataia (2010) expõe que, ao se falar das fronteiras fechadas politicamente, são enclaves dentro de uma unidade política, como mencionado no quadro 2 do item 1.3.1.

(THEODAT, 2002). Portanto, o fim do regime ditatorial, em 1986, foi marcado por uma reabertura de fronteira, abrindo possibilidade a uma retomada dos contatos entre as duas populações de fronteira (ALFONSO, 2010).

Com base nesse Acordo, a história da fronteira dominicana e haitiana se desenvolveu em torno de diversos encontros e separações, de conflitos e solidariedades. E isso moldou a sucessão nas fases de organizações locais, com períodos de desenraizamento violento que afetaram a situação da fronteira. Porém, esse constante desenvolvimento tem ocorrido com a pressão por parte do Haiti, que até o início do século XX era também a parte mais forte de dois Estados. Isso acumulou um repertório de recriminações mútuas que até então influenciavam as relações binacionais e transfronteiriças. Atualmente, a fronteira passa por uma nova fase histórica de abertura parcial que deve levar a aumentos nas trocas econômicas e culturais entre os dois Estados (ALFONSO, 2010).

Em ambos os países a fraqueza do Estado, especialmente na fronteira, é um traço significativo. Apesar de muitas disputas históricas pelo controle territorial da ilha, que começaram com a colonização, com momentos de abertura e outros de fechamento das fronteiras, no século XX, a fronteira era encarada pelos Estados como “confins” dos territórios nacionais e marginalizada em termos de economia de escala. As economias nacionais voltavam-se para as concentrações em torno das capitais, Porto Príncipe e Santo Domingo. Desse modo, a incorporação destas faixas à dinâmica de acumulação em ambos os lados das fronteiras constituiu um arranjo espacial muito peculiar e comportou-se como um processo de reavaliação dos novos territórios e das regiões tradicionais no processo de desvalorização.

Com o objetivo de fortalecer os limites dos territórios nacionais, houve a criação da Comissão de Delimitação de Fronteiras e da Execução (CDFE), construída para efetuar estudos preliminares de uma rota internacional (transporte terrestre) construída pelos dois Estados que garantisse a conveniência do trânsito, tanto para os cidadãos dominicanos como para os haitianos. Assim, isso levou a uma consolidação das relações e dos acordos comerciais dominicano-haitianos e fortaleceu estas relações e laços comerciais por meio de uma declaração conjunta entre os dois governos.

Com o objetivo e a proteção do limite territorial do Estado ou de um domínio territorial que se deparam na competência da alta política, as fronteiras vinculam-se ao domínio das populações. Mas, a demarcação jurídica do território é uma introversão construída e que é apoiada para a ação institucional na essência de controle legítimo do Estado territorial, é um dispositivo de fragmentação entre unidades políticas soberanas.

Porém, as populações transfronteiras podem se ampliar para além da demarcação jurídica do Estado nacional, desafiando as leis territoriais de cada Estado circunvizinho e gerando uma condição efetiva, eminentemente provocadora, colocando os Estados numa obrigação de revisão de alguns tratados internacionais e diplomáticos já assinados (MACHADO, 2000).

Segundo mencionado Alfonso (2010), no ano de 1990, a fronteira passou por um processo de transição de uma fronteira interdependente muito assimétrica, marcada pela predominância dominicana na área. Portanto, trata-se de uma transição descontínua e fragmentada que se qualificou por um evidente atraso na institucionalidade, regulamentação e pela configuração de diversos corredores desconectados uns dos outros e com níveis muito diversificados de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que essa assimetria estabelecida entre os Estados na região da fronteira está incorporada em um campo de força, que frequentemente concentra poder e concepção simbólica em torno das diversidades, das soberanias, identidades nacionais, domínios e direitos de cidadania até as delimitações dos territórios nacionais. Percebe-se que as fronteiras nacionais são comumente assimétricas, revelam conflitos e disputas de diversas dimensões e ordens, estruturas de subordinação e dominação entre as populações locais e Estados nacionais ao longo do seu período (tempo).

Portanto, há regiões de predominâncias culturais e geopolíticas que vão além das delimitações políticas, desigualdades entre as populações e grupos sociais que encontram em territórios fronteiriços, além dos desequilíbrios e/ou dissimilaridades econômicas existentes entre os dois países. Assim, as desiguais escalas territoriais e de poder contribuem em tensão, sintonia e cruzamento nas fronteiras assimétricas entre as duas nações ou dois Estados.

Convém lembrar que o Estado mantém uma função relevante, pelo fato de que os interesses econômicos são impostos por considerações geopolíticas. Também na década de 1990, os acordos estabelecidos entre os dois Estados variaram em razão das políticas econômicas. Como consequência, um crescente movimento binacional e transfronteiriço foi ativado, e a migração haitiana foi direcionada para uma maior variedade de setores produtivos e serviços, em grande parte na área urbana. Portanto, a faixa de fronteira tornou-se uma área de contatos intensos de várias naturezas e de mobilidade de pessoas e de comércio na faixa de fronteira entre as cidades fronteiriças.

No meio de diversas divergências sociopolíticas e econômicas existentes entre os dois países vizinhos, a fronteira passa a exercer um papel de zona camuflada em linha na medida em que a cada delimitação linear fixada retribui a uma área geográfica (RAFFESTIN, 1993). Portanto, essas áreas estão geralmente municiadas por uma série de armamentos que se

transmutam em postos avançados com forças de vigilância fronteiriça; de controle, de proporção impenetrável e também para proteger o território nacional contra invasão. Todavia, essas fronteiras estão relacionadas, atualmente, à delimitação socioterritorial e espacial do Estado moderno que se estabelecem como instrumentos de poder político dos Estados nacionais (*Ibidem*, 1993). Isso facilita que o Estado proteja as suas soberanias e tenha controle sobre o limite territorial que está em jogo. Esse fato está justamente relacionando à situação da fronteira do Haiti e da República Dominicana.

Com a estabilização e a modernização da fronteira pelo novo destaque do poder econômico e político que a República Dominicana desempenha da região do caribe e da ilha, destaca Redon (2010) que a fronteira passa a ter a distinção para ser legível na paisagem da ilha. Esta visibilidade e esse modelo de gestão de fronteira devem-se, por um lado, às diferenças na exploração da área (plantação no Oeste e agricultura extensiva no leste, com uma cobertura vegetal muito menos densa no lado haitiano), e, por outro lado, à vontade política das autoridades dominicanas, ansiosas por demarcar claramente o território nacional.

No lado dominicano, a onipresença militar nas fronteiras dá uma impressão de sacralidade do território. As rotas que conduzem ao Haiti são marcadas com postos militares relatados por lombadas de tamanho adequado e também por barreiras removíveis. Assim, a questão das interações espaciais e as políticas de fechamento e abertura da fronteira do Haiti e da República Dominicana, colocando em jogo não só as normas estabelecidas, mas também as suas dinâmicas, que serão discutidas no tópico 1.3.

1.3. Dinâmicas da região de fronteira

As fronteiras, reforçando essa consequência de separação e de ruptura, produzem um resultado de diferenciação e disjunção que amplificam o corte, marcando e reforçando as particularidades, levam cada subespaço da fronteira a se reorganizar. As fronteiras dão origem a assimetrias políticas e jurisdicionais que resultam em divergências de atuação, social, econômico e cultural. Essas diferenças são ainda maiores, uma vez que os sistemas existentes em cada um dos países vizinhos são claramente divergentes e se esforçam para fortalecer suas particularidades e sua própria identidade nacional (AMILHAT SZARY; FOURNY, 2006; CHRISTALLER ET LÖSCH, 1982).

1.3.1. Fronteira: limite geoestratégico dos Estados e suas articulações geográficas

As fronteiras surgem dentro de uma configuração territorial do Estado contemporâneo e se estabelecem como organizações espaciais rudimentares, de estrutura linear, com papel de ruptura geopolítica e de descontinuidade, acarretando duas

particularidades principais, interna e externa: entre a soberania⁴ nacional de um Estado e o seu limite territorial (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1994). Dessa forma, seu motivo principal não é exclusivamente dividir o espaço ou território, mas também o tempo de acontecimentos, das línguas, das economias, das sociedades, dos Estados, dentre outros aspectos (FOUCHER, 1991).

No cenário atual, a fronteira se tornou um sinal de quando o Estado moderno alcançou um controle territorial total. Nessa condição, é importante que se cumpra uma série de condições exclusivas, motivo pelo qual a linearização da fronteira passa a ser muito importante. Para tanto, a técnica linear aparece como política primordial para delimitar e determinar a área territorial entre diferentes Estados soberanos e nacionais, pois “o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem nunca desaparecerem” (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Ainda na análise de Raffestin (1993), a noção de fronteira do Estado moderno atingiu um controle territorial absoluto. Para que isso se realizasse, ela teve que cumprir uma série de exigências específicas, dentre as quais a mais relevante é a linearização da fronteira. A prática de linearização é uma das ferramentas e políticas mais importantes para a delimitação das fronteiras territoriais de dois Estados soberanos. Porém, para que esses Estados possam ser constituídos, precisam de uma população que se estabeleça num território para exercer sua própria soberania.

Ao reconhecer a presença dos limites em zonas para que o Estado exerça a soberania, Ferrari (2014) ressalta que as delimitações lineares evidenciam uma realidade política territorial particularizada que está vinculada à noção de fronteira. Essa limitação de fronteira entende-se por uma definição da linha de inserção de marcas sobre o território, no qual possibilitando perceber do início ou fim de um controle político territorial e do Estado, o que faz com que o limite seja entendido como a linha de controle legal de Estado-nação. Ao

⁴A soberania pode ser definida como o poder de comando em última instância numa sociedade política. Ela pretende ser a racionalização jurídica do poder no sentido de transformação da força, ou capacidade de coerção em poder legítimo, isto é, do poder de fato em poder de direito. Ela se manifesta em uma posição de supremacia em relação às excessivas forças sociais presentes na arena política (MIRANDO, 2004). Essa soberania não é encontrada em sociedades nas quais a organização política não tenha evoluído em direção ao Estado. A ideia de soberania tampouco aparece necessária, antes, que a diferenciação clara entre Estado e comunidade (o corpo político) que lhe originou dê lugar à integração de ambas na ficção jurídico-política. Assim, o surgimento daquela ideia exige, inicialmente, que a comunidade e o Estado se desenvolvam a ponto de serem independentes e perfeitamente diferentes um do outro, apenas para serem assimilados, em nível teórico, num segundo instante. Após o Estado ter se diferenciado da comunidade, a vontade absoluta desta deve ser assimilada à vontade positiva daquele, por meio dos atos do governante (HERMANN, 2011). Para saber mais sobre a discussão da soberania do Estado haitiano, consultar os trabalhos Thizy (2003): “Haiti où la souveraineté est impossible” e Sainté (2017): “Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012”.

mesmo tempo, faz com que a fronteira seja mantida como uma área geográfica entre dois ou mais sistemas estatais distintos.

Sendo assim, para que o Estado mantenha o melhor controle do território, a fronteira é delimitada como um limite de partição circulando um conjunto de símbolos e valores, com os quais uma comunidade se identifica (REDON, 2010), que vão da bandeira ou da forma dos campanários até a estrutura social aceita, as crenças religiosas e os princípios educacionais (GOTTMANN, 1966; REDON, 2010).

Na compreensão dos contextos geopolíticos e geográficos de fronteira, Cataia (2013) argumenta que a linha de fronteira é cobiçada, ainda que fosse para ser pilhada pelas nações imperialistas. Mas uma solidariedade nova surgiu entre as regiões e os eventos em escala planetária. Em razão de o mundo todo ser conhecido, todos os fenômenos políticos ganharam uma nova condição de política universal, portanto, intencionando que os territórios nacionais se encontrem delimitados por linhas bem fixadas. Portanto, essas demarcações possuem uma obrigação internacional, que é referência para a instituição das relações internacionais e diplomáticas e servem de base para o reconhecimento e também para a constituição da zona de fronteira, que é geralmente constitucional, e da região de fronteira que é vivida.

Na compreensão de Martins (1994), a fronteira passa a ser considerada como uma linha. Essa linha pode ser representada por um pensamento jurídico e político. No entanto, elas não podem ser consideradas como uma abstração sem existência real, caso contrário não se posicionariam dentro de uma cartografia. Embora a fronteira de dois Estados tivesse delimitações imprecisas, a identificação entre fronteira internacional e limite desdobra-se por meio da mobilidade e da imprecisão cartográfica que na mais generalidade do tempo relaciona-se ao desenvolvimento da sociedade.

Se observados os cenários mais recentes, as fronteiras evoluem nas suas formas espaciais e nas suas funções. Assim, a linha fixada substitui uma rede de controle construída sobre todos os pontos de entradas do território nacional, permitindo fluxos de movimentos de pessoas, de mercadorias, itinerários e trânsitos comerciais. Assim, as preocupações dos Estados em relação ao controle entram em contradição com o crescimento dos fluxos de mercadorias que resultam do fenômeno da globalização, de realocações, de deslocamentos, dentre outras (HAMEZ; AMILHAT-SZARY *et al.*, 2013).

Em relação aos fluxos de movimentos de pessoas e práticas de atividades comerciais, segundo entendimento de Raffestin (1974), a fronteira exerce influências devido

às variações estabelecidas por ela, promovendo efeitos diretos e indiretos. Os efeitos diretos⁵ podem ser apresentados na medida em que as variações da demarcação modificam a cobertura espaço-temporal de uma coletividade, refletindo sobre suas relações. Além disso, a cinemática de uma linha fronteira pode ser direcionada por vários acontecimentos políticos, causando, por vezes, a desestruturação de um sistema integrado, além de provocar o aparecimento de um dobramento funcional⁶ da fronteira.

Na análise de Raffestin (1974), a fronteira também tem efeitos indiretos porque justapõe dois tipos diferentes de soberania política, ou seja, duas estruturas organizacionais que segregam políticas específicas, por exemplo, agrícolas, industriais, demográficas. Decisões tomadas de um lado ou do outro naturalmente têm consequências dentro das fronteiras, mas os grupos fronteiriços podem obviamente procurar tirar proveito de contrastes ou oposições. Em outras palavras, podem valorizar certas discrepâncias criadas por políticas diferenciadas.

Ainda no que se refere às fronteiras, podem ser consideradas como formas de descontinuidades territoriais cuja função é determinada por uma demarcação política. Essas instituições são estabelecidas por decisões políticas, impostas ou concertadas, e regidas por textos legais (FOUCHER, 1991). Como as leis de um Estado soberano internamente, o direito internacional público é adotado como a lei comum na coexistência de Estados; mesmo que sejam rejeitadas, os tratados territoriais são os únicos caminhos para os quais a sucessão do Estado é automática (FOUCHER, 2007).

Desse modo, a fronteira exerce uma função na história política entre os Estados nacionais e no limite de soberania de um poder regional, que trata do vivido, ou seja, a vida cotidiana e as interações entre as populações em zonas de fronteira. Ademais, cabe ressaltar que a noção de fronteira é vinculada à percepção do território como uma instância político-administrativa formal, sob o domínio do Estado (GOTTMAN, 1970; SOUZA, 2003; FERRARI, 2014). Essa concepção de dominação concebe a fronteira e o território numa outra dimensão, que envolvem visões mais amplas, incluindo aquelas não hegemônicas e que se opõem ao próprio Estado (SILVA; TOURINHO, 2017).

De tal forma, Cataia (2010) aponta que a delimitação político-administrativa estadual ou municipal, instituída nas fronteiras territoriais de um Estado ou de um país,

⁵Além disso, os efeitos diretos da fronteira podem se originar de uma mutação nas funções da fronteira; geralmente, esta é uma mudança na função de imposto. Portanto, a função de imposto é fortalecida e o comércio é afetado, ou a função de imposto é enfraquecida e o comércio se torna muito mais fluido (RAFFESTIN, 1974).

⁶Dobramento funcional da fronteira só pode ser explicado pela interrupção de uma comunicação entre duas áreas. Assim, uma modificação da fronteira leva a uma reorganização do campo relacional para lidar com as novas condições (RAFFESTIN, 1974).

estabelece um conjunto de planejamento e planos políticos e ações diversificadas. Assim, essas políticas hegemônicas são, na realidade, disseminadas através de um território nacional ou de um país de forma não antagônica. Tais mecanismos permitem, de fato, criar as fronteiras internas estatais. Raffestin (1993), por sua vez, ressalta que, para o Estado, a fronteira é considerada como um teatro, onde a legitimidade do seu poder é observada com cuidado. Portanto, a função principal do Estado é proporcionar segurança. O limite serve como um lugar metafórico à identidade nacional, étnica ou cívica, separando o Estado Nacional do vizinho. No período contemporâneo, os limites cristalizados se tornam ideológicos, pois justificam territorialmente as relações de poder. Assim, toda relação resulta de delimitações territoriais.

A respeito da demarcação do território, o limite é uma estrutura sêmica empregada/utilizada pelas coletividades para delimitar o território. Portanto, esses limites são geralmente uma informação que organiza o território, o qual é produto dos agentes sociais. Neste enquadramento, toda apropriação territorial passa a ter limites, os quais revelam-se as relações de poder entre os Estados (RAFFESTIN, 1993). Visto desta perspectiva da conveniência e do limite territorial do Estado, Cataia (2013) argumenta que as fronteiras são condições e resultado dos acontecimentos sociais em coerência com o seu tempo. Portanto, toda ação é exposta ao seu tempo. Assim, os deslocamentos que se originam nas fronteiras sofrem modificação ao longo do tempo, e, da mesma forma, podem envolver a obsolescência das fronteiras entre os territórios estatais.

Na condição de compreender o processo de demarcação dos territórios Estatais, Ferrari (2014) estipula que a conceituação de fronteira é associada ao limite político-territorial, portanto, as expressões “limite” e “fronteira” não detêm a mesma significação. No entendimento Minghi (1963) e Machado (1992), as tipologias de fronteira-limite passaram-se da simples divisão natural-artificial para outras, que formam a estrutura da fronteira como física ou antropogeografia, até chegar àquelas com base na paisagem cultural. Entende-se que a ideia de limite, segundo Ferrari (2014), é eventualmente destinada a exteriorizar-se ao afrontar tanto a impossibilidade quanto o fim de uma sequência de atividades/ações. Contudo, uma vez que esse limite territorial é revelado e imerso na vida das populações de fronteira, passa a ter uma realidade muito mais enigmática e múltipla.

Enquanto a fronteira, segundo Guichonet e Raffestin (1974), constituiu não somente um meio de diferenciação territorial, mas também um meio de diferenciação temporal. Como qualquer outra concepção, de qualquer modo, a fronteira pode sofrer algumas transformações e agregar novos componentes ao longo de sua trajetória, pelo

desenvolvimento das sociedades, com o crescimento de novas técnicas de produção, mudanças culturais, econômicas e políticas. Desse modo, Carou e Lois (2014) ressaltam que a política de fronteiras tem uma grande importância na prática e traz consequências sobre a paz e a guerra entre as nações, como quaisquer outros fatores políticos ou econômicos entre os Estados. Redon (2010) compartilha do pensamento de André Corten (1989) no livro “*Éponyme*”, ao apontar que esse limite de território baseado na falta de diferenciação entre os dois países e a não demarcação do seu território resultaria, portanto, em uma forma de dependência, ou transnacionalização, colocando em questão o estatuto do Estado-nação.

Cabe observar que a fronteira poderia ter múltiplos e variados efeitos e, portanto, era representada mais como um fato social do que um fato espacial *stricto sensu*. Entretanto, a execução e a gestão do projeto social pressupõem a posse da soberania nacional e territorial determinada por um modelo de fronteiras, estabelecendo limites ao campo relacional. Dessa forma, essas relações estão transcritas no tempo e no espaço. Porém, a fronteira não delimita exclusivamente o território *stricto sensu*, mas também espaço-temporalmente, determinando, por um arranjo de tempo e de espaços operatórios, o lugar da realização de um sistema de relações, de disputas e de poder (RAFFESTIN, 1974). Ademais, há controvérsias por não ser unidimensional, contudo, contém diferentes interesses que, em alguns momentos, disputam, concorrem e compartilham propósitos semelhantes.

Observa-se que as fronteiras passam a condicionar o ambiente de vida que depende em grande parte do status que lhes é concedido pelas autoridades políticas, mas também do modo como as áreas de fronteira são praticadas pelos habitantes de um lado para outro da fronteira. Essa concepção de fronteira é considerada como um instrumento que depende de condições sociopolíticas e socioeconômicas. Propositamente ou não, a fronteira ainda tem uma influência decisiva sobre a vida dos habitantes fronteiriços do Haiti e da República Dominicana. Desse modo, Baud (2000) estipula que as fronteiras transmitem a concepção de uma forte separação entre as nações, e os territórios fronteiriços beneficiam-se de um contato internacional que lhes resultam convivências sociais, culturais e oportunidades econômicas e comerciais.

Todavia, Raffestin (1974) ressaltam que a recrudescência dos interesses nas fronteiras e a utilidade de concebê-los de uma nova maneira podem ser alcançados nos movimentos de integração, na medida em que as comunidades econômicas e políticas têm a obrigação de conhecer melhores áreas de articulação dos Estados que as compõem. Com a articulação dos Estados na fronteira, Silva (2013) expõe que o paradigma de organização político-territorial praticado hegemonicamente no período contemporâneo é o do Estado

territorial, situação em que o Estado é uma instância, a estrutura jurídico-política que organiza a dominação, que constitui o território, demarcado pelas fronteiras, possuindo um conteúdo, uma população inserida pelo sentido de uma nação. É importante mencionar que essa essência de nação fora forjada pelo artifício da ilusão e expandido pelo capitalismo tipográfico⁷.

Com base nessa reflexão, podemos ressaltar que o Estado racional é estabelecido como uma comunidade humana que pretende o domínio do uso legítimo da força física dentro de determinado território (WEBER, 1991). O Estado é a única fonte do direito de uso à força e à violência e se estabelece numa relação de homens dominando homens, e tal relação é mantida por meio da violência considerada legítima.

No entendimento de Weber, para que um Estado exista, é relevante que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade justificada pelos detentores do poder no referido Estado. Por outro lado, para que os dominados obedeçam, é fundamental que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima sobre o território. O Estado, segundo a hipótese de Marx (1990), é estabelecido como um estranho para a sociedade, ou seja, trata-se de um organismo com suas próprias normas/regras internas, com a sua organização, com a sua burocracia, de modo a parecer independente. Assim, o Estado encontra-se num processo de contínua centralização militar, policial e burocrática que impõe a toda a sociedade como se fosse um corpo diferenciado, mas, ao mesmo tempo, ele revela o poder da classe dominante.

Contrariamente à estrutura de classe dominante apontada por Marx, Weber (1991) trouxe um estudo normativo sobre o Estado ao definir o Estado moderno⁸ dentro da expectativa de deter o domínio legítimo de força física, ou seja, o Estado-coibição. Além da

⁷Capitalismo tipográfico refere-se, especificamente, ao corpo de burocratas do Estado em formação. No entanto, ele traz uma fixidez à língua, ou seja, torna a língua imutável, já que o material impresso guarda uma forma constante uma nova mercadoria remetendo ao sentimento de simultaneidade, capaz de reprodução praticamente infinita no tempo e no espaço, e tem uma característica atemporal, por não estar sujeito a hábitos individualizantes. Cabe ainda constatar que esses princípios de uma consciência nacional resultam de processos insensatos que provêm da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística humana. É importante compreender que a forma traduzida como explosiva relaciona-se, muito mais a um sentido de espontâneo, que se refere à forma pela qual uma comunidade é construída nesse período das nações modernas (ANDERSON, 1983).

⁸Wallerstein (2002) afirma que Estado moderno é considerado como uma formação peculiar que se institui por um conjunto dos Estados soberanos dentro de um sistema inter-Estado. Em relação a isso, Moraes (2005) aponta que o Estado toma sua feição moderna, nacional e internacional. Essa superação do particularismo é importante para o domínio capitalista, pois fundamenta a emergência do capital nacional. Porém, o Estado pressupõe a individualidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição e sua delimitação na formação territorial do espaço. Por este ângulo, Wallerstein (2002) reconhece a particularidade do Estado moderno que está caracterizada pelo estabelecimento da soberania interna e externa, quer dizer, o Estado possui autoridade em seu território em colocar em prática as ações sem inquirições. Ademais, outros Estados territoriais devem estar em condição de respeitar a soberania uns dos outros. Entretanto, na prática a soberania é relativa, vista disso, há também desigualdades de poder entre os Estados territoriais, e, também, poucos chegam a impor sua maior decisão que outros.

repressão, o Estado moderno mantém como uma categoria pura de uma política de dominação. Essa dominação racional-legal, dominação burocrático-moderna, deve ser tomada como um instrumento de integração dos indivíduos à ordem moderna. A esse respeito, Marx (1987) argumenta existir uma visão do Estado-ação, isto é, o Estado dispositivo de uma classe social. No entanto, o poder de Estado é constantemente o exercício de uma classe social. Portanto, o Estado liberal é exclusivamente o uso da violência social, isto é, um objeto de repressão e de dominação (dentro do limite da jurisdição territorial).

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, o Estado também detém o monopólio do controle sobre o espaço até o limite da fronteira territorial. De certo modo, o Estado passa a exercer um controle sobre porções do espaço, constituindo territórios, seja no sentido mais político do termo, seja na perspectiva simbólica (CATAIA, 2010; SILVA; TOURINHO, 2017). Na hipótese de exercer o controle sobre o território, o Estado estabelece um esforço duradouro para efetivar o monopólio legítimo da força, ao se observar o sentido oriundo do pensamento weberiano. Em decorrência disso, as fronteiras territoriais para o Estado possuem um valor estratégico mais ou menos intuitivo e também são lugares no qual o Estado regularmente se constitui e se reproduz simbolicamente nas esferas sociopolíticas, ideológicas e também econômicas (DORFMAN; CARDIN, 2014).

A fronteira é, portanto, um instrumento que depende das conjunturas sociopolíticas e socioeconômicas. Vale lembrar o pensamento de Guichonet e Raffestin (1974), para quem a fronteira usa como uma projeção as preocupações do Estado nacional. Porém, essas consequências específicas criam fenômenos que estão além do controle estatal. Nesse âmbito, a fronteira tem capacidade de criar ou destruir ambientes vivos sem uma intenção consciente que presida essas criações ou destruições. Assim, essas margens territoriais têm suas próprias particularidades que resultam de um confronto de diferentes sistemas organizacionais. Também, nelas pode existir uma diferenciação absoluta porque a impermeabilidade é completa, ou seja, uma homogeneização por osmose.

A condição atual do regionalismo e das margens territoriais de fronteira está relacionada especialmente às eventualidades das ordens mundiais provocadas pela globalização. As evoluções tecnológicas em transporte e comunicação modificaram a forma como os países, empresas e pessoas se correlacionam nas zonas de fronteira. Se, no período antecedente, o Estado-nação era considerado como o caminho para e o centro de evoluções sociais globais, na fase recente do regionalismo e das fronteiras os intercâmbios foram gradativamente transnacionais, extrapolando os territórios nacionais de formas não antes vivenciadas, gradualmente distanciando-se do controle do Estado.

Portanto, essa transnacionalidade de forças motrizes das dinâmicas políticas, econômicas e culturais, devido ao crescimento do comércio global e dos fluxos econômicos transnacionais, à expansão da densidade e à velocidade das redes de comunicação, além da movimentação ampliada entre/dentro das organizações culturais diferentes, acrescentou a percepção de uma interconexão global, gerando apreensão de novos desafios e oportunidades em todas as categorias da sociedade, inclusive as fronteiriças.

Em virtude do que foram observadas, suas particularidades multidimensionais não estão geralmente restritas a inquirições de comércio, economia e segurança. Assim, nota-se uma pluralidade de representações institucionais e uma cooperação mais dinâmica e atuante de atores corporativos. A mobilidade do capital e da sociedade civil, das pessoas, da informação e indústria, fez com que os decisores políticos discutissem a sua importância em condições econômicas dentro desta atual ordem mundial, nacional e regional.

Nessa perspectiva, diversas organizações foram estabelecidas e vários tratados e sistemas regionais foram apresentados por diversos atores com intuítos políticos, econômicos e sociais. Sendo assim, os atores não estatais requereram inclusão na dinâmica regionalista. Tal mobilidade, chamado por muitos de regionalização, ou seja, regionalismo informal, tornou-se uma relevante força motriz dos sistemas regionais. Posto isso, o Estado esforçou-se a defender sua soberania territorial frente aos fluxos crescentes, atribuindo o poder para cima, para o lado e para baixo, territorializando a política nacional.

Em decorrência disso, surgiram unidades subnacionais e transnacionais de governança. Uma vez negligenciadas ou desconsideradas como mecanismo secundário da estrutura interestatal, as fronteiras (do Haiti e da República Dominicana) ainda se tornaram um êxito ao ampliar as relações comerciais e os mercados e receber uma função essencial em uma economia gradativamente global e internacional. Desse modo, as áreas fronteiriças foram velozmente metamorfoseadas em núcleos/centros estratégicos, numa disputa público-privada para induzir o capital transnacional.

Em relação às cooperações comerciais e dos mercados promovidas nas fronteiras transnacionais, as verificações do questionamento da ordem global admitem a presença de regiões de centro e periferia, dificultando o funcionamento de microrregiões, bem como de suas zonas fronteiriças. Sendo assim, as fronteiras passaram a ser usadas para assegurar a inserção de certas microrregiões na estrutura econômica global e nacional, tornando-se o objetivo de uma reorganização produtiva no planeta.

É nesse sentido que as margens territoriais possuem suas próprias particularidades em choque com diversas estruturas organizacionais que identificaram e foram a peculiaridade

filtrante das fronteiras, abertas aos produtos, à informação e ao capital, passando a ser bloqueadas para indivíduos de regiões periféricas. Além do mais, as fronteiras não podem ser compreendidas como um limite, um lugar de embate/antagonismo. Devem ser entendidas como uma zona de transição entre a movimentação subnacional. Ademais, a integração global das fronteiras evidenciou/enfaticizou seu papel como um sistema multidimensional de articulação e de homogeneização.

Acerca de perspectiva que concerne diretamente à literatura de fronteira, Brandão (2012) reitera a ideia de Boudeville (1973) ao analisar a noção de homogeneização como medida dos fatos, e já se torna uma tradução dos estudos regionais a utilização dessa concepção como fundamento para delimitar fronteiras regionais. Contudo, esse processo não delimita as regiões, mas, sobretudo, afastam-se às fronteiras regionais, transbordam-se limites e criam condições sintéticas universais para o valor se valorizar em condições universais, absolutos e também abrindo horizontes e dispendo de espaço para uma valorização mais ampla do capitalismo, estabelecendo novas relações de equilíbrio comerciais entre os Estados. Sendo assim, a fronteira não resulta apenas do equilíbrio, ela também é modelada pelas forças vitais de dois povos.

A fronteira é elástica⁹ porque tem um valor relativo simples, de acordo com a função efêmera que lhe é atribuída pelo grupo que enquadra e por um tempo em que ela se mantém. Assim, ela pode parecer apenas um limite suave e temporário, às vezes rígido e permanente, para as atividades de uma sociedade. Ela se fecha e se abre, não nos obstáculos aos quais se agarra para se fixar, mas quando agitada por dentro de um território (ANCEL, 1938). Verifica-se que uma sociedade estruturada territorialmente em países, Estados e municípios, ainda se levando em consideração as complexas territorialidades existentes nos espaços geográficos, busca delimitar raias fixas, notoriamente caracterizadas e evidenciadas em termos cartográficos através de linhas divisórias (SILVA; TOURINHO, 2017).

Com apoio da análise de Ratzel (1987, 1988), Cataia (2010) relaciona as fronteiras em três categorias (tipos): políticas, naturais e artificiais. Desse modo, oferece subsídios para se refletir sobre a tipologia da fronteira e também sobre parte das particularidades que devem ser encaradas ao preconizar a transformação de sua linha de separação.

⁹Com base da tipologia das fronteiras do Ratzel (1987; 1988), Cataia (2010) argumenta que a fronteira é elástica, por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras ampliam ou diminuem suas extensões. Portanto, a evolução técnica desenvolvida diminui os “erros”, conforme mencionado no Quadro 2.

Quadro 2. Tipologias de fronteiras segundo Friedrich Ratzel

Tipos	Subtítulos	Atributos
Políticas	Simple	Aquela que não tem contato com outra área política.
	Dupla	Demarca duas zonas de contato (por exemplo, de dois territórios nacionais).
	Fechada	São enclaves dentro de uma área política (por exemplo, País Basco).
	Descontinua	São enclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais (por exemplo, as Ilhas Malvinas).
	Deficiente	Onde ocorrem conflitos por novas demarcações fronteiriças. Estes indicariam a(s) deficiência(s) da(s) demarcação(ões) anterior(es).
	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros cartográficos, muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os “erros”.
Naturais	Marcos físicos	Os limites do ecúmeno são montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas etc. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo; o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico.
	Boas	Quando a fronteira se presta, fisicamente, à proteção do Estado em um momento de guerra.
	Más	Quando a fronteira física não se presta à defesa militar de um Estado.
Artificiais	Demarcadas	Qualquer fronteira demarcada por tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico.

Fonte: Cataia (2010, p.12).

Intencionar a redefinição dessas raia territoriais exige, portanto, considerar as tipologias evidenciadas, que mostram uma compreensão maciça de fronteira, vinculada exclusivamente ao território enquanto objeto político-administrativo do Estado. Na prática, apesar da análise fechada do território e da fronteira, essas tipologias contribuem para se entender como tem sido particularmente efetuada a delimitação de linhas divisórias entre países, Estados e municípios e regiões do território nacional (SILVA; TOURINHO, 2017).

Nessa lógica de estabelecer o limite territorial, o território passa a ser representado como uma base fundamental para a formação do Estado-Nação, que, ao mesmo tempo, o moldava (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O território é definido como um espaço apropriado, espaço social, espaço usado, o lugar onde se objetiva a reprodução das relações sociais e o cotidiano da vida humana, caracterizado pela disputa de dominação, de poder e de controle (SANTOS, 2003a). Portanto, os territórios podem ser construídos a partir de um espaço onde executam um trabalho nas relevantes relações marcadas pelo poder e pela dominação (RAFFESTIN, 1993).

Segundo mencionado Raffestin (1993), o território é uma construção social que implica o estabelecimento de relações de poder. É, sobretudo, um local de articulação e mediação com o meio externo. O território pode ainda ser identificado, de acordo com seu processo de formação, em quatro categorias: o território cotidiano, das trocas, de referência e do sagrado (RAFFESTIN, 1993). A circulação e o comércio são responsáveis por relacionar territórios separados pelos limites e fronteiras. Essas relações se apresentam sobre vários aspectos, inclusive em suas formas relacional e multidimensional. E o poder é exercido e pode ser historicamente construído na vida cotidiana (SAQUET, 2003 [2001]).

A fronteira é determinada como um espaço construído dentro de limites e, por esses limites, o território é abalado em sua configuração e em sua natureza. Nossa posição é baseada em uma definição de limite que representa a territorialidade como forma de ler os espaços. Do ponto de vista conceitual, não consideramos a territorialidade exclusivamente como um modo de controle territorial (SACK, 1986). Assim, consideramos a hipótese de Raffestin (1993), que define a fronteira como um limite territorial, apesar de a existência concreta e material da fronteira assumir uma extensão incontestável e notoriamente relacionada ao espaço. Assim, o Estado, nesse contexto, passa a existir quando uma população estabelecida num território exerce a própria soberania. Em seguida, para instalar-se, deve o Estado reunir três particularidades basilares: o território, o governo e a população, exercendo a autoridade soberana do país.

Esta análise de fronteira é importante para o caso do Haiti e da República Dominicana, que haviam passado por um processo de colonização e de descolonização. Após tanto sofrimento durante o período de escravidão, a população desse território afrontou os poderes colonizadores através de uma luta violenta, e, depois, uma ilha, um só território passa a estabelecer uma luta pela delimitação da fronteira para tornar-se dois Estados em uma única ilha.

1.3.2. Território: espaço de disputas por poder e dominação

Os eventos geográficos referentes à divisão e à demarcação da ilha, segundo Santos (1979), são sempre presentes, mas não obrigatoriamente efêmeros, decorrendo da noção de duração, período de tempo definido em acontecimentos efetivos. Então, esses eventos geográficos possuem uma duração natural, resultante do próprio acontecimento e de uma duração de organização, como no contexto de leis e normas (acordos, tratados) que

intervêm na duração dos eventos geográficos (como se refere no caso dos eventos geográficos marcados para a divisão política da ilha pelos poderes coloniais).

No entendimento do autor, para compreendermos as periodizações, é importante analisar a ideia de evento. Nesse sentido, os eventos transformam as coisas e modificam os objetos, dando-lhes novas particularidades. Assim, os eventos não podem acontecer se não houver atores e sujeitos. Portanto, os eventos históricos e geográficos dispõem-se na atuação/atividade humana (SANTOS, 2004) sobre o território.

Por meio desses eventos históricos e geográficos que dispõem a atividade humana, o território é, de fato, caracterizado e qualificado pelos fatores de identidade, territorialidade, cultura, entre outros. As disputas pelos usos do território estabelecem as lutas acirradas pelo poder; e é por essa razão que território e poder constituem-se em um par dialético. As relações de poder são caracterizadas por uma organização social e política dada, resultando inevitavelmente em conflitos (SOUZA, 2014). Em relação a essa questão, o território é um espaço qualificado pela preponderância de um grupo de pessoas, sendo determinado pelo controle político de âmbito territorial e espacial, que, no mundo contemporâneo, estabelece áreas de domínio estatal (MORAES, 2005). Todavia, o território é tomado como um dado essencialmente social, e procura-se compreendê-lo enquanto uma realidade cindida, mas indissociável, entre materialidades e ações, objetos e normas, técnica e política (SANTOS, 2005).

Na percepção de Ratzel (1982), o território é determinado pelo domínio de um grupo humano, definindo pelo controle político de um dado âmbito socioespacial e territorial. Em relação a isso, Moraes (2005) ressalva que os territórios se mantêm apenas pelo recurso à força e à violência, envolvendo também instâncias de legitimação de domínio e de poder de Estado praticado, o que redundaria em formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania interna e externamente ao espaço. Assim, esse território é determinado por uma construção política e, portanto, deve ser retratado por meio de pactos e disputas sociais e por meio do seu uso.

Por meio do uso do território, as formas hierárquicas e de ocupação entre os lugares explicam os efeitos de lutas, violências, hegemonia e atos políticos. Além disso, a produção do espaço pode ser observada como um processo técnico, fortificado em projetos e orientado por opiniões. Porém, a construção do território pode envolver um conjunto de sistema de ações, que pode atuar como um caminho para análise da formação social e histórica de um país. Em relação a isso, o território resulta e passa por um longo processo histórico, principiado e estabelecido pela Paz de Westphalia (1648) (como já foi mencionado

na introdução), marco a partir do qual o Estado exerce o monopólio legítimo do poder político.

Essa concepção política e hegemônica de território continua a ser essencial no momento em que a valorização diferencial de nações e regiões é agravada pelos impulsos globais (RIBEIRO, 2013). Além das reflexões pautadas sobre as regiões, Santos (2008) defende que o espaço geográfico seja constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através dessa ambição sistemática, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar tautologias e ambiguidades. Para Souza e Gemelli (2011), território e região, enquanto categorias de análise geográfica, são indissociáveis, não podendo ser analisadas separadamente. Possuem estreita relação devido ao fato de o movimento do território estar intimamente relacionado ao movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução de novas regiões.

Assim, todo território dispõe de sua própria identidade que o caracteriza no espaço, o que requer ser sua territorialidade¹⁰, isto pode ser determinada em uma parte do espaço geográfico, diferentes territórios justapostos com suas respectivas territorialidades (SOUZA e GEMELLI, 2011). No entanto, a territorialidade passa a ser entendida como dinâmica que pode ser metamorfoseada no espaço e no tempo, em concordância com as particularidades de cada sociedade (RAFFESTIN, 1974; SAQUET, 2009). Para o entendimento de todas as relações, o território pode ser explicado como um espaço social, historicamente organizado, produzido, mantido por relações de poder, por identidades e por redes, que sempre continuam se modificando no tempo (SOUZA; GEMELLI, 2011).

Nessa perspectiva, Ribeiro (2004) indica, por sua vez, a celebração histórica das condições propícias da vivência de homogeneidades nas vinculações sociais de produção por meio de uma hierarquização político-espacial da sociedade. Assim, a região correlata à regionalização estimula interpretações que tocam as condições historicamente construídas da reprodução social e territorial. Numa eventual análise do território (fronteiriço), Santos (1982) argumenta que o espaço passa a ser determinado como um fato social, produto da atividade

¹⁰No entendimento do Sack (1986), a territorialidade é conceituada como um componente do poder, não é exclusivamente um meio para criar e manter a ordem, mas, de fato, é uma estratégia para criar e manter grande partir do contexto geográfico através do qual nós experimentamos ou dotamos de significado. No mesmo seguimento, Haesbaert (2004) aponta que a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. A esse respeito, Raffestin (1993) aponta que as territorialidades são também como conjuntos de relações mediatizadas que derivam do sistema sociedade-espaço-tempo e se vinculam à organização do espaço. Além do mais, as supõe dinâmicas, pois seus elementos constituintes diferenciam no tempo. Portanto, a territorialidade é sempre uma relação e se manifesta em todas as escalas, ligam-se às coletividades e à esfera do vivido.

humana que intromete no processo social, tanto pelo que aconteceu na história, quanto pelo fato imanente de historicidade provável de ser imaginada. Portanto, cada pacto de configurações espaciais e técnicas relacionadas institui a particularidade produtiva de um espaço, sua virtualidade e sua limitação.

Sendo assim, a internacionalização da economia possibilita discutir as cidades globais por meio das relações múltiplas que dão uma estrutura de vida social (SANTOS, 2008). Desse modo, Ribeiro (2004) afirma que o desejo de valorizar o espaço remete a aspectos mais abrangentes, históricos, culturais, da questão regional, e não almejam a regionalização como ferramenta que sempre sustentou a ação hegemônica.

Como nos recorda Corrêa (1989), cabe compreender que a região é considerada como uma dimensão espacial das particularidades sociais numa totalidade espaço-social, que é apto insurgir resistência à homogeneização da sociedade e do espaço pelo capital hegemônico e monopolístico. Porém, não pode haver uma elite regional apta a opor a mencionada resistência, de que não há região. Portanto, as regiões podem ser estabelecidas como espaços em que existe uma sociedade que realmente os dirige, estruturando e revalorizando aquele espaço. Na análise do Moraes (2005), a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente reconhecido pela organização de território. Esta valorização pode ocorrer na relação de uma sociedade particular com seu espaço, num intercâmbio contínuo que pacifica essa localidade, materializando concomitantemente as formas de sociabilidade dominantes numa estrutura territorial e organizacional.

Embora válida, Corrêa (1989) aponta que a lógica da territorialidade passa a ser referida ao conjunto de práticas e suas expressões simbólicas e materiais que são capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, e os diversos grupos sociais e empresas. Além disso, Brandão (2012) relata que os efeitos das decisões dos agentes quanto à localização circuitariam esses bloqueios provindos das individualidades, consequências de escalas e dificuldades colocadas pela insuficiente mobilidade dos fatores de produção e pela distância física entre as pessoas, bens e mercados.

Dentro de um determinado espaço territorial, os arranjos espaciais e suas modificações podem ser diretamente sugestionados pela ação de diversos agentes principais, tais como o Estado e o capital, os quais interferem na organização da sociedade (SOUZA; GEMELLI, 2011). Nesse âmbito, a organização espacial pode ser considerada como o resultado do trabalho humano num determinado espaço de tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos

diversos tipos de capital. Além do mais, é realizado por meio da ação do Estado capitalista. Isso quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Por esse motivo, fala-se em espaço do capital (CORRÊA, 1997). Portanto, tal fato é visível na fronteira nacional de dois Estados.

Assim, correlaciona-se a questão do conteúdo da fronteira nacional com o que envolve a complexidade da exigência das normas de controle do Estado e da unificação. Portanto, são geralmente representados os limites e, também, vinculados à técnica, que constroem fronteiras e que informam sobre a natureza dos projetos que conduziram à influência hegemônica em confronto com outras ações dos agentes que disputaram seus conteúdos ou aquelas tantas vezes exclusivas na escala do cotidiano dos indivíduos (RIBEIRO, 2004). Esse processo de destruições e construções realizadas no estabelecimento da fronteira faz parte daquele espaço, qualifica-se para as apropriações no tempo que está por vir.

Em relação a essas discussões estabelecidas sobre o poder do Estado de exercer um controle real e legal sobre o território e operar na escala nacional, essas desintegrações se outorgam e, portanto, existem fronteiras internas que são geralmente concebidas através de projetos diferentes. Esses movimentos constituem-se por meio de uma construção social, todavia não podem possuir fraturas, visto que os localismos e também os regionalismos compartilham descontinuidades territoriais. Trata-se de uma dinâmica histórica, e, por essa razão, as fronteiras são históricas, e não naturais (CATAIA, 2010).

Esses conceitos discutidos e debatidos estão relacionados à situação sócio-histórica e espacial da fronteira do Haiti e da República Dominicana. Assim, limite territorial é unívoco em um mapa geopolítico. Para estabelecer a soberania de maneira plena, para o bom funcionamento do Estado, no objetivo de manter o controle e de proteger a sua população, tanto a fronteira quanto o território é, de fato, um componente relevante, pois delimitam não apenas as vinculações de comércio entre os Estados nacionais, mas toda a zona de convergência ou de cruzamento entre sistemas distintos no interior e, consequentemente, as mesmas unidades territoriais e políticas.

1.3.3. Interações espaciais e políticas de abertura e fechamento da fronteira

A marca colonial desempenha um papel fundamental na ilha de Hispaniola porque, no cenário atual, dois Estados coexistem nesta ilha, e isso se deve em grande parte à

construção da identidade criada pela divisão colonial. A reunificação política dos dois lados não ocorreu em momentos cruciais em que teria sido estrategicamente possível (THEODAT, 2003), mas desenvolveu uma relação comercial muito grande entre si. Desse modo, Cataia (2013) ressalta que a presença de limites em zonas, precisamente as zonas de fronteira, ocorre geralmente em áreas de contato entre duas ou mais fronteiras, onde é estabelecida uma vida de relações organizacionais em torno da circulação entre diversas culturas, dando origem a certa condição de imbricação, e não precisamente de hibridez. Nessas zonas de fronteira são plausíveis revelar-se a existência de um terceiro, desde que os dois que deram origem a ele desapareçam, visto que, quanto maior é a interferência de um sobre o outro, mais a circulação passa a ser ampliada ou fortalecida nas redes de mercadorias informais.

Em razão de fluxos de mercadorias informais ou ilegais entre as duas cidades limítrofes, pode-se afirmar que a região de fronteiras se torna uma área inconsistente/desequilibrada, de mapeamentos problemáticos e complexos, visto que são manchas territoriais frágeis que se retrocedem e amplificam com uma fugacidade que surpreende, principalmente com a globalização cultural e econômica que se estabelece na região de fronteira. Todavia, apresenta-se também uma estrutura diplomática e militar extremadamente estatal, que não se mistura com a faixa fronteiriça, apesar de contar com a linha como ponto de referência. E, por meio dessa estrutura, reconhecem os limites em linhas, ou seja, a linha de fronteira, a mais almejada das fronteiras políticas. Em vista disso, propõe-se que os territórios nacionais sejam demarcados por linhas mais nítidas entre os Estados.

Dado o exposto da delimitação de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana, segundo a reflexão de Machado (2000), as linhas que demarcam os dois territórios nacionais possuem atribuição internacional na medida em que são referências para a construção das relações diplomáticas, desempenham papel de estrutura para o reconhecimento da zona de fronteira que é vivida e da zona de fronteira que é constitucional. Além disso, há limites no território nacional que se cristalizam economicamente nas fronteiras representados pelos passos de fronteira (alfândegas), designados como nódulos nas delimitações de fronteira.

Conforme menciona Cataia (2013), a fronteira representa-se como uma arquitetura material aduaneira por onde pessoas e mercadorias que nela circulam são reconhecidas como legais por ambos os Estados que desempenham/efetivam seu poder em cada área da fronteira. Como nem todos os comércios (mercadorias) e pessoas que cruzam as fronteiras são inspecionados/legalizados pelos Estados como legais, grande parte das linhas de fronteira são geralmente vazadas por uma economia ilegal e mercadoria informal.

Em virtude do maior fluxo de circulação da economia legal, Cataia (2013) expõe que, em suas particularidades econômicas, há nódulos de redes legais – materializados nas alfândegas, e também uma infinidade de trocas e circulações que se realizam de fato, apesar das leis e normas dos Estados nacionais proibindo as áreas de fronteiras a serem reiteradamente erodidas pelas mercadorias. Em relação a isso, Jessop (2002) estipula que as relações transfronteiriças geralmente existiram entre os Estados. Portanto, o comércio, com base na complementaridade e nas proximidades geográficas, desenvolveu-se ao longo da história nos padrões regional e sub-regional, na hipótese de que os países participantes proibissem transações transfronteiriças por motivos políticos, de segurança e econômicos.

Posto a forte complexidade que envolve na relação comercial das fronteiras, Machado (2000) expõe que as conjunturas marcadas da ilegalidade assim como o tempo e espaço geopolítico são completamente diferenciadas, ao prevalecer à complexidade do papel do território que constrange, e influencia o comportamento das pessoas e das organizações as quais permanecem, porém, essas complexidades dos caminhos traçados pelos circuitos não são obrigatoriamente um reflexo da complicação dos circuitos espaciais, mas, põe em práticas a complexidade de território e a zona de fronteira.

Em virtude desses fatos mencionados, destaca-se que a zona de fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não se constitui exclusivamente como um espaço político onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição, mas, também desempenha um papel relevante na passagem e de caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. As zonas fronteiriças entre Haiti e República Dominicana, além das divergências ideológicas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos os Estados e práticas sociais transnacionais, às vezes ilegais, que constantemente produzem demarcações nacionais instituídas.

Tendo em vista as demarcações estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana, Machado (1998) afirma que a zona de fronteira favorece os Estados que possui um ganho específico por meio da presença da fronteira, contiguidade e da confinidade dos dois territórios nacionais, um domínio essencial no âmbito da formação territorial e também para a mobilidade das populações fronteiriças.

Na evolução de técnica e no âmbito do espaço territorial, em tempos e sociedades distintas, percebe-se que as transfigurações do sistema capitalista, fundamentadas de uma extensiva de fronteira que, por sua vez, considerada como um conjunto de lugar de funcionamento intensificado de disputas derivadas do poder de controle de soberanias forçadas pela mobilização imprescindível do trabalho da aglomeração e com suas

consequências produtivas (MEZZADRA, 2016). No que tange à concepção da zona de fronteira, é representada pelas interações as quais, ainda internacionais, geram um meio geográfico específico de fronteira, que é exclusivamente acessível na escala local, regional e nacional (MACHADO, 2005). A escala estatal, nacional ou internacional desempenha um controle exclusivo sobre o território relatado em uma jurisdição do Estado. Essa escala contém e abrange as regiões internas e também periféricas, que frequentemente continuam no outro lado da fronteira (MOUDDEN, 2006).

A fronteira ocupa uma função importante para a dinamização e movimentação de fluxo de pessoas e de cargas de mercadorias. Portanto, a zona de fronteira representa um lugar estratégico para os dois países os quais são historicamente desiguais. Todavia, a via de transporte é praticamente um meio natural no exercício de intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana. Portanto, a região de fronteira internacional entre os dois países não havia estabelecida um regulamento de trânsito terrestre transfronteiriço comum, como ocorre na maioria dos países adjacentes e entre os Estados circunvizinhos, por exemplo, no caso a fronteira entre o México e os Estados Unidos que é regularizada.

Assim sendo, a abertura da fronteira tem um significado específico para o comportamento da fronteira como uma fronteira internacional levada em conta devido às suas implicações para o futuro. Portanto, a fronteira aparece exclusivamente como um espaço coeso e observado do exterior, enquanto no seu interior, com suas comunidades e atores, a periferia é percebida como uma cadeia de diferentes espaços socioculturais ligada entre si (ALFONSO; DE JESUS CERDENO, 2005).

Nota-se que a zona de fronteira internacional pode ser apresentada como uma posição geográfica singular. Portanto, ela é determinada como um lugar de interatividade, de encontro, de conflitos, de comunicação, e também onde ocorre um conjunto de sistemas territoriais assimétricos, de nacionalidades e de culturais diferentes dentro de um determinado espaço territorial e de interações socioespaciais (MACHADO, 2005). Ademais, a conceituação de fronteira internacional considera como lugar de integração, provendo o princípio que está na existência de nacionalidades diferentes e de sistemas territoriais singulares ou excêntricos (*Ibidem*, 2005).

Em vista disso, podemos entender que essa a confinidade/contiguidade geográfica e separação étnica, política, institucional, econômica, social e cultural produzem um grau heterogêneo que particulariza uma região de fronteira da outra, na qual o nível de cooperação e de conflito é capaz de viabilizar uma divergência nas relações sociais da população fronteiriça que, relativamente, interagem entre si.

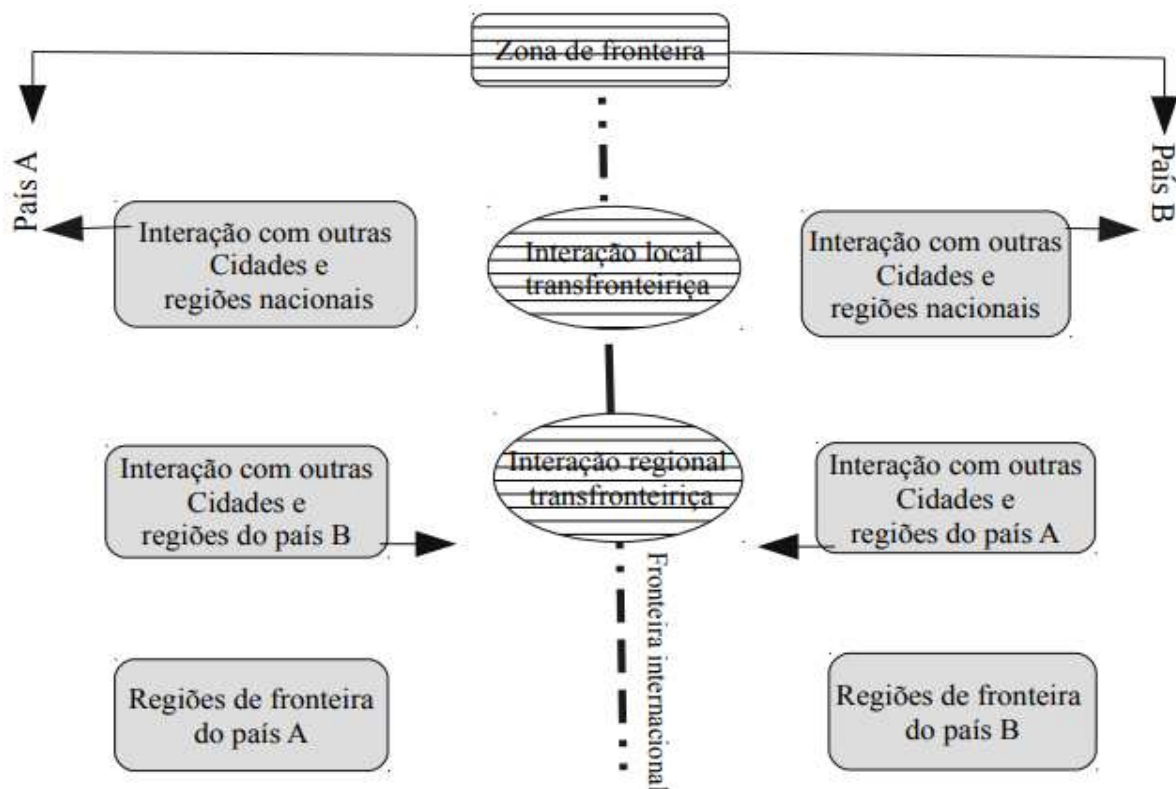
Por meio dessas interações socioespaciais, das relações econômicas e políticas estabelecidas entre os Estados, a fronteira passa existir e ter vida, funciona como um espaço permeável, membranoso, poroso, possibilitando o trânsito de diferentes componentes, apresentando uma feição categoricamente seletiva, pois é da natureza da fronteira que faz com que ela ocorra a passagem ou de interdição, o fluxo de movimento de pessoas, de troca de informação, de ideias, e pode ser interferindo numa esfera de comunicação, com a eventualidade de ruídos, estados de consciência, de substâncias, de objetos. Somado a essa particularidade, ela possui uma representação na organização espacial de mais complexidade do território, na dispersão e na construção de significados do universo através de estrutura territorial do Estado.

Desse modo, essa faixa de fronteira, devido ao meio técnico-científico-informacional possibilita uma extensão da região de fronteira entre territórios, visto que essas áreas tornam-se mais porosas e podem ser instruídas à divisão territorial do trabalho, já que as interações espaciais aparecem a locais distantes do território, e, portanto, não se limitam às áreas de fronteira (MACHADO, 2005). Levando-se em consideração esses aspectos, a divisão territorial do trabalho pode nos dar meramente uma apreensão mais ou menos estática do espaço de um país, ao compreender a atividade de um espaço territorial na perspectiva de entender a sua movimentação. Por isso, a ideia desse comportamento leva em consideração os circuitos espaciais produtivos. Esses circuitos espaciais produtivos são estipulados pela circulação de bens e produtos e, em função disso, concedem uma percepção dinâmica (SANTOS; SILVEIRA, 2001), indicando a forma pela qual os fluxos de mercadoria atravessam ou cruzam a fronteira.

As faixas de fronteira se tornam ainda mais porosas. Isso não se deve às relações interestatais estabelecidas, mas [...], com suas fronteiras obviamente delimitadas, também ao motivo de disputas econômicas caracterizada pela globalização, que necessariamente aumentou a relevância dos fluxos de capitais e das redes transnacionais que não são controladas pelos Estados nacionais (CATAIA, 2013). Compreende-se que, nas ações de cruzamento dessas áreas, essas condições representam a movimentações que possuem lugares que ocorrem às discontinuidades de fronteiras e também às intenções de reduzir essas discontinuidades, ainda de usar o poder simbólico fronteiriço para dar visibilidade às disputas do lugar (DORFMAN; CARDIN, 2014); que essas delimitações revelam sobre as relações de poder e as formas de produções, as fronteiras reverberam essas conexões, visto que a demarcação consolidada se torna mais ideológica e legítima territorialmente as relações de poder, por ser interferida nas relações entre os indivíduos (RAFFESTIN 1993).

Como a fronteira é gradualmente diversificada, a mesma considerada as distinções nos níveis de desenvolvimento, assim, a abertura das fronteiras afeta a irradiação de uma economia de serviços, situação que fez o comércio se tornar a atividade primária, ou seja, a dinâmica que condiciona o restante dos setores e proporciona as cotas mais altas de renda e empregos. Consequentemente, a vida urbana também prevalece, o que em alguns lugares como no norte e no sul, influencia o surgimento de pequenas cidades que atuam como enclaves de serviços que fazem com que essas populações mantenham as interações nas áreas de fronteira (MEZZADRA, 2016), conforme se observa na Figura 2.

Figura 2. Interações e dinamização da população na zona de fronteira



Fonte: Machado (2006). Adaptado pelo autor.

Tais interações na zona de fronteira permitem que as aglomerações transfronteiriças estejam em duplo jogo recorrente de colaboração e individuação. Mas mostra ainda mais como a fronteira é transformada em um recurso. Portanto, um recurso simbólico que possibilita colaborar sem dissolver as identidades locais em um conjunto extensivo. De outro lado, um recurso funcional a partir do qual os espaços rebaixados da periferia são desqualificados. Esse recurso também está articulado em práticas sociais, culturais e de interatividades (AMILHAT-SZARY; FOURNY, 2006).

Como diria Moudden (2006), sendo possível entender que as fronteiras podem ser determinadas como instituições territorializadas, aplicando em escalas distintas que nem a todo o momento são complementares. No contexto de escala local e regional, as práticas sociais se modificam em conformidade com a abertura da fronteira, às vezes pelas barreiras, pelos recursos, na medida em que o Estado lhes concede. Portanto, a presença da delimitação é um aspecto de diferenciação de identidades, culturas opostas, linguagens e de comportamentos.

Por meio das trocas estabelecidas nos territórios fronteiriços, as interações espaciais podem ser pensadas como uma parte integrante da existência de reprodução e de processos de transformação social, de deslocamento de pessoas, de mercadorias, de capital e, de informação no espaço, em conformidade com a informação do espaço geográfico e do território (CORRÊA, 1997).

Em decorrência dessa análise da dimensão do sistema geográfico da fronteira, Cataia (2013) ressalta que a área de fronteira é imposta como uma forma jurídica por ser imposta ao território uma representação. No entanto, essa representação não é natural, mas é social e histórica, porque as normas envolvem das controversas sociais, por serem representadas outros territórios. Assim, instituindo uma linha de demarcação para identificar onde começa um e termina o território de outro, ou seja, para determinar o lugar onde termina um sistema jurídico e começa outro. Todavia, a fronteira, por sua vez, representa um elemento técnico da configuração territorial, e esta configuração é condição e produto das interações sociais, por isso, é uma forma-conteúdo¹¹.

Para contribuir à compreensão de fluxo de movimentação e de informação na fronteira, conforme Santos (2002), o território das regiões justapõe-se a um território das redes. Nesse contexto, as redes geralmente não são latentes, mas apresentam as realidades concretas, caracterizam-se por pontos conectados que, na realidade, espalham-se por todo o planeta, embora com densidades desiguais. Também são elas a essência da recente modernidade, que podem representar a conjuntura de efetivação da sociedade e da economia global, sendo os fundamentos da globalização e da exigência do atual meio geográfico, e podem ser consideradas como veículo através do qual circulam as informações. Portanto, tais

¹¹Desta forma, a concepção de forma-conteúdo, da hibridez do espaço geográfico, refere-se à forma com que se reproduz a cada evento. Portanto, isso, para acontecer, relaciona-se à forma acessível mais apropriada à efetivação das funções nas quais são portadores. Porém, não é conteúdo nem forma, mas sim forma-conteúdo conectando natural e social, passado e futuro, função e forma, processo e resultado. Do mesmo modo, diferencia paisagem, como sistema material, conjunto de forma que não se explica por si mesmo, enquanto espaço é o efeito da intromissão da sociedade nas formas-objetos. Isso nos possibilita entender que a própria paisagem é capaz de constituir diferentes espaços geográficos (SANTOS, 1994, 1996).

meios de informação podem ser usados como motor essencial para a dinâmica dos agentes hegemônicos.

Por meio de configuração territorial pela informação usada como fundamento para evolução dos agentes hegemônicos, Mezzadra (2015) aponta que o processo de fortalecimento e atravessamento da fronteira, pode ocorrer em um momento em que um conjunto de práticas de subjetividade pode entrar em conflito com as funções de regulamento dos fluxos desenvolvidos pela fronteira, questionando desse equilíbrio específico que é objetivo de um sistema de controle de fronteira entre os dois Estados.

Essa crise no modelo de Estado, segundo Souza (1998), representa-se na limitação da eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, a ampliação das desigualdades em todos os níveis e em todos os lugares, a velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais. Ao dizer que as fronteiras se abrem com os produtos e se fecham com aos homens, aumentando a impossibilidade do funcionamento do território em toda parte com implicações diretas sobre a sobrevivência dos indivíduos.

No cenário atual, o Estado territorial¹² se disseminou pelo mundo inteiro. Todavia, há profundas desigualdades na execução da soberania entre os Estados, na difusão pelo cumprimento do poder, tanto no interior dos territórios, na relação de Estado e cidadão, quanto nas relações interestatais (CATAIA, 2011). Nesse caso, o Estado detém o monopólio do controle sobre o espaço até o limite da fronteira territorial. Sendo assim, o Estado toma sua feição moderna, nacional e internacional. Essa superação do particularismo é importante para o domínio capitalista, pois fundamenta-se a emergência do capital nacional. Porém, o Estado pressupõe a individualidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição e sua delimitação da formação territorial do espaço (MORAES, 2005).

E compreender a ação do Estado territorial continua fundamental, mas é preciso ir além do Estado Westphaliano – um território de exercício do poder do Estado, cercado por fronteiras claramente demarcadas onde vigora um regime jurídico-político – para compreender o território usado¹³ e praticado (SANTOS, 1993; RIBEIRO, 2005), que é produzido

¹²Segundo reflexão de Cataia (2011), o Estado territorial é necessário, pois é o criador de condições normativas e infraestruturais de garantia de sucesso para os investimentos, sobretudo, dos grandes capitais. Portanto, o Estado é considerado como uma instituição racionalizadora de dominação territorial. Por isso a análise política em geografia estabelece como seu *métier* o campo de conhecimento que examina as relações entre poder.

¹³Como afirma Santos (1994, p.16), “o território usado não é construído apenas por formas, uma vez que o território são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Segundo Silveira (2011), o território usado compõe-se todos os atores, e não somente o Estado como no sentido herdado da modernidade; abriga todos os agentes, e não exclusivamente as que têm mobilidade – como na mais pura noção de espaço de fluxos. Domínio na contiguidade, o território usado abrange não apenas a tipologia das grandes empresas ou apenas o espaço econômico, ele é a existência em uma totalidade. Trata-se do conjunto de todos agentes e

cotidianamente “*por abaixo*” (JAQUET, 2008) da fronteira formal, usada como uma arena onde condições de todas as ordens, a despeito de sua força, independentemente de sua força desigual, atribuem à criação de condições, ou seja, todas as trocas – de mercadorias, de ideias, de pessoas, de informações – que autorizam solidariedades locais, mas que não se inscrevem no campo do formal.

Com a hipótese de que as trocas e informações outorgam solidariedades locais, Corrêa (1997) afirma que a interligação dos territórios pode ser feita através das interações espaciais que facilitam as assimilações dos fluxos (de mercadorias, de pessoas, capital) determinando os lugares promotores desses fluxos e mostrando os principais pontos de receptores dentro de uma determinada parte do espaço territorial. Nesse contexto, Pierre Veltz (2009) estipula que os Estados nacionais constituem os únicos veículos fundamentais para a produção dos recursos vitais para economia, tais como a construção de grandes infraestruturas, envolvendo financiamentos de grandes obras e duráveis, que são os únicos atores capazes de alcançar em certo nível propósitos de solidariedade (locais e regionais).

O raciocínio dos temas de referência de solidariedades locais e regionais remete-se ao enraizamento nacional e estrutural do espaço social e geográfico. Nesse sentido, a informação de promover o estabelecimento de novos limites territoriais, mais indeterminados, que coincidam com uma territorialidade recomposta a diferentes esferas espaciais, inclusive ao nível local à escala regional e mundial. No período contemporâneo, a evolução do conceito de fronteiras é essencial para a disparidade, e também a simplificação da evolução dos conceitos de cidadania, identidade, lealdade nacional, exclusão e integração coletiva.

Dessa forma, a identidade da área transfronteira que é um a priori que diferencia da fronteira em relação ao *hinterland* o qual é geralmente um espaço consolidado do Estado territorial e nacional. Portanto, a fronteira caracteriza-se como um lugar das oportunidades em contradição aos espaços que já foram adaptados e organizacionalmente obstinados à mobilidade. Essa mobilidade, de acordo com Castillo (2017), pode ser efetuada pelo processo de migração e de acessibilidade de uma adaptação de um espaço urbano às necessidades das pessoas com diferentes tipos de limitação. Tal processo de mobilidade é determinado como um domínio associado à demografia. Portanto, ela passa a ser expandida por um processo de movimentação e de locomoção que envolve a capacidade dos agentes, tais como fluxo de pessoas e empresas (os fluxos de comerciantes), que fazem movimentar os bens e serviços e

também as informações produtivas. Assim, esse fluxo de movimentação de agentes mede seu poder político e/ou econômico de desencadear fluxos materiais e fluxos informacionais.

Nesse contexto, essas áreas de fronteiras, apesar de serem apresentadas as singularidades, foram tomadas como uma esfera e um produto de um conjunto de interações imateriais e materiais constituídas entre as fronteiras, e podem ser entendidas, além dos aspectos dos sujeitos com identidades diversificadas e interações entre as duas populações. Posto isso, essas interações espaciais transfronteiriças não se envolvem exclusivamente no objetivo econômico; elas são fundadas por meio de um conjunto de interações materiais e imateriais, tais como identitárias, simbólicas e culturais.

Essas zonas transfronteiras são geralmente relacionadas umas às outras efetivamente visto que elas são determinadas por sujeitos que em suas práticas cotidianas influenciam de modo relacional dentro de um complexo socioterritorial e espacial onde participam de duas áreas da delimitação internacional (MACHADO, 2005). Assim, os aspectos materiais e visíveis de um lugar carregam todas as marcas culturais e costumeiras do território. Este último ainda estrutura seu espaço físico em função de seus próprios imperativos, nos quais as práticas econômicas, a cultura e em relações do lugar estão interligados (KHERDJEMIL; PHANHUYTS *et al.*, 1998).

Nessa perspectiva, Valero (2008) ressalva, que embora múltiplos fluxos espaciais intervenham nessa dinâmica, considerou-se examinar a mobilidade entre fronteiras em torno de atividades comerciais e movimentos migratórios de mão de obra. O impacto das políticas econômicas será tomado como o fio condutor e refere-se ao caso de Ouanaminthe, cidade relacionada ao mercado de câmbio e seus efeitos sobre a taxa precisa ou cambial da moeda nacional. Do ponto de vista geográfico, a rede é concebida como o conjunto de lugares, cidades e territórios articulados, resultante da combinação dos fluxos de pessoas, capital, comerciantes, informação, decisões de políticas públicas e relações de agentes privados, apoiada, por sua vez, nos sistemas de transporte e comunicações.

Em decorrência desse paradigma, a abertura e o fechamento da fronteira permitem a circulação de informação por meio de movimentação de um para outro lado da fronteira. Desse modo, Corrêa (1997) argumenta que as interações espaciais e territoriais envolvem na fronteira, além das ordens de compras e vendas de matéria-prima, bens intermediários e de produtos industrializados gerados pela força de trabalho. Compreendem, também, os fluxos de mercadorias transportados por diferentes meios, como caminhões, e os fluxos de pessoas que circulam de um lado para outro da fronteira, ao estabelecerem relações de trocas comerciais entre as duas populações que estão nas zonas transfronteiriças.

Em certa medida, a fronteira não é uma coisa, na verdade, mantém uma relação social mediada pelas coisas. Isso quer dizer que as fronteiras são instituições sociais complexas, que, às vezes, são marcadas por conflitos que se desenvolvem entre práticas de atravessamento e de fortalecimento (MEZZADRA, 2015). Em relação à mobilidade cotidiana das populações de fronteira, segundo Mezzadra, a filtragem e a seleção dos fluxos de pessoas, de trabalho, das mercadorias e das informações que se dão nas fronteiras são importantes para todos os atores. Desse ponto de vista, a representação analítica centrada em torno de duas polaridades de atravessamento e fortalecimento das áreas de fronteiras possibilita elucidar o campo de disputas que determinam coincidentemente as instituições de fronteira.

No decorrer de sua importância de mobilidade de pessoas por atravessar fronteiras, há uma mobilidade relevante nas dinâmicas de fronteiras, isto é, não é apenas dos objetos em trânsitos, mas também dos atores políticos globais, dos Estados, das agências de governança e do capital. Dado o exposto, Kaufmann (2002) aponta que a mobilidade torna-se uma influência estruturante da vida e integração social, cogitando como na potencialidade individual do conhecimento de articular-se às formas de movimentação quanto à acessibilidade e à disponibilidade de vetores de mobilidade. Esse pensamento pode ser aplicado tanto à mobilidade cotidiana quanto à mobilidade social ou migratória.

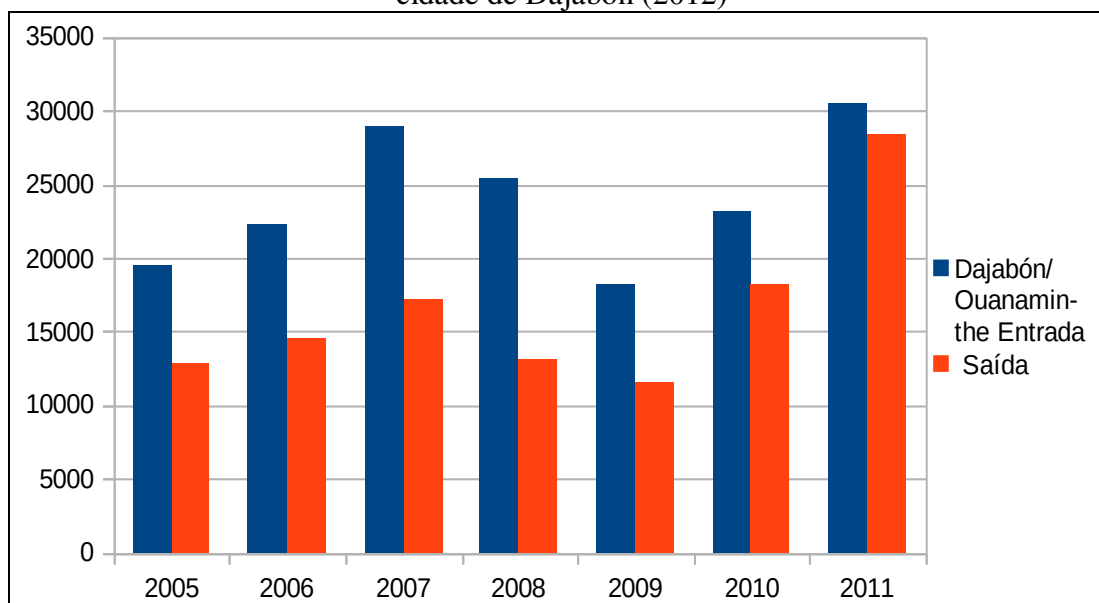
Assim, por meio da produção de subjetividade, a fronteira está sempre presente dentro desses conflitos. É nesse contexto que se percebe que a inter-relação entre as disputas construtivas de cada área de fronteiras e a reprodução de subjetividade. Isso reflete a situação da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, que sempre está sob o controle da força arma dominicana. Importante destacar Moudden (2006), a percepção da fronteira é, portanto, constituída por seus próprios bloqueios sincrônicos e limitações à liberdade de trocas comerciais e de circulação de fluxo de pessoas, de ambos os lados, e determinada por uma sensação de incompletude. Assim, essa tipologia de cidades-gêmeas entre o Haiti e República Dominicana, baseia-se, ao mesmo tempo, na vitalidade econômica da zona e na intensidade de sua cooperação nas trocas comerciais entre os municípios.

Essas interações espaciais permitem que essas cidades, pela troca de comércio transfronteiriço, promovam uma mudança nas zonas fronteiriças em uma área de conexão, de interações e de cooperação entre as economias insulares de dois Estados. Ademais, também facilitam a abertura e o fechamento das fronteiras devido ao movimento populacional¹⁴ que o

¹⁴De acordo a entrevista realizada com chefe do plantão da polícia de migração de Ouanaminthe, relata que não há banco de dados disponíveis sobre o número de pessoas que atravessam a fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón durante o período de 2000-2017. Como não temos um sistema computadorizado, essas informações são

atravessa, de modo que grande parte das pessoas que se desloca e não voltam ao Haiti, como se constata no Gráfico 1.

Gráfico 1. Fluxos de pessoas que atravessam a fronteira da cidade de Ouanaminthe e da cidade de Dajabón (2012)



Fonte: Ofício Nacional de Estatística – ONE, 2015; CFI, 2016. Elaboração própria do autor.

Embora enfatizando que essa agenda de fronteira passou a ser restringida à relação geopolítica binacional em 1936 a 1990, cujos sinais podem variar em função dos governos e os fluxos migratórios, severamente controlados por ambos os Estados e em particular por cúspides militares. Dessa forma, a inquisição de segurança ocupou um papel predominante qualitativo e quantitativamente. Essa agenda passa a ser aumentada devido à abertura do conteúdo econômico, enquanto a segurança começa a se relacionar mais com as novas questões de tráfico de drogas e terrorismo, em conexão direta com a falência das instituições militares e paramilitares do Haiti (ALFONSO 2010).

Ao afirmar que nas diversas relações constituídas nas áreas de fronteira, como pensa Machado (1998), as atividades comerciais ilícitas e ilegais, informais (tais como de drogas, e outros tipos de mercadorias), estão vinculadas às práticas de lavagens de dinheiro e de contrabando, instituem como um modelo simbólico. Essas atividades não são movimentadas nos diferentes padrões de redes. Portanto, esses tipos de comércios ilícitos

muito difíceis de encontrar e pode levar muito tempo para retranscrevê-los e também grande parte desses dados podem ser apagados porque o Estado haitiano usando o sistema tradicional para gerenciar esses dados. Segundo o policial, uma vez que todos esses dados não estão disponíveis, isso explica a existência de um Estado fraco. Segundo ele, talvez o Ministério do Interior deva ter essa informação (Policial de Migração, informação verbal, Trabalho de campo, 29 de janeiro de 2019).

possuem uma particularidade de atividades transnacionais, funcionando em uma escala global, porém os seus lucros baseiam-se no risco que caracterizam nas distinções de legislações e no controle das delimitações de cada Estado.

Assim, o comércio de dinheiro, tais como as moedas, papel ou crédito compartilham de igual ambivalência a de fortalecer as vantagens, ao efetivar de modo transnacional e, concomitantemente, de se beneficiar das diferenças jurídico-político-econômicas entre os Estados circunvizinhos.

Em entrevista, Louis, vendedor e comprador de pesos e dólar no mercado, originalmente da Cidade do Cabo, regularmente frequenta o mercado fronteiro de Ouanaminthe-Dajabón há 4 anos (de segunda a sexta-feira). Esse vendedor ambulante compra e vende pesos para os haitianos que cruzam a fronteira. Segundo ele, o mercado transfronteiro não representa o câmbio comercial entre haitianos e dominicanos, já que os comerciantes haitianos que frequentam esse mercado vêm apenas para comprar mercadorias entre os dominicanos. Ele aproveita o mercado para vender e comprar moedas, tanto pesos como gourdes, que os comerciantes precisam para comprar as mercadorias na fronteira. Esse dinheiro é vendido e comprado sem registro nem controle. Os preços de câmbio foram negociados entre nós para facilitar as realizações das trocas. Assim, consegui aproveitar a vida no mercado de Ouanaminthe e Dajabón. Ademais, isso permite que os comerciantes haitianos procurem por uma oportunidade e comprem bens e serviços dominicanos porque nosso governo haitiano não faz esforços para desenvolver a economia do país, para criar empregos para os haitianos. O que faz com que os haitianos tenham dificuldade em encontrar produtos e trabalhar em seu território. É por esse motivo que eles vão à República Dominicana, para comprar produtos, bens e serviços, e procuram oportunidade para garantir a necessidade de sua família no Haiti. Isso realmente representa um déficit para a economia haitiana (Trabalho de campo, informação verbal, Louis Pièrre, 2019).

Nessa perspectiva, o que é normalmente conhecido como as consequências das áreas de fronteira derivada das distorções dos fluxos produzidos nas delimitações justapostas num determinado espaço. Tais fluxos gerados pelas fronteiras podem ser interrompidos em caso de fechamento das fronteiras, que foi encorajado pelo processo de exploração diferencial produzido (contrabando). Posto isso, mostra-se que em relação a qualquer norma estabelecida, os limites espaciais permanecem como uma capacidade de transgressão do perímetro imposto. Desse fato, a transformação do *status* da zona de fronteira inquire ainda de novas vinculações com os territórios e sua capacidade reproduzir espaços.

Todavia, o Estado passa a gerir o controle estabelecido dentro o limite dessa jurisdição do território. Assim, a faixa de fronteira é construída com as visões bem definidas no decorrer da história política tanto entre os Estados nacionais e a delimitação de soberania do poder central quanto do espaço vivido e das interações entre populações nas áreas de fronteiras (FERRARI, 2014). Já que com o processo de abertura e fechamento da fronteira, conforme Alfonso (2016), o fluxo de pessoas, sobretudo a população haitiana que atravessam

a fronteira é descontrolada. Nesse contexto, a significação da agenda de preservação dos pontos básicos de fronteira, ou seja, de segurança, de investimento, de migração, de comércio, e do meio ambiente, dando ênfase de variações em oposição ao interesse das inquisições geopolíticas, estratégicas e comerciais entre os territórios de dois Estados.

Nesse contexto, os territórios surgem e que revelam-se as disputas entre lugares centrais e periféricos, espaços públicos e privados que exercem as mercadorias ilegais e legais e põem em inquisição os pensamentos extensamente apresentados no qual as fronteiras espaciais e sociais de um Estado, o organizador, são lugares de desordens onde o Estado rivaliza os problemas para constituir a normas de condutas e ao disciplinar os costumes e usos (DORFMAN; CARDIN, 2014). Todavia, a fronteira gera sob o controle das agências de vigilância da República Dominicana. Dado a isso, segundo Mezzadra (2015), a ampliação e a modificação das fronteiras, no período atual, passam a induzir os efeitos a respeito das transformações dos processos de inclusão e exclusão da população das margens da fronteira.

Considera-se a relevância de fluxo de pessoas, de mercadorias e trabalhadores que se movimenta nas áreas de fronteira, pois esses componentes estimulam a fronteira nacional como componentes estruturantes do espaço social e geográfico. Dessa forma, pensa-se em novas formas de estabelecimento da fronteira, mais indeterminadas que refletem uma territorialidade recomposta em escalas espaciais diversificadas, incluindo as dimensões local, regional e global. No momento atual, do desenvolvimento do preceito das fronteiras, é importante compreender o desaparecimento, o reaparecimento e a evolução das fronteiras como cidadania, identidade, inclusão/exclusão e integração social (MOUDDEN, 2006).

Refere-se à integração social e a dinamização das fronteiras, como descreve Dorfman e Cardin (2014), os limites do território constituem a pontos produtivos para compreender o Estado, em razão de que são as fronteiras que simbólica e fisicamente indicam o seu limite de atuação primário. Sendo ainda que a separação política e étnica e moral e entre o Estado central e suas margens¹⁵ de fronteira se atribui a periferia de uma importância ideológica, de um valor estratégico e político, o que obriga o Estado nacional sempre em mobilidade de reconstrução. Nas delimitações internacionais, o Estado promove um impulso

¹⁵As margens (de fronteira) não são lugares de anomia e ausência do Estado, são espaços produzidos pelo modo como as forças da ordem concretizam, produzindo as formas do homem sagrado, em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares, como mencionam Das e Poole (2004) e Telles e Hirata (2010). Na consideração feita pelas autoras, a produção das margens ainda não representa as explicações territoriais, periferia ou territórios de pobreza. Portanto, elas se deslocam, se fazem e refazem à medida que transformam os alvos, as conveniências, o núcleo das atenções das reproduções da ordem, em conjunturas concretas de tempo e espaço (DAS; POOLE, 2004).

para impor o controle do monopólio legítimo da força porque as fronteiras detêm um valor estratégico nas esferas políticas, ideológicas e econômicas.

A respeito disso, o questionamento que desvaloriza a função estratégica atribuída às fronteiras políticas em muitos acontecimentos emerge para manter a eventual integridade das delimitações internacionais. Ainda que essas políticas restritivas dentro de visão defensiva do território nacional estipulem exigências especiais para as suas compras e usos de terras, efetuação de atividades econômicas, estabelecendo níveis insignificantes de permeabilidade às relações de trocas, colaborando para uma cidade disseminada nas áreas de fronteira do Haiti e da República Dominicana.

Nesse contexto, exerce-se o direito legítimo do Estado, onde se nota a relevância dos tratados de fronteira para além da delimitação territorial estatal, de um acordo sobre alocação técnica do território que reconhece a validade da área de fronteira como internacional por meio das normas internacionais de igualdade formal dos Estados (MOUDDEN, 2006). É no âmbito dessas normas estabelecidas que as fronteiras não representam um lugar onde o poder dos Estados se esmorece, no qual se torna menos estruturado, menos racional, disfuncional ou quase não existe. Para o Estado, as áreas de fronteiras simbolizam e são efetivamente os limites do território de controle do Estado. Como as zonas de fronteiras concomitantemente são lugares onde a natureza e as pessoas fronteiriças são incontroladas, facilitam os Estados a incorporar suas formas nas produções de leis no intuito de gerar os limites territoriais (DORFMAN; CARDIN, 2014).

Uma luta de fronteira ocorre quando um conjunto de práticas de subjetivação entra em conflito com as funções de regulação dos fluxos desenvolvidos pela fronteira, questionando o específico “equilíbrio” entre atravessamento e fortalecimento, que é o objetivo do sistema de controle daquela fronteira (MEZZADRA, 2015). Porém, a função de controle da fronteira se concentra na mobilidade de pessoas por meio de uma política de vistos e de uma ausência de acordos de reconhecimento. Os regulamentos exclusivos de facilitação podem ser oferecidos para as populações transfronteiriças. Da mesma forma, relaciona-se às ideias de que o surgimento de Estados-nação no século XXI foi associado à formação das polícias culturais que fragmentaram a área fluida, como observado no caso da fronteira do Haiti e da República Dominicana.

É possível notar que a diversificação e reestruturação econômica da República Dominicana teve outro efeito importante na abertura da fronteira. Nesse caso, a migração de haitianos poderia ser uma atividade centralizada. Conforme os acordos instituídos entre os dois governos, fazem com que os trabalhadores haitianos fossem transportados de ônibus e

caminhões de vários pontos de fronteira para exercer atividades na República Dominicana. Mas quando a demanda pelo trabalho haitiano começou a ser gerada a partir de diversos setores econômicos e de uma infinidade de pontos geográficos (urbano e rural), o fluxo migratório também se diversificou, seja individualmente ou através de contratantes privados.

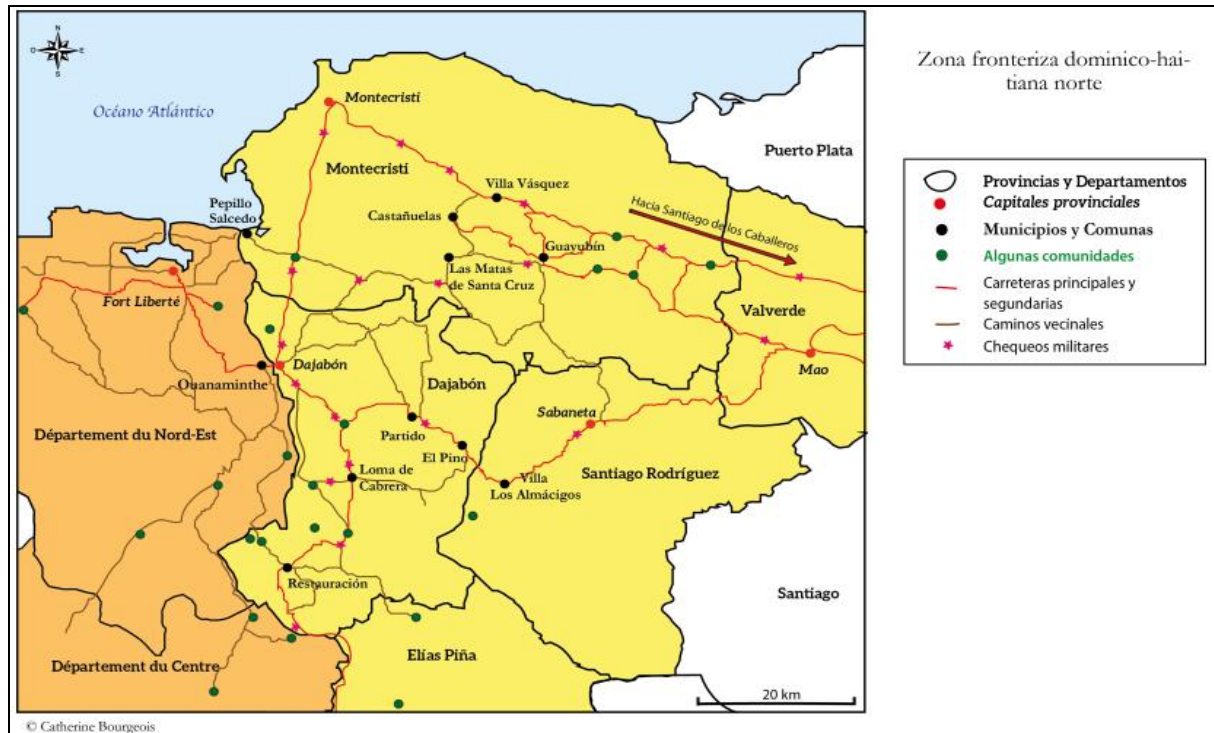
Assim, a reabertura democrática da República Dominicana e do Haiti, em 1986, logo depois o exílio do ex-presidente Jean-Claude Duvalier, facilitou uma abertura integral da fronteira e a reativação parcial das relações fronteiriças (BOURGEOIS, 2016), o que constituiu componente importante papel no crescimento dos contatos via construção do mercado transfronteiriço dominicano devido ao embargo internacional do Haiti em 1990. Tal fato possibilita que zona fronteiriça seja considerada como uma área de intercâmbio econômico entre os haitianos e dominicanos. Além de manter uma forte relação entre si, também a fronteira passa por uma fase de militarização do lado da República Dominicana para repelir o processo de migração frequentemente mais crescente.

No período contemporâneo, a fronteira é ainda mais instrumentalizada quanto o Estado é recente, apresenta alta coesão interna ou mantém disputas territoriais com os países vizinhos. Essas delimitações externas funcionam como um forte potencial ou ativo, com um papel estratégico-militar central, possui um valor constitutivo para um Estado que quer ser soberano, o qual precisa ter limites bem construídos e guardados, que a identidade nacional em construção requer um alto nível de segurança emocional e contribuinte à preservação do Estado, como observamos no caso do Haiti e da República Dominicana (MOULDEN, 2006). Assim, vem acontecer uma disputa na fronteira no momento em que um conjunto de práticas comerciais entram em divergência com as funções de regulamentação dos fluxos de pessoas e de mercadorias que envolvem nas áreas de fronteiras, interrogando as particularidades equilibras entre fortalecimento e atravessamento, objetivando do sistema de controle da fronteira entre os dois Estados.

A vontade política das autoridades dominicanas por serem ansiosas para delimitar o seu território nacional, mantêm a onipresença militar no limite fronteiriço criando uma impressão de sacralidade do território, ou seja, a separação, no sentido literal conceito. O que afirmamos durante as visitas técnicas, é que as rodovias que levam ao território haitiano são marcadas por um conjunto de postos militares, grupos de para-choque de grande porte e por barreiras removíveis (REDON, 2010). A cada intervalo de 3 km ou 5 km os ônibus têm que parar para que os militares subam para eventual verificação dos documentos. Portanto, essa verificação começa no início na entrada do portão, antes de chegar ao serviço da migração

dominicana. Conforme mostra no Mapa 3, no qual representa a checagem dos documentos pelos militares dominicanos nas estradas que levam para o território haitiano.

Mapa 3. Fronteira dominicano-haitiana (2018)



Fonte: Catherine Bourgeois (2018).

A questão de fronteira que vem sendo destacada é muitas vezes um lugar de apropriação entre os juntos de mobilidade de fluxos de pessoas, trabalhos, incluindo econômicos. Sendo ainda no período contemporâneo, a demarcação política e a região socioeconômica, o lugar de prática das funções de soberania estatal e do jogo do mercado e as práticas de atividades da sociedade, em suma o Estado e a sociedade. Portanto, essas funções de controle não podem ser mais efetuadas na parte externa, mas nos portos de entrada, que são os aeroportos, cruzadas/travessias terrestres que são representadas como as barreiras das redes mundiais (MOUDDEN, 2006).

No que se refere à fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, observando que as iconografias que se enfrentam, de um lado, apontando com um desequilíbrio em interesse da ostensiva da República Dominicana. Essa desproporção iconográfica se representa na escala da ilha, e é representada por uma disparidade da mão de obra militar, que é o exército dominicano, o qual possui cerca de 40.000 membros (incluindo 24.500 soldados regulares e 15.000 paramilitares). De outro lado, o Haiti que dissolveu seu exército em 1995.

A ausência, de fato, da ameaça militar haitiana poderia ter levado à desmilitarização no lado dominicano, mas ocorre o fenômeno oposto, que na prática, Corpo Especializado em Segurança de Fronteiras (CESFRONT), foi constituído por meio de um decreto em agosto de 2006; composto por 500 soldados e, possuindo, 3 helicópteros para assegurar suas intervenções e para ter melhor controle sobre os fluxos de comércio em contrabando e dos haitianos que entram ilegalmente no território dominicano.

No decorrer de sua visita à fronteira no ano de 2018, o Presidente dominicano Danilo Medina disse que o governo pretendia aplicar totalmente a lei de fronteira dominicana e passou ordenar que as forças armadas aumentassem seu efetivo para 900 soldados no objetivo de fortalecer as patrulhas costeiras na área entre Manzanillo e Puerto Plata, bem como Pedernales e Barahona. Além das forças já estacionadas na fronteira, esses nos novos reforços militares enviados para a região de fronteira chegaram a 6.300 soldados, aos quais se acrescentam homens do Corpo Especializado de Segurança nas Fronteiras Terrestres (CESFRONT), unidades da Marinha e da Força Aérea, além de pessoal de inteligência e migração (DGM). Além disso, o Presidente Medina ordenou a adição de 50 novos veículos todo-o-terreno e mais de 3 helicópteros, a fim de combater a penetração de haitianos ilegais e proteger a segurança e a soberania do território dominicano ao longo da fronteira (HAITILIBRE, 2018).

Segundo informação concedida pelo Ministro da Defesa Rubén Paulino Sem no *Jornal Haitilibre*, em 1º de janeiro de 2020, devido às novas agitações sociopolíticas no Haiti no início de 2020 e para lidar com as tentativas de retorno de muitos haitianos ilegais que saíram para passar as férias com suas famílias no Haiti, ele ordenou, na terça-feira, 31 de dezembro de 2019, o envio de 1.200 soldados adicionais de diferentes unidades do exército para fortalecer a vigilância da fronteira com o Haiti. Em relação ao novo envio das tropas militares na fronteira, o Comandante-Geral do exército, Estanislaco Gonell, apontou que o dispositivo militar na fronteira, além da luta contra a migração ilegal de haitianos no território dominicano, também visava combater o contrabando de armas, bens, tráfico de drogas, combate ao crime transnacional e proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Com esses novos reforços, quase 11.000 soldados estão atualmente posicionados ao longo da fronteira com o Haiti e em lugares estratégicos, o equivalente a quase 18% de todo o pessoal militar ativo na República Dominicana.

A respeito do envio dos militares na zona fronteira da República Dominicana, Rubén Paulino Sem ressalta que o exército, a marinha, a força aérea, o corpo especializado de segurança nas fronteiras (CESFRONT), a polícia nacional, a Direção Geral de Migração

(DGM) e o serviço à alfândega exercutaram um trabalho conjunto e eficaz. Ademais, incentivou os soldados estacionados ao longo da fronteira a realizarem sua autoridade com respeito à dignidade e aos direitos humanos nessas intervenções.

Convém lembrar que esses tipos de controle estabelecidos na fronteira pelo exército dominicano destinam-se a restringir o movimento dos haitianos no seu território. Toda vez, dois soldados e também acompanhados por um policial, monitoram esses controles delimitados por barreiras de entrada que fazem a checagem dos militares. Além disso, possuem pequenas guaritas que estão posicionadas ao lado da estrada, de vezes em quando há uma cela de poucos metros quadrados para viajantes ilegais.

Quando os veículos se aproximam de um posto de controle, os militares sobem nos carros ou veículos e verificam alguns documentos dos passageiros que provavelmente consideram serem ilegais, depois descem os ônibus e assim por diante. As metodologias empregadas para determinar quem monitora fazem partir ao campo sinais externos de assimetria. É de conhecimento geral que o entendimento temporal se expande no que se refere ao uso de tecnologias de controle e do Estado sobre os territórios nacionais que, portanto, diferenciadas a temática do limite territorial, das clivagens sociais e étnicas e da hierarquização na correlação com a barreira e as porosidades das áreas de fronteira.

No cenário mais recente, observando que as barreiras visíveis de controle e de filtragem de pessoas (como no caso do Haiti e da República Dominicana), os pontos de atravessamento de vários capitais através de mercadorias, alcançam e formam arquipélagos de diferentes lugares, zonas diversificadas e redes de cidades no território nacional que exteriorizam de forma disseminada de novas soberanias cruzadas e de novas reterritorializações e recíprocas. É possível ressaltar que em relação às geopolíticas dos Estados. Assim, a questão da segurança nacional, especialmente para os países do centro do sistema capitalista que estabelecem as forças militares no outro país, é considerar como um assunto, sobretudo para os países do centro do sistema que mantém exércitos no exterior, permanece como uma questão impressionante.

Percebe-se que esse modelo é aplicável devido à porosidade das fronteiras para uma ação racional da globalização econômica, e por outro lado, essas fronteiras devem ser rígidas para garantir a defesa/segurança nacional. É nesse contexto que essa representação da porosidade aparece como um padrão e também se refere à função das fronteiras como um filtro que pode deter certos fluxos de mercadorias ou pessoas e também deixar passar outros elementos na fronteira.

Assim, é importante afirmar que as falhas militares e iconográficas ocasionam as omissões nas práticas da violência física legítima no lado haitiano, enquanto a corrupção é confirmada no lado dominicano. Contudo, a organização política de natureza institucional não poderia efetivar o monopólio da violência e se impõe às leis através do funcionamento do judiciário, da polícia e do exército visto que o Estado não desempenha a sua função. Isto posto que as áreas de fronteira decorram em princípios de arbitrariedade (REDON, 2010); ainda que no cenário atual, incorpora-se ao entendimento de fronteira novos componentes, além dos aspectos geopolíticos, contando que a relevância das atividades de fronteira esteja baseada na economia política dos territórios estatais.

Tais práticas podem frear ou estimular os fluxos. Por esse motivo, a atribuição do território usado pode ser explicada pelos fluxos e porosidades das fronteiras. Portanto, os fluxos migratórios estão condicionados à divisão territorial do trabalho, e, ainda assim, a fronteira política é um elemento vivo neste processo (SILVA, 2013). Ainda que esses múltiplos controles e obstáculos que podem ser encarados nas zonas de fronteiras onde a mobilidade transfronteiriça é altamente espontânea nas diversas áreas, tanto nas populações quanto nas cidades. Apesar disso, os efeitos encontram-se amplamente complexos quando as pessoas precisam deixar a zona de fronteira ou passam por estradas que conduzem em diferentes áreas do território nacional. Observa-se a diferentes pontos de estradas e em cruzamentos que estão presentes nos diversos postos de controle militar.

Com base desta análise, Dorfman e Cardin (2014) ressaltam que as concepções e decisões do Estado podem se materializar por meio da exibição dos atributos nacionais em suas ferramentas de repressão e fiscalização nas leis que se destinam a regularizar as atividades de fronteira. Portanto, as estruturas físicas da fronteira se propõem facilitar o combate e o controle das atuações das populações que por justificativos diferentes que remetem a própria legitimidade do Estado nacional em jogo.

Assim sendo, Redon (2010) estipula que, no contexto de regulação do comportamento da fronteira, o controle dos fluxos migratórios e de mercadoria parece enigmático, é realmente equilíbrio e frequentemente reiterado entre legalidade, corrupção, necessidade e arbitrariedade. Nesse caso, Machado (1998) faz lembrar que, a implicação política pode ser reforçada pela modernização da noção de Estado, no qual a soberania nacional vincula-se a um processo absoluto de territorialidade. Assim, o poder legítimo de uso da força física, é uma capacidade exclusiva forjada pelas normas de trocas sociais reprodutivas pelos impostos e pela moeda, dando a capacidade de estruturar de forma

singular, as formas de comunicação, as quais são componentes importantes, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo estado territorial, ou seja, pelo poder central.

Em consequência disso, nota-se que o território se apresenta como uma categoria central em suas análises, visto que esse território delimita fronteiras e, por seu meio, decorrem as políticas fiscais e de seus atributos, que detêm o capital. Por esse motivo, o território é constituído atualmente como um “subsistema da sociedade” e “um subsistema do planeta”. Ele representa a estrutura da vida material, e sua função é controlada pelo Estado, pois ele, no momento atual, não possui mais espaços vazios. Sendo assim, os próprios espaços são atarefados de modo intencional ou real. E esse território é inseparavelmente integrado a todas as instituições, pessoas e empresas que o envolvem, e no que lhe diz respeito, dinamizado e tornado operacional ou produtivo (SANTOS, 2002).

Além dessas aspirações no âmbito de controlar o território, essa área de fronteira não é exclusivamente representada por uma delimitação de território nacional, sendo, também, um local de interatividade. Portanto, o espaço territorial exibido no posto de controle pelo serviço aduaneiro que tem o principal agente para controlar o fluxo cotidiano de relações e trocas econômicas, que estão presentes para cobrar os impostos sobre os diferentes elementos que cruzam as áreas de fronteira (MACHADO, 2005; REDON, 2010).

Além disso, há exigência de enriquecer essa questão em relação às dinâmicas atuais, que se dá a partir das estratégias cotidianas dos moradores das margens, no mínimo quando é admissível atravessá-la, por meio de um trabalho reintegrado, que nas estratégias de acesso a esses produtos, é menos tributado outro lado ou para residências menos caras. Estimulando por explorar as diferenças de salários, preços e rendimentos, de acordo com as leis em vigor pelos dois Estados, no objetivo de estabelecer o controle da soberania nacional. A questão de porosidade das fronteiras e as formas e normas de controle da circulação de mercadorias entre Haiti e República Dominicana serão discutidas no capítulo 2.

CAPÍTULO 2

POROSIDADE DAS FRONTEIRAS E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE HAITI E A REPÚBLICA DOMINICANA

O objetivo desta segunda parte é levantar algumas considerações sobre as relações comerciais e econômicas entre o Haiti e a República Dominicana. Nesse sentido, discute-se de que forma os Estados mantêm a implementação das normas nacionais (acordos bilaterais) e internacionais (OMC) na dinamização e circulação de mercadoria entre os dois países, principalmente nas regiões de fronteira. Além disso, busca analisar também de que forma as duas economias apresentam suas divergências e complementaridades devido às políticas construídas e de que maneira tais relações comerciais repercutem não exclusivamente sobre as economias nacionais e regionais, mas também sobre as vidas e as relações dos fronteiriços que cruzam os limites territoriais para promover trocas de mercadorias.

Cabe observar, ainda, que, às vezes, a fronteira exterioriza algumas restrições econômicas por meio das normas estabelecidas entre os Estados pelo fato de que elas apresentam fluxos migratórios de mão de obra e pela presença dos circuitos de atividades comerciais. A reflexão sobre o território para manter as formas de organizações do espaço econômico faz com que a mobilidade das pessoas se entrelace com os limites e, porventura, produza novas transformações nos espaços geográficos da fronteira devido à circulação dos fluxos (pessoas, capital e mercadoria). Por essa razão, há a necessidade de controle por meio de normas (nacionais e internacionais) e da administração aduaneira na gestão da circulação nas fronteiras, o que será abordado nos tópicos seguintes.

2.1. Crescimento do comércio entre os Estados e influência dos agentes políticos no controle de intercâmbios econômicos

A dinâmica de fortalecimento da estrutura de divisão da humanidade em nações, Estados e municípios e a atual acumulação das redes de transporte e comunicação tornam a dialética entre território e circulação imprescindível para explicar o desenvolvimento da mobilidade de pessoas, mercadorias, informações. A existência dos territórios, mesmo que sejam transformados (SILVA, 2012), não apenas nas interações espaciais mantidas entre os fronteiriços, mas também com os domínios estabelecidos pelos diferentes agentes (aduaneiros

e econômicos, classes sociais, ONGs e comerciantes) nos cruzamentos das práticas comerciais nas regiões de fronteira entre os dois países.

No intuito de estabelecer o controle sobre as atividades econômicas dos agentes econômicos e sociais nas fronteiras, o território relaciona-se à hierarquia de poder, mas não exclusivamente ao poder na essência explícita de dominação através do poder político, sobretudo, ao poder simbólico vinculado à apropriação, ligado à propriedade de estabelecidas corporações para com seu espaço de convivência (HAESBAERT, 2004). No contexto de articulação de poder do Estado, as áreas de fronteira passam a construir uma vida de relações que são geralmente fundadas no intercâmbio de economias, trocas de mercadorias e de cultura que são essenciais para a comunidade transfronteiriça (CATAIA, 2010). Todavia, o objeto dos limites territoriais envolve a obrigação do Estado de gestão dos dispositivos ou insumos, dos bens e serviços públicos, assim como da cobrança de taxa (impostos) sobre os produtos importados ou exportados que cruzam as áreas de fronteira.

Em relação ao poder que o Estado detém para cobrar os impostos sobre as importações e exportações de produtos, conforme Brandão (2012), é de fundamental importância considerar essas concepções para instrumentalizar as relações de troca, evolução da renda líquida regional, avaliações do nível interno de produção, estimações dos multiplicadores de empregos e renda e tentativas de avaliar o balanço inter-regional de pagamentos e os padrões de comércio interestatal ou internacional. Assim, o papel das despesas governamentais e da arrecadação de impostos e do desempenho das finanças públicas tornou-se saliente.

Dessa forma, Paul Singer (1980) afirma que as atividades do crescimento econômico se constituem como uma autonomização do setor de mercado interno diante do setor de mercado externo, e que é executável, assim como as mudanças estruturais decorrentes. O domínio de mercado interno é aproximadamente o território urbanizado, e ele suscita um deslocamento territorial de pessoas, coincidindo com o fluxo de migrações que se acumulam e enchem um lugar do espaço, metamorfoseando novamente o urbano. Desse modo, Satterthwaite e Tacoli (2003) ressaltam que o aumento da população urbana resulta essencialmente de uma reestruturação dos sistemas e das estruturas econômicas, tendo implicações na organização territorial nacional e/ou internacional.

Além disso, as formas de intercâmbio ocorrem por meio das relações entre as nações ou diversos Estados. Assim, tais relações construídas dependem do estado de crescimento em que se localiza cada uma das nações no que diz respeito às forças produtivas, ao intercâmbio interno e à divisão do trabalho. Isso pode ser resultado não exclusivamente das

relações de um Estado com ou outro, mas inclusive de toda a organização interna desse Estado, e subordinase ao nível da evolução de sua produção e de seu intercâmbio externo e interno (NETTO; BRAZ, 2006) no espaço geográfico de dois Estados.

Tomemos as reflexões sobre a evolução de produção e de intercâmbio como condições próprias das interações humanas considerando as indicações de Marx (1867), quando nos indica o espaço como um componente essencial do processo de produção e de toda atividade humana, estabelecendo-se, então, como veículo para essa reprodução. Para isso, faz-se necessário começar lembrando que o espaço não existe por si próprio. Ele é produzido, sendo essa produção realizada através da mediação do homem com a natureza. Com embasamento do pensamento Lefebvre, Marx busca para entender a produção e a reprodução do espaço. Refere-se da produção no contexto mais amplo do termo – *latu e stricto sensu* – produção e reprodução das relações sociais e igualmente do modo de produção (LEFEBVRE, 2000). Nesta perspectiva, a totalidade do espaço se transforma no lugar dessa reprodução, sendo a espacialidade um elemento que constitui a experiência de diversos indivíduos (LEFEBVRE, 1973) dentro de um determinado do território ou de um país.

Com isso, pode-se ressaltar que as características do território passam a ser transformadas e retêm como conjuntura material e estrutura do poder estatal (CATAIA, 2011). Em virtude disso, grande parte da produção amplia-se pela potencialidade endógena fixada no território para elaborar um processo valoroso de desenvolvimento socioeconômico e responder aos aspectos exitosos de outros acontecimentos. Desse modo acaba por minimizar as proeminentes delimitações postas à regulação local e estatal (BRANDÃO, 2012). Tais atribuições do Estado acarretam a necessidade de uma análise mais correta da forma pela qual tal agente se move e atua sobre o território. Portanto, cabe uma reflexão mais concreta das ações desses agentes que, se revelam decisivos ao estudo da engenharia política construída por diferentes Estados que se dispõem a solucionar os obstáculos práticos das desigualdades regionais e da convivência social (CATAIA, 2010) sobre o espaço fronteiriço.

Em decorrência da análise de Souza e Gemelli (2011), a partir do momento em que há um espaço construído e uma sociedade nele instalada, dá-se a formação do território. Essa estrutura territorial é determinada pelas vinculações que detêm o controle, a dominação e o poder, e também é um produto de apropriação do espaço físico por agentes estatais ou não estatais. Portanto, esses processos de controles jurídico-político-administrativos, dominação socioeconômica e apropriação cultural e simbólica do espaço geográfico não são concomitantes em suas delimitações e propósitos.

Nesse contexto, a questão de territorialidade passa a ser efetivada como consequência das ações do Estado via políticas públicas e também pelas corporações/empresas, além das práticas de comunidades por meio das afinidades e dos conteúdos do espaço vivido (CATAIA, 2011). Pode-se observar que, nesse espaço-tempo vivido, a ação de nivelamento espacial e integração reproduzem o crescimento de Estado para Estado e aumenta incessantemente os laços de relações políticas e econômicas entre si. Ao ganhar em consideração como um valor político, o território se tornou uma influência cada vez mais relevante e também funciona como uma medida do poder político pelos Estados. Enquanto houver competição política, os Estados mais fracos tentam igualar-se aos mais poderosos. Traduzido para o nível territorial, é a partir daí que surge o conflito pela integração espacial (RATZEL, 2011 [1896]; CAROU; LOIS, 2014).

Portanto, é essencial possuir uma ligação entre o território político e a noção de território usado. Também, é necessário enquadrar no contexto político-administrativo no período contemporâneo, vendo que o território político-jurídico se institui às simetrias internacionais de forma irrefutável. Enquanto o território usado, permite verificar as divergências qualitativas e quantitativas na organização das atividades materiais e ações dos indivíduos, o que geralmente resulta em uma integração e divisão territorial específica dos lugares, esta, também uma das características assertiva que mostra que o território usado se produz nos lugares (SILVA, 2013), acarretando, ainda, uma possível divisão territorial de trabalho que pode concretizar por meio de um processo de integração territorial entre os Estados (CARNEIRO, 2008).

Cabe ressaltar que as particularidades dos indivíduos de reproduzir nos lugares ou nos territórios são geralmente diversificadas, complexa e multifacetada, totalmente o oposto do território unifuncional apresentado pela dialética capitalista hegemônica ao afirmar que esse território, de fato imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, pode ser incrementado no decorrer de um contínuo que se destina por meio de dominação político-econômica mais efetiva e funcional à apropriação mais subjetiva (HAESBAERT, 2004). Portanto, essa dominação e apropriação são necessárias de se vincular, ou seja, que faz com que uma prevalece sobre outra.

Contudo a dinâmica de acumulação capitalista implementou que a primeira extrapolasse quase integralmente a segunda, contendo as capacidades de uma efetiva reapropriação dos territórios ou dos espaços, controlados pelo artefato (aparato) estatal empresarial e/ou integralmente transmutados em mercadoria (LEFEBVRE, 1986). Assim, a economia capitalista passa a ser dissimulada pela dinâmica constante de tendência ao

crescimento e a acumulação. Todavia, as cadeias de mercadorias recorrem para dar opacidade a esses circuitos de acumulação, nesta lógica, quanto mais extensos, melhor; assim, a assimetria intensa da acumulação permanece complexa de ser concebida (WALLERSTEIN, 2002).

Com base nessa análise, é importante destacar que o Estado que aparece dentro da forma de produção atuante é representado como agente de regionalização. A sociedade civil estruturada e a iniciativa privada constantemente atuando em cooperação com o Estado e também a própria movimentação da sociedade intervêm na essência de produzir um fato exclusivo, atribuindo-se a regionalização do espaço e do território (CORRÊA, 1989). Assim, todo território apresenta uma analogia que o determina no espaço, o que geralmente acarreta sua territorialidade. E pode haver em uma determinada porção do espaço geográfico e diversos territórios justapostos com suas compreensões territorialidades. Essa territorialidade pode estar relacionada às dinâmicas, transformando-se no tempo e no espaço, de acordo com as particularidades de cada população que se estabelece dentro dos limites da fronteira (SAQUET, 2009; SOUZA; GEMELLI, 2011).

Para as autoridades competentes, as fronteiras internas possuem grande relevância na construção do poder nacional, visto que elas dividem o território em unidades funcionais que necessitam ser fragmentadas para que o poder do Estado seja capaz de ser implementado. Nesse contexto, a área de fronteiras internas é geralmente a ratificação do poder do Estado. Nessa lógica, a despeito das evidências de particularidades, não há realmente uma contradição entre as fronteiras internas e fronteiras nacionais. As duas são estabelecidas pelas normas jurídicas que são construídas em estruturas de poder, ou seja, local, regional ou nacional (CATAIA, 2010). É de fundamental relevância, então, que os postos de controles aduaneiros tornem atualmente flexíveis os mercados de exportações e importações regionais e extrarregionais, apesar disso, continuam consolidados sobre as interações tradicionalmente planejadas entre as populações fronteiriças (FERRARI, 2014).

Em decorrência desse raciocínio, as áreas de fronteira são um instrumento de atenção específica por parte do Estado dominicano, que tem como intuito consolidar o controle de fronteiras, cobrar impostos alfandegários e proporcionar segurança ao território nacional. Assim, busca possibilitar que a região de fronteira se envolva em torno do comércio no intuito de permitir que essa região promova alguma autonomia econômica e política. Em vista disso, Souza e Gemelli (2011) apontam que essa realidade cotidiana das fronteiras apresenta particularidades complexas, contraditórias e complementaridades, tanto pelos fluxos

de informações, de mercadorias e serviços quanto pelas vinculações culturais que unificam ou dividem as populações.

Em relação à gestão da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana através da franquía aduaneira, embora forneçam um mecanismo relativamente eficiente para a passagem de mercadorias através da fronteira sem pagar impostos, os mercados de fronteira não são o único meio de levar mercadorias informalmente (CFI, 2016). Ainda que haja poucas evidências, é possível subornar as estâncias aduaneiras para obter as mercadorias sem declará-las ou pagar menos impostos do que as obrigatórias. Posto isso, tais práticas existem em ambos os lados da fronteira e podem distorcer/fugir dos registros estatais.

É importante que ressaltamos atualmente, então, que os fronteiras porosas apresentados como fronteira são indicados por formas contraditórias e diversificadas de práticas da apropriação das trocas comerciais, recursos econômicos. No entanto, a fronteira põe em prática em função das desigualdades táticas de dominação, de hegemonia e de agenciamento na perspectiva de estabelecer o controle sobre os fluxos de mercadorias (MEZZADRA, 2016). No mesmo seguimento, o autor ressalta que essas práticas ideológicas se efetivam na mobilização de usar a fronteira como mecanismo que possibilita convidar algumas facções para o usufruto, no âmbito do crescimento da riqueza e da competição com o motivo análogo que sarcasticamente comprova os limites, como parte do impulso da necessidade da ordem, da estabilidade e austeridade.

Como ainda não existem políticas públicas que reconheçam as interações de fronteira, notadamente as imateriais, como socioculturais, funcionários daqueles organismos de controle nacionais, muitas vezes, por ignorar as práticas locais ou por considerá-las transgressivas dos territórios nacionais, acabam por tomar medidas arbitrárias, tais como o fechamento do posto de controle durante o período da noite pelos militares para controlar supostamente a circulação de mercadoria e de pessoas (REDON, 2010). Nessa perspectiva, existe uma lógica entre a fixidez das fronteiras e a fluidez das informações. Portanto, as políticas de fechamento de fronteiras geralmente são alusivas (CATAIA, 2013).

Dessa forma, podemos perceber que as concepções de idas e vindas entre os usos e reproduções que aparecem adaptadas ao estudo da área de fronteira possuem, respectivamente, dois aspectos: material e ideal. A questão material refere-se a todos seus destaques que registram no real: as estações de costumes, os terminais, e rios. O ideal, por sua vez, expõe as atribuições que dão significado a um espaço.

Assim, os espaços nacional e internacional articulam-se, construindo relações e dinâmicas próprias e estimuladas pelos sujeitos fronteiriços. Nesses espaços, estão

estabelecidas as identidades nacionais distintas que constroem e reelaboram, capazes de construir um novo lugar, com aspectos regionais. Essas áreas de fronteiras não respeitam as barreiras nem as normas estabelecidas pelos Estados, visto que há atividades e interações dos agentes fronteiriços impulsionando as dinâmicas fronteiriças informais.

Nesse contexto, evidenciou-se por ser um país mais comercial do que produtivo, com uma economia aberta, especificamente pelo motivo do comércio ilegal ou contrabando, evitando-se o pagamento de impostos alfandegários (SOUZA; GEMELLI, 2011). Nesse aspecto, Machado (2013) considera que essa área de fronteira no âmbito das zonas de fronteira contígua, formada por dois estados, integra a vida cotidiana nacional/internacional. Ademais, destacam-se as economias de mediação, em que os lucros e perdas são adquiridos por efeito de diferenças de juros e de câmbio, de diferenças de legislação trabalhista ou ambiental e, em consequência, de distintas normas institucionais ou de estatuto político que passam a explorar, de forma legal e ilegal, a essência das fronteiras internacionais dos Estados.

Segundo relatório do *Centre de Facilitation des Investissements* – CFI (2016), o fluxo de comércio informal traz alguns inconvenientes para a economia do país: em primeiro lugar, quando os bens contornam as alfândegas, eles não pagam impostos ou taxas. A redução das receitas fiscais dos direitos de importação e outras taxas de importação podem ter um impacto significativo na capacidade do governo de fornecer serviços. Em segundo lugar, a falta de controle das normas de entrada/saída dos produtos no país pode ter efeitos negativos sobre os consumidores. Em terceiro lugar, esforços implementados para buscar uma estratégia industrial usando tarifas como um método de proteger a indústria local são notados.

Ademais, em quarto lugar, uma economia saudável e competitiva baseia-se em condições de concorrência equitativas entre empresas, mas pode ser criado um desequilíbrio entre os importadores formais, que têm de suportar custos mais elevados (em termos de impostos) e os importadores informais, que têm custos mais baixos ou que contornam as fronteiras para não pagarem impostos. E, por fim, a segurança interna é, em certa medida, baseada no controle de armas, drogas e pessoas que podem entrar no país. Um sistema onde os fluxos de mercadorias não são verificados na fronteira reduz a capacidade do Estado de manter essa segurança.

Apresenta-se uma possibilidade de que a faixa de fronteira possua alguma agilidade na mobilidade de fluxos de comércio informal, conforme os interesses de custo e de vantagem, que acarretam melhores efeitos de preços para esses comerciantes que transportam as mercadorias, aplicando-se de um lado ou de outro da fronteira. Essa maleabilidade e as

características da informalidade combinam-se impecavelmente aos padrões de fronteira presentes naquela região e apontam para regular aos paradigmas socioespaciais das áreas de fronteiras a que se vinculam os Estados nacionais.

É interessante observar que os comércios informais, segundo o relatório de CFI (2016), apresentam algumas vantagens e certos custos para as empresas e consumidores, muitas vezes, evitando pagar os impostos exigidos pelos serviços alfandegários. Essas mercadorias que entram no país informalmente podem ter como consequências, em primeiro lugar: lucros mais elevados para importadores, que poderiam vender maiores quantidades de mercadorias aos consumidores a um preço mais baixo possível, ou quantidades similares, mas com uma taxa mais elevada em cada produto. Em segundo lugar, os preços são mais baixos para os consumidores, uma vez que os produtores/importadores optam por beneficiar os custos mais baixos ou aumentam assim o poder de compra dos consumidores.

No entendimento de Cataia (2013), certos aspectos econômicos possuem nódulos de redes legais que materializam aduanas, por meio da intensidade de circulação e trocas que acontecem de fato, apesar das leis e normas instituídas pelos Estados nacionais que incriminam as fronteiras, que foram sempre desgastadas pela lógica territorial estatal. Mezzadra (2016), por sua vez, aponta que, as dinâmicas atuais de heterogeneização e proliferação das fronteiras modificam essa conjuntura, e a fronteira se estabelece no centro do espaço político. Também esse conjunto de processos materiais e imateriais deslocam-se da fronteira da margem para o centro. As relações comerciais estabelecidas entre o Haiti e a República Dominicana, de acordo com Souza e Gemelli (2011), podem sofrer certas ambivalências por meio das organizações territoriais. Primeiramente, proporcionam-se com o controle inflexível das barreiras fronteiriças internacionais e, em segundo lugar, ligam-se a múltiplas redes de trocas comerciais, de solidariedade, inclusive políticas e de características transfronteiriças.

Cogita-se, com muita frequência, que a lógica territorial, representada pelos padrões de ordenamento territorial por excelência dos Estados nacionais contemporâneos, pode manifestar-se por áreas onde as vinculações sociais estão limitadas e reguladas de maneira a serem construídas configurações espaciais contíguas e contínuas, usadas como representação de referência para as atividades dos agentes sociais. Contudo, as identidades territoriais tendem a justificar e passam a ser legitimadas pelas fronteiras político-territoriais (DORFMAN, CARDIN, 2014). Assim sendo, no âmbito das cobranças de impostos estabelecidos pelo serviço alfandegário do lado dominicano, de acordo com CFI (2016), a fraude pode ser explicada por dois aspectos. Ambos podem ser a consequência de isenção do

imposto sobre valor agregado (IVA) ou TVA (*Taxe sur les Valeurs Ajoutées*) para os bens exportados concedidos pelo governo dominicano. Isso procede em um potencial admissível para as empresas que influenciam o sistema de diversas formas:

Em primeiro lugar, pelas mercadorias declaradas como exportações para a alfândega Dominicana que não entram no mercado haitiano. E, de fato, os caminhões que transportam esses bens voltam-se ao mercado dominicano, com a possibilidade de distorcer o jogo da competição através da economia de pagamento de seus impostos. O resultado de tal comportamento poderia ser um aumento artificial nas exportações reportadas em relação ao seu nível real. Em segundo lugar, as mercadorias que são efetivamente exportadas para o Haiti podem ser supervalorizadas por uma empresa para aumentar a restituição do imposto cobrado. Portanto, o efeito de tal comportamento seria também um crescimento artificial nas exportações declaradas à alfândega dominicana em relação ao seu nível atual (CFI, 2016).

Já no corredor das alfândegas haitianas, a medida de incentivo do IVA ou TVA poderia estimular fortemente as empresas a declararem suas exportações no lado dominicano da fronteira. No entanto, se as mercadorias entram no território haitiano, os direitos de importação devem ser pagos às alfândegas haitianas sobre os diversos tipos de produtos. Portanto, há fatores relevantes para contornar as declarações dos impostos no lado da fronteira haitiana.

Independentemente da sua contextualização, não se pode negar que possui uma possibilidade coerente de que os funcionários da alfândega do Haiti sejam subornados para permitir que as importações passem sem pagar a taxa os direitos de importação. Isso tem um impacto muito grande para as receitas fiscais do país. A Tabela 2 mostra as exportações das mercadorias informais da República Dominicana para o Haiti pelas vias áreas de fronteira sem um mínimo controle do Estado.

Tabela 2. Principais produtos de importações informais dominicanas do Haiti. 2017 (em milhões de US\$)

Descrições	Ano de 2017
Calça comprida, calça com macacão, calção, e calções de algodão, para homens ou rapazes (excluídos malha, cueca e calça de banho).	31.132
Camiseta de malha e de algodão	6.086
Tecidos de fibras sintéticas descontínuas, contendo fibras descontínuas de poliéster > = 85%, em peso, ou padrões.	727
Artigos para pesca, salabardos, rede de borboletas e redes similares; chamarizes e artigos de caça semelhantes (excluído, reclamamos de qualquer tipo e pássaros empalhados)	423
Tecidos de fio de alta tenacidade, nylon ou outras poliamidas, incluído os monofilamentos do título > = 67 decitex, e cuja maior dimensão da seção transversal ser <= 1 mm	230
Artigos de plásticos e obras de outras matérias de rubricas 3901 a 3914, N.C.O.P. (excluídos produtos de 9619 ¹⁶).	217
Misturas betuminosas à base de asfalto ou betume naturais, betume de petróleo, alcatrão mineral ou piche de alcatrão mineral (por exemplo: mástiques betuminosos, partes cortadas).	199
Tecidos de algodão, com um teor de algodão elevado, mas <85%, em peso, excepto aqueles em que o algodão é misturado exclusiva ou principalmente com fibras sintéticas ou artificiais, com peso <= 200 g/m ² , tingidos	186
Máquinas de costura domésticas	175
Máquinas de costura industriais (excluindo unidades automáticas)	167
Total	39.542

Fonte: Dados adaptados do MICM; DICOEX (2018).

De fato, os valores das exportações informais vindas da República Dominicana para o território haitiano são mais ou menos mensuráveis, visto que a natureza desse comércio não é registrada em nenhuma instituição pública. Devido os efeitos de fortalecimento de controle das fronteiras entre os Estados, os dados de fluxos de mercadorias informais significativos relatados no Quadro 2, mostra que o governo deve exercer mais controle sobre os postos transfronteiriços pelo fato de que milhões de dólares de receitas potenciais são perdidos devido à excessiva porosidade da fronteira, e esse dinheiro poderia ser usado para o crescimento da economia do país.

¹⁶ Código de mercadoria.

Quando levamos em conta nossas importações informais, ou seja, aquelas que não são registradas e são adquiridas por contrabando ou nos mercados de fronteira, Segundo relatório da CFI (2016), essas perdas dos comerciais informais poderiam ter atingido um valor de US\$ 83 milhões a US\$ 184 milhões durante o ano de 2014. E, segundo dados de MICM; DICOEX (2018), esses produtos de importações informais passaram no ano de 2017, e alcançaram um valor total de US\$ 39.542 milhões.

Dentre os principais produtos informais mais importantes que transitam nas fronteiras para o Haiti, estão: calças compridas, calça com macacão, calção e calções de algodão, que representaram um valor de US\$ 31.132 milhões, e também camisetas de malha e de algodão, que corresponderam a um valor de US\$ 6.086 milhões durante o ano de 2017. Há também Tecidos de fibras sintéticas descontínuas, que contaram um valor de US\$ 727 milhões, e os produtos de importações de artigos para pesca, salabardos, rede de borboletas e redes similares, que representaram um valor de US\$ 423 milhões. Dentre os outros, são produtos de importação mais destacados que cruzaram as fronteiras dominicanas para o Haiti pelas vias aéreas de fronteira durante o ano de 2017, fora do controle da fiscalização e das normas dos agentes aduaneiros.

A esse respeito de importação dos produtos informais nos diferentes portos fronteiriços, Dorfman e Cardin (2014) afirmam que as regulações que foram estabelecidas representam atribuição entre as organizações, tais como o Estado, mercado e lugares, e as agências de comerciantes e aduaneiros e contrabandistas, explicação que pode ser determinada às representações sociais.

Quando exposto a partir do Estado, o contrabando é concebido como o transporte ilegal de mercadorias entre os Estados, omitindo os impostos constituídos por meio de uma delimitação de permeabilidade seletiva regulamentada por agentes econômicos hegemônicos e políticos. Em relação às atividades fronteiriças, contrabandear é geralmente considerado um trabalho que implica certas normas vigentes nos limites territoriais do Estado (DORFMAN; CARDIN, 2014). Pode-se afirmar que, dadas suas consequências sobre os princípios legais das delimitações territoriais e interestatais, promove uma transformação nos fluxos de mercadorias gradativas e avassaladoras, com ondas de ilegalidades constatadas tanto na esfera externa quanto interna aos Estados nacionais.

Não se refere apenas à corrupção ou às diferentes práticas de atividades perversas, mas efetivamente aos comportamentos e às ações estabelecidas em paralelo às normas de cada país e também às próprias leis internacionais. Portanto, é na área econômica que a nitidez dessa crescente onda de legal e ilegal é superior, como no caso da evasão fiscal do Estado,

como o envio dinheiro sem registro, que atravessa as fronteiras estatais como defesa contra a desvalorização, e a valorização de capitais para suas empresas e seus sujeitos, ou ainda uma legitimidade por meio da bolsa de capitais (MACHADO; STEIMAN, 2002).

Cabe ressaltar que esses procedimentos de calibração realizados pelo ONE (Ofício Nacional de Estatística) para as exportações dominicanas não são realizados para a estimativa das exportações haitianas para a República Dominicana. Isso decorre, em partes, do fato de que os dados essenciais no nível das empresas haitianas não estão disponíveis no ONE e, portanto, essa calibração proporcional não parece ser feita por seus equivalentes pelo Estado haitiano. Porém, as roupas ultraprocessadas (*pèpès*) são as principais exportações informais nos postos transfronteiriços dos dois Estados, com comerciantes dominicanos vindos para comprar esses produtos.

Na lógica específica do comércio da fronteira, Machado e Steiman (2002) fazem lembrar que a informalidade pode acontecer quando não se submeter às leis presentes, e essas mercadorias podem fortalecer a economia das regiões, cidades e países. Assim, esses contrabandos formados passam a funcionar por meio das redes de distribuição de mercadorias efetuados legal e ilegalmente. Tais práticas de distribuição transcorrem os controles de postos das demarcações territoriais de cada país para voltar ao seu interior como mercadoria nacional ou importada, funcionam em paralelo à balança formal da exportação ou importação, que, de fato, considera como condição estrategicamente tolerada pelos Estados e também para a população do mundo afora, como um mercado paralelo de moedas estrangeiras.

Ao analisar os fatos, a norma instituída acerca do que é o contrabando e do que é a prática informal, o propósito de impedi-los é o foco dos diversos agentes que dominam/atuam no território nacional, sejam as delimitações territoriais, em diferentes postos de entrada do território estatal como portos, aeroportos, sejam nos locais no qual se efetua o consumo (DORFMAN; CARDIN, 2014). Esse comércio informal ou ilegal constituído nas redes fronteiriças é difícil de mensurar. Em consequência da mobilidade dos trabalhadores e comerciantes que cruzam as fronteiras do Haiti e da República Dominicana, são considerados os fluxos de capitais. Apesar disso, é importante diferenciar o circuito local transfronteiriço e os circuitos superiores transnacionais dos fluxos. Além do mais, atuam como mecanismo de fortalecimento dos acordos nacionais no âmbito de resolução de conflito, cooperações comerciais e de enriquecimento recíproco da população local, regional e nacional.

Em relação disso, Mezzadra (2015) sustenta que, nos lugares em que se constituem as aglomerações de relações sociais que se acumulam as consequências das expectativas de movimentação com as suas extensões da autonomia, as mobilidades de

eventualidade de relações sociais múltiplas estendem-se pela matriz de novas configurações e tendências conflituais para imigração e emigração. Portanto, as normas multinacionais dos arranjos espaciais de fluxos de mercadorias, de redes imateriais, de capitais e das dinâmicas sociais em redes ainda se materializam como sistemas de fluxos de capitais, de bens e serviços, bem como dispersão e movimentação de população, além de mercadorias informais que circulam e cruzam as áreas de fronteiras.

De acordo com relatório do CFI (2016), essas importações não declaradas podem ser estimadas em três aspectos. Podem ser classificadas: como mercadorias que chegam pelos mercados de fronteiras (binacional) e entram no Haiti por meio dos comerciantes; como mercadorias que passam por outros corredores mal monitorados da fronteira, incluindo via marítima; e como produtos que passam por ambos os caminhos, porém sem registro pelos serviços alfandegários. Como descreve Machado e Steiman (2002), há uma dualidade que se segmenta através do reconhecimento das interações entre o sistema de acumulação capitalista e o sistema interestatal, que readquire as relações dinâmicas, tais como comunidades, organizações, indivíduos e redes de informações e de solidariedades, embasando-se nas vantagens diferentes que se estabelecem em uma estrutura em escala planetária difícil de ser controlada e aplicada a cada estado. Isso pode ser usado como uma forma de uso do território.

Em relação à proposta das formas de uso hegemônico do território, relacionada ao direito à heterogeneidade, é representada por personalidade das horizontalidades (SANTOS, 2000), tendo em vista que se dá pela integração solidária conquistada por meio das solidariedades econômicas, sociais, culturais, e também pelas aglomerações que se mantêm unificadas nas regiões (CATAIA, 2010). Assim, essas regiões são determinadas pela solidariedade que se constitui dentro dela, mas a partir de uma organização que vem de fora. Essa tipologia de solidariedade deixa de ser orgânica – originária da própria existência da região e das variáveis constitutivas dela – e se transmuta em *solidariedade organizacional* (SANTOS, 2003a).

Na proposta de Cataia (2010), as forças centrípetas não se tornam fator imprescindível na organização das repartições em territórios de modernização subordinativa, dado que esses espaços adquirem as convergências das lógicas da globalização hegemônica, contrarracionalidades e as temporalidades internas, que às vezes determinam configurações diferentes de coexistência em relação ao meio geográfico e que foram constituídas com base na relação particular de estratégias que as comunidades territorializadas desenvolvem no decorrer de sua subsistência nos lugares. Como esse reconhecimento da comunidade com o

meio expõe constante preocupação com as forças da circulação, criaram-se as caracterizações das concepções de forças de coalescências.

Portanto, os produtos importados que cruzam as fronteiras submetendo-se às normas ao pagarem os impostos estão enfrentando concorrência exercida pelos produtos que não arcam com os mesmos custos. Porém, o controle de qualidade e padrões de produtos não podem ser rastreados, aumentando assim o potencial de alguns riscos para a saúde de seus consumidores. Assim, a implementação da política industrial de uso de tarifas como ferramenta para o desenvolvimento da produção local é extremamente difícil se muitas mercadorias entram no país por meios informais.

A questão do comércio informal e das práticas de atividades de contrabando é frágil. E uma proposta de resolução foi apontada de perto para a questão da fronteira, sem a qual as trocas são impossíveis, visto que as atividades comerciais praticadas informalmente e o contrabando estão relacionados à produção de bens e de mercadorias. No contexto da produção, a República Dominicana atinge um limiar de produção superior à do Haiti. Nesse caso, não podemos falar de relações comerciais de forma equilibrada entre essas nações, já que o fluxo de mercadorias é de mão única e alcança uma proporção ilimitada, como atualmente, em que o mercado haitiano é invadido por produtos dominicanos, tanto formais como informalmente, por contrabando ou não.

Percebe-se que os controles variam de uma mercadoria para outra e para o menos incomum, porque as cargas que revelam uma importância muito grande nem sempre estão sujeitas a um controle meticuloso, mas sim rapidamente obtém o direito de passagem. Essa fraqueza estabelecida na gestão de fronteira no lado haitiano constituiu uma falha/lacuna. Porém, esse problema de fluxos de mercadoria informal ou por contrabando não pode ser resolvido com a fronteira, que é tão porosa, e também com a crescente negligência por parte do governo haitiano.

É de fundamental relevância a guarda de fronteira monitorando os contrabandistas e haver maior fiscalização nas circulações do comércio informal na zona de fronteiras. Atualmente, com as novas técnicas de telecomunicações e de informações, o Estado deve usá-las para frear as perdas de milhões de dólares que podem ser utilizados para o crescimento da receita fiscal do país. Ademais, se o governo haitiano não adotar uma política de controle dos contrabandos e para o comércio informal ou ilegal, não impedirá que essas atividades comerciais afetem a economia haitiana.

O Estado contemporâneo e praticamente modernizado pode ser representado por dois fatores. Por um lado, a continuidade da restrição legal de ter o domínio sobre o território

e a aptidão para controlar e gerenciar o aparelho administrativo e alfandegário. Na medida em que o governo do Haiti queira ser inovador, ele tem a obrigação de fiscalizar e frear a dinâmica das atividades do comércio informal e contrabando na fronteira, visto que a principal vítima/perda por meio de contrabandos de mercadoria que transitam a fronteira é o próprio governo haitiano, já que a produção do Haiti é completamente inferior à da República Dominicana.

2.2. Disputas, complementaridades e subordinações nas dinâmicas comerciais

2.2.1. Normas internacionais e acordos de cooperações comerciais

No contexto de estabelecimento das relações comerciais binacionais entre os dois países, a resolução sobre a qual o mercado é construído por uma relação de trocas de bens e de serviços está sujeita a um conjunto normativo instituído para facilitar o controle de exportação e importações de mercadoria. Isso pode ser uma capacidade de recursos econômicos e diplomáticos que o Estado que permite de estabelecer uma relação comercial com os outros países ou se os produtos forem submetidos às regras internas estatais e consumidos em mercados tanto nacionais e internacionais.

Cabe ressaltar que outra possibilidade mais frequente para selecionar um mercado alvo é investigar em quais países os seus produtos têm preferências tarifárias como consequência de tratados ou acordos comerciais assinados pela República Dominicana. Sendo assim, o processo de exportação ou de importação envolve uma série de etapas cruciais e regulamentos locais que devem ser cumpridos. Em caso de alguns países ou empresas decidirem ser exportadores de mercadorias, é essencial que conheçam as leis que regem ou estabelecem acordos binacionais, e concomitantemente outorgam uma série de vantagens às exportações em ambos os países.

É essencial considerar, na busca de algumas vantagens nas relações de trocas comerciais, a relevância das regulamentações e dimensões institucionais dos Estados. Na estrutura hegemônica do sistema capitalista, por meio dessa reconstrução da economia internacional que não omite haver algumas divergências de interesses entre os diversos atores, ou seja, nacionais ou internacionais, há muitas exigências de se normatizar o sistema como um todo, visto que o mercado, por sua respectiva função, não é capaz de efetivá-lo. Em razão disso, as diferentes manifestações de desenvolvimentos interdependentes na estrutura internacional se envolvem com uma grande dissensão de interesses políticos e econômicos,

que provocam um grande desequilíbrio e interdependência extensiva frente a uma grande desintegração, definidas por uma série de divisões e de constantes disputas (ARROYO, 1995).

No intuito de promover um sistema de relações binacionais, cogita-se, com muita frequência, que o obstáculo da ordem mundial contribui constantemente com a essência de um complexo de procedimentos e regulação que conformam a norma internacional, que pode estar ligado a uma organização institucional capaz de administrar, normatizar e que se dispõe a fazer respeitá-lo. Sendo assim, não há as instituições nem normas que possuem uma característica de neutralidade (ARROYO, 1995).

Do lado oposto, a mesma autora menciona que os Estados se enfrentam entorno dessas regulamentações vigentes e, frequentemente, passam a explorar uma maior cooperação na técnica de produção e de construção dessas normas também na forma pela qual elas se executam. Portanto, no período mais recente, a correlação multifacetada de diversos atores e as inquisições no cenário internacional requerem uma forte harmonização e adequação na dimensão político-institucional do Estado (*ibidem*, 1995).

É possível constatar que, com a evolução da globalização, que põe a mercantilização em todas as especificidades da vida, certas medidas foram extintas sob a esfera de grandes entidades internacionais, como FMI (Fundo Monetário Internacional), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Banco Mundial, a partir dos anos 1980. A desregulamentação dos mercados financeiros em que, de fato, diversas instituições financeiras atuam, ou seja, livres de qualquer normatização nacional (CATAIA, 2013).

Nessa perspectiva, uma nova dinâmica econômica no comércio internacional foi marcada no fim de século XX, visto que aparece uma nova difusão do liberalismo econômico que defende a eliminação de barreiras tarifárias (taxas alfandegárias) e não tarifárias (quotas, procedimentos administrativos complexos, dentre outros) que dificultam as trocas comerciais entre os países e a globalização financeira. Portanto, essa nova disposição, sob a égide do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), alterado atual pela Organização Mundial do Comércio (OMC), fez com que diversos países compusessem blocos regionais para que pudessem desfrutar dos benefícios de integração econômica (BRUNET; PHAREL, 1998).

Convém lembrar que as questões conjunturais que envolvem modificações em regulamentações tarifárias, não tarifárias ou sanitárias são explicadas como restrições são capazes de levar à provocação/acirramento do domínio e da divergência entre os países (DORFMAN; CARDIN, 2014). Nesse sentido, diversos países concordaram em estabelecer acordos regionais e bilaterais para gerenciar os intercâmbios comerciais e solucionar suas

divergências por meio desses atores internacionais que fazem parte da estrutura das Nações Unidas.

Em consequência disso, para ter uma eventual atuação no mercado internacional, os países do Terceiro Mundo têm que se sujeitar aos procedimentos, às normas e às instituições que determinam os critérios e os propósitos das trocas de mercadoria e da integração no sistema econômico internacional. Essa dinâmica comercial representa-se na maneira como os países do centro do sistema capitalista estão aplicando as negociações comerciais. Portanto, está se tornando cada vez mais um vetor adaptado ou apropriado pelos países potentes comercialmente para estabelecer cláusulas de um padrão mundial de política econômica. Por meio disso, os acessos comerciais estão sendo aplicados para trazer à essência de uma diversificação de regulações e normas, instituições e de outras ações governamentais, que, por vezes, são consideradas obstáculos organizacionais ao acesso ao mercado ou defeitos das atividades comerciais (ARROYO, 1995).

É de fundamental importância salientar que no Caribe, que antes se beneficiava de acordos preferenciais nos mercados europeu e norte-americano por meio entre outros países, da Convenção de Lomé com a União Europeia e a Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI) com os Estados Unidos, tem se sentido cada vez mais ameaçado, uma vez que esses acordos vão contra a corrente da nova filosofia de liberalização comercial capitaneada pela OMC. Porém, a necessidade de agrupamento foi materializada pela constituição da Associação dos Estados do Caribe (ACS), que reúne todos os países dessa região. Sendo assim, a promoção dessa cooperação regional não busca apenas constituir uma força econômica e política capaz de se opor aos diferentes blocos regionais, mas também preparar os países da região para a zona de livre comércio das Américas, discutida no ano de 2005.

Com base nesses acordos estabelecidos pela OMC, em 1990, os dois países adotaram a Convenção de Lomé, já que a República Dominicana e o Haiti não pertenciam a nenhum acordo comercial regional. Portanto, essa aproximação das relações comerciais entre Haiti e República Dominicana ocorreu devido à colaboração nas negociações de tratados comerciais com o conjunto de países caribenhos. Recentemente, a República Dominicana passou a intensificar suas relações com a CARICOM (Mercado Comum e Comunidade do Caribe). É nessa perspectiva que se incorpora a discussão sobre as modalidades de cooperação comercial e econômica entre o Haiti e a República Dominicana.

Segundo relatório de MICM e DICOEX (2018), tanto o Haiti como a República Dominicana são participantes da Economic Partnership Agreements (EPA)¹⁷, como membros do CARIFORO. Deve-se notar que, devido ao Art.63 do EPA sobre Tratamento Diferenciado, a República do Haiti não está sujeita à aplicação do Acordo. Além disso, o Haiti não ratificou o Acordo, razão pela qual está sujeito à sua aplicação e compromissos.

Como no passado, as relações comerciais e econômicas entre os dois países tiveram uma particularidade bastante informal, com ausência de um regime ou política comercial bem definida. Assim, a turbulência histórica política entre os dois Estados e a relativa distância que os respectivos governos mantiveram ao longo do tempo não dificultam também a consolidação e a construção de intercâmbios comerciais significativos no nível das fronteiras.

Em consequência disso, um movimento relevante de bens e pessoas entre os dois países e os agentes econômicos usa indistintamente as áreas de fronteira, assim como a gourde (moeda nacional haitiana) e o peso dominicano (moeda nacional dominicana) em suas transações comerciais. Portanto, essa dinâmica foi revelada de maneira aberta, principalmente durante o embargo comercial imposto ao Haiti entre 1991 e 1994, depois o golpe do expresidente Jean-Bertrand Aristide, quando o comércio de alimentos e combustíveis passou a se ampliar na fronteira. Muitos haitianos trabalham na República Dominicana; e, da mesma forma, muitos dominicanos trabalham no Haiti, dentro da informalidade (BRUNET; PHAREL, 1998). Pode-se afirmar que, em razão do retorno à ordem constitucional no Haiti, em 15 de outubro de 1994, especificamente sob o presidente René Garcia Préval, o então primeiro-ministro haitiano Robert Malval explorou essa condição para consolidar ainda mais os acordos de cooperação e de aproximação com a República Dominicana.

É nesse contexto que os governos de ambos os países visitaram uns aos outros para debater formas de cooperação e criaram uma Comissão Mista Haitiano-Dominicana (CMHD, 1994). Embora a Comissão Mista se incline, sobretudo ao arcabouço jurídico de cooperação entre os dois Estados, passam a estabelecer os lapsos de cooperação entre ambos os países, ressaltando as complementaridades e as principais dificuldades para esse intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana (BRUNET; PHAREL, 1998). Ademais,

¹⁷ A EPA (*Economic Partnership Agreements*) “é um modelo de acordo comercial orientado para o progresso, que proporciona mecanismos de cooperação e permite grande flexibilidade para que os países-membros cumpram suas responsabilidades gradualmente”, e, além disso, “vislumbrou os objetivos dos acordos de associação econômica, envolvendo direitos e compromissos para ambas as Partes, desenvolvimento humano e crescimento econômico, mudança sustentável, a erradicação da pobreza e a integração regional do Caribe na economia Global”. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/38704-cariforum-eu-economic-partnership-agreement-epa-assessment-issues-relating-market>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

as relações comerciais dominicano-haitianas não se estabelecem de maneira franca devido a motivos históricos e políticos. Assim, algumas desconfianças sempre persistem nas relações mantidas entre os dois países. Em relação ao que foi mencionado, o Quadro 3 mostra de maneira resumida os diversos acordos comerciais estabelecidos entre o Haiti e a República Dominicana.

Quadro 3. Acordos de intercâmbios comerciais estabelecidos entre Haiti e República Dominicana (1941-2015)

Períodos	Datas	Acordos assinados	Conteúdo dos acordos
1º Período (1941-1996)	26/08/1941	Acordo comercial	Acordo Comercial (ratificado em 11 de fevereiro, sancionado em 20 de fevereiro de 1942).
	14/11/1966	Acordo sobre a contratação	Acordo sobre a contratação no Haiti, a transferência de trabalhadores para a República Dominicana e as condições para contratação de trabalhadores
	31/05/1979	Acordo de cooperação Comercial	Acordo de cooperação dominicano-haitiana (sancionado em 18 12/1979). Declaração Conjunta Dominicana e Haitiana (sancionada em 08/1979)
	13/12/1979	Acordo comercial	Acordo Comercial Dominicano-Haitiano e também acordo sobre transporte terrestre
	1980	Abertura de Comércio Binacional	-----
	1987	Novo acordo comercial	Declaração conjunta dominicano-haitiana dos acordos comerciais
2º Período (1996-2011)	30/01/1996	Acordo sobre abertura dos Ministérios exteriores	Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da República do Haiti e da República Dominicana.
	13/03/1996	-----	Declaração Conjunta dos Presidentes da República do Haiti e da República Dominicana
	1998	Comissão Mista Bilateral	-----
	2000	A primeira revisão Ministerial de cooperação binacional dominicano-haitiana	-----
	2003	-----	Criação do Fundo para o Desenvolvimento fronteiriço.
	2007	Visita do presidente de Haiti à República Dominicana	Discussão sobre questões de comércio, reativação da Comissão Mista Bilateral.
3º Período (2011-atual)	2011	Agenda bilateral	Acordos para garantir a segurança dos Haitianos na República Dominicana e dos dominicanos no Haiti.
	2013	Criação fórum Kiskeya (Quisqueya)	Melhora do Comércio Bilateral.
	2015	Proibição dos 23 produtos dominicanos	Decisão de interdição de entrada pela via terrestre de 23 produtos dominicanos pelo governo haitiano

Fonte: Brunet; Pharel (1998); Alfonso (2010). Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Para uma eventual construção de relação intercambial comercial e formação econômica entre a República Dominicana e o Haiti, Santos (1982) apresentou, então, o uso da natureza de formação econômica para apoiar a construção de uma teoria do espaço. Atribui-se

à dinâmica diferencial das sociedades, em seu respectivo quadro, e também está relacionada às forças externas da sociedade, na qual os impulsos advêm com mais regularidade. Posto isto, Silveira (2014) reafirma a ideia de Santos (1982) ao dizer que a produção é o trabalho dos sujeitos para metamorfosear o espaço que o conjunto de pessoas pleiteia de acordo com leis ou normas historicamente definidas. Sendo assim, no momento em que o espaço é definido pode ser determinado como uma esfera de treinamento social e econômico que seria capaz de prosseguir/persistir sem incorporar a natureza do espaço.

Além dos acordos e tratados assinados para as delimitações das fronteiras, em 1929 e também em 1937, como apontado no Quadro 3, esses países promoveram cooperações e acordos comerciais, divididos em três períodos. Assim, o primeiro período iniciou-se a partir de 1941 e se estendeu até 1987, quando os dois países estabeleceram diversos acordos comerciais. Por meio do acordo de convênio comercial¹⁸ de 26 de agosto de 1941, o governo dominicano forneceu todas as instalações compatíveis com suas leis para introduzir no país os trabalhadores temporários do Haiti para empresas agrícolas dominicanas. Assim, segundo os acordos estabelecidos, os produtos fabricados e produzidos no Haiti não estavam sujeitos à introdução de mais direitos ou encargos do que os produtos da República Dominicana.

Da mesma forma, tais produtos fabricados ou produzidos no país vizinho não tinham mais direito ou encargos do que aqueles especificados. Durante os acordos mútuos assinados, os dois países concordaram com as reduções tarifárias que deveriam ser aplicadas a cada produto adicionado. Para realizar as operações comerciais entre os dominicanos e haitianos nas regiões fronteiriças, essas relações são sujeitas a um protocolo adicional dos governos. Este acordo de troca comercial dominicano-haitiano teve duração de 2 anos.

Outro evento geográfico marcado nesse período ocorreu em 1979, um acordo assinado sobre a cooperação entre Haiti e a República Dominicana que teve como intuito a contratação no Haiti e a transferência de trabalhadores para o país vizinho. De acordo com o Art.5¹⁹ do referido tratado estabelecido, os governos concordaram sobre a seguinte negociação: a) o acordo comercial, com objetivo de fomentar a expansão da atividade econômica, desenvolvimento das forças de trabalho, aumento da produtividade, e também a utilização racional dos recursos, por meio de uma eliminação progressiva dos direitos

¹⁸Convênio comercial entre la República Dominica y la República de Haiti del 26 de agosto de 1941 (Puerto Príncipe) (Ratificada em 11 de fevereiro, sancionada em 20 de fevereiro de 1942). Disponível em: <http://jlssupport.com/cmbII/index.php/instrumentos-juridicos/acuerdosinstrumentos/los-acuerdos-del-siglo-xx-y-la-delimitacion-de-la-frontera/33-9-convenio-comercial-entre-la-republica-dominicana-y-la-republica-de-haiti-del-26-de-agosto-de-1941-puerto-principe>. Acesso em: 05 agosto de 2019.

¹⁹Segundo o acordo básico de Cooperação entre o governo da República Dominicana e a República do Haiti. Disponível em: file:///C:/Users/ra123748/Downloads/213A_BasicoCooperacion_1979.pdf. Acesso em: 05 ago. 2019.

tarifários entre ambos os países; b) um acordo sobre os meios de transportes, para melhorar seus sistemas de comunicação marítima, aérea e terrestre para facilitar o tráfego transfronteiriço; c) e também subscrever um acordo de crédito recíproco entre o Banco Nacional do Haiti e o Banco Central da República Dominicana para facilitar os pagamentos entre seus respectivos países.

Segundo o Art.6 do tratado assinado (1946), os dois países obtiveram um comum acordo para solicitar a assistência financeira e técnica de Estados terceiros, assim como a de organismos regionais e internacionais com vistas à elaboração da execução de programas e projetos de cooperação. Além de estabelecer os diversos projetos de cooperação em conjunto, de acordo com o Art. 7 desse convênio, os dois governos também concordaram em criar uma Comissão Mista de Cooperação Dominicano-Haitiana tendo como foco: a) determinar os setores primários para elaboração e execução dos acordos, tratados, projetos específicos de cooperação; b) coordenar a execução dos acordos, projetos, programas e projetos dos acordos entre as Altas Partes Contratantes e; c) avaliar os resultados da execução dos acordos, programas e projetos estabelecidos nos tratados assinados entre os dois países.

Nos acordos instituídos entre o Haiti e a República Dominicana, a fronteira era compreendida como em transição, movimentada. Martinez (1994) e Alfonso (2010) pensam numa tipologia a partir de uma condição de fronteira coexistente para outra fronteira interdependente, em que houve algum nível de abertura para facilitar o tráfego de mercadorias e capitais. Ainda nos anos de 1980 e 1987, houve uma abertura de comércio binacional e também um novo acordo comercial promovido entre os governos dominicano e haitiano.

Com a abertura gradual do comércio entre o Haiti e a República Dominicana, na compreensão de Jessop (2002), este é um fenômeno complexo incomum em escala nacional e internacional, nomeado de refuncionalização de fronteiras, que desempenha as novas funções que essas regiões adotaram nos processos de acumulação capitalista em suas relações internacionais. Se, anteriormente, as fronteiras eram limites da pátria, administradas por considerações geopolíticas, às vezes fechadas e com economias de escala excessivamente limitadas, recentemente abrem para o tráfego mercantil e para eixos de corredores e regiões econômicas bilaterais.

No intuito de construir os acordos comerciais entre os dois Estados durante esse período mencionado, Alfonso (2010) aponta que, de um lado, essa abertura econômica foi produzida sem a orientação da disposição institucional e legal e sem grandes propostas integracionistas. Desse modo, essa abertura experimentou inúmeros obstáculos, avanços e

retrocessos de comprometimento, segundo o contexto das políticas e o crescimento de cada país.

Todavia, a abertura, com a mão quase exclusiva do mercado, considerou as percepções utilitárias e práticas predatórias em detrimento do intercâmbio sociocultural e da preservação ambiental. Trouxe também uma perspectiva de incerteza que limita a possibilidade dessa condição fundamental para a acumulação, que é o cálculo da previsibilidade.

De outro lado, essa abertura comercial fora das políticas afirmativas passou a aumentar as tendências diacrônica e diatópica, provocando o fluxo das áreas fronteiriças. Como resultado, tanto a pobreza como a fragmentação espacial da região fronteira são afuniladas/aguçadas. Assim, essa região de fronteira só aparece como um espaço coerente observado de fora. Por dentro, assim como suas comunidades e atores vêm, a faixa é percebida como uma cadeia de diversos espaços socioculturais sem conexão entre si, e também nessas regiões de fronteira ocorrem fortes relações comerciais entre as duas populações. Porém, devido à crise econômica que o Haiti enfrentou entre 1990-1993, a região fronteira se tornou um ator relevante no fornecimento do comércio e do mercado haitiano.

É nesse contexto, de abertura comercial estabelecida entre o Haiti e a República Dominicana, em 1992, que foi criado o mercado binacional, no qual os governos dos dois países têm buscado melhorar constantemente suas relações comerciais e bilaterais. Devido a isso, eles passaram estabelecer um diálogo que levou a uma das cooperações binacionais mais dinâmicas entre si.

Em relação ao segundo período, as relações comerciais mantidas entre Haiti e República Dominicana possuíam um limite temporal com início em 1996, estendendo-se até o ano de 2007. Esse período foi marcado tanto pelos acordos quanto pelas convenções e interdições dos produtos comercializados.

O final do período ditatorial foi marcado por um triunfo e pela retomada de contato entre as populações de fronteira devido aos tratados assinados entre a República Dominicana e o Haiti em 1980, sob a gestão e a cooperação hídrica. Com base nesse tratado, foi criada, em 1996, a Comissão Mista Dominicano-Haitiana – CMDH pelos então Presidentes Joaquim Ballaguer (República Dominicana) e René Gracia Préval (Haiti). Ela teve como principal intuito abordar os conteúdos das áreas fronteiriças que demandam uma compreensão em ambas as partes, e também se baseou nos propósitos dos acordos estabelecidos entre os dois Estados: Acordo de cooperação aduaneira; Acordo sobre serviços postais; Acordo sobre cooperação no turismo; Acordo cultural; Memorial sobre a identidade

da migração, cuja diretoria pode ser emendada em cada país. Portanto, esse espaço está aberto tanto para a sociedade civil quanto para o setor privado.

Em 2003, os dois Estados assumiram a responsabilidade para a Criação do Fundo para o Desenvolvimento Fronteiriço e também incorporaram à Comissão Mista Dominicano-Haitiana (CMDH) uma Secretaria Permanente do Comércio Binacional (SPCB), com o intuito de oferecer mais congruência para restabelecer a efetividade das políticas de conservação ambiental, de comércio e de ordenamento territorial na faixa de fronteira dos países. Assim, houve uma discussão sobre as questões do comércio, e os dois Estados reativaram a comissão mista bilateral.

Nesse sentido, essa comissão construída para o tratamento das cooperações comerciais em ambos os países é um processo altamente funcional para o desenvolvimento de suas economias. Nessa perspectiva, Jessop (2002) afirma que tal processo de reescalonamento econômico pode ser consequência do enfraquecimento parcial sobre a escala nacional. Nesse contexto, a incorporação das faixas de fronteira aos processos de acumulação nas escalas binacional/multinacional pode efetivar várias oportunidades de grande valor para a economia nacional. Como aponta Harvey (1982), tal dinâmica econômica pode ampliar a fronteira econômica e exportar dinheiro/capital, mercadorias e capacidades produtivas para as regiões recém-incorporadas.

Cabe ressaltar que, no período de 1996 a 2007, os dois países concordaram sobre várias convenções e acordos, tanto nas áreas culturais e de esporte, quanto nas convenções entre as instituições públicas, principalmente na área educacional. Sendo assim, outro evento geográfico marcante nesse período foram os acordos aprovados entre as organizações de empregadores haitianos e dominicanos, como: Câmara de Comércio, *Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana* (CEI-RD) e Associação Industrial do Haiti (AIDH). É no mesmo período que os dois Estados iniciam novas conversas para revigorar as relações bilaterais e socioespaciais. Cabe ressaltar que, nesse período, o governo haitiano se comprometeu a estabelecer laços de investimento na República Dominicana na lógica de melhorar as conjunturas econômicas e sociais do país.

No contexto do terceiro período (2007-2015), os dois Estados se conformaram e consolidaram as relações ao abordar as inquisições sobre os laços comerciais e as cooperações comerciais fronteiriças e das empresas do setor privado. Além de unificarem e concordarem para a criação do Fundo para o Desenvolvimento Fronteiriço (FDF), já citado, fizeram uma Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores da República do Haiti e da República Dominicana.

No âmbito de estabelecimento das relações comerciais binacionais, Sillé (2003) explica que houve uma insegurança do comércio vinculada em grande parte da economia informal das transações, aumentando o poder dos militares, que, no período atual, desempenham uma função decisiva no domínio e na taxação arbitrária do comércio. Nesse contexto, as atividades informais do comércio transfronteiriço representam um meio efetivo de controle para fortalecer o poder dos militares da República Dominicana.

Apesar das formações socioespaciais e cooperações comerciais mantidas, em 2015, o governo haitiano passou a interditar 23 produtos dominicanos de entrarem no seu território por via terrestre, o que será discutido com mais detalhes no tópico 2.4. Com base na reflexão de Santos (1977), observa-se que há a unidade de intercadência e a continuidade do processo social e histórico, que não é capaz de se efetivar fora do espaço e pelo espaço.

Em consequência disso, o desenvolvimento da formação social está subordinado à estrutura do espaço. Isso significa que os fatos e conteúdos se baseiam não apenas diretamente na formação social atual, mas também nas informações econômico-sociais permanentes (além dos acordos sobre a delimitação política da fronteira, cooperações e acordos comerciais, sociais e políticos continuam vigentes entre os dois Estados).

Além disso, na busca de estabelecer uma política comercial entre os dois países, certas medidas dificultam as importações de produtos. Segundo reflexão de Cataia (2013), a abertura de mercados de mercadorias apresenta uma tautologia e um desmonte dos direitos sociais que preconizaram que o controle político em certas dimensões fosse sujeito ao domínio econômico. Em relação da normatização estabelecida nas práticas de atividades de exportações e importações de mercadorias, as barreiras tarifárias ou não tarifárias e obstáculos ao comércio entre os dois países, é de fundamental importância estipular que os países apliquem certas medidas de modo que ambos os países promovam o comércio global. Ademais, que também estabeleçam algumas medidas que consideradas discriminatórias e que são aplicadas exclusivamente às trocas comerciais entre os dois países.

Em decorrência dessas medidas constituídas conforme a regulação interna do país, segundo o relatório do MICM e DICOEX (2018), a República Dominicana aplica apenas regras de origem preferenciais, de acordo com as disposições de seus acordos comerciais. Nesta área, o Acordo de Associação Econômica CARIFORO – Comunidade Européia (AAE) é de importância particular – um acordo que não foi ratificado pelo Haiti (do qual não pode ser um beneficiário das preferências consagradas no documento) – e o Acordo de Livre Comércio entre a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a República Dominicana, do qual o Haiti não é parte. Ou seja, dado que até o momento entre o Haiti e a República Dominicana

não existe um acordo de livre comércio vigente e os mencionados acima não os vinculam, o Haiti não se qualifica para a aplicação de preferências tarifárias baseadas em normas de origem.

Assim, o protocolo I do APE (Acordo de Parceria Econômica) estipulou que a declaração da concepção dos produtos originários e os procedimentos de cooperação administrativa assegurassem medidas para determinar a origem/natureza dos produtos. Assim sendo, podem beneficiar as vantagens tarifárias previstas para as exportações derivadas dos países que fazem parte do Acordo. Porém, esse acordo estabelecido pelo APE não se aplica ao Haiti porque ele não validou o EPA. Além desses acordos ratificados pelo Estado vizinho, a legislação dominicana não prevê nenhuma restrição às importações, mas a importação de quaisquer produtos que rivalize com os produtos locais deve ser autorizada pelo Ministério do Comércio.

Segundo as normas estabelecidas nas relações comerciais da República Dominicana, todos os importadores devem estar registrados no Registro Nacional de Contribuintes (RNC) para realizar atividades comerciais e devem seguir os procedimentos definidos pelo MICM e DICOEX. As pessoas jurídicas também devem ter o registro comercial e pessoas físicas devem contar com o cartão de identidade. No caso de importações superiores a US\$ 2.000, o importador deve apresentar: a) a Declaração Aduaneira Única (DUA); b) a fatura comercial; c) declaração de valor aduaneiro (DVA); d) documentos de embarque e) o certificado de origem em caso de aplicação de um regime preferencial derivado de acordos comerciais; e f) a licença de importação, a licença de não objeção ou o certificado sanitário (CEI-RD, 2016).

Segundo esse relatório mencionado, quando o exportador não é o produtor final das mercadorias ou produtos, o exportador deve apresentar a declaração de origem ao organismo autorizado. Em cada caso, o Certificado de Origem será preparado por um exportador do país de produção final. A autoridade competente do país exportador realizará os controles necessários para permitir a certificação referida no referido artigo e confirmará todos os dados contidos no certificado de origem.

No Haiti, o Ministério do Comércio e Indústria (MCI) desempenha um papel decisivo nas atividades de comércio exterior. Além desse Ministério, nenhuma outra instituição está envolvida nessas atividades comerciais. Assim, ele autoriza a entrada e a saída de mercadorias, concede licenças de importação, administra os documentos necessários para a exportação de mercadorias, licenças de exportação, certificados de origem e autorizações de importação com isenções. No que concerne à construção das relações comerciais

estabelecidas, a República do Haiti aplica quotas de importação e também exige certificados de importação para a importação de determinados produtos agrícolas.

Na questão de importar um determinado produto para o território haitiano, os importadores devem ser submetidos a normas ou procedimentos instituídos pelo governo local. Assim, de acordo com CEI-RD (2016), todas as mercadorias importadas pelo Haiti devem ser objeto de uma declaração aduaneira indicando o regime aduaneiro a que pertence. No entanto, o código aduaneiro prevê o seguinte: distribuição para consumo, trânsito, armazenamento e admissão temporária.

Os documentos exigidos para a importação, para além da declaração aduaneira, são: o conhecimento original de embarque; a fatura comercial; o original do certificado de verificação no caso de importação sujeita para inspeção pré-embarque. Para o regime de distribuição para consumo, esses documentos devem também ser acompanhados de aviso prévio ou licença de importação e declaração de valor (CEI-RD, 2016). Assim, o Quadro 4 mostra os principais procedimentos e normativos estabelecidos pelas autoridades competentes na construção de cooperação comercial.

Quadro 4. Procedimentos, normas e requisitos aduaneiros para importação comercial haitiana (2019)

Importação comercial Formalidades antes de um desembaraço aduaneiro	
Documentos essenciais:	Emitidos por:
Cargas: Transporte marítimo Transporte Aéreo Transporte Terrestre	- Empresa de transorte marítimo - Empresa de transporte aéreo - Empresa de transporte marítimo
Certificado de comprimento de fiscal, Tipo A	Direção-Geral dos Impostos
Fatura comercial	Fornecedor
DPI – Declarações anteriores de importação para as importações iguais ou superiores a US\$ 3.000,00	Sociedade Geral de Vigilância (SGS)
AV – Certificado de Verificação para inportação de US \$ 5.000,00	Sociedade Geral de Vigilância (SGS)
Qualquer outro documento que a alfândega considera necessário, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • As mercadorias de roupas de segunda mão (<i>pèpè</i>) precisam do certificado de fumigação. • Os produtos da flora, como flores naturais, plantas, frutos, e da fauna, como animais vivos e carnes, precisam ter o certificado fitossanitário ou veterinário. • Para os produtos farmacêuticos precisam ter o certificado do Ministério da Saúde Pública. 	

Fonte: Dados obtidos no serviço aduaneiro do Haiti. Organização: Guerby Sainte (2019).

Cogita-se, com muita frequência, que as relações constituídas entre o Haiti e a República Dominicana envolvem uma cooperação comercial assimétrica de interdependência a partir dos princípios dessa relação intercambial. Através dessa relação assimétrica estabelecida entre os dois países, além das práticas das normas vigentes, é óbvia no comércio de bens e serviços a incorporação de diferentes sistemas de mutualidade a partir da sua estrutura e de sua vinculação com o comércio formal e legal.

Contudo, as desigualdades de suas evoluções econômicas, além das sociais, revelam certos desequilíbrios, que aparecem tanto nos fluxos comerciais entre os dois países quanto nas questões de crescimento de seus setores produtivos e econômicos, e também no respeito aos tratados e acordos estabelecidos. Acerca disso, Arroyo (1995) entende que a melhor adequação das políticas e das regulamentações institucionais entre os países está relacionada à maneira de proporcionar os fluxos financeiros e comerciais que ainda poderiam resultar em uma formalidade/obrigação essencial à cooperação do mercado internacional/global.

Entretanto, essas representações nos padrões institucionais e regulamentares, que são geralmente parciais, convergem, orientam e normatizam exclusivamente uma das condições desse conjunto de questões. Com tais forças políticas e sociais, especificamente, as forças econômicas se revelam também como outros meios e procedimentos para impulsionar e exteriorizar os seus interesses nas relações comerciais entre os Estados.

2.2.2. Geografia econômica atual do Haiti e da República Dominicana

2.2.2.1. A estrutura e dinâmicas econômicas do Haiti

O relatório do CFI (2016) aponta que as duas economias tiveram aproximadamente o mesmo nível econômico por muitos anos, mas a diferença entre os dois países começou a crescer a partir dos anos 1960. Percebe-se que no período anterior à independência de 1804, o Haiti era considerado como uma das colônias mais ricas da França por causa do interesse agrícola. Logo depois desse período, o país continuou com uma agricultura prospera. Entretanto, o território nacional nunca manteve um momento de paz ao longo de sua história política nem um crescimento econômico tão relevante. Por esse motivo, há sempre um clima de instabilidade econômica no país. Desse modo, a repressão política e a instabilidade econômica estão afastando a maioria dos investidores estrangeiros no país. Em consequência disso, o Haiti está em um dramático desequilíbrio econômico.

Constata-se que no prelúdio de década de 1980, a estrutura econômica do Haiti passou por um conjunto de reformas organizacionais, particularmente pelas reformas fiscais e abertura comercial, que conduziram à incorporação de sua economia no âmbito de trocas globais. Essas reformas buscavam proporcionar o desenvolvimento educacional, econômico e a efetividade do capital produtivo e dos investimentos.

Durante esse período, os indicadores socioeconômicos do país eram baixos e se constatou uma decadência na economia. Durante os anos de 1981 até o exílio de Jean-Claude Duvalier, em 1986, o país passou a sofrer uma instabilidade sociopolítica constante que complicou as condições econômicas de sua população e, da mesma forma, constituiu um clima de repulsão política e de instabilidade social que fizeram com que o Haiti não encontrasse possibilidades de investimento para o crescimento da produção e da economia nacional.

Devido à falta de investimento, o Estado foi impelido a assumir o domínio das empresas de interesse público que têm como intuito assegurar os seus serviços. Em razão

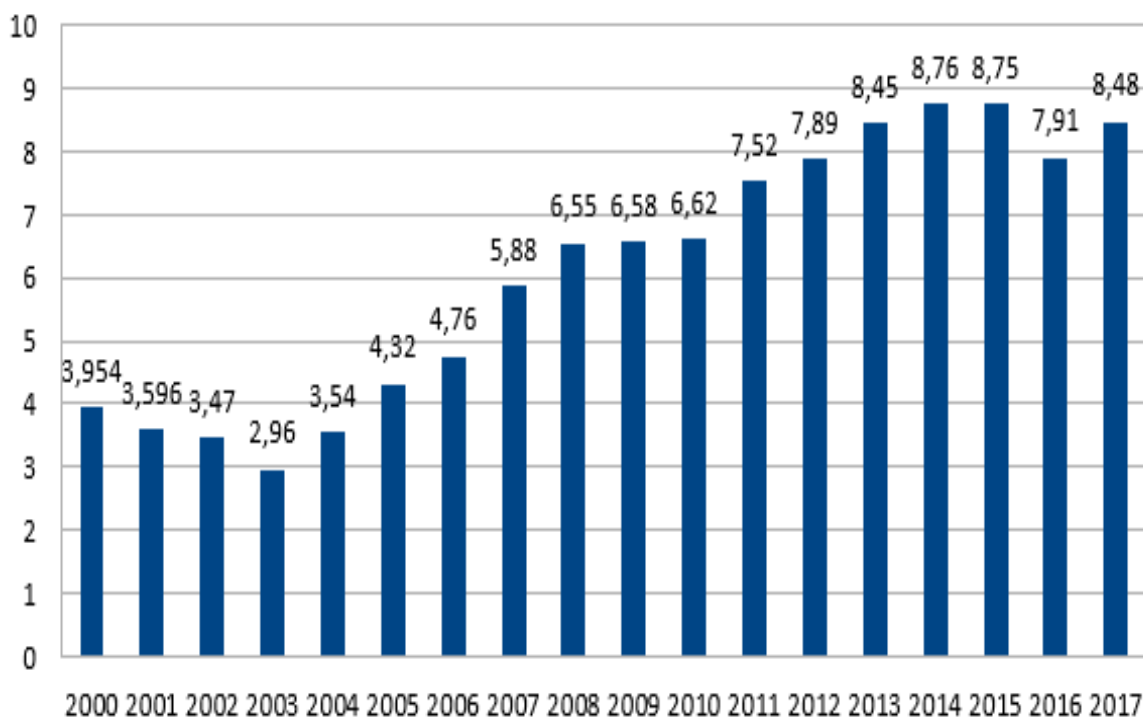
dessa instabilidade política que sempre ocorreu no território haitiano, o Estado nacional precisou fortemente de auxílio externo. Assim, Krugman e Obstfeld *et al* (2015) menciona que essa instabilidade sociopolítica, os direitos de propriedade desequilibrados e as políticas econômicas malconduzidas têm desincentivado com frequência o investimento em capitais e habilidades, e também diminuem a produtividade econômica desse país.

A escassez relativa desses investimentos do Estado na economia do país, segundo os Krugman e Obstfeld (2015), contribui para os níveis baixos de renda per capita e frequentemente impede os países em desenvolvimento, principalmente os países do Terceiro Mundo de atingir as economias de escala a partir das quais muitas nações mais ricas se aproveitam. Não obstante, o aspecto escassez pode ser considerado frequentemente como uma indicação de problemas mais profundos dos países.

Acerca disso, a intensa perspicácia dominicana é ainda uma representação, especificamente no setor da produção agrícola, da deterioração da condição de renda dos agentes econômicos do Haiti, modificado por transferências da diáspora haitiana e pela relevante intensidade da ajuda internacional. Portanto, esse auxílio bilateral, bem como o multinacional, é considerado como parte constituinte da economia haitiana. Além do mais, essa contribuição tornou-se um elemento fundamental para sustentar a economia nacional e também interferir no crescimento do produto interno bruto (PIB) do país.

Efetivamente, esse crescimento econômico de um país pode se relacionar à mudança positiva na produção de bens e serviços do mercado em uma economia ao longo de um determinado período. Na prática, um dos indicadores mais usados para medir esse crescimento é geralmente o PIB de um país. O Gráfico 2 ilustra as oscilações do PIB da economia do Haiti.

Gráfico 2. PIB do Haiti em bilhões de dólares por ano durante o período de 2000 a 2017



Fonte: Banco Mundial (2018). Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Em relação aos dados estabelecidos pelo Banco Mundial (2018), dividimos o PIB do Haiti em 4 grandes momentos. O primeiro momento compreende os anos de 2000 a 2003; constatamos que a economia do Haiti passou por uma série de dificuldades sociopolíticas. Essa crise política do país, por consequência, possibilitou o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide a partir novamente para o exílio em 29 de fevereiro de 2004, na África do Sul. E essa crise colapsou ainda mais o circuito interno da economia nacional. Assim, no ano de 2000, o PIB do país era de US\$ 3,95 bilhões e passou a US\$ 3,6 bilhões em 2001. Além disso, no ano seguinte, não houve um aumento no PIB, que também continuou a cair fortemente, de US\$ 3,47 bilhões em 2002, para US\$ 2,96 bilhões, em 2003.

Essa etapa foi considerada muito difícil para os agentes econômicos do Haiti devido à incerteza da crise política que a economia do país estava sofrendo durante vários anos, tornando o clima desfavorável ao investimento. Por isso, esse sistema econômico haitiano também atravessou profundos antagonismos que bloquearam os fatores para um processo sustentável de acumulação de riqueza e investimento do capital. Ademais, esses antagonismos foram reforçados para o longo período de recessão pelos últimos dez anos e afetaram todos os estratos socioeconômicos do país. E as consequências adversas de um

ambiente especificamente difícil marcado por um conjunto de perturbações impossibilitaram a recuperação das atividades econômicas desse país.

Já no segundo momento (2004-2010), percebe-se que o PIB do país voltou a crescer levemente devido à estabilidade sociopolítica nessa época. Com forte presença da comunidade internacional no país, especialmente a MINUSTAH²⁰ (Missão das Nações Unidas para Estabilização em Haiti), que assumiu o controle do território haitiano, houve certa e curta estabilidade no país e também no fluxo de ajuda humanitária levada para a população haitiana. Ademais, a transferência efetuada pela diáspora teve uma interferência muito grande sobre a economia haitiana.

Conforme dados de Banco Mundial (2018), a economia haitiana possui a melhor taxa de crescimento na pós-crise econômica, porém o PIB cresceu de US\$ 4,32 bilhões, em 2005, para US\$ 4,76 bilhões, em 2006, e 5,88 bilhões, em 2007. De acordo com o relatório do Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI) de 2007, o relaxamento político que prevaleceu durante 2007 foi um grande trunfo na atenuação das perturbações sociais e, assim, criou um ambiente mais favorável aos negócios do que em 2006. As atividades econômicas nesse período continuaram em trajetória ascendente desde 2005, com aumento de 3,2% no PIB. Esse crescimento foi resultado do desempenho combinado dos três principais setores da atividade econômica (primário, secundário e terciário), cujo valor adicionado registrou crescimentos respectivos de 2,9%, 2,4% e 4,4%.

Segundo dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2018), a economia haitiana experimentou crescimento significativo. De acordo com IHSI (2009), com um crescimento modesto de menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) observado em 2008, a economia haitiana teve um melhor desempenho em 2009, ao apresentar uma taxa de crescimento de quase 3% em termos reais. Este crescimento resultou dos efeitos combinados de um aumento nas atividades dos três os principais setores da economia: primário, secundário e terciário, que registraram crescimentos de 5,2%, 4,1% e 0,9%, respectivamente. Assim, os dados do Banco Mundial (2018) refletem que a economia do Haiti teve um leve crescimento durante os anos de 2008, 2009 e 2010 em seu PIB, respectivamente, de US\$ 5,55 bilhões; US\$ 5,58 e US\$ 6,62 bilhões.

²⁰Para um melhor entendimento sobre como ocorreu a estabilidade sociopolítica do Haiti e intervenção das forças armadas da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização em Haiti), consultar o trabalho de SAINTÉ, Guerby (2017) "Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001088891&opt=1>. Acesso em: 25 jul. 2019.

É importante ressaltar que, no terceiro momento (2011-2015), o PIB da economia haitiana continuou a crescer de maneira acelerada. Segundo dados disponibilizados pelo IHSI (2012), em 2012, a economia haitiana registrou crescimento de 2,8% no PIB, refletindo uma taxa média anual de crescimento de cerca de 4,2% nos últimos dois anos. Porém, essa taxa de crescimento esperado aumentou 4,5% em 2012. Portanto, o aumento do PIB mostrou-se menos robusto em relação a 2011, quando havia crescido 5,6%.

Essa desaceleração em 2012 acompanhou a evolução mista dos principais setores da atividade econômica. Percebe-se que, entre os setores que mais contribuíram para o crescimento em 2012, destacam-se: a) Indústrias Manufatureiras, cujo valor adicionado aumentou 7%, devido ao bom desempenho do ramo de indústrias de alimentos, bebidas e tabaco (14%); (b) Edifícios e obras públicas, que cresceram 5%; c) comércio, restaurantes e hotéis, com 3,7% de crescimento.

No entanto, a economia haitiana não alcançou a meta de crescimento de 3,6% estabelecida para o ano fiscal de 2013-2014. De acordo com estimativas preliminares, o PIB, em volume, cresceu 2,8%, uma desaceleração em relação ao ano anterior, quando a economia havia cruzado a barreira do crescimento de 4%. Essa desaceleração pode ser atribuída a vários gargalos que a economia nacional enfrentou em 2014. Mesmo assim, o PIB nacional teve um leve crescimento, passou de US\$ 8,45 bilhões, em 2013, para US\$ 8,76, em 2014, destacando-se que o PIB do Haiti foi de US\$ 8,75 bilhões em 2015.

Desse fato, constata-se que, durante esse momento, a economia haitiana enfrentou alguns obstáculos. Em primeiro lugar, pode-se constatar as complexidades relacionadas à lei orçamental de 2013-2014, que impossibilitou a execução adequada dos projetos de infraestrutura que poderiam facilitar o crescimento da economia e também a geração de empregos. Em segundo lugar, a incerteza criada por uma situação política, pelo menos nebulosa, que afetou o dinamismo, como mostrado no ano anterior. Em terceiro lugar, é as situações climáticas não foram muito estáveis, já que algumas regiões do país vivenciaram uma severa seca que afetou a atividade do setor agrícola. E, por fim, houve a redução do auxílio externo, também com consequências negativas para o financiamento de certas atividades no país.

Depois de três anos subsequentes de crescimento econômico quase análogo, vem o quarto momento (2016-2018), em que, conforme estimativas do IHSI (2016), o PIB mostrou crescimento de 1,4% no ano 2016. Portanto, essa taxa de crescimento foi considerada bem abaixo da meta de 3,6% estabelecida no início do período fiscal de 2015-2016. Nesse contexto, esse período foi marcado por turbulências sociais e políticas, como manifestações

de rua e greves, tornando um período difícil para os agentes econômicos do país. Isso levou a uma queda no PIB do país que, segundo, os dados do Banco Mundial, passou de US\$ 8,75 bilhões, em 2015, para US\$ 7,91 bilhões, em 2016.

De fato, o ano fiscal de 2017 também foi muito complexo para a sociedade haitiana, marcado pela passagem do furacão Matthew, pelo fim da turbulência eleitoral de 2016, pela saída do governo de transição e também pela instalação do novo governo local. Esses fatores citados implicavam condição de incerteza para a economia haitiana e até uma expectativa de uma mudança de prioridade entre os agentes econômicos privados e públicos. Dentro desse período, a taxa de crescimento do PIB acelerou de 1,2%, em 2017, para 1,5%, em 2018.

Segundo o Banco Mundial (2018), o PIB haitiano aumentou para US\$ 8,48 bilhões no ano de 2018. Sendo assim, esse leve crescimento ocorreu no contexto de aumento do déficit orçamentário, que passou de 1,9%, em 2017, para 4,3% do PIB, em 2018, e que é cada vez mais financiado pelo Banco Central. Como consequência, a moeda nacional (gourde) continua a se depreciar, impulsionando a inflação a cerca de 15% ao ano, prejudicando ainda mais as camadas mais pobres no país. Esses desafios macroeconômicos combinados com a baixa cobrança de impostos impossibilitam o governo de aumentar as dotações orçamentárias.

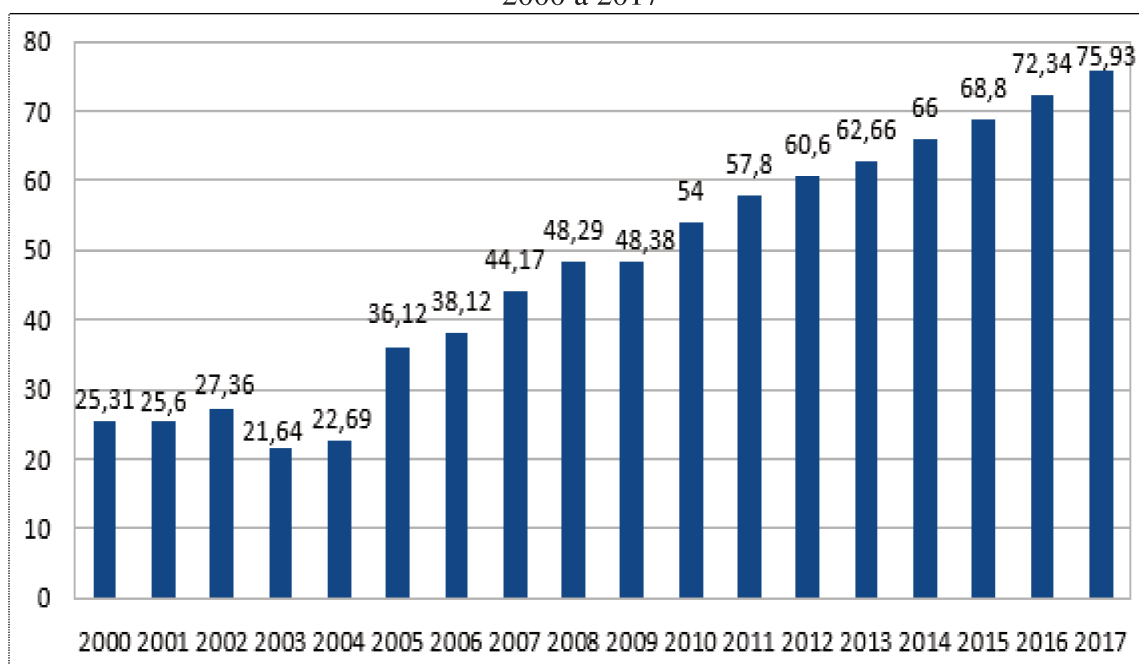
Tendo em conta que estrangulamentos particulares que a economia haitiana teve que confrontar em 2017, o ano de 2018 deve ser mais promissor, já que não houve furacão de igual como no ano anterior. E em termos de estabilidade política, esse ano foi relativamente calmo, com poucas manifestações e movimentos de greve, possibilitando, assim, um espaço mais acessível aos negócios.

2.2.2.2. A estrutura e dinâmicas econômicas da República Dominicana

A República Dominicana possui uma economia mais forte e mais dinâmica do que a haitiana. No curto prazo, a economia dominicana obteve alguns benefícios e se posicionou no cenário regional para se integrar melhor à economia global. No entanto, no médio e longo prazo, dada a conjuntura atual, a economia do Haiti se tornará um fardo pesado demais para sustentar, o que seria um golpe para o seu vizinho em fase de crescimento, que ainda hoje é uma pequena economia para a renda intermediária.

Além disso, a política macroeconômica da República Dominicana é composta por um conjunto de políticas governamentais que influenciam o progresso da economia. Uma das características é atingir uma dimensão elevada e também um crescimento rápido do PIB. Os dados mencionados no Gráfico 3 mostram o crescimento da economia da República Dominicana.

Gráfico 3. PIB da República Dominicana em bilhões de dólares por ano durante o período de 2000 a 2017



Fonte: Banco Mundial (2018). Elaboração: Guerby Sainté (2019).

É de fundamental relevância ressaltar que a política macroeconômica da República Dominicana, durante o período 2000-2004, foi estabelecida através de um conjunto de políticas governamentais voltadas a induzir o crescimento da economia nacional. Essa estrutura econômica prevista foi fundada sobre três propósitos essenciais: o primeiro era atingir alto grau da economia para o aumento do PIB, e o segundo era a geração de emprego, e, por fim, manter a estabilidade dos preços das relações comerciais.

Segundo dados do Banco Mundial (2018), durante esse período, de 2000 a 2002, o PIB da República Dominicana cresceu levemente, de US\$ 25,31 bilhões, em 2000, para US\$ 25,60 bilhões em 2001. Em 2002, o PIB do país cresceu 4,5% (para US\$ 27,36 bilhões), uma taxa de 2,5% em relação ao ano anterior.

Segundo informação concedida por Miguel Ceara Hatton em 2016, no *Jornal Acento*, a economia da República Dominicana enfrentou um impacto econômico e social

durante a crise de 2003-2004. Esse impacto econômico ocorreu devido a uma crise financeira resultante de uma fraude bancária no país (Baninter), que capturou os depósitos do público e depois transferiu para um banco virtual não regulamentado que tinha passivos, mas com ativos inexistentes (ou duvidosos). Essa arquitetura financeira de fraude perdurou vários anos. À medida que os pagamentos de juros em certificados eram feitos gradativamente com novos depósitos, o banco formal teve uma atividade de 25 bilhões de pesos e o banco virtual, de 55 bilhões de pesos (mais que o dobro do banco formal).

Destaca-se que, durante esse período, a inflação média era de 42,7%, em 2003, e abaixou em 2004, para 28,7%, especificamente impactando a energia. O poder de compra foi diminuído, prejudicando, sobretudo as vidas até então acostumadas a uma inflação média de 6,5% no período de 1996-2000. E tal fato levou a economia dominicana a uma queda do PIB comparativamente ao ano anterior: de US\$ 21,64 bilhões, em 2003, passou a crescer levemente em 2004, a um valor de US\$ 22,69 bilhões.

Nessa perspectiva, o resultado da crise financeira provocou uma grande deterioração na qualidade de vida da sociedade dominicana. Como consequência, os graus de pobreza monetária alcançaram quase metade da população. Segundo Krugman e Obstfeld *et al* (2015), a pobreza é a dificuldade crucial que tanto os países em desenvolvimento quanto os países do Terceiro Mundo sobrevivem, e liberar-se dela é seu grande obstáculo político e econômico de Estado, como acontece no caso da República Dominicana.

Entre 2001 e 2004, houve uma grande inflação (o nível de preços duplicou), assim como uma forte desvalorização (taxa de câmbio multiplicado por 2,5 vezes); o desemprego intensificou-se e atingiu um máximo de 18,4% em 2004, o que significou quase 724 mil desempregadas. O PIB real per capita caiu 2,5% em 2003, mas cresceu 1,3% em 2004. De outro modo, nos dois anos de crise, o PIB per capita caiu ligeiramente 0,6%.

Salienta-se que a grade produtiva não foi prejudicada. Apesar dos impactos negativos, a desvalorização foi um relevante impulso para o setor de exportação, que multiplicou sua receita devido à desvalorização da taxa de câmbio. Logo que a estabilidade macroeconômica foi retomada, as taxas de crescimento se revigoraram. Posto isso, os padrões de pobreza continuaram consideravelmente altos.

Segundo relatório da Secretaría Estado *de Economía, Planificación y Desarrollo*²¹ publicado em 2009, no ano de 2005, a economia dominicana teve uma grande

²¹Relatório de Secretaría de Estado de Economía, Planificación y Desarrollo (SEEPyD): Análisis del Desempeño Económico y Social de República Dominicana Enero-Diciembre 2007, Santo Domingo. Disponível em:

aceleração, com uma taxa de crescimento de 9,3%, 7 vezes maior que o ano de 2004. Portanto, em 2007, o valor agregado real (VA) gerado pela economia da República Dominicana cresceu de 6,2%, enquanto a taxa de crescimento mais moderada em 2006, era de 9,1%. Contudo, esse crescimento associado ao crescimento de 28,3%, afirmado pelas taxas de produção líquidas de subsídios, possibilitou ao PIB a preços de mercado atingir um aumento de 8,5% ao ano de 2007, em vista de 10,7% em 2006. Porém, o setor econômico que evidenciou maior vitalidade em seu valor agregado foram os serviços de intermediação financeira, seguros e atividades relacionadas, com o crescimento de 25,6% em relação a 2006. Além disso, o PIB da República Dominicana durante o período de 2005, 2006, 2007, segundo dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2018), era de US\$ 36,12, US\$ 38,12 e US\$ 44,17 bilhões, respectivamente.

Segundo o relatório *Vanguardia del pueblo: órgano de difusión oficial del partido de la liberación dominicana* (2017), a frequência das crises de crescimento da República Dominicana e o maior grau de estabilidade macroeconômica ocorreram no período de 2005-2016, superando a expectativa da região da América Latina e crescendo de maneira acelerada. Em relação aos dados mencionados pelo relatório do Banco Central e Institutos de Estatísticas da América Latina em 2014, a República Dominicana alcançou um dos excelentes desempenhos econômicos da história contemporânea. Porém, essa economia extrapolou as perspectivas das organizações internacionais e dos pesquisadores, registrando o melhor desempenho na América Latina, com um crescimento real do PIB de 7,1%, ultrapassando os 6,0% considerados nessa região.

Já durante os anos de 2017 e 2018, a economia dominicana cresceu levemente. Segundo o Banco Mundial (dados de 2018), o PIB da economia do país era de US\$ 48,29 e US\$ 48,38 bilhões, em 2008 e em 2009, respectivamente, com um crescimento mais estável devido à estabilidade política depois de uma aceleração excessiva nos três anos anteriores. No período 2010-2017, a economia dominicana cresceu de maneira robusta. Assim, passou de US\$ 54 bilhões, em 2010, para US\$ 75,93 bilhões, em 2017, conforme observa no Gráfico 3.

Além dessas dinâmicas econômicas mencionadas, dados do Banco Central da República Dominicana (2016) enfatizam que o país desempenha uma atividade turística²² de

<<http://economia.gob.do/mepyd/wp-content/uploads/archivos/uaaes/economico-social/analisis-desempeno-diciembre-2007.pdf>>. Acesso: 06 jun. 2019.

²²As atividades turísticas são uma indústria econômica que se define como qualquer atividade de uma pessoa que viaja por prazer visita uma região, um país que não o seu para satisfazer sua curiosidade, seu gosto pela aventura e pela descoberta, seu desejo de enriquecer sua experiência e cultura. A indústria do turismo é uma fonte de lucro capaz de ajudar estabelecer o equilíbrio econômico e aumentar o crescimento de uma ilha ou região. No caso da

grande importância na região do Caribe devido às suas imensas praias. Com isso, esse país atrai um número significativo de visitantes que provêm de lugares e países diversificados, tais como França, Canadá, Estados Unidos, países da América Latina, entre outros. Além disso, o número de empregos do setor turístico alcançou a cifra de 254.146 vagas, e a média dos empregos criados pelo setor de turismo no ano de 2015 cresceu a uma taxa anual de 7,8%.

O que chama atenção é o fato de que os setores mais dinâmicos e que nas últimas três décadas têm encabeçado o crescimento econômico da República Dominicana e que tendem a manter essa liderança são turismo, finanças, comércio, comunicações e construção, mineração recente. Mas, no caso das zonas francas, notam-se algumas diferenças, pois perdeu o impulso nas suas funções nas últimas décadas. Portanto, é necessário observar que esse setor possuiu um crescimento considerável para os anos 1970 e 1980, que foram excelentes. Todavia, nos anos 1990 esse setor reduziu drasticamente o seu desempenho, atingindo níveis críticos nos anos consecutivos.

Caberia salientar que a economia dominicana mostrou sua dinamização com boa capacidade de transformação em conformidade com as necessidades e com grande ligação com a economia mundial. Ademais, também passou de uma economia monoprodutiva exordial para uma economia que possui alta proporcionalidade de serviços, e atualmente lidera na atração de Investimento Estrangeiro Direto na região.

O relatório *Vanguardia del Pueblo*, *órgano de difusión oficial del partido de la liberación dominicana* (2017) realça que o ambiente internacional foi muito desfavorável na última década para as economias que representam os frutos de tensão locais e conflitos geopolíticos poderosos, desequilíbrios internos na economia dos EUA, o crescimento dos preços do petróleo, a crise alimentar e a fraqueza do dólar. Apesar disso, a economia dominicana está fortemente integrada ao mercado dos EUA, tanto comercial quanto financeiramente, motivo pelo qual as consequências do crescimento dos EUA na economia dominicana são disseminadas, em maior medida, por meio de comércio, do turismo, e das zonas francas.

Além do PIB mencionado, segundo relato apontado pelo *Centro de Exportación e Inversión* (CEI-RD, 2016), a economia dominicana é imensamente dependente dos EUA, tendo destinado aproximadamente metade das exportações e das remessas aos Estados Unidos, representando aproximadamente 7% do PIB, o que equivale a cerca de um terço das exportações e a dois terços das receitas do turismo. Portanto, o país sofre de uma acentuada

rivalidade entre o Haiti e a República Dominicana, esse setor é essencial. Para alguns, o Haiti tem uma vantagem se ligarmos o turismo à memória e à história.

desigualdade de renda, em que a metade mais pobre dentre da população correspondia a menos de um quinto do PIB, enquanto a renda dos 10% mais ricos equivale a quase 40% do PIB. Alta taxa de desemprego e subempregos continuam sendo um importante desafio em longo prazo para o aparelho estatal dominicano.

Percebe-se que em relação do PIB nacional de dois Estados da ilha, o PIB da República Dominicana é de 9 vezes maior que o do Haiti. Dado que a República Dominicana houve uma maior estabilidade depois a crise de 2003-2004, e está em posição robusta no ciclo econômico, com a atuação econômica difundida a uma taxa média de 7% durante os últimos três anos. Essa economia está funcionando acima de seu desenvolvimento potencial, e os choques positivos de oferta modificaram as pressões inflacionárias e consolidaram as posições externas.

Ademais, esse crescimento da República Dominicana pode ser explicado pelo fato de que, desde a ocupação norte-americana no seu território, foi implantado um sistema capitalista com tudo que ele contém como arsenal de fluxo de capitais, grandes infraestruturas, possibilitando a construção e a instalação de grandes indústrias, crescimento econômico, propriedades agrícolas e gestão de terras. A esse respeito, Brandão (2012) ressalva que, quanto menos relevantes às barreiras espaciais em um determinado território, mais intensas é a solidariedade do capital às diferenciações do lugar incorporado do espaço e mais intenso são o impulso ou o estímulo a fim de que os lugares se diversifiquem de forma aprazível ao capital.

Para o crescimento da economia de um país, isso contribuiu ao avanço do desenvolvimento da economia dominicana. Esses grandes investimentos diretos estrangeiros e grandes infraestruturas na parte leste da ilha permitiram atrair fluxo de investimentos de capital estrangeiro para fortalecimento da economia nacional e exportação para outros países, como o Haiti, que importa os fluxos de produção e, atualmente, representa o segundo parceiro comercial da República Dominicana. A esse respeito, além de certas normas e acordos estabelecidos, a questão das importações e exportações comerciais entre os dois Estados têm um papel relevante na consolidação das relações.

2.2.3. Crescimento do comércio de importações e exportações entre os dois Países

Observa-se que, logo depois a Primeira Guerra Mundial, houve um grande impulso econômico com a aparição da economia moderna e contemporânea. Portanto, tal processo evidenciava as particularidades fundadas para as vantagens comparativas que representam as relações de comércio entre os Estados, exportações e importações de produtos diversificados. Verifica-se que um país poderia se especializar na produção de um determinado bem em que detenha uma vantagem absoluta em comparação a outro. Isso significa que a troca pode acontecer de modo apropriado, acarretando também alguns benefícios absolutos para os países que estabelecem as relações comerciais.

Para o estudo de Krugman (2009), nas relações do comércio internacional ou bilateral estabelecidas possuem dois fundamentos essenciais: o primeiro é caracterizado pelas vantagens comparativas, por meio das quais os Estados adquirem as divergências nas suas dotações de elementos/fatores produtivos, tais como capital, trabalho e terra, e as suas tecnologias, enquanto o segundo destina-se através dos benefícios das economias de escala e da especulação a que estão vinculadas.

Nesse caso, o que é mais preocupante na visão de Krugman (2009) é a temática do comércio internacional ou bilateral entre os países. Em relação a essa hipótese, Krugman (2009) trouxe duas explicações fundamentais para tratar do comércio internacional ou binacional. A primeira explicação é a vantagem comparativa, quando os países negociam para tirar proveito de suas diferenças. E a segunda é o retorno crescente, em que os países negociam para tirar benefícios das vantagens inerentes à especialização, possibilitando a produção em grande escala, que, segundo o entendimento do autor, corresponde à chamada “nova teoria do comércio”. Além do mais, Smith (1784) aponta que um país constitui os laços de práticas comerciais com outro no intuito de manter uma condição lucrativa para os países. Assim sendo, os comércios são sempre fundados ou baseados em alguns benefícios absolutos de um sobre outro.

No caso do Haiti e da República Dominicana, a percepção do comércio binacional pode ser baseada num acordo recíproco que tem como objetivo ordenar, organizar e propiciar as vinculações comerciais entre os dois Estados, e, como eventual finalidade, garantir a soberania nacional do seu espaço territorial, garantindo também a segurança das fronteiras.

Na dinâmica comercial entre dois países, segundo Arroyo (2012), os fluxos internacionais de mercadorias concludentes nas exportações e importações expõem as

vinculações que diversificam as porções que território nacional possui com o mundo mercantil por meio da atividade comercial. Em função disso, tal atividade mercantil representa-se como uma das partes do processo extensivo de produção. Ela considera como uma ocorrência da divisão territorial de trabalho, tanto nas relações internacionais quanto nas internas. Assim, essa balança comercial protocolada e divulgável dos fluxos comerciais apresenta os aspectos diversificados por meio dos quais os países se constituem nessa dinâmica.

No estabelecimento das relações socioeconômicas entre dois países, o comércio internacional pode ser considerado como troca de bens e serviços por meio de fronteiras internacionais e zonas fronteiriças dos Estados. Portanto, o comércio internacional, em algum dos países, transforma-se em uma esfera diagonal, que às vezes constitui uma grande parte do PIB dos países.

Esse comércio está vigente em grande parte da vida humana. Assim, sua relevância política, social e econômica aumenta durante os últimos séculos e vinculou-se ao acontecimento da globalização. No entanto, essa globalização está designada a crescente integração das diversas partes do território, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte (BENKO, 2002) em diferentes lugares.

Nessa perspectiva, essa evolução do fenômeno da industrialização, a chegada das empresas internacionais e dos transportes possui grande consequência no desenvolvimento do comércio (BENKO, 1999, 2002) entre os Estados. Sobre esse aspecto, Santos (1999) destaca que o fluxo de movimento da região é o resultado de uma sinopse de dois fatores, externos e internos, que são representados por movimento de divergência e de convergência. De fato, os fatores externos desempenham uma ação ativa na formação econômica dos países. Contudo, esses fatores também não incorporam seus interesses, tanto política quanto econômica.

Segundo Santos, quanto à sua conformação histórica e da economia de cada formação socioespacial e regional é um produto de combinação contínua de variáveis perceptivelmente datadas, de vários tempos da divisão internacional do trabalho. Em relação com os lugares, os tempos tornam-se diferenciados uns dos outros devido às condições da demanda externa e da própria evidência interna vivente em diferentes lugares (SANTOS, 1999). Em consequência disso, as particularidades da produção dos países do Terceiro Mundo podem ser levadas em consideração, visto que eram relevantes na estruturação da sociedade e da economia (SANTOS, 1978) de dois países. Através disso, o sistema capitalista incrementou mecanismos, inclusive a capacidade de utilização do espaço construído e o

manejo mais flexível das escalas regionais (BRANDÃO, 2012) das fronteiras. É de conhecimento geral, tal processo, acima de tudo da economia, circulação de mercadoria, vinculado às teorias capitalistas de produção, certificou as transfigurações significativas nos modelos de sistematização, reestruturando os territórios (transfronteiriços de dois países).

Através da transformação do território fronteiriço, a fugacidade da circulação indivíduos, de informações, de mercadorias e capitais torna-se particular na aventura de civilização humana, impulsionando constantes e excessivas inovações, tanto nos métodos de analisar e interpretar a realidade, como na condição de se criar, deslocar-se e atuar no território e no espaço fronteiriço de todos os Estados. Tendo em vista aspectos observados, é que os territórios fronteiriços estão adquirindo novos contornos políticos. Ribeiro (2000) afirma que o asteísmo é que antes eram Estado e mercado, este recorrendo às grandes empresas, que reivindicavam demarcações e delimitações inteligíveis. Comportam-se como as jurisdições inequívocas para a consolidação do mercado transfronteiriço.

Percebemos atualmente viver uma era em que todos os países abriram suas fronteiras, reduzindo suas tarifas de importação, produzindo assim um crescimento na dimensão de comércio global. Em uma economia global e modernizada, permitindo que todos os países interdependentes em diferentes setores da economia compartilhem as trocas de mercadorias. Portanto, constata-se que nenhuma nação é autossuficiente em todos os tipos de produtos de consumo. Se partirmos dessa premissa, através das exportações, as empresas têm uma ampla gama de oportunidades como resultado da abertura comercial com outros países da região.

Além disso, pode-se analisar que o mundo se torna uno para responder às necessidades de novas formas de produzir, vai por cima das regiões, países, culturas, devido à modernização da produção que se distribui em todos os lugares. A intensificação do planeta se torna mais tensa com a dinamização das trocas que se estabelecem em diversas áreas, não apenas nas relações econômicas, mas também nas relações políticas e culturais que fazem com que o globo ganhe novas conotações e torne-se cada vez mais vulnerável à influência externa (SANTOS, 2008). Segundo o autor, a região torna-se uma categoria de análise crucial no modo de produção dentro ou fora de um país, associando-se à nova dinâmica das condições preexistentes.

Na produção de mercadoria, duas condições são absolutamente necessárias: em primeiro lugar, porque só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser reproduzidos, isso quer dizer, produzidos mais uma vez, sistematicamente; constituem mercadorias porque são reprodutíveis. Em segundo lugar, porque a mercadoria é um valor de

uso que se produz para a troca, por venda, os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor que não são mercadoria, exclusivamente valores de uso que atendem às necessidades sociais (humanas), todavia, são obrigações de outrem, organizam essas mercadorias. Estas, nesse caso, possuem uma perspectiva que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua capacidade de ser trocada, vendida (seu valor de troca). Essa relação comercial ou de mercadorias mantidas, portanto, é considerada como uma unidade que sintetiza valor de troca e valor de uso (NETTO; BRAZ, 2006).

Considera-se, com muita frequência, que esse tipo de comércio e as trocas de mercadoria atuais apresentados entre os dois países são multiformes. Isso se deve, em parte, à grande quantidade de mercadorias que circulam sob a rubrica do “informal”, mas que, por vezes, são captadas para apresentar uma melhor aproximação às dinâmicas econômicas reais. Oficialmente, de acordo com o *Centro de Exportación y Inversión da República Dominicana* (CEI-RD, 2016), no ano de 2015, 47% das trocas entre os dois países foram feitas por via marítima, enquanto que 53% transitaram via transporte terrestre. Esse dado é de suma importância.

Em 2015, o Haiti interditou a importação de 23 produtos específicos (todos industrializados, como produtos alimentícios, de higiene, da construção civil e bebidas) por via terrestre. Eles continuam a ser importados, mas apenas por meio aéreo e marítimo. Essa medida foi adotada na tentativa de barrar as chamadas “importações informais”, que vivificam a economia transfronteiriça, e elevar a arrecadação de impostos em um país de economia bastante pauperizada (CEI-RD, 2016).

Com uma perspectiva bem prática para fazer uma correlação por meio das políticas comerciais atribuídas, alguns Estados promovem técnicas para fortalecer a evolução econômica e apresentam políticas de isenção/liberações comerciais enxergadas como ingênuas ao desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Elas, de fato, em nenhum momento são aplicadas em sua integralidade pelos países do centro do sistema capitalista, a despeito de apontarem os seus desempenhos aos seus parceiros/consócios comerciais em pleno crescimento econômico.

O estabelecimento das relações comerciais entre os Estados são um dos componentes que dá suporte ao desenvolvimento econômico dos países mais desenvolvidos do sistema capitalista. Com as grandes relevâncias comerciais na economia contemporânea, Arroyo (2012) afirma que as dimensões da economia de um país, em grande parte, subordinam-se à grandeza de importações e exportações, entre outros aspectos econômicos (derivados de suas produções de comercialização). Em relação a isso, segundo estudo

realizado pelo *Observatory of Economic Complexity* (OEC, 2017), o Haiti representa a 143ª economia de exportação do mundo.

Assim, no ano de 2017, esse país exportou US\$ 1,12 bilhão e importou um valor de US\$ 3,3 bilhões, o que resultou em um saldo comercial negativo de US\$ 2,18 bilhões. Foi contabilizado um PIB de \$ 8,48 bilhões, e seu PIB per capita foi de US\$ 1,81 bilhão. Além disso, os principais parceiros comerciais são Estados Unidos, República Dominicana, entre outros, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Países importadores dos produtos do Haiti durante o período de 2011-2017 (em milhões de dólares)

Países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos	760,2	793,04	866,49	927,37	972,17	959,6	931
República Dominicana	12,01	0,69	3,64	4,58	59,02	51,31	42,1
Canadá	26,02	30,02	31,49	36,52	30,18	26	31,6
México	10,62	16,99	20,3	22,05	22,05	26,6	19,6
França	9,87	8,14	8,35	10,5	13,48	11,7	20,2
China	7,37	9,97	15,01	14,9	10,68	5,7
Bélgica	2,58	5,51	10,37	9,91	6,71
Reino Unido	2,9	6,42	8,5	10,62	6,45	6,1
Espanha	6,03	5,77	4,57	4,87	5,25	6,7
República de Coreia do Sul	2,13	4,94	13,11	2,62	4,24

Fonte: CEI-RD (2016); - OEC (2017). **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Assim, segundo os dados no relatório do CEI-RD (2016), os principais países importadores dos produtos haitianos durante o período de 2011 a 2017 foram os Estados Unidos, representando de 83,3% das exportações, e, em seguida, República Dominicana, Canadá e México, com 5,1%; 2,6% e 1,9%, respectivamente.

Durante esse mesmo período, a análise do mercado mostra que a verificação dos principais países exportadores dos produtos para o território haitiano vem mostrando a relevância das relações de trocas comerciais estabelecidas pelos países exportadores de grande porte no Haiti. A Tabela 4 mostra os principais países que exportam produtos para o mercado haitiano.

Tabela 4. Países exportadores dos produtos para o Haiti nos anos de 2011-2017 (em milhões de US\$)

Países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos	1058,95	1050,23	1226,73	1,276.65	1,143.96	996	845
República Dominicana	1,013.63	1,037.42	1,042.88	1,423.21	1,012.16	770	830
China	303.64	283.71	323.49	391.38	436.88	412,8	531
Índia	47.00	61.59	63.26	73.36	75.13	59,3	90,6
Peru	72.00	78.76	74.73	72.31	56.52	45,1	...
México	58.52	44.70	60.48	66.92	54.26	40,6
França	50.17	49.09	54.03	63.59	48.79	43,6
República de Coreia do Sul	34.00	23.11	29.78	39.11	46.68	46,9
Colômbia	65.73	65.54	54.70	49.30	44.93
Canadá	38.10	35.97	36.83	43.57	43.31	43,3

Fonte: CEI-RD (2016); OEC (2017). **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Durante os anos de 2011 a 2016, os produtos importados pelo Haiti vieram, principalmente, dos Estados Unidos, representando um valor de 33,5%, e também da República Dominicana, com 29,6%. A China correspondeu a 12,8%, seguida por Índia e Peru, com, respectivamente, 2,2% e 1,7% (CEI-RD, 2016).

Esses dados foram confirmados durante a visita técnica realizada no *Centre de Facilitation des Investissements* (CFI, 2016) na cidade de Porto Príncipe, em 29 de janeiro de 2019, com o economista senhor Wilford Souffrant. Ele aponta que:

A República Dominicana é considerada como segundo maior parceiro comercial do Haiti. Cerca de 33% dos produtos importados pelo Haiti são provenientes da República Dominicana. Aproximadamente a mesma porcentagem que os produtos dos EUA. Em troca, as exportações do Haiti para a República Dominicana representam menos de 1% do total das importações da República Dominicana. Cabe dizer que há um enorme déficit comercial de troca entre os dois países (Trabalho de campo, informação manuscrita, Wilford Souffrant, 29 de janeiro de 2019).

Com base nessas relações comerciais instituídas entre os diferentes Estados, o maior parceiro comercial do Haiti são os EUA, com 34% das importações haitianas; em segundo lugar aparece a República Dominicana, com 30% das importações. Mas, de acordo com estudo realizado pela Asociación de Industria de la República Dominicana (AIRD, 2016), esta porcentagem pode chegar a 40% se somada a informalidade, destacando a existência de um forte superávit em favor da República Dominicana. A Tabela 5 apresenta a balança comercial do Haiti e da República Dominicana.

**Tabela 5. Haiti – Balança comercial com a República Dominicana
Mercadorias formalizadas (em milhões de \$US)**

Anos / Critérios	Exportação	Importação	Saldo
2010	18,0	1.190	-1.172
2011	12,0	1.445	-1.433
2012	0,8	1.558	-1.557,2
2013	3,7	1.514	-1.510,3
2014	5,3	1.423	-1.417,7
2015	58,9	1.012	-953,1
2016	59,6	800	-740,4
2017	42,17	852,53	-810,36

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Oficina Nacional de Estadística da República Dominicana. Anuário de Comércio Exterior. MICM e DICOEX (2018).

Observa-se que os fluxos de mercadorias entraram ou chegaram aos territórios nacionais por via terrestre, marítima ou aérea, e também desenvolveram um grau de diferenciações crescentes tanto nas suas composições, quanto nos mercados de suas origens e de seus destinos (ARROYO, 2012). A relação de intercâmbio comercial entre os dois países pode ser descrita como uma atividade comercial alta e crescente que, no entanto, representa um claro déficit para o Haiti. Assim como o comércio do Haiti com o resto do mundo, o relacionamento é muito assimétrico – esse déficit atingiu mais de US\$ 1.038,93 milhões a favor da República Dominicana (CEI-RD, 2016). O economista Wilford Souffrant, durante a visita técnica efetuada, em 29 de janeiro de 2019, no *Centre de Facilitation des Investissements* de Porto Príncipe, afirmou que:

Uma simples observação dos dados do comércio do Haiti (Tabela 5) mostra que as importações haitianas excedem as exportações em mais de 3 vezes. O país tem uma taxa de crescimento atual de cerca de 1,4%, enquanto a população está crescendo a uma taxa média anual de 1,7%. A relação importação / PIB é a 2ª mais alta do mundo. Tudo isso para dizer que a economia haitiana está quase voltada para as importações. Sendo a República Dominicana o nosso vizinho mais próximo, é natural que uma grande parte das nossas importações venha deles. As importações incluem matérias-primas e produtos acabados (Trabalho de campo, informação manuscrita, Wilford Souffrant, 29 de janeiro de 2019).

Esse *déficit* do Haiti é muito significativo. Apesar de ter havido um aumento bastante expressivo nas exportações haitianas nos anos de 2015 e 2016, esse esforço não foi suficiente para melhorar o saldo, ainda que, comparativamente ao ano de 2012, o *déficit* tenha caído para mais da metade. O Haiti exporta para a República Dominicana principalmente produtos provenientes das indústrias têxteis e de vestuário (89% do total exportado em 2016) e importa cimento e ferro (para a construção civil), derivados de petróleo, produtos de

plástico, tecidos, papel e os mais diversos gêneros alimentícios, especialmente produtos ultraprocessados.

Segundo relatório de CFI (2016), as importações haitianas provenientes da República Dominicana aumentaram fortemente entre 2002 e 2012, passando de US\$ 208 milhões para mais de US\$ 1,5 bilhão. Três razões, pelo menos, estão na origem desse *déficit*: a) os furacões de 2008 e o terremoto de 2010 destruíram boa parte da infraestrutura e das residências, exigindo maiores importações de cimento e ferro; b) a instalação da zona franca, que abriu o mercado do vestuário norte-americano à produção haitiana com a contrapartida da importação de tecidos, pela qual uma parte significativa dos insumos provém da República Dominicana, aumentando acerca de US\$ 400 milhões entre 2005 e 2014; c) o aumento da presença internacional desde 2004, com a chegada da missão de paz da ONU/MINUSTAH, que reforçou a entrada de dólares, promovendo um aumento significativo das importações de produtos industrializados – caso da indústria alimentícia com os ultraprocessados. Portanto, essa consequência cumulativa de uma falta contínua do apoio do governo e no investimento do setor agrícola, particularmente, levou à pressão pela importação de produtos para o consumo.

Segundo informação adquirida durante a visita técnica na sede de *Centre de Facilitation des Investissements* (29 de janeiro de 2019), com o entrevistado de economista Wilford Souffrant, em comparação à balança comercial de dois países, ele ressalta que:

A natureza do comércio entre o Haiti e a República Dominicana é uma situação de grande déficit comercial para o Haiti. Isso não pode ser uma vantagem, mesmo para a República Dominicana. Um parceiro comercial que está constantemente enfraquecendo rapidamente se torna um incômodo, porque, se o poder de compra dos haitianos continuar a declinar, isto é, uma consequência de deterioração econômica do Haiti, terá um impacto negativo nas relações comerciais dos dois países. Do lado da República Dominicana, isso significa ter cada vez menos produtos para venda aos haitianos e cada vez mais migrantes haitianos em seu território. Daí o interesse de ambos em trabalhar para compensar o deficit. O Haiti precisa colocar sua economia em ordem. Além disso, a República Dominicana deve ajudá-lo a fazê-lo. Eles não têm outra escolha a longo prazo (Trabalho de campo, informação manuscrita, Wilford Souffrant, 29 de janeiro de 2019).

Nesse âmbito, o comércio internacional entre os dois países é constantemente contraditório em relação à economia binacional. Os conteúdos decisórios de trocas comerciais nacionais ou internacionais possuem seu crescimento vinculado ao próprio desenvolvimento da economia. O segundo estudo do OEC (2017) ressalta que a República Dominicana era considerada a 88ª maior economia de exportação, e ocupava a posição de número 74 quanto a uma economia mais complexa, conforme o Índice de Complexidade Econômico (ICE). Em

2017, esse país exportou um total de US\$ 16,7 bilhões e importou um valor de US\$ 8,73 bilhões, o que resultou em um saldo comercial positivo de US\$ 7,99 bilhões. No mesmo ano de 2017, o PIB da República Dominicana foi de US\$ 75,93 bilhões, conforme se observa no Gráfico 3, e o seu PIB per capita foi de US\$ 16 bilhões.

Estudos realizados por OEC (2017), CEI-RD (2016) e pela Oficina Económica y Comercial de Espanha em Santo Domingo ressaltaram que as principais exportações das mercadorias da República Dominicana são destinadas aos mercados dos Estados Unidos, do Canadá, do Haiti, da Índia e da Alemanha, entre outros países. A Tabela 6, a seguir, mostra esses dados.

Tabela 6. Países importadores dos produtos da República Dominicana durante período de 2010 a 2017(em milhões de US\$)

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos	3648,9	2038	4337,8	4187,6	3669	4052	4129	4715
Haiti	241,28	942,23	975	1513	1071	972	723	852
Canadá	6,81	108	283	974,31	687	632	696	788
Índia;	447	106	510	534	578
Suíça	42	188	63	305	245
Países Baixos	135	125	167	190	177
Reino Unido	46,44	181	128	114	130	102
China	9,94	231	128	111	107	92
Alemanha	117	90	91	94	92
Espanha	8	72	76	89	87

Fonte: OEC (2017, 2018). **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Segundo relatório da OEC (2018), a República Dominicana aumentou sua dimensão de exportações para o Haiti após o terremoto: tanto pelos embarques de produtos alimentícios e materiais quanto pela ajuda internacional orientada em seu território. Por outro lado, observa-se, a partir de 2015, uma redução significativa dos problemas políticos bilaterais e restrições a certas remessas por via terrestre, respectivamente, pela fronteira.

No entanto, acrescentando-se aos números oficiais a exportação informal, o valor poderia ser de cerca de US\$ 1,5 milhões, o que faz do Haiti o segundo parceiro comercial da República Dominicana. Posto isso, na lista dos principais clientes globais para o último exercício de 2018, os EUA se destacam com quase 50%, seguidos pelo Haiti (8,3%), pelo Canadá, por Índia, Suíça, Holanda, Reino Unido e China. A União Europeia como um todo absorveu 11,2% do total exportado pelo país.

No entanto, as principais importações das mercadorias provêm dos mercados de Estados Unidos, China, México, Brasil e Espanha. Esses países são considerados como

principais parceiros comerciais, de onde a República Dominicana importa os fluxos de mercadorias. Esses dados estão na Tabela 7.

Tabela 7. Países onde a República Dominicana importa as mercadorias durante o período de 2013 a 2017

Países	2013	2014	2015	2016	2017
Estados Unidos	6,576	5,696	6,412	7,034	8,675
China	1,845	959	1,404	1,416	2,578
México	1,05	666	643	820	900
Brasil	438	270	472	524	640
Espanha	368	276	462	548	664
Colômbia	361	212	234	256	322
Japão	312	261	352	246	301
Alemanha	313	287	313
Trinidade e Tobago	678	820	309
Venezuela	1,097	1,062	805
Coreia do Sul	166	239	278	376

Fonte: OEC (2017; 2018). Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Considerando o peso relativo da importação da República Dominicana, esses países se destacam como países fornecedores por participação de mercado: EUA 43%, China 13,4%, México 5,8%, Brasil 4,4%, Espanha 3,8% e Panamá 3,4%. A União Européia representa cerca de 11% (OEC, 2018).

Segundo análise de Alfonso (2005), a cooperação comercial ou regional promovida entre o Haiti e a República Dominicana possui uma dupla reflexão. De um lado, a responsabilidade de agir em conjunto, num aspecto regional para facilitar a integração econômica no mercado bilateral e no mercado do Caribe, que eles representam. E, por outro lado, a necessidade de equilibrar as relações comerciais de modo que sejam capazes de contribuir no desenvolvimento sustentável de dois Estados, tendo em vista que as consciências dessas obrigações em breve devem ser interpretadas em políticas públicas claramente articuladas e com ferramentas eficientes e proveitosas.

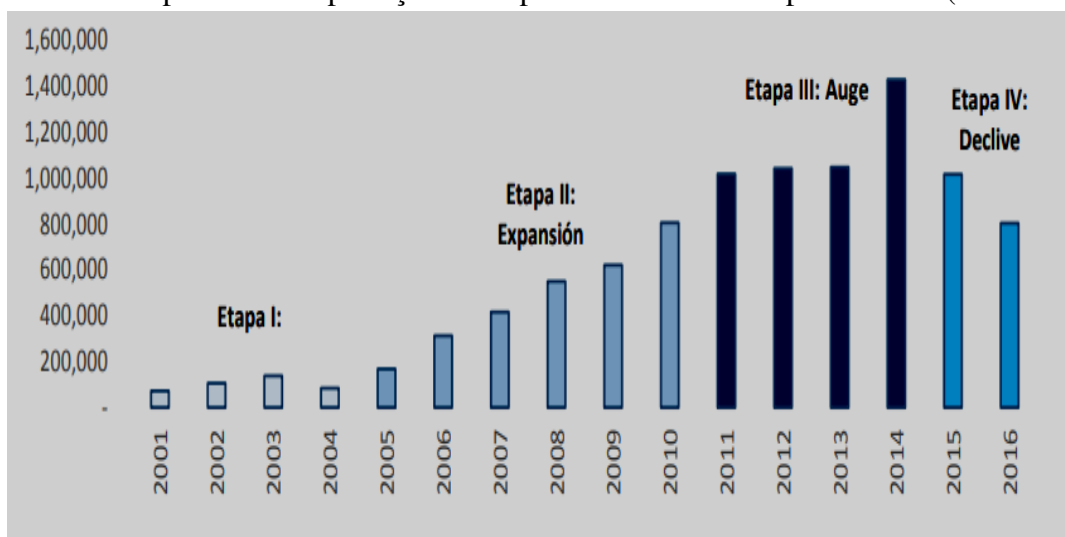
No contexto do comércio bilateral entre o Haiti e a República Dominicana, segundo dados do *Ministerio de Economía, planificación y Desarrollo* (MEPD, 2018), a participação das exportações da República Dominicana para o Haiti no volume total exportado aumentou de uma média anual de 5% entre 2001-2008 para 14% entre 2009 e 2016, consolidando-se como o segundo destino mais importante das exportações dominicanas. Em 2014, o Haiti foi o principal e/ou único destino de 22 barreiras tarifárias, representando mais de 50% e 90% das exportações, respectivamente, dessas regiões,

alcançando um valor de US\$ 683 milhões, 8% do total das exportações, e 56% das exportações para o Haiti.

Nas trajetórias atuais, as exportações dominicanas para o Haiti diferenciam-se pelo menos em quatro etapas: uma primeira de decolagem, com um crescimento médio anual de 38% entre 2001 e 2003, mas afetada em 2004 pela crise bancária da República Dominicana; a segunda expansão, com um crescimento médio anual de 46% entre 2005 e 2010; o terceiro boom comercial, em que a quantidade de exportações superou a barreira de US\$ 1.000 milhões, registrando o maior valor histórico, de US\$ 1.423 milhões em 2014 (MEPD, 2018), um aumento percentual de 36,47% em relação a 2013.

Já que a quarta etapa foi o período de declínio econômico da exportação da República Dominicana, iniciado em 2015, quando as exportações dominicanas para o Haiti começaram um processo de redução: 40,61% nesse ano, totalizando US\$ 1.012,16 milhões. Em 2016, a queda nas exportações dominicanas para o Haiti continuou a ocorrer, tendo somado US\$ 800,18 milhões, uma redução de 20,94% em relação ao ano anterior (MICM; DICOEX, 2018). O Gráfico 4, a seguir, mostra como as exportações dominicanas para o Haiti mantiveram um comportamento flutuante durante o período 2001-2016.

Gráfico 4. Expansão de exportação da República Dominicana para o Haiti (2001-2016)



Fonte: MICM e DICOEX (2018).

É importante mencionar que essa redução das exportações dominicanas para o Haiti foi registrada em 25 dos 33 principais artigos desse mercado, que representam 79% da queda total. São principalmente algodão; fundição, ferro e aço; produtos de moagem; preparações à base de cereais; assinaturas; e roupas e acessórios. Entre os fatores que

explicam a atual queda das exportações dominicanas, o MEPD (2018) destaca, em primeiro lugar, a intensificação da competição estabelecida por:

a) a redução da demanda do Estado haitiano, que dissocia as consequências das modificações na participação do mercado dominicano. As exportações dominicanas para o Haiti diminuíram em US\$ 96 milhões entre a fase de expansão e a fase de declínio. Portanto, essa consequência da demanda é estipulada pela diminuição de 9% das importações totais do Haiti, em um âmbito de desaceleração do crescimento da economia haitiana, que passou de 3,9% em 2011-2014 para 1,3% entre 2015 e 2016;

b) o crescimento da oferta dos principais concorrentes naquele mercado, que pode ser determinado a partir das consequências excludentes da mudança na alteração na participação dos produtos dominicanos no mercado haitiano. Esse efeito da transformação na demanda do Haiti é apartado, entretanto as exportações dominicanas para o Haiti passam diminuir para cerca de US\$ 126 milhões, o que ocorreu entre os estágios de boom comercial e de recessão. Esse resultado participativo pode ser explicado pelo declínio na participação de mercado dos principais produtos dominicanos no Haiti, de 40% para 36% entre o período de boom econômico e o declínio.

Em segundo lugar, o relatório do MEPD (2018) e ITC (International Trade Centre, 2017) expõe que é de grande possibilidade que se verifique um esgotamento do mercado haitiano para absorver a expansão das exportações dominicanas, visto que elas estão muito próximas de seu potencial. Portanto, as desigualdades entre as exportações da República Dominicana para o território haitiano, atuais e potenciais, são as mais baixas entre os 40 principais mercados dominicanos e os maiores parceiros do Haiti. Por fim, a política comercial do Haiti em comparação à República Dominicana pode ser aplicada através de medidas não tarifárias, e também é influenciada e pela proibição de importação por via terrestre de 23 produtos dominicanos desde outubro de 2015.

Em relação à comparação das medidas tarifárias ou não aplicadas sobre a importação e exportação comercial entre os dois países, o economista Wilford Souffrant, em entrevista concedida no *Centre de Facilitation des Investissements*, em 29 de janeiro de 2019, lamenta ao dizer que:

A República Dominicana trabalhou ao longo dos anos para reforçar o seu sistema tarifário, impondo barreiras não tarifárias muito pesadas. O Haiti, em contraste, reduziu várias linhas tarifárias em produtos-chave, impondo praticamente nenhum padrão para os produtos recebidos. Isso resultou em uma forte competitividade das empresas nacionais e um aumento drástico nas importações, enquanto a população

cresce, por isso a demanda interna do país não parou de crescer (Trabalho de campo, informação manuscrita, Wilford Souffrant, 29 de janeiro de 2019).

Ainda o comércio é considerado como um dos setores de maior preocupação do governo haitiano e busca entrar em concorrência/competição com a produção da República Dominicana. Por esse motivo, há o envolvimento do Ministério do Comércio, que também está sob o domínio da segurança nacional, para a imposição de um eventual controle dos produtos que circulam no território haitiano. É nesse contexto que o comércio implica uma releitura das condições agrícolas, não obstante o que está vinculado à saúde dos consumidores desses produtos. Em consequência disso, o Estado haitiano passou a interditar a entrada de certos produtos dominicanos por causa da gripe aviária.

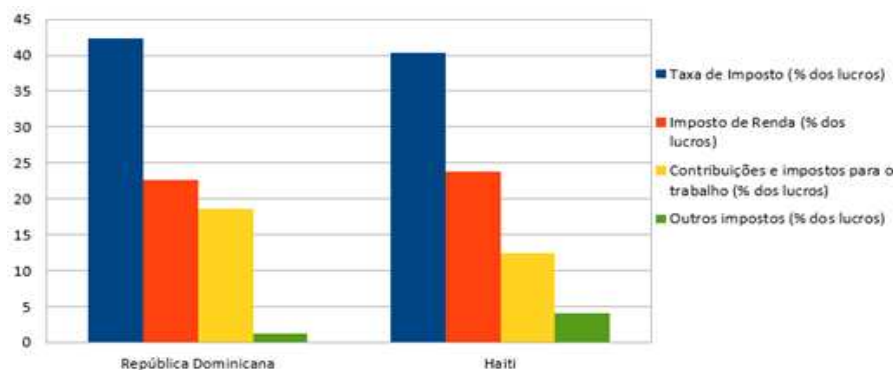
Porém, essas tensões interferem no comércio fronteiriço entre os dois Estados e se encontram no fato de que o governo do Haiti não se interessa em ter controle sobre a qualidade dos produtos, mas especialmente sobre a tributação estabelecida pelo governo, que é totalmente determinada pelas próprias leis haitianas para essas consequências. Outro fator a ser destacado é que essa interdição a certos produtos dominicanos para o Haiti pode ser explicada por 5 elementos, como menciona no relatório de MEPD (2018):

a) o governo haitiano afirma que a medida ocorre devido à necessidade de melhor controle de qualidade nos portos e aeroportos para melhorar o monitoramento desses produtos, aumento de receita e evitar perdas de receitas tarifárias devido ao contrabando; b) outras hipóteses supõem um potencial conflito de interesses entre os grupos comerciais de Porto Príncipe e os estabelecidos na área de fronteira; c) a necessidade de proteger a fraca indústria e o mercado doméstico haitiano; d) o fator político, veiculado na opinião pública dominicana, de que o governo haitiano usa a política comercial como uma ferramenta para neutralizar os conflitos gerados a partir das relações bilaterais; e) exigir das estâncias aduaneiras nos portos e aeroportos melhor controle sobre a entrada dos produtos no intuito de recuperar as receitas fiscais, o que pode levar a uma redução nas exportações informais da República Dominicana para o Haiti.

Ainda assim, os produtos que anteriormente cruzavam a fronteira sem pagar impostos atualmente foram obrigados a passar por portos e aeroportos. Por meio dessa medida estabelecida pelo Estado haitiano, houve um crescimento nos custos para os importadores informais por causa de impostos e taxas e, também em razão do aumento de impostos e custos de transporte (CFI, 2016). Assim, isso pode impulsionar a produção local e ainda pode diferenciar o destino de suas importações, diminuindo pelo menos uma das potenciais

vantagens competitivas da República Dominicana. O Gráfico 5 apresenta os impostos pagos pelas empresas em cada país.

Gráfico 5. Impostos pagos pelas empresas dominicanas e haitianas nas relações de trocas comerciais (2015)



Fonte: CEI-RD (2016); Banco Mundial 2016. **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Em relação à taxa total de imposto que seria paga pelas empresas por uma eventual de consolidação das trocas de mercadorias, a pesquisa do CEI-RD (2016) mostra que a República Dominicana supera a taxa total de Imposto que pagou pelas empresas no Haiti. Assim, a República Dominicana também impõe uma carga maior sobre as empresas em termos de impostos e contribuições sobre o trabalho, representado pelas exigências que as empresas devem pagar por alegações de taxas trabalhistas e de impostos.

Em razão disso, o Haiti, no que lhe diz respeito, possui um peso um pouco maior do que a República Dominicana em relação aos impostos sobre a renda, bem como uma taxa mais elevada para outros impostos, que insere qualquer outro imposto não incluído nas três primeiras categorias. Apesar disso, por se tratar de um padrão menor, considera-se que não evidencia uma modificação na carga tributária total das empresas. É possível observar que os padrões de tarifas se diferenciam significativamente entre a República Dominicana e o Haiti. Porém, a tendência mostra que os dois países estão mais ou menos a favor do livre comércio, tendo em vista que as dimensões nominais de tributação são frequentemente mais baixas no Haiti do que na República Dominicana.

Em consequência dessas medidas para proteger a fragilidade da indústria, o mercado doméstico, a cobrança do imposto, que é relativamente alto do lado dominicano, além dos fatores políticos para melhorar o controle sobre a importação de diferentes produtos. Os comércios formais da República Dominicana com o Haiti começaram a ganhar importância durante a década de 2000. Durante o ano de 2011, houve crescimento das

exportações dominicanas para o Haiti. Desse modo, o Haiti representa um dos principais destinos das exportações dominicanas, de modo que o país exporta um grande número de produtos para esse mercado. Tal crescimento de exportação de produtos dominicanos foi alcançado devido à preservação da estabilidade de preços da produção.

Ainda que em 2016, tais exportações da República Dominicana para o Haiti reduziram-se nos 23 produtos considerados na proibição em relação à média da fase de boom comercial, com queda de 12%, de US\$ 174 milhões para US\$ 152 milhões.

Geralmente, esses produtos, que representaram 15% das exportações dominicanas para o Haiti antes da proibição, determinaram 7% da queda (MEPD, 2018). Depois desse período de declínio de proibição da entrada de alguns dos produtos dominicanos em território haitiano, nos anos de 2017 e 2018, as exportações dominicanas para o Haiti passaram a ter um crescimento considerável, atingindo um valor de US\$ 852,525 milhões e \$US 874,814 milhões (Trademap, 2020), e representam um crescimento de 6,54% (MICM; DICOEX, 2018).

Assim, a Tabela 8 mostra a lista dos principais produtos dominicanos exportados para o Haiti durante o ano de 2017.

Tabela 8. Principais produtos de exportações dominicanas para o mercado do Haiti (2011 - 2018) (em milhões de US\$).

Produtos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Animais vivos	5.330	15611	7379	3770	6702	9273
Máquinas e equipamentos elétricos e suas partes; gravadores e reprodutores de som, televisão	3973	2784	3537	11102	3786	4290	5324	9820
Preparações de cereais, farinha, amido ou leite; produtos de pastelaria	27152	23404	25214	34684	17701	15233	19455	26074
Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria; produtos cosméticos e sanitários	2982	3176	3537	11102	3.587	4028	8735	8034
Preparos de alimenticias diversas	47261	53528	60696	113126	63267	62685	49129	38.535
Bebidas, bebidas espirituosas e vinagre	14.092	18353	17771	34846	23079	25426	22374	21.982
Gorduras e óleos animais ou vegetais e produtos da sua dissociação; gorduras comestíveis preparadas; animal	19377	21942	31296	38624	21392	23.211	28986	27785
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; substâncias betuminosas; mineral	12701	13326	18003	14970	10.136	17693	19247	8952
Cereais	10395	17812	6469	18776	9105	4.531	6249	6.897
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, artificiais	15499	14408	12107	21326	18038	14617	13389	14273
Frutas comestíveis e nozes; cascas de citrinos ou de melões	16795	11259	13186	31101	13872	8512	9047
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos; inulina; glúten de trigo	88657	59654	60728	99662	53643	36292	36111	38665
Carnes e miudezas, comestíveis	5938	5244	4665	10524	6459	3055	3756	3682
Algodão	228393	215197	355180	335284	193.225	107769	101.679	107964
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2509	30293	29779	28.188	22477	5809	6807	8472
Filamentos sintéticos ou artificiais; tiras e matérias têxteis artificiais	3	5.266	7290	8597	8540	6876	11983	5803
Vestuário e seus acessórios, de malha	125.502	144559	18791	21700	150010	131124	135582	120651
Artigos têxteis confeccionados; roupas usadas e artigos têxteis usados; trapos	8113	5130	4892	11312	11946	18412	15323	9797
Fertilizantes	11756	19487	15306	29425	10203	7.433	9834	11009
Papel e cartão; pasta de papel, de papel ou de papelão	20696	18814	23083	43495	27102	25426	27427	31125
Plásticos e suas obras (recipientes)	74047	73785	70051	140453	94998	82837	95080	97838
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimentos	57666	64203	60685	69209	68.101	60592	61277	60797
Barras de ferro ou aço não ligado	84782	72594	69777	65014	41784	31793	58856	59705
Máquinas e equipamentos elétricos e suas partes; gravadores e reprodutores de som, televisão	3973	2784	3537	11102	3786	4290	5324	9820
Máquinas, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; suas partes	4488	4213	3394	12325	11142	8072	9992	15259
Veículos, exceto material circulante ferroviário ou elétrico	3584	1970	2185	4897	916	1124	2717	2245
Subtotal	886361	900401	1021480	1225353	891889	710610	765061	744737
Total	1013634	1037422	1042883	1423206	1012159	800176	852525	874814

Fonte: Trade statistics for international business development- Trade Map. **Elaboração:** Guerby Sainté (2020).

Dentre os conjuntos de produtos dominicanos exportados, podemos destacar alguns dos principais produtos exportados durante os anos de 2011 a 2018, tais como: preparações de produtos cereais; farinha, amido ou leite; produtos de pastelaria, com um valor de US\$ 47,26 milhões, que passaram a aumentar de maneira significativa a um valor de US\$ 53,53 milhões, em 2012; US\$ 60,69 milhões em 2013; US\$ 113,13 milhões em 2014.

Em 2015, devido à crise política entre os dois países, houve restrições de entrada dos produtos dominicanos sobre o território haitiano, havendo um impacto, em 2016, sobre as relações comerciais desses dois países. Assim, houve uma redução nas exportações dos produtos de preparações de cereais, que passaram de US\$ 63,26 milhões em 2015 a um valor de US\$ 62,68 milhões, em 2016; de US\$ 49,13 US\$ em 2017; e de US\$ 38,53 milhões em 2018.

Durante o período de 2011 a 2014, os produtos da indústria de moagem, tais como malte, amidos, inulina e glúten de trigo, apresentaram uma flutuação no crescimento de suas exportações para o território haitiano. Em 2011, a República Dominicana exportou os

produtos industriais de moagem por um valor de US\$ 88,66 milhões, e descreceu em 2012, ao valor US\$ 59,65 milhões. Em 2013 e 2014, devido a uma estabilidade sociopolítica do Haiti, os dois países passaram a fortalecer as relações de trocas comerciais, e essas exportações industriais dominicanas de moagem atingiram um valor de US\$ 60,73 e US\$ 99,66 milhões, respectivamente, sobre o Haiti.

Em relação às exportações dos produtos de vestuário e seus acessórios e de malha para o mercado haitiano, houve expansão durante os anos de 2011 a 2018. Esse crescimento de exportação pode ser atribuído à dimensão dos produtos feitos por trabalhadores tanto na produção desses mesmos bens por meio da diminuição sistemática da quantidade de trabalho simples usado como também por meio da mudança da mão de obra para os setores com maior conteúdo tecnológico. No ano de 2015, a República Dominicana passou a intensificar a exportação de produtos de vestuário e de malha ao Haiti. Entre os anos de 2011 a 2012, o crescimento de exportações desses produtos correspondeu a um valor de US\$ 125,50 a US\$ 144,56 milhões. No entanto, no ano de 2013, houve uma queda drástica na exportação dessa produção, representada por um valor de US\$ 18,79 milhões. E nos anos seguintes, principalmente em 2014 e 2015, a República Dominicana passou a aumentar essa produção de vestuário ao mercado haitiano, respectivamente, de um valor de US\$ 21,70 milhões e de US\$ 150,01 milhões.

A partir de 2016 a 2018, a complexidade da restrição dos produtos que envolvem o processo de desenvolvimento das relações comerciais por parte do governo haitiano causou um impacto sobre as exportações de vestuário e de malha dominicana ao mercado haitiano. As exportações desses produtos passaram a decrescer em 2016 a um valor de US\$ 131,12 milhões, mas houve um leve aumento nas exportações de vestuário e de malha durante o ano de 2017, contabilizando um valor de US\$ 135,58 milhões. No entanto, reduziu novamente em 2018, para cerca de US\$ 120,63 milhões.

O crescimento econômico e o da exportação da República Dominicana dependem da evolução tecnológica, da acumulação de capital e de processos mais produtivos para a economia e para expansão das relações comerciais entre os países. Durante os anos de 2011 a 2018, as exportações de produtos de algodão dominicano passaram a se intensificar no mercado do Haiti, com valor de exportação de US\$ 228,39 milhões em 2011. As exportações destes produtos de algodão passaram a reduzir levemente, a um valor de US\$ 215,2 milhões, com um crescimento significativo na exportação de algodão devido ao progresso técnico da produção dominicana e também à demanda do mercado haitiano, com um valor de US\$ 355,28 milhões em 2013.

Assim como nos anos de 2014 a 2017, as exportações destes produtos sofreram uma diminuição devido à crise sociopolítica e manifestação da população, que impediram a entrada desses produtos, além da proibição de diversos produtos ao território haitiano, enfraquecendo as relações comerciais entre os dois países. Além disso, estas exportações de algodão dominicano passaram a reduzir significativamente durante os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, com os valores de US\$ 335,28 milhões; US\$193,23 milhões; US\$107,77; e US\$ 101,68 milhões, respectivamente. No ano de 2018, esses produtos exportados tiveram um pequeno aumento, com um valor de US\$ 107,96 milhões favoráveis ao comércio dominicano em detrimento do Haiti.

O setor de barras de ferro ou aço não ligado apresentou um crescimento nas exportações ao mercado haitiano, com um valor de US\$ 84,78 milhões em 2011. Tal crescimento de exportação de barras de ferro ou aço não ligado relaciona-se, em grande parte, ao processo de industrialização das empresas dominicanas para ampliação nas interações comerciais dos produtos nesses setores para reponder às demandas do país vizinho no período pós-terremoto. Porém, nos anos de 2012 a 2016, houve ainda uma redução sobre o valor de exportações desses produtos para o mercado haitiano.

Não obstante, o valor de exportações de barras de ferro ou de aço não ligado era de US\$ 72,59 em 2012, e passou a uma leve redução, para US\$ 69,78 milhões em 2013. Nos anos seguintes, principalmente em 2014, 2015 e 2016, houve também uma queda significativa nas exportações desses produtos, com um valor de US\$65,01 milhões; US\$ 41,78 milhões e US\$ 31,93 milhões, respectivamente. Depois da queda desses produtos nos anos anteriores, as exportações industrializadas dos produtos de barras de ferro e aço não ligado da República Dominicana passaram a crescer levemente nos anos de 2017 e 2018, com um valor de US\$ 58,86 milhões e US\$ 59,70 milhões sobre o mercado haitiano.

Também nos anos de 2011 e 2018, a República Dominicana continuou a ter um laço de relações comerciais nas exportações de plásticos e suas obras com Haiti. Mesmo que em 2011 esses produtos tenham tido um crescimento no mercado haitiano, com um valor de US\$ 74,05 milhões, durante os anos de 2012 e 2013 passaram a cair moderadamente, para um valor de US\$ 73,78 milhões e US\$ 70,05 milhões, respectivamente. De fato, a análise dos dados da tabela pré citada mostra que a exportação de barras de ferro e aço não ligado dominicano aumentou de maneira expressiva e passou a duplicar em 2014, com um valor de US\$ 140,45 milhões. Entre os anos de 2015 e de 2016, essas exportações apresentaram uma queda ou redução muito grande em relação o ano anterior, de um valor de US\$ 94,99 milhões e de US\$ 82,83 milhões. Já nos anos de 2017 e 2018, há uma crescente participação da

produção de exportações de produtos de barras de ferro dominicano no mercado haitiano, correspondendo a um valor de US\$ 58,86 e US\$ 59,70 milhões, respectivamente.

Verifica-se, por meio dos dados na tabela 8, que a República Dominicana exporta uma grande parcela de produtos de sal, enxofre, gesso, cal e cimentos para o mercado haitiano. Considerando-se nos anos de 2011 a 2018, as exportações desses produtos dominicanos ao mercado haitiano envolveram um conjunto de ganhos, por meio dessas interações comerciais, em proveito da República Dominicana. Em 2011, a exportação dos produtos de sal, enxofre, gesso, cal e cimentos para o Haiti estava em US\$ 57,67 milhões e passou a crescer, para US\$ 64,20 milhões, em 2012. Ainda no ano de 2013, houve uma suave redução na exportação desses produtos ao território haitiano. Assim, tais produtos exportados corresponderam a um valor de US\$ 60,68 milhões, e, em 2014, passaram a crescer para US\$69,20 milhões. O comportamento do setor externo dominicano em 2014 respondeu como consequência da dinâmica da economia internacional.

Depois desse crescimento nas exportações desses produtos em 2014, as exportações de sal, enxofre, gesso, cal e cimentos para o mercado haitiano sofreram uma gradativa diminuição durante dois anos consecutivos, nos anos de 2015, 2016, com os valores de US\$ 68,10 milhões e de US\$ 60,69 milhões, respectivamente. Já em 2017, houve um pequeno aumento em relação a esses produtos: de US\$ 62,28 milhões. Porém, em 2018, as exportações desses produtos passaram a decrescer levemente, a um valor de US\$ 60,80 milhões.

No estabelecimento das relações comerciais entre Haiti e República Dominicana, uma grande quantidade de comércio de bens se produz porque os comércios internacionais de ativos, como negócios ou comércios implicando bens e serviços, podem acarretar benefícios para os países envolvidos. Assim, nos anos de 2011 a 2018, a República Dominicana continuou a intensificar as relações comerciais nas exportações de papel e cartão, pasta de papel e de papelão, representando um valor de US\$ 20,69 milhões, em 2011. Em 2012, as exportações desses produtos diminuiram a um valor de US\$ 18,81 milhões, e, em 2013 e 2014, houve um aumento significativo nas exportações desses produtos para o país vizinho: de US\$ 23,08 milhões e US\$ 43,49 milhões, respectivamente. Já nos anos de 2015 e 2016, as exportações de produtos de papel e cartão, pasta de papel e papelão sofreram uma queda muito grande para o mercado haitiano, com valores de US\$ 27,10 milhões e US\$ 25,42 milhões, nesta ordem. Por fim, nos anos de 2017 e 2018, as exportações desses produtos exibiram um crescimento moderado, de US\$ 27,43 milhões e US\$ 31,13 milhões, respectivamente.

Além disso, as exportações de produtos de fertilizantes dominicanas passaram a se intensificar graças ao dinamismo da demanda do mercado do Haiti. Os dados mostram (Tabela 8), no entanto, que as exportações de fertilizantes, em 2011, eram de US\$ 11,76 milhões, e passaram a crescer significativamente em 2012, para um valor de US\$ 19,49 milhões. Porém, no ano de 2013, as exportações desses produtos sofreram uma queda em relação ao ano anterior: baixaram a um valor de US\$ 15,30 milhões. Mesmo que estas exportações dos fertilizantes tenham tido um aumento em 2014, com um valor de US\$ 29,42 milhões, elas vêm diminuindo por motivos relacionados ao impacto da crise socioeconômica e política nos anos de 2015 e 2016, com valores de US\$10,20 milhões e US\$ 7,43 milhões, respectivamente. Finalmente, nos anos de 2017 e 2018, as exportações desses produtos sofreram um aumento de US\$ 9,83 milhões e US\$ 11,01 milhões, nesta ordem.

Além desses produtos destacados, é preciso mencionar a relevância dos fluxos da redistribuição de uma série de produtos dominicanos exportados ao mercado haitiano, tais como: carnes e miudezas, filamentos sintéticos; frutas comestíveis e citrus; máquinas e aparelhos mecânicos, os quais representam um peso no comércio internacional de exportação dominicana para o mercado haitiano. Ademais, os artigos têxteis confeccionados, roupas usadas e artigos têxteis usados também representam um valor de exportação significativa para a República Dominicana. A exportação dessas mercadorias ao mercado haitiano representou um valor de US\$ 8,11 milhões em 2011, reduzindo entre os anos de 2012 e 2013, com um valor de US\$ 5,13 milhões e US\$ 4,89 milhões, respectivamente. Em 2014 e 2015, os artigos têxteis confeccionados, roupas usadas e artigos têxteis usados dominicanos conheceram um aumento significativo em sua exportação ao mercado haitiano. Com tal característica, esses produtos cresceram levemente, passando de US\$ 11,31 milhões para US\$ 11,95 milhões, respectivamente, e para US\$ 18,41 milhões em 2016. Portanto, nos anos de 2017 e 2018, as exportações dos artigos têxteis confeccionados, roupas usadas e artigos têxteis usados dominicanos diminuíram de maneira considerável, com os respectivos valores de US\$ 15,32 milhões e US\$ 9,78 milhões.

Podemos destacar que a República Dominicana tem produtividade bem baixa. Mesmo a produção de roupas usadas e artigos têxteis usados para o mercado apresenta pouca vantagem de produtividade, sendo muito menor do que em outros produtos, tais como papel, vestuário, frutas e plásticos, como já mencionado na Tabela 8.

No período de 2013-2017, as importações dominicanas em relação aos produtos vindos do Haiti passaram a crescer de maneira significativa, com uma taxa de 108% da média anual. No mesmo período, registraram um aumento de valor: de US\$ 3,64 milhões, em 2013,

para US\$ 42,17 milhões, em 2017. Portanto, em 2015, a República Dominicana obteve maior fluxo de importações de mercadorias provenientes do Haiti, com um valor de US\$ 51,37 milhões. A respeito desse crescimento, as importações do Haiti começaram a diminuir em 2016 e 2017. Ainda em 2016, as importações dominicanas do Haiti caíram 0,11%, enquanto em 2017 a queda foi de 17,80%.

É possível observar que os principais produtos que a República Dominicana importou do Haiti se concentram especificamente em duas categorias: calças e camisetas e camisetas. Esses dois produtos representaram US\$ 37,22 milhões em importações e equivalem a uma taxa de 88,25% do total importado em 2017 do Haiti. A Tabela 9 mostra os principais produtos que a República Dominicana importa do Haiti.

Tabela 9. Importações dominicanas do Haiti (em milhões de US\$) (2011 a 2019)

Produtos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Preparações de cereais, farinha, amido ou leite; produtos de pasteleria	7	0		20	212	65	0	0
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	5	0	0	14	56	92	39	52
Madeira e artigos de madeira; carvão vegetal de madeira	3	0	0	0	39	49	44	15
Papel e cartão; obras de pasta de papel, de papel ou de cartão	152	13	19	41	24	161	227	505
Algodão	237	113	517	77	976	443	1045	1492
Filamentos sintéticos ou artificiais; tiras e formas semelhantes de matérias têxteis artificiais	2	13	112	31	13	68	304	20
Plásticos e suas obras	40	3	26	36	114	75	263	128
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	0	0	0	49	55	68	727	856
Tecidos especiais; tecidos tuados; rendas; tapeçarias; guarnições; bordado	13	5	11	0	0	28	11	181
Vestuário e seus acessórios, não tricotado ou tricotado	6368	26	329	728	35635	31326	31864	6729
Artigos têxteis confeccionados; conjuntos; roupas usadas e artigos têxteis usados; trapos	3816	276	47	572	20	17	23	26
Vestuário e seus acessórios, de malha	433	85	285	312	18279	16868	6096	2936
Penas preparadas e para baixo e artigos feitos de penas ou de baixo; flores artificiais; artigos	2	0	0	0	0	0	111	261
Brinquedos, jogos e artigos de desporto; partes e acessórios	165	0	585	633	506	467	424	580
Ferro e aço	166	0	0	0	0	7	31	43
Máquinas, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; suas partes	285	62	350	94	2139	1214	388	873
Máquinas e equipamentos elétricos e suas partes; gravadores e reprodutores de som, televisão	2	66	20	2	18	10	4	27
Tabaco e sucedâneos manufacturados	0	0	0	706	128	190	0	0
Subtotal	11696	662	2321	4517	58067	51083	41601	14724
Total	12013	691	3640	4578	59021	51308	42177	15140

Fonte: Trade statistics for international business development- Trade Map. **Elaboração:** Guerby Sainté (2020).

Levando-se em consideração os diferentes produtos comercializados no mercado dominicano, as exportações dos produtos do Haiti para a República Dominicana são principalmente reexportações, de modo que o valor das exportações de produtos estritamente haitianos é supervalorizado levando-se em conta os números totais de comércio entre os dois países. Posto disso, as estatísticas variam consideravelmente de acordo com os dados de *Trade Statistics for International business Development*, o que complica ainda mais a avaliação do valor real das trocas entre os dois países. Assim, segundo os dados das Tabelas 8 e 9, disponibilizados pelo Trademap (2011-2018), percebe-se que, nas relações de trocas estabelecidas entre os dois Estados circunvizinhos, as exportações dos produtos dominicanos

para o Haiti são 20 vezes maiores em 2017 do que as importações de um valor de US\$ 852,525 milhões contra US\$ 42,177 milhões.

Em relação às importações dos produtos haitianos para o mercado dominicano, pensamos espontaneamente em um mosaico de economias nacionais que fazem trocas entre si, são correntes, divergem e convergem nas relações comerciais. Com a dinâmica do comércio de exportação dos diversos produtos do Haiti para o território dominicano, observamos entre os produtos mais importantes que a República Dominicana importou do Haiti: papel e cartão; algodão; artigos têxteis confeccionados e roupas usadas; vestuário e seus acessórios; e brinquedos (Tabela 9).

Dentre esses produtos que a República Dominicana importou do Haiti, os produtos de vestuário e seus acessórios não tricotados ou tricotados representam um valor significativo. Em 2011, a exportação desses produtos para o mercado dominicano foi estimada em US\$ 63,68 milhões, diminuindo drasticamente em 2012, com um valor de US\$ 26 milhões. Entre 2013 e 2014, as exportações desses produtos haitianos para o mercado dominicano tiveram um aumento bem-sucedido, com respectivos valores de US\$ 329 milhões e US\$ 728 milhões. No ano 2015, as importações desses produtos chegaram a conhecer o maior fluxo de exportações do vestuário haitiano para o mercado dominicano, com um valor de US\$ 35,635 milhões. Com a divergência política promovida entre os países, como já mencionado, houve a restrição de 23 produtos dominicanos ao mercado nacional haitiano. As exportações desses produtos diminuíram levemente em 2016, com US\$ 31,33 milhões, e passaram a crescer suavemente em 2017, com um valor de US\$ 31,86 milhões. Devido à crise sociopolítica e manifestação que aconteceram no território haitiano, tal situação trouxe prejuízo à exportação dos produtos vestuários tricotados ou não tricotados do Haiti para o país vizinho, com a maior queda em 2018, ficando em US\$ 6,73 milhões.

Como os dois países mantêm as relações comerciais completamente desiguais por meio da circulação dos fluxos de mercadorias, além dos produtos de vestuário tricotado ou não tricotado, a República Dominicana passou a importar também os artigos têxteis confeccionados, roupas ultraprocessadas e artigos têxteis usados, representando um valor de US\$ 38,31 milhões em 2011. Sendo assim, as exportações desses produtos diminuíram para o mercado dominicano, e o Haiti passou a exportar um valor de US\$ 276 milhões em 2012, com redução em 2013 para US\$ 47 milhões. Porém, no ano de 2014, as trocas comerciais desses artigos têxteis e roupas ultraprocessados tiveram um crescimento muito alto comparativamente ao ano anterior, com um montante de US\$ 572 milhões. Já nos anos de 2015 e 2016, houve uma intensa redução nas exportações desses produtos haitianos sobre o mercado dominicano,

assim, passaram de um valor de US\$ 20 milhões para US\$ 17 milhões nas trocas com o país vizinho. Por fim, nos anos de 2017 e 2018, tais exportações formais de produção de artigos de têxteis e roupas usadas aumentaram levemente, passaram de US\$ 23 a US\$ 26 milhões sobre o mercado dominicano.

Acerca da exportação formal de mercadoria que transita e circula no mercado dominicano, entre os 2011 a 2018, além dos produtos de artigos têxteis e roupas usadas, a República Dominicana importou produtos de papel e cartão, pasta de papel e papelão do Haiti. Tais importações foram estimadas em 2011 a um valor de US\$ 152 milhões. Assim, no ano de 2012, a exportação de produtos de papéis diminuiu drasticamente no mercado do país vizinho, com um valor de US\$ 13 milhões, e cresceu levemente nos anos de 2013 e 2014, com respectivos valores de US\$ 19 milhões e US\$ 41 milhões. Também houve diminuição em 2015, a um valor de US\$ 24 milhões. Já nos anos de 2016 e 2017, as exportações dos produtos de papel e papelão passaram a crescer levemente no mercado dominicano, e saltaram de um valor de US\$ 161 milhões a US\$ 227 milhões, respectivamente, e quase dobraram se comparados ao ano anterior em 2018, com um valor de US\$ 505 milhões.

Podemos observar também que, durante os anos de 2011 a 2018, a República Dominicana continuou importando mercadorias de vestuários e seus acessórios e malha do mercado haitiano. Dentre as mercadorias trocadas, esses produtos de vestuário com malha representaram um valor de US\$ 433 milhões em 2011, com um decréscimo em 2012, para US\$ 85 milhões nas exportações para o mercado dominicano. Durante os anos de 2013, 2014 e 2015 o Haiti intensificou os fluxos de exportações de vestuário com malha no mercado em razão da demanda interna do país vizinho, crescendo de maneira significativa, com valores estimados de US\$ 285 milhões, US\$ 312 milhões e valor máximo de US\$ 18,279 milhões, respectivamente. Também nos anos posteriores, principalmente em 2016 e 2018, as exportações desses produtos conheceram uma diminuição pela crise sociopolítica e climática sofrida pelo Haiti, o que provocou um impacto sobre a exportação desses produtos, decrescendo a um valor de US\$ 16,868 milhões em 2016 e US\$ 6,096 em 2017, continuando a diminuir em 2018, a um valor de US\$ 2,936 milhões.

Segundo os dados observados na Tabela 8, o algodão é considerado um dos produtos haitianos mais exportados ao mercado dominicano. Esse produto possuiu um aumento significativo de suas exportações em 2011, a um valor de US\$ 237 milhões. E, em 2012, a exportação de algodão haitiano reduziu em mais da metade no mercado dominicano, no montante de US\$ 113 milhões. Embora o crescimento da exportação desse produto tenha retornado em 2013 para cerca de US\$ 517 milhões, no ano seguinte, em 2014, esse tipo de

exportação reduziu drasticamente sobre mercado devido à falta de demanda do Estado dominicano e também à escassez de produção desses produtos no Haiti. A exportação do algodão para o mercado vizinho caiu ao valor de US\$ 77 milhões, o que representa um déficit muito grande nas trocas de mercadoria pelo Estado haitiano. Em 2015, a exportação de algodão aumentou nas relações comerciais com o país vizinho, para US\$ 976 milhões, mas caiu quase pela metade em 2016, ao valor de US\$ 443 milhões. Ao contrário do ano anterior, houve um crescimento na exportação de algodão haitiano para a República Dominicana nos anos de 2017 e 2018, com valores de US\$ 1,045 milhões e US\$ 1,492 milhões, respectivamente.

Tanto as exportações de brinquedos quanto máquinas e aparelhos mecânicos tiveram um peso muito significativo na exportação haitiana para o mercado dominicano, contribuindo nas trocas de mercadoria entre os dois países. Cabe destaque à exportação de máquinas e aparelhos mecânicos, com um crescimento em 2011 ao valor de US\$ 285 milhões, com rápida queda, em 2012, para US\$ 68 milhões. Consequentemente, podemos observar também que a exportação desses produtos passou a ser impulsionada em 2013, com um valor de US\$ 350 milhões. No ano de 2014, o Haiti não experimentou um crescimento nas exportações de produtos de máquinas e aparelhos mecânicos para o mercado vizinho, assim, tais trocas de mercadoria representaram um valor relativamente pequeno em relação ao ano anterior, estimadas em US\$ 94 milhões.

Apesar de o Haiti ter enfrentado diversos problemas sociopolíticos e ciclônicos em seu território, no ano de 2015 o país teve a maior variação do crescimento nas exportações de produtos de máquinas e aparelhos mecânicos para o mercado dominicano. A exportação desses produtos correspondeu ao valor de US\$ 2,139 milhões. Apesar desse crescimento em 2015, os fluxos de exportações de tais produtos reduziram-se novamente no mercado vizinho entre os anos de 2016 e 2017: passaram de um valor de US\$ 1,214 milhões para US\$ 388 milhões. Em 2018, voltaram a aumentar, para US\$ 873 milhões.

As oscilações nas exportações desses produtos mencionados podem ocasionar um efeito mais notório sobre o crescimento ou a diminuição no PIB do país, como se pode observar na tabela, levando cada vez mais a um déficit para economia haitiana. Ao se compararem as Tabelas 8 e 9, observamos que o mercado haitiano é mais rentável para o mercado dominicano, visto que a exportação da República Dominicana indica mais uma vez a importância da exportação dos produtos de alto nível tecnológico no crescimento econômico. Assim, a economia haitiana não tem como competir com a do vizinho visto que o Haiti não investiu na produção, tanto na produção local quanto na tecnologia para se tornar cada vez

mais produtivo para competir com o país. Há uma desigualdade econômica muito grande entre os dois países, tanto no investimento quanto na produtividade, ademais na construção de infraestrutura e também na circulação de mercadoria.

Além de levar em conta a exportação do comércio informal e o tráfico ilícito dos produtos dominicanos que cruzam a fronteira e que não estão contabilizados para os serviços alfandegários do governo haitiano, poderia ser estimada uma perda de vários milhões de dólares, como já mencionado no quadro 3. Ela consiste, sobretudo, em produtos de pequena indústria e artesanato. Essas relações de intercâmbio comercial entre os dois países que são descritas como uma atividade comercial alta e crescente, representam claramente um déficit muito grande na balança comercial com a República do Haiti, como já havia sido apontado na Tabela 4, o que leva a um forte benefício para a economia dominicana.

Com base dessa análise, podemos dizer que, a economia dominicana pode beneficiar a do Haiti ao se compararem os seguintes dados já expostos para a compreensão da dinâmica das duas economias em um contexto marcado pela integração regional, com a problemática levando a estabelecer duas características distintas: a) o aperfeiçoamento do *status quo*, de forma que a economia haitiana representa um peso para a República Dominicana; b) uma reorganização econômica que pode ser focada em seu potencial para permitir a formação de um parceiro comercial dinâmico na região.

Porém, esse estado da economia mostra-se um reflexo das inanidades crescentes entre ambas as economias, consequência de escolhas completamente distintas e também da incapacidade da economia de oferecer ou preconizar os sistemas de evolução ou crescimento apropriados entre as duas economias insulares. Assim, no item 2.2.3.1 destaca-se como ocorrem as circulações e relações comerciais de importações e exportações entre o Haiti e a República Dominicana via portos fronteiriços.

2.2.3.1. Fluxos de importações e exportações nos postos de fronteiras

A análise da dinâmica econômica das relações comerciais entre o Haiti e a República Dominicana que transitam por meio dos postos fronteiriços, no estudo de Machado (2005), o domínio e a expansão de redes de intercâmbio e de poder de Estados, de organizações ou empresas inferem um processo de integração de espaços políticos ou simbólicos e econômicos, que de fato, não exclusivamente do espaço geográfico no contexto de incorporação de territórios que cabem a outros Estados. Isso posto que a estabilidade, ou

seja, econômica ou política é destinada como eventualidade, não como caracterização e definição.

Para Machado (2005), essas condições de instabilidade e não de estabilidade descrevem o sistema interestatal, uma etimologia da propriedade de ser um sistema aberto que está sujeito às modificações das redes de intercâmbio e subordina-se os conflitos de interesse entre seus objetos e os seus estados nacionais de manter as desigualdades de relações.

Em consequência disso, essas novas relações e dinâmicas comerciais estabelecem nas áreas de fronteiras aperfeiçoam a balança comercial dominicana, ao facilitar ao crescimento de exportações dos produtos, e se tornam a economia dominicana mais propícia para grandes variedades de bens que transitam para o mercado haitiano. Tendo em visto que uma quantidade imensurável de produtos dominicanos é exportada para o Haiti.

Assim, esse dinamismo econômico construído na área de fronteira dominicano-haitiano persuadindo pelo crescimento do comércio binacional de dois Estados. Portanto, esse comércio bilateral leva a uma valorização econômica e estratégica do território que se estende a todas as escalas geográficas, do lugar, de fronteira e do país, no qual segundo Becker (1995), sob domínio dos principais agentes financeiros e econômicos que são anexadas/inseridas fortes particularizações nos territórios nacionais e acaba prejudicando ou fortalecendo o poder do Estado na gestão da área de fronteira.

No âmbito de promover uma dinâmica econômica entre os Estados, segundo Corrêa (2016), essas relações implicam algumas convergências que podem acontecer quando processos diferenciados concorrem para formas operacionalmente de maneiras análogas e determinadas pelo mesmo arranjo espacial. Sendo que os processos de produção, as vantagens e comercialização dos produtos e seus resultantes são capazes de direcionar na esfera de arranjos econômicos muito diversificados, não obstante que as redes possuem as consequências, bem como as pessoas e fluxos (de pessoas, capital e mercadoria), que aparecem ser idênticos tanto na perspectiva funcional quanto locacional.

Porém, tais processos de convergência podem corroborar em virtude das demarcações locais e funcionais que se instituem com base dos paradigmas técnicos, espaciais e territoriais (e também através de um arranjo espacial construído) (CORRÊA, 2016). No que concerne os arranjos espaciais constituídos, são geralmente concebidos por pontos que se ligam sem descontinuidade, com base dos parâmetros internos de organização, tendo como relação o próprio meio apropriado a partir de solidariedade entre os agentes, gerando um cotidiano da contiguidade, estas são as horizontalidades (os processos diretos da

produção) e verticalidades (os processos de circulação). Verticalidades e horizontalidades nos outorgam se relacionar o território em toda sua complexidade, incluindo todos os agentes em todas as escalas que estão presentes de um dado território (SANTOS, 1994; CATAIA, 2013).

Ao referir à questão de organização territorial e espacial, Ribeiro (2004) informa que existe um estratagema quando interpretar a regionalização como fato e também como ferramenta. Isso pode acontecer na medida em que há um aumento da flexibilidade e da influência da ação instrumental na formulação da questão regional e se houver uma transformação significativa nos arranjos institucionais responsáveis pela regionalização, que, portanto, pode levar a uma intensificação das ligações entre a economia, território e política em diversas modalidades de territorialização da ação social.

Assim, a circulação, que pode gerar as transformações da economia, fragmenta-se em duas características ou/e fundamentos; em primeiro lugar, ela determina uma ordem política que é representada pelo deslocamento de homens, exércitos e ideias e, em segundo lugar, uma ordem econômica, representada pelo fluxo de deslocamento de mercadorias, capitais, técnicas e mercados. Porém, essa estrutura meticulosa leva a uma diferenciação entre as forças do mercado global, desorganizadoras de vida, de relações e as forças de reflexões veiculadas pela altermundialização, que podem cooperar para uma construção progressista dos lugares e a evolução das relações comerciais construídas/mantidas entre os dois países (GOTTMANN, 1952; CATAIA, 2010).

Com base dessa análise, pode-se observar que o *corredor transfronteiriço* (FÉLIX, 1997) refere-se aos eixos que são basicamente representados em número de quatro – que atravessam a fronteira, por meio dos quais circulam, de maneira regular e em quantidades significativas, mercadorias, pessoas, dinheiro e informações e dentro de cada corredor existe ao menos uma cidade que predomina na concentração das atividades econômicas na região de fronteiras.

Nesses grandes eixos, em razão da presença de alfândegas, o fluxo de mercadorias tende a ser identificado com o legal e o lícito, mas não é, certamente, exclusivo. Devido às crescentes trocas e articulações, a região fronteira de Quisqueya apalpa/ toca com um dinamismo apreciado. Embora os vilarejos fronteiros polarizaram o tropo da fronteira internacional e, também agem como pontos, livrando-se de ferimentos sofridos há muito tempo e fundindo a ilha como um organismo comercial e de troca.

Entre os dois países, reconhecemos quatro grandes corredores: a) mais ao sul encontramos o corredor que conecta com as menores distâncias as duas capitais, e na fronteira coloca em contato as cidades de Fonds-Parisien (Haiti) e Jimaní (República Dominicana), e é

por esse eixo que se calcula do Centre de Facilitation des Investissements circula 40% de todas as mercadorias registradas no comércio internacional entre os dois países; b) o segundo corredor em importância de tráfego, conecta as duas segundas cidades mais importantes de cada país, Cabo Haitiano (Haiti) e Santiago (República Dominicana) e que tem as cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). Nesse eixo transita 30 % do total de mercadorias formais, mas, ao mesmo tempo, o corredor abriga a maior feira transfronteiriça urbana, localizada em Dajabón; c) o terceiro corredor, quanto aos volumes de tráfego (em torno de 25%), é o que conecta o eixo urbano de San Juan de la Maguana, passando por Comendador, do lado dominicano, a Belladère (as cidades limítrofes) e Mirebalais e chegando em Porto Príncipe do lado haitiano; d) finalmente, o corredor que enlaça as cidades de Barahona com o sul do Haiti (fluxo em torno de 5%), e que tem as cidades de Pedernales e Anse-a-Pitre (CFI, 2016) como confrontantes²³.

Assim, segundo dados do CFI (2016), têm-se os seguintes fluxos de exportações para o Haiti de acordo com os diversos portos de saída da República Dominicana, na Tabela 10, referentes a 2014.

²³ É Comum do lado dominicano a referência à “ciudades bisagras” e do lado haitiano a referência a “villes-doublons” em referência ao que chamamos de “cidades-gêmeas”.

Tabela 10. Exportações para o Haiti conforme os portos de saída República Dominicana (2014)

Via	Pontos de Saída	Valor em dólares	% de exportações
Terrestre	Jimaní	565.500.170	53,9
	Dajabón	251.204.599	24,0
	Elias Pinãs	78.028.786	7,4
	Pedernales	9.714.492	0,9
	Total transporte Terrestre (Formal)	904.448.047	86,2
Aérea	Aéroport International de Las Américas, José Francisco Peña Gómez (SDQ), Santo Domingo	249.037	0,0
	Aeroporto Internacional de Cibao	39.140	0,0
	Aeroporto Internacional La Isabela, Dr. Joaquín Balaguer (JBQ), Santo Domingo Norte	12.673	0,0
	Total Transporte aérea (Formal)	300.850	0,0
Marítima	Barahona	109.509	0,0
	Cabo Rojo, Pedernales	751.000	0,1
	Haina Ocidental	96.477	0,0
	Haina Oriental	116.020.585	11,1
	Multimodal Caucedo	118.311	0,0
	San Pedro de Macorís	26.794.072	2,6
	Puerta Plata	35.704	0,0
	Santo Domingo	131.231	0,0
Dados não constados	Total Transport Maritime (Formel)	144.056.889	13,7
	Dados não disponíveis	374.400.045	36
	Total de importações registradas	1.423.205.831	136
	Total dos dados “não disponíveis”	1.048.805.786	100

Fonte: Centre de Facilitation des Investissements, CFI (2016). Dados adaptados pelo autor.

No caso da importação e exportação do comércio estabelece entre os dois Estados insulares entram para os diferentes portos de entradas e saídas das mercadorias, acirra-se a dinâmica de mercado estipulada pela globalização que, reproduz-se nas práticas as incorporações dos mercados, e a economia como principal consequência, se for referir os dados do *Centre de Facilitation des Investissements* (CFI, 2016) ao comparar os fluxos de exportações para o Haiti de acordo com os diversos portos de saída da República Dominicana.

Em relação aos fluxos de mercadorias declarados pela fronteira dominicana, a grande parte delas que cruza a fronteira por via terrestre, equivalem a US\$ 904 milhões (86%), por via marítima de US\$ 144 milhões (14%) e apenas US\$ 301.000 (0,03%) por via

aérea. Além dos comércios que não estão declarados pelos serviços alfandegários, referindo-se como dados que não estão disponíveis para os pontos de saída gerados pela calibração do Ofício Nacional de Estatística (ONE) da República Dominicana, que representam US\$ 374 milhões (36% do comércio relatado). Conforme observado nas relações de trocas do comércio entre os dois países, não há portos de saída oficiais específicos de mercadorias, mas é possível considerar que os fluxos de comércios ou de mercadorias informais atravessem as fronteiras por via terrestre.

Já que nas alfândegas haitianas, os dados do comércio formal dispõem um paradigma análogo, com um valor acerca de 75% do total das importações passando por via terrestre, 24% por via marítima e 0,2% por via aérea. Assim, pelos dados do comércio informal, com os principais produtos e fluxos de dinheiros que cruzam a fronteira sem registrados no lado do Haiti, mas movendo a economia nacional. Conforme observa-se na Tabela 11 que indica os fluxos de importações por diversos pontos de entrada por meio da República Dominicana.

Tabela 11. Importações do Haiti por pontos de entrada dos produtos vindos da República Dominicana (2014)

Via	Pontos de entrada	Valor em dólares	% de importações
Terrestre	Alfândega de Belladère	18.058.915	5,1
	Alfândega de Ouanaminthe	19.726.862	5,6
	Alfândega de Malpasse	226.525.327	64,5
	Subtotal	264.311.104	75,2
Aérea	Alfândega de aeroporto de Porto Príncipe	608.372	0,2
	Subtotal	608.372	0,2
Marítima	Alfândega de Porto Príncipe	86.552.961	24,6
	Subtotal	86.552.961	24,6
Total	Total de importações registradas	351.472.436	100

Fonte: CFI (2016). Dados adaptados pelo autor.

Em relação aos dados da exportação da República Dominicana e aos da importação do comércio do Haiti via os portos fronteiriços, conforme mencionado ao relatório de *Centre de Facilitation des Investissements de 2016*, percebe-se que o Haiti registrou 29% das mercadorias do que são declaradas na República Dominicana para as importações terrestres. Assim, as importações marítimas representam a cerca de 60%, e 200% de

importações por via aérea. Não obstante os valores apresentados serem baixos, representam de um valor cerca de US\$ 300.000 a US\$ 600.000 por importações por via aérea.

Nesse contexto, é pouco provável comparar dois países em relação de fluxos do comércio. Assim, não é surpresa que as taxas de recuperação das importações por via terrestre sejam mais baixas, visto que um meio onde as grandes partes aos fluxos de comércios informais entram no território haitiano e é também nesses portos onde acontecem a maior fraude fiscal aduaneira.

Levando-se em conta o que foi observado no relatório de *Centre de Facilitation des Investissements de 2016*, esses principais portos de entradas de fluxos de mercadoria no Haiti, cujos portos fronteiriços de Anse-à-Pitre-Pedernales são considerados como uma área remota com rede rodoviária em mau estado, cruzou menos de US\$ 10 milhões, porém, não há relatório alfandegário sobre o fluxo de mercadoria que transita nessa faixa de fronteira visto que esta estância aduaneira ainda não está informatizada. Percebe-se que grande parte das exportações marítimas da República Dominicana provém do porto de Haina Oriental (US\$ 116 milhões), perto do Santo Domingo. Os US\$ 26 milhões de exportações deixam San Pedro de Macoris no Sudeste. Portanto, os US\$ 86 milhões (60%) do total estão registrados no porto da alfândega de Porto Príncipe.

Nesse contexto, Estados abrem a concepção da territorialidade nacional ao reforçar a unidade geográfica do território da ilha. Portanto, essas atividades estabelecidas permitem a evoluir a realidade da fronteira como um perigo por meio de uma promessa econômica. Essa vantagem e equilíbrio voltam a empilhar em favor da República Dominicana devido à fraqueza estrutural e logística do território haitiano; além disso, os pontos de acesso para transporte de mercadorias nas fronteiras são porosos. Esses mercados binacionais negociam desproporcionalmente os bens materiais e imateriais dominicanos. Outro ponto culminante, houve um desequilíbrio geográfico que é evidente entre os dois Estados, resultante a uma interdependência que relevante para a mutualidade, que torna ainda bem mais desigual entre ambos os países.

Nessa perspectiva, a ligação interestatal nas cidades precitadas permite o estabelecimento de um processo de acumulação de capital na dinamização de intercâmbio. Essa evolução mais recente dessas vinculações propõe que o poder regulador e organizador dos Estados nacionais está praticamente aniquilado, tanto na parte interior como na de fora de cada Estado, devido à complexidade, à dimensão dos intercâmbios e ao comércio não estatais. Pessoas, comunidades, redes de informação, organizações, redes de solidariedade e corporações fundadas nos interesses diferenciados estabelecem-se em uma escala global de

estrutura mais complexa de ser manejada e que, ao mesmo tempo, é fiscalizada pelo Estado (MACHADO, 2005).

Com base da fiscalização dos intercâmbios comerciais que cruzam as redes transfronteiriças do Haiti e da República Dominicana, Raffestin (1993) faz lembrar que as relações de poder se representam por malhas, redes e centralidades, as quais constituem naturezas constantes do poder. Portanto, a rede é moldável, oscilante e inacabada. É ferramenta de poder e representa a cena do poder dos agentes poderosos. Ela se adapta às variações espaciais e temporais, sendo assim, instrumento ideal do poder. Segundo o autor, a rede não é um organismo vivo, nem se constitui fortuitamente. Assim, as redes devem ser decifradas por meio de seus territórios, de sua história, de seus modos de produção e suas técnicas (concedidas nos corredores fronteiriços de dois países).

Os outros dois corredores da fronteira do Haiti e da República Dominicana, de menor importância em fluxos e redes, não apresentam na fronteira cidades de maior aspecto e com intercâmbios intensos; permanecem com pequenas feiras onde são realizadas trocas de produtos de pequenas propriedades camponesas e com menor intensidade de comunicações entre a fronteira e seus respectivos países, principalmente em razão das condições de trânsito e de circulação por via terrestre.

Em decorrência de todos os aspectos mencionados, pode se destacar que a prática das relações entre as duas forças econômicas estabelecidas na ilha, a economia haitiana torna-se cada vez mais dependente em relação à economia dominicana, além disso, ao possuir interdependência e complementariedade entre ambas, pode ser construída uma estratégia e política de ganha-ganha. Apesar de que a economia haitiana se encontra em forte fragmentação, e também há grande desafio em sua estrutura informal, que poderia contribuir e ceder toda uma gama de produtos ao mercado dominicano, apesar das reduções e as barreiras tarifárias.

Além da percepção trivial da vida cotidiana da área de fronteira dominicano-haitiana, a qual mantém, ainda, as dinâmicas do comércio entre as duas economias por meio da fronteira. Em relação aos dados estatísticos analisados em termos de trocas de atividades comerciais prejudiciais para a economia haitiana, é relevante enfatizar que o comércio informal teve um peso muito significativo e, no entanto, pelo motivo que no território haitiano, essa dinâmica comercial é efetuada especificamente, sem nenhuma supervisão concreta, por pequenos comerciantes e agricultores, que, portanto, possuem um papel crucial para a economia interna. Inicialmente, essas condições não possuem muito benefício para aos

camponeses haitianos, os quais, entretanto, se posicionam no mercado da República Dominicana, e atendem à demanda através de um conjunto de produtos.

No entanto, por parte da República Dominicana, há uma série de medidas que se destinam a auxiliar os pequenos comerciantes e empreendedores para que sejam capazes de auferir/receber melhores rendimentos possíveis no mercado desse país visto que isto é uma ferramenta importante para integrar os pequenos comerciantes e dá acesso para fortalecer e contribuir no crescimento da economia dominicana.

Dado exposto o caso das relações intercambiais comerciais para a República Dominicana, o Haiti foi considerado como um grande mercado e também uma fonte de matéria-prima para a manutenção de certos setores agroindustriais. Além do mais, percebe-se que há importação pela República Dominicana de alguns produtos do Haiti em quantidade considerável, mas essas fazem pressão sobre os preços dos produtos domésticos dominicanos, e também fortalecendo as exportações intercambiais de seus produtos para os mercados externos, principalmente, os Estados Unidos.

Nessa perspectiva, podemos constatar que havia uma lógica de interdependência entre as duas economias insulares, na medida em que os comerciantes haitianos ou camponeses chegam sem as fiscalizações ao mercado dominicano por seus próprios meios, e, sobretudo no mercado transfronteiriço, mesmo que levem a encarar todo um conjunto de constrangimentos vinculados com o monitoramento da área de fronteira pelos soldados dominicanos, como já mencionado no tópico 1.3.

Dessa forma, é de soma importância ressaltar que as origens/princípios de interdependência estão vigentes entre os dois países, visto que o mercado e a agricultura do Haiti possuem uma capacidade que não é explorada e com a falta do investimento do governo; outro fato a ser destacado é, as incorporações da economia dominicana em alguns mercados, que concedem uma possibilidade para os dois Estados. Em virtude de todos os aspectos mencionados, esses fundamentos de subordinações e de complementaridades das relações comerciais entre o Haiti e a República Dominicana, requerem direito a ser aproveitado numa lógica de interdependência numa conjuntura de integração regional entre os dois países.

CAPÍTULO 3

MERCADO TRANSFRONTEIRIÇO E INTERAÇÕES ESPACIAIS NAS CIDADES DE OUANAMINTHE E DAJABÓN

A circulação é entendida como imagem do poder, a qual se torna perceptível através dos fluxos de pessoas e de capitais, de bens materiais e imateriais e de suas infraestruturas. Nesta esfera, a circulação e a comunicação são complementares. Portanto, a circulação do dinheiro por meio das redes financeiras nos corredores fronteiriços mostra a íntima articulação entre circulação (comerciais e econômicas) e comunicação (RAFFESTIN, 1993). Porém, tal circulação nos corredores fronteiriços passa a simular o comportamento dos atores econômicos (consumidores, empresas e governo) e suas interações nos diversos mercados por meio das transações econômicas comuns nas populações das cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana).

Com essa sistematização, verificam-se as implicações coerentes de diversas transformações na esfera econômica das cidades-gêmeas, principalmente em Ouanaminthe, sendo, então, válidas para o entendimento de acontecimentos que influenciam diversos setores comerciais e consumidores nas regiões de fronteira concomitantemente e para a proeminência de repercussões de fenômenos diversos nas áreas urbanas.

As diferentes corporações vinculadas ao livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais construídas nas fronteiras geram emprego e atingem uma parte da população por meio de investimentos. Tal fato pode levar ao fortalecimento da economia por trazer uma satisfação da população regional do ponto de vista da criação de empregos, permitindo maior fluxo e circulação de pessoas nas áreas de fronteira. Nessa perspectiva, a maioria das pesquisas mostra que as atividades da zona franca são muito deficientes na atribuição de alcançar causalidade na produção de dados, quer dizer, não possibilitam concluir que a chegada da zona franca de CODEVI garantiu impactos socioeconômicos nas regiões, fortalecendo a construção de redes de circulação de mercadoria nas regiões transfronteiras.

Além disso, podemos observar de que maneira o Estado estrutura a vida social dos cidadãos fronteiriços e faz com que a cidade se torne um lugar mais acessível e flexível para a sociedade, permitindo que se encontrem soluções para os inúmeros problemas relacionados às atividades econômicas que aparecem no domínio via estabelecimento da zona franca na fronteira, principalmente em Ouanaminthe. Ao se investigar também como a implementação da CODEVI na região de fronteira contribui para a reconfiguração territorial através das

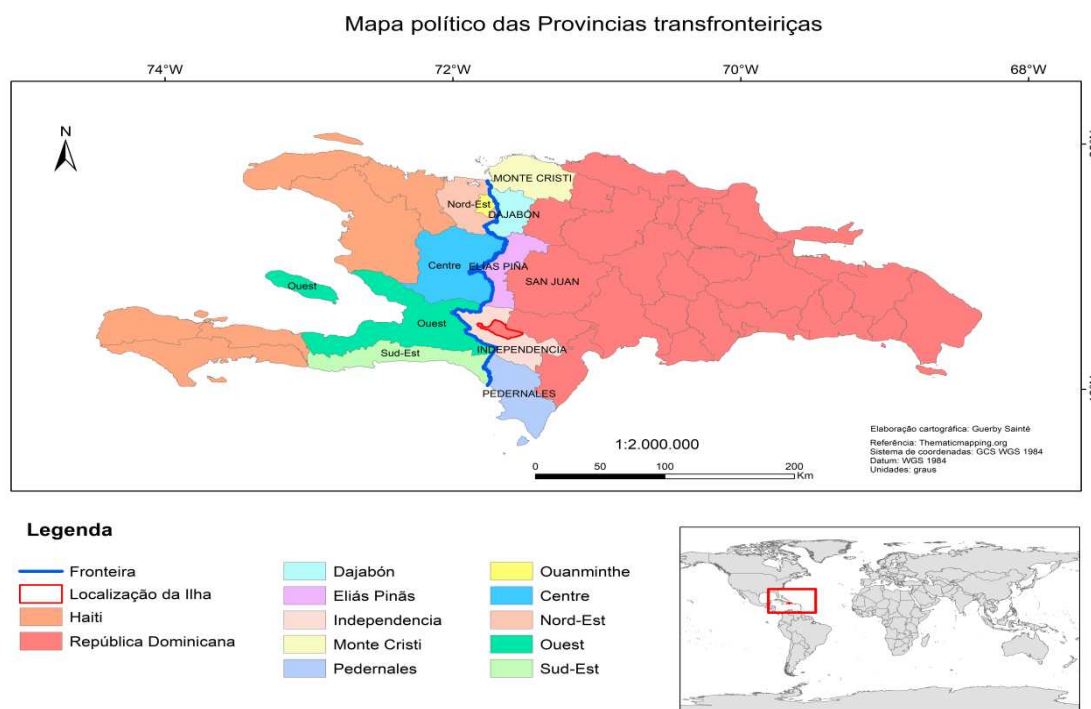
interações espaciais, também se revitaliza a visão da geografia ao trazer uma maior relevância ao território por meio da dinâmica de usos de circuitos da economia urbana ligados ao processo de desenvolvimento da economia de Ouanaminthe, impactando a evolução comercial com o mercado binacional, o que será discutido mais adiante.

3.1. Interações espaciais nos circuitos econômicos das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón

As regiões de fronteira historicamente se constituem como um lugar que separa as formações socioeconômicas e espaciais; cada uma tem sua própria dinâmica e estrutura, embora ambas estejam relacionadas, e as diferenças estruturais se manifestam nos espaços transfronteiriços. Portanto, essa fronteira passou a ser uma zona de transição, onde se sobrepõem dois ou mais Estados-Nação. Essa linha de demarcação dissocia drasticamente as sociedades, mercados, regulações e soberania (ALFONSO, 2010).

Além disso, essas faixas de fronteira são geralmente compostas pelas faixas territoriais, representadas de cada lado dos limites internacionais, que são geralmente definidas pelas interações, constituem um meio geográfico particular de fronteira, exclusivamente nítido na escala local, regional e nacional de interações transfronteiriças. Essa zona estabelece uma rede que liga os territórios. Isso implica, antes de tudo, compreender as redes e as interações locais (CORRÊA, 1997). É de suma importância de se entender as interações espaciais no âmbito das redes, visto que, é por meio de redes geográficas, quer dizer, localizações vinculadas entre si por vias e por diversos tipos de fluxos. Tal categoria, se trata de uma cidade na fronteira política, e em particular, das cidades gêmeas, implicando múltiplas entradas e constantes relações políticas bilaterais, diferindo os principais municípios transfronteiriços, conforme mencionado no Mapa 4.

Mapa 4. Províncias fronteiriças entre Haiti e República Dominicana (2019)



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicpping (2019).

Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Essa rede e as interações dos lugares (fronteiriços) estabelecidas é um fator essencial para facilitar o deslocamento das pessoas e os fluxos de produção de uma determinada área. Santos (2008) trata-se disso como um componente ativo na expansão da divisão territorial do trabalho que aumenta a circulação e a reprodução das informações estratégicas para além dos centros de gestão do território, criando uma rede de trabalho informacional que sustenta novas atividades e conteúdos urbanos diferenciados. Posto isso, Moudden (2006) aponta que a fronteira se forma de uma parte da cidade de fronteira. Esta se refere a uma cidade-gêmea, que fica ao lado da fronteira e também mantém um relacionamento de trabalho com ela. Tal cidade constitui-se como “cidades-gêmeas” ou “cidades transfronteiriças”, que se localizam dentro de territórios nacionais.

Como já mencionado no capítulo 1, a fronteira é fixa enquanto há uma linha de separação entre os sistemas de políticas soberanas, acompanhada de uma função de controle, costumes e de função fiscal. Essa demarcação estabelecida é fase histórica da construção da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos modelos tradicionais de teoria dos comércios entre nações, entre empresas e nações pertencentes a diferentes sistemas políticos e econômicos. Porém, a realidade da fronteira do Estado-nação produz modelos diferentes,

dependendo da combinação de interesses nacionais e sua justaposição com os interesses dos Estados e Estados vizinhos (ANCEL, 1938; RAFFESTIN, 1974; FOUCHER, 2007).

Dessa forma, as normas fiscais permitem que o Estado cobre os impostos sobre transações comerciais e também fature vistos para a movimentação de pessoas na fronteira. Essas dimensões da economia sem fronteiras visam geralmente ao campo econômico, cortam os limites tarifários ou não, entressa a um mercado espontâneo por causa dos custos adicionais que eles impõem às mercadorias (FOUCHER, 1991). Devido à forte conotação de delimitação ligada à noção de território e ao uso deste termo no contexto da definição do território nacional, particularmente presente no nosso estudo da fronteira, estamos lidando com uma fronteira nacional, optamos por usar o termo “espaço” para nos referir a outras entidades espaciais que não são o território nacional, particularmente aquelas que desempenham uma dimensão transfronteiriça.

Com a adoção do NAFTA²⁴ (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) entre o México e os Estados Unidos, que entrou em vigor a partir do ano de 1994, essa ocorrência foi colocada em ação por meio da presença de sistemas produtivos transfronteiriços resultantes do desenvolvimento industrial das cidades fronteiriças que têm por trás os agentes econômicos, políticos, sociais e culturais de dois lados da fronteira que asseguram relações estreitas cujas características são particulares à proximidade territorial e conjuntura da fronteira. Em relação às atividades econômicas e industriais nos países subdesenvolvidos, ao se considerar a conjuntura das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, Santos (1978) indica que a organização do espaço e suas particularidades nos países subdesenvolvidos caracteriza-se pelo fato de se estruturarem e reorganizarem em função de interesses distantes, em que as forças de modernização impostas se comportam de maneira seletiva. Trata-se de uma história espacial seletiva.

Em consequência de diversas instabilidades socioeconômicas e políticas que resultam na organização e interação espacial do território haitiano, de acordo com Santos (1978) foram evidenciadas pelas diversificações espaciais e sociais que se representam em todos os níveis de escala nacional e internacional, visto que a produção tende a se concentrar

²⁴ O surgimento do NAFTA é o resultado da mudança de perspectiva comercial dos Estados Unidos. No ano de 1985, este país constituiu uma área de livre-comércio com Israel. No ano de 1988, foi assinado o Acordo de Livre-Comércio entre os Estados Unidos e Canadá (CUSFTA), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1989. Assim, o NAFTA foi assinado por três países, especialmente, Canadá, Estados Unidos e México em 17 de dezembro de 1992, e foi aprovado em novembro de 1993; e passou a vigorar em primeiro de dezembro de 1994. O acordo teve como objetivo estabelecer uma área de livre comércio, ao longo de um período de 15 anos, a começar em janeiro de 1994, mediante progressiva eliminação das barreiras tarifárias entre os três países (ROCHA, 2004). Disponível em: “<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9802/1/20075886.pdf>”. Acesso em: 24 de abril de 2020.

de modo seletivo, privilegiando alguns espaços e agindo como um freio para os demais. Criam-se, assim, o que Santos compreende como dois circuitos econômicos, dois subsistemas, de circuito superior e de circuito inferior.

Santos (2004) continua a dizer que, a partir das diversidades de consumo, podemos observar que as atividades no circuito superior são instituídas pelos bancos, comércio, indústria urbana moderna, serviços modernos, indústria de exportação, transportadores e atacadistas. Já o circuito inferior é formado particularmente por formas de fabricação não capital intensivo, pelos serviços não modernos providenciados a varejo e pelo comércio de pequena dimensão e não moderno. Em virtude disso, Silveira (2004) aponta que a cidade ainda não é exclusivamente lugar do circuito superior, mas também do trabalho não especializado, das produções e serviços banais, das ações vinculadas aos consumos populares. Por outro lado, os circuitos inferior e superior marginal, nos dias atuais, encontram maior desenvolvimento. Ela ainda acrescenta que os circuitos da economia urbana são vasos comunicantes, pois ambos são um resultado da modernização e encontram, atualmente, as condições de sua reprodução.

Nessa perspectiva, Santos (2003) elenca também que a apreensão dos circuitos da economia urbana nos países pobres pode ser caracterizada nos dois circuitos (superior e inferior). Em primeiro lugar, o circuito superior seria “resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações acontece fora da cidade e da área que a circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional e internacional”. E o segundo, o circuito inferior, é, portanto, caracterizado por atividades em pequena escala e especialmente ligado à população pobre que tem relações privilegiadas com sua região. Sendo assim, isto pode ser analisado nas cidades gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

No caso do Haiti e da República Dominicana, principalmente nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón, a fronteira apresenta suas próprias particularidades através do comércio estabelecido entre as duas populações, e também pela fluidez de mercadorias formais e informais e de pessoas que são consideradas como definidores desse espaço transfronteiriço. Em relação a isso, a teoria de dois circuitos da economia urbana passa a evidenciar a singularidade da urbanização nos países do Terceiro Mundo e constituir caminhos analíticos sobre o desempenho/atividade das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, notadamente indicando as atividades econômicas que são geradas tendo em vista a produção de rendimento e de trabalho por parte das populações que não são inseridas pelos circuitos produtivos avançados tecnologicamente.

Nota-se que, como as cidades são consideradas como uma totalidade una e fragmentada, podem ser analisadas a partir dos circuitos da economia urbana, mas a explicação não se encontra na malha urbana, visto que o circuito superior constrói seu poder organizando o território nacional, com altos desempenhos, graças às verticalidades técnicas e ao papel do poder público (SILVEIRA, 2011). Portanto, os circuitos da economia urbana mantêm uma relação indissociável e diferenciam-se particularmente pelas diferenças no uso dos capitais, da tecnologia e da estruturação das atividades econômicas (SILVEIRA, 2011; CATAIA; SILVA, 2013) das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

Além das atividades econômicas, a noção de zona de fronteira se evidencia por interações que, embora internacionais, constituem um meio geográfico próprio de fronteira, só acessível na escala local e regional. Portanto, o componente geográfico que melhor diferencia a zona de fronteira é aquele composto pelas cidades-gêmeas (MACHADO, 2005). Por esse ângulo, as regiões fronteiriças, designadamente aquelas construídas por cidades gêmeas, são lugares que não são constituídos exclusivamente pela racionalidade funcional e econômica, eles estão conduzidos de lógica para aqueles que os frequentam e que os vivem (CLAVAL, 2007) nas proximidades da fronteira ao exercer as atividades econômicas entre si.

Com base na organização das atividades econômicas estabelecidas nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, como pontua Silveira (2011), um circuito não pode ser explicado sem o outro. Portanto, o limite entre os circuitos (superior e inferior) é relacional, porém o circuito inferior é determinado pela dependência e pela subordinação ao circuito superior, que se transforma em um limite. Assim, a inserção de componentes modernos por intermédio do circuito superior pode ser redefinida ao valor dos capitais, que já insere a localização das tecnologias e das organizações do resto dos agentes que foram instituídos nas cidades.

Observa-se que, a partir desta abordagem dos dois circuitos da economia urbana estabelecida na análise da fronteira, tanto o território quanto espaço, tanto o Estado quanto as grandes corporações que se estabelecem na fronteira se comportam como agentes agregadores do poder. Portanto, a análise não pode deixar de empreender um reforço nas relações socioespaciais e políticas que definem a competição, as distinções e as coincidências entre os dois lados da fronteira. Nesse contexto, a fronteira é determinada por um receio em relação à força do trabalho, daí o interesse deste pelas lutas ligadas às fronteiras e à produção da subjetividade pelas pessoas (MEZZADRA, 2016). Nesse sentido, estão presentes as tensões e os conflitos através das experiências dos fluxos de comércio transfronteiriço e de troca de mercadoria entre os dois Estados.

Ainda percebendo o espaço geográfico que se posiciona como expansão do mundo da mercadoria, foi determinado como mediador de processo de acumulação capitalista em que o espaço urbano, terra, força de trabalho e tudo o que pode ser mercantilizado na esfera terrestre contribui para sustentar tal acumulação (CARLOS, 2011). No entendimento de Rochefort (1998), o espaço urbano decorre de muitos fatores que tendem a fragmentar as metrópoles. Esses fatores podem ser observados nas grandes cidades dos países desenvolvidos tanto quanto nos considerados subdesenvolvidos (como no caso das cidades de Ouanaminthe e Dajabón).

Rochefort (1998) compreende que, nos países subdesenvolvidos, a exacerbação das desigualdades sociais e a amplitude da massa das populações de baixa renda separam, de modo acentuado, as cidades entre ricos e pobres. Além disso, ao se observarem os países subdesenvolvidos, as oposições são mais fortes. São os fenômenos de exclusão manifestados com mais intensidade ainda por meio de rendas modestas em espaços delimitados e afastados, tanto no centro da cidade quanto nos núcleos de polarização, que provocam, em torno de si, renovação, criação e a formação das zonas de residência de alta qualidade. Em relação à acumulação capitalista, como diria David Harvey (2016), em *“Dezessete contradições e o fim do capitalismo”*, a força de trabalho é considerada como uma mercadoria e, por esse motivo, detém uma potencialidade específica, a de gerar mais valor no processo de produção e reprodução do que aquele requerido para sua reprodução e aquisição do espaço.

Dessa forma, diz respeito às atividades da sociedade redefinidas a cada momento, que permitem a existência e a reprodução social entre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón. Entende-se, ainda, segundo Corrêa (1989), que a caracterização de circuito espacial de produção constitui-se a essência da circulação de mercadoria na ligação das diferentes etapas da produção, também acarretando na condição do espaço como elemento ativo da reprodução social, focalizando na atividade produtiva prevalecente.

Além disso, na ideia de circuito de produção, de distribuição e de troca, a produção não se limitaria ao ato produtivo em si, mas também é determinada pela circulação de mercadoria, uma vez que a produção chega ao consumo final, situação em que se realiza a apropriação do excedente.

Ao se referirem à existência e à reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares por meio das necessidades historicamente identificadas. Em relação às transformações, as interações espaciais caracterizam-se por assimetria, reflexo por relações que, de fato, tendem a favorecer um lugar em detrimento de um outro, exacerbando ainda mais as diferenças já efetivas, o que se refere à transformação dos lugares (CORRÊA, 1997).

Há uma assimetria entre as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Tais assimetrias podem ser explicadas por meio do grau de divergências econômicas e sociopolíticas estabelecidas e podem ser explicadas por meio do grau de desenvolvimento socioeconômico e político dos dois Estados, além da formação social, das dinâmicas estabelecidas na construção social e de economia local/regional da população transfronteiriça.

Além disso, estas diferenças manifestam-se através do espaço-rede-regional-nacional, o que se percebe nas condições espaciais e estruturais das populações marcadas pela ausência de infraestrutura e de conexão entre as acumulações vizinhas. As vinculações políticas entre as unidades administrativas locais, regionais e o governo central são os motivos predominantes que influenciam a transformação socioeconômica por meio de dois circuitos da economia urbana nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Assim, discutiremos as questões dos corredores transfronteiriços e da rede de circulação de mercadoria entre os dois países no item 3.2.

3.2. Corredores transfronteiriços e rede de circulação de mercadorias nas cidades-gêmeas

Na dinamização dos fluxos de comércio e de estabelecimentos de trocas de mercadoria entre o Haiti e a República Dominicana, constituem-se diversas redes de corredores onde circulam as mercadorias, tanto formais como informais, principalmente entre as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Lembramos ainda a ideia de Tostes e Ferreira (2016), de que os corredores seriam determinados como as partes de estruturas de transportes, vinculando as regiões ou polos entre os quais transcorrem/sucedem, desenrolam-se pelas atividades comerciais intercâmbios de mercadorias de densidade tal que justifique a adoção de modernas tecnologias de manuseio, armazenagem e transportes, tendo em vista, principalmente, a difusão. Também requerem investimentos intensivos de capital, não obstante possibilitem diminuições significativas nos custos para as locomoções de mercadorias (entre regiões, além de impactar as diversas regiões de países).

Nesse mesmo seguimento, Tostes e Ferreira (2016) apontam que o corredor se baseia na articulação de investimentos em transportes com aqueles efetuados nas atividades dinâmicas que determinam seus serviços. No entanto, os princípios de estruturas operacionais agregados entre duas ou de diversas formas de transporte com os portos, os centros de vantagem dos produtos primários, organização industrial e/ou com as centrais de

abastecimento metropolitano possibilitam ponderar a circulação dos fluxos maciços de mercadorias (em diferentes cidades-gêmeas de dois países).

Nesta perspectiva, revela-se a possibilidade de mudança concreta por meio da construção de corredores entre as duas principais regiões econômicas vinculadas à área de fronteira de dois países, especialmente as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. No plano de análise, é uma contribuição evidente para o entendimento da real circulação de mercadoria nos corredores fronteiriços entre Haiti e República Dominicana.

A partir dos estudos de fronteira que revelam a circulação de comércio e de mercadoria entre as diferentes regiões fronteiriças entre dois países, Wesley (2012) aponta que os corredores transfronteiriços são espaços de natureza diversificada e de particularidades multifacetadas, relacionados a ambientes enigmáticos e portos, em tempos definidos por militarismos e nacionalismos, diretamente vinculados ao fundamento da soberania territorial. No período atual, essa idealização dá lugar a espaços de contato e de articulação, interface, transição, sinergia ou comutação, de encontro e cooperação.

Com base nos acontecimentos geográficos já mencionados, Félix et al. (1997) descrevem que cada corredor fronteiriço é uma organização espacial em que as inter-relações sociais são evidenciadas entre as cidades que o constituem, assim como alguma categoria de convivência transfronteiriça. No tocante à elucidação de corredor regional usado, não se infere que exista uma interação de empresas em cada uma delas.

Nota-se ainda a profundidade de elementos da vida cotidiana dos fronteiriços e das interações de empresas em cada região de fronteira, que permitem, de fato, constituir os corredores fronteiriços entre o Haiti e a República Dominicana, que nos permitem empreender a construção de um conhecimento do espaço fronteiriço em todas as suas dimensões. Isso faz com que esse espaço conheça um desenvolvimento próprio, resultado de uma unificação de forças externas referentes a uma estrutura cujo centro encontra-se nos países-polos e de forças internas já presentes nesse espaço (principalmente nos espaços fronteiriços ou geográficos de Ouanaminthe e de Dajabón). Portanto, é concebido como resultado da diferenciação das condições de subdesenvolvimento e a originalidade dos acontecimentos para cada região, tanto nacional como internacional.

Dessa forma, Tostes e Ferreira (2016) examinam que os corredores transfronteiriços são destacados como as oportunidades do comércio internacional e suas reproduções na transformação tecnológica que definem o enquadramento da capacidade de portos (e aeroportos), da sua retaguarda de transporte para compreender a circulação intensa no território nacional. Por meio de uma concepção mais geral, representam as potencialidades

de crescimento da produção impulsionáveis num dado momento e em diferentes regiões e as possibilidades de aumento do consumo final urbano e/ou intermediário-industrial.

Segundo Tostes e Ferreira (2016), tais processos possibilitam identificar as grandes concentrações de embarque e desembarque de carga, as quais dimensionarão a capacidade do transporte linear para atendimento de circulação de mercadoria e de fluxo de pessoas mais expressivo entre as diversas regiões do país. No caso do espaço banal das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, concordamos com Silveira (2011), quando afirma que todos os agentes (econômicos) separam uma localização e um arranjo de fatores de produção importantes para produzir e consumir, apesar das acirradas diferenças no meio construído do território e na economia.

Parte da existência de interação mantida entre os corredores fronteiriços, as duas cidades, juntamente com as populações locais, compartilham as interações espaciais, de integração e de cooperação, à luz do que se nomeou de corredor transfronteiriço. Dentre os sistemas de corredores fronteiriços, Félix *et al.* (1997) ressaltam que a intensificação da atividade econômica em cada corredor passa a ser efetivada pela particularidade não autônoma das cidades, que requerem transações com outras cidades, e o fato de os centros urbanos mais próximos serem integrados à estrutura espacial resulta que a inter-relação mais intensa não se limita ao âmbito regional do corredor transfronteiriço. Não obstante, é necessário levar em consideração que o nível de interação e de cooperação entre cidades provém em grande parte de sua dimensão relativa, especialização em determinadas atividades comerciais, bem como custos de distância e de transportes.

A difusão das dimensões modernas praticadas nas diversas regiões fronteiriças do Haiti e da República Dominicana, tanto em escala nacional quanto urbana, refere-se à construção do mercado fronteiro compartilhado pelas populações, permitindo a circulação dos fluxos e trocas de comércio, tanto formal e informal entre os sujeitos fronteiriços. Ademais, dinamizam os produtos alimentícios pelas diversas regiões do país (circuito inferior da economia urbana) e também a Zona Franca, especializada na produção têxtil para mercadoria nacional e internacional (roupas, jeans), pelas atividades do circuito superior da economia urbana, instaladas no município de Ouanaminthe, cidade limítrofe com a de Dajabón.

Tal disseminação das variáveis modernas da economia construída nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, principalmente a indústria de produção têxtil e o mercado fronteiro ligado à atividade econômica na fronteira. Desse modo, Silveira (2011) aponta que tais atividades econômicas modernas permitem ampliar e concentrar a divisão

territorial de trabalho e suas estruturas de cooperação. Entretanto, consequentemente, desvaloriza boa parte do trabalho por efeito de crescimentos do consumo e da complexidade das atividades relacionadas à tecnificação, à financialização, à normatização, surgindo uma parte marginal do circuito superior.

Nesse contexto, é relevante a essa economia superior, embora não realizadas pelos atores hegemônicos, atividades como alguns transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, produção de certas matérias-primas ou serviços que pertencem a empresas/instituições de capitais mais discretos, cuja comunicação com a técnica e a estrutura do circuito superior é possibilidade de existência.

Com isso, possui uma constrição das relações presentes entre o circuito superior e inferior que pode ser percebida quando os grandes e pequenos comerciantes são geralmente subordinados à técnica de aprovisionamento organizado e estruturado pelos agentes superiores da fronteira, por meio das grandes redes de atacadistas, varejistas e distribuidores de produtos alimentícios na região devido ao mercado binacional construído nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. Em relação às construções de redes comerciais construídas e de mercadorias instaladas nas cidades-gêmeas, podemos dizer que a difusão das redes estabelecidas entre os fronteiriços pode levar ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho em seus diferentes graus de eventualidade.

Conforme Corrêa (2001a), tal divisão territorial do trabalho em escala cada vez mais globalizado apenas é viável a partir de várias redes técnicas elaboradas na proeminência da expansão capitalista. Além da divisão territorial do trabalho gerada nos espaços fronteiriços de dois países, as redes construídas nas cidades-gêmeas permitiram desencadear uma grande potencialidade na articulação das ações nos diversos subespaços de fronteiras.

Com base nessa análise, Silveira (2011) propõe em *“Mercado socialmente necessário”* que tais relações de troca, de produção e de mercadoria podem possuir origens ancestrais, ainda antecedentes àquelas que incentivam ou estimulam a visão hegemônica de mercado. Em relação a essa proposta, a autora, analisando plenamente de baixo para cima, concretizado e territorializado, refere-se ao circuito inferior da economia urbana. E relaciona ainda essa conjuntura às estruturas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações e aos sistemas mais modernos que, historicamente, dispuseram da potencialidade de interagir com práticas tradicionais, como aqueles comércios onde a negociação prepondera sobre a aquisição e a destruição do outro (através do técnico-científico-informacional e da difusão da comunicação produzida pelas empresas).

Considera, ainda, Félix (1997) aponta que a difusão de comunicações e de transportes entre os corredores transfronteiriços cria uma eventualidade na espacialização de produção. No entanto, a construção de rede de transportes mais eficientes permite que as regiões não precisem produzir mais para suas próprias necessidades, os produtos podem ser produzidos em qualquer outro ponto do país. O que leva a uma possibilidade crescente das trocas, a uma intensificação de fluxo de movimento nas grandes cidades e também nas cidades médias para os devidos locais de compra e venda (SANTOS, 2004). Quanto mais uma cidade apresenta inclusão de tecnologia e ciência, o lugar passa a ter maior grau de especialização, e também passa a aumentar a qualidade, a intensidade de fluxos que saem e chegam a uma área. Isso pode levar a uma redução dos preços de transportes na medida em que se cria uma intensidade de fluxos de movimento (SANTOS, 2008) entre as redes de circulação dos comércios nos corredores transfronteiriços de dois países.

Além disso, os lugares especializados para uma demanda internacionalizada passam a destinar-se a uma tipologia limitada de atividades exigentes de infraestruturas precisas e também especializadas em formas de redes. Assim, os lugares que, de fato, aparecem mais complexos, são representados pelas grandes cidades ou metrópoles (como no caso das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, consideradas como cidade média), onde os sujeitos (fronteiriços) possibilitam a floração de uma multiplicidade de atividades (comerciais) localmente complementares nos diferentes subespaços urbanos (fronteiriços) (SANTOS, 2012).

Em relação às redes de circulação nos corredores transfronteiriços de dois Estados, aumentam-se os fluxos de pessoas e trocas de mercadoria entre os fronteiriços. Através do mercado estabelecido na fronteira, a circulação de pedestres passa a aumentar entre os corredores. De acordo com Lefèbvre (1999), essa velocidade da circulação de pedestres e caminhões passa a ser admitida, constituída e delimitada pela oportunidade de observar as vitrines, de comprar os objetos expostos (no mercado fronteiriço de Ouanaminthe e de Dajabón). Portanto, esse tempo torna-se o “tempo de mercadoria” (o que significa o tempo de compra e de venda, tempo comprado e vendido). As redes de corredores fronteiriços construídas entre os dois Estados permitem maior circulação comercial e de circuitos espaciais de produção entre os dois países.

Como efeito de especificidades dos espaços cruzados da fronteira, Haesbaert (2004) convém lembrar que é de fundamental relevância diferenciar o que qualificamos de múltiplos territoriais e de multiterritorialidade. Assim, a multiplicidade de territórios apresenta como uma exigência *sine qua non*, imprescindível, porém não é considerável para a

demonstração e exteriorização da multiplicidade. Portanto, isso pode ser extinto com a dicotomia entre a mobilidade e a fluidez. O território e a rede tencionam uma primeira diferenciação, muito crucial para o estabelecimento dos múltiplos territórios do capitalismo entre zonas-territórios, mais convencionais, e territórios-redes, que são mais dinamizados pela mobilidade e fluidez territorial.

Na busca da maior dinamização, circulação e fluidez no espaço fronteiriço, podemos entender que os territórios-redes entre o Haiti e República Dominicana passam por uma organização e reestruturação para maior circulação de produção desenvolvida pelas grandes corporações em um determinado espaço, em função de suas estratégias de ação envolvidas no território nelas concebidas. Tal intervenção nessas cidades transfronteiriças de Ouanaminthe e Dajabón não pode ser considerada exclusivamente de objetos materiais, mas também instituídas pelas ordens e normas. Nesse contexto, Santos (1977) apresenta como os fixos e fluxos, os objetos e ações em sua inerência, passando a absorver essas nomenclaturas tanto como materialidade quanto mobilidade (dos fluxos de mercadoria, informação e pessoas).

Em relação ao processo de formação das redes que permite a dinamização a externalização da produção nos territórios, revela-se ainda uma tipologia nos espaços fronteiriços do Haiti e da República Dominicana que integra o espaço geográfico. Há, por exemplo, a presença dos componentes fixos nos territórios transfronteiriços e também dos fluxos, que impulsionam esses territórios. Entendem-se as redes como formas e como normas que permitem a efetivação das mobilidades e das interações entre os espaços transfronteiriços.

Em decorrência disso, Dorfman e Cardin (2014) argumentam que esses espaços cruzados, (especialmente os corredores fronteiriços) mantêm certa dominação dos limites tradicionais entre interna e nacional, público e privado. Isso traz a exigência de estabilização de um pensamento mais dinâmico das fronteiras internacionais, que são capazes de incorporar a soberania dos Estados por meio de uma estrutura global de segurança, e as múltiplas extraterritorialidades existentes nas delimitações territoriais.

Dentro dessa complexa relação construída por meio das múltiplas extraterritorialidades que estão presentes nos limites territoriais, Haesbert (2004) confirma o pensamento de Arrighi (1996) ao dizer que, de maneira geográfica, o capitalismo baseia-se nos dois grandes princípios/paradigmas territoriais. O primeiro é voltado para a dialética estatal, destinado como controladora de fluxos (pessoas, mercadorias e dinheiro, entre outros). Não obstante, principalmente pela sua direção por meio de nódulos de conexão, de modo controverso, se dá por diferenciar duas formas divergentes de raciocínio de poder em

referência à evolução entre espaço econômico (capital) e a estrutura moderadamente estável do espaço político, e também as duas estratégias geoeconômicas e geopolíticas se intitulando de territorialismo²⁵ e capitalismo, dentre dos limites territoriais (estabelecem uma rede de circulação de mercadoria de um para outro lado da fronteira do Haiti e República Dominicana).

Na dinâmica da circulação comercial entre os dois países insulares, como descreve Corrêa (1989), é necessário construir diversas categorias de redes que transportam objetos e informações, e também compartilham diferentes posições políticas e de ordens no espaço geográfico, entre diversos pontos e agentes de corporações. As redes, nesse caso, podem representar na contemporaneidade diferentes particularidades. Assim, as redes de informações e de comunicações, que podem ser apresentadas como estruturas que também podem ser consideradas como consequências e frutos de uma maior tecnicização do espaço geográfico (fronteiriço), que visam à efetivação das ações realizadas pelos agentes (econômicos) que delas participam nas trocas de produção.

Para viabilizar as trocas de produção entre os dois países, as redes de infraestrutura passam a atuar como reforço para os fluxos materiais e imateriais no território, tais como as redes de transporte, rodovias construídas nos corredores transfronteiriços das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

Para compreender a evolução da relação de troca das etapas nas regiões de fronteira entre os dois países, as noções de circuito espacial produtivo e círculos de cooperação são fundamentais, pois permitem uma visão interdependente das etapas espaciais do processo produtivo. Silva (2011) ocupou-se em demonstrar sua compreensão do circuito espacial de produção como uma categoria analítica da geografia que permite um estudo do uso do território pelas diferentes porções de atividades, permitindo a identificação dos agentes, dos fixos e fluxos que geram as especialidades dos lugares.

Portanto, tais processos de especialidades podem acontecer na categoria interurbana e também em escala regional, nacional e internacional. Por esse motivo, a função crucial dos circuitos de cooperação, de fato, agrega/junta às etapas da produção até ao consumo, que, atualmente, tende a ser global para determinadas atividades (no caso da Zona

²⁵Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital (ARRIGHI, 1996; HAESBAERT, 2004, p. 6).

Franca de CODEVI, estabelecida na cidade de Ouanaminthe, especializada na produção de têxtil).

Os agentes econômicos ligados às atividades comerciais e industriais nos corredores fronteiriços de Ouanaminthe e Dajabón, principalmente a Zona Franca de produção têxtil de CODEVI (Ver tópico 3.3.1), relacionam-se ao circuito superior da economia urbana. Como pontua Silva (2011), o circuito espacial de produção e círculo de cooperação permitem a leitura do lugar pela divisão territorial do trabalho, que, por meio de diferentes etapas de atividades, viabiliza a análise da hierarquia dos espaços, como o abrigo ou não de partes dessas atividades. Isso é observável, por exemplo, em relação às atividades econômicas construídas na cidade de Ouanaminthe, além do mercado fronteiriço, onde as duas populações compartilham as trocas de mercadoria.

Porém, a informação hegemônica imposta pelas grandes indústrias de confecções coexiste com a informação usada como resistência nos microcircuitos das confecções, que oferecem uma grande quantidade de mão de obra barata (SILVEIRA, 2011) e dinamiza novas oportunidades para os fronteiriços. Interligados a essa dinâmica dos circuitos espaciais de produção, Castillo e Frederico (2010) expõem que tais circuitos determinam como ocorre a circulação de matéria (fluxos materiais) na ligação das instâncias geograficamente diferenciadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto por meio de uma dinâmica constante.

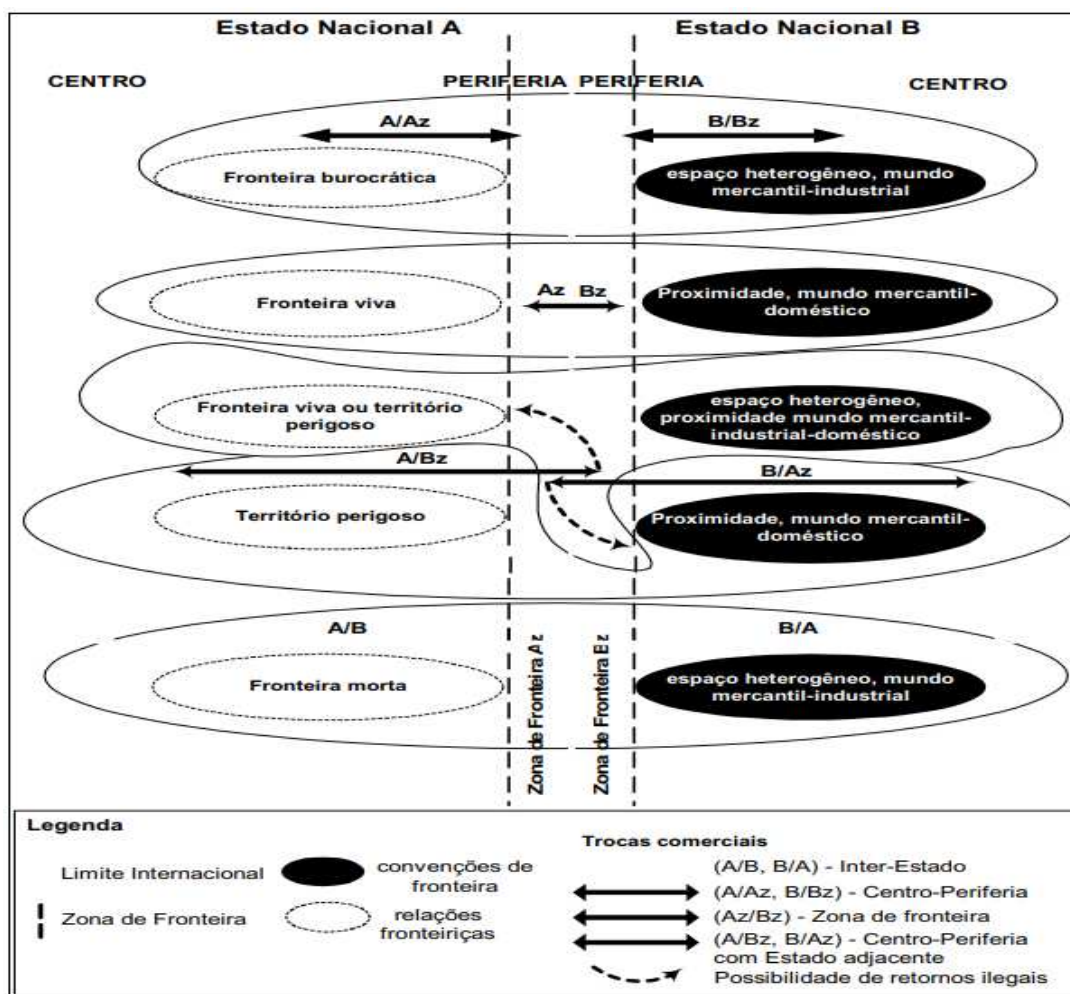
Com tal característica, os círculos de cooperação no espaço, no que lhe diz respeito, controlam a comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), caucionando os níveis de estruturação essenciais para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, ou seja, unificando, mediante comandos centralizados, as diversas fases, notadamente fragmentadas da produção. Esses fatores implicam que os corredores de fronteira deverão apresentar variadas possibilidades de inter-relação entre as cidades que os compõem (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Tal contexto se observa nas regiões transfronteiriças entre o Haiti e a República Dominicana.

No entanto, em termos de relações transfronteiriças com maior impacto regional, elas ocorrem no nível de transações comerciais de natureza personalizada, onde os habitantes de ambos os lados da fronteira se deslocam para a contraparte, trocam bens e serviços de diferentes tipos. Em outro nível, são realizadas as transações devidas à indústria maquinadora, tais como: derramamento de salário; exportação indireta de suprimentos, materiais e serviços de embalagem. Outro tipo são as transações comerciais entre empresas, nas quais os serviços

ao produtor estão localizados. A interação binacional também é incentivada graças ao fato de os corredores de fronteira estarem vinculados ao comércio internacional (pela via terrestre).

Dessa forma, a circulação de mercadorias, de pessoas, de produtos e trocas comerciais passa a crescer significativamente. A Figura 3 ilustra como a dinamização da população se dá na zona transfronteiriça.

Figura 3. Interatividades comerciais e agentes de controle das áreas fronteiriças (1980)



Fonte: Adaptado de House (1980); Max; Oliveira (2009).

Nesse sentido, esse processo de trocas está evidenciado em um conjunto de interações sociais e materiais que ocorrem na área de fronteira, que, por vezes, proporciona uma distribuição de acordo com seus graus de integração formal e funcional, por meio de uma tipologia de relações fronteiriças. Portanto, essas condições são capazes de instituir numa categorização de fronteira morta, fronteira viva, território perigoso e fronteira burocrática. Ainda que a função (A) mostre uma baixa integração formal com baixa funcional, é considerada como fronteira morta, que possibilita uma passividade entre os agregados

urbanos fronteiriços. Enquanto o território perigoso é categorizado como a função (B), devido à intensa informalidade, repercute a presença mínima das instituições e do Estado (RAFFESTIN, 1993; OLIVEIRA, 2005; MAX; OLIVEIRA, 2009).

Além disso, a fronteira viva qualifica como uma conjuntura de alta integração formal com a excelente integração funcional que expõe uma evolução de interações providenciadas por um enfrentamento/disputa das lógicas políticas e econômicas, considerando como função (C). Por outro lado, a função (D) faz parte da fronteira burocrática, que está relacionada a uma intensa integração formal com baixa integração funcional, na qual predomina o aperfeiçoamento da competitividade do meio geográfico com vinculação a outras regiões, e também promove um intenso aparato empresarial e estatal com pouco espaço para a estruturação de elos sociais entre os diversos atores transfronteiriços para estabelecer melhor controle e supervisão dessa área (OLIVEIRA, 2005; MAX; OLIVEIRA, 2009).

Durante as entrevistas realizadas com Maria-Louise e Eloïs, comerciantes no mercado transfronteiriço, elas afirmam que: “para nós, comerciantes, há falta de supervisão por parte das autoridades locais; o Estado serviu como um bloqueio para os comerciantes de Ouanaminthe; não há um sistema de crédito para os comerciantes” (Trabalho de Campo, Marie-Louis e Eloïs, informação verbal, 2019).

As interações espaciais, locais e regionais, que são interpretadas a partir da coleta de dados primários, realizada em trabalhos de campo e em documentos de pesquisas que estão no Haiti – poucas – e na República Dominicana – em maior número – debruçam-se sobre a importância da região fronteiriça para a integração insular. Esses dados são referentes às feiras construídas nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón, quando então a fronteira é aberta para a circulação de pessoas. A questão da produção da economia informal tem destaque nos corredores fronteiriços das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

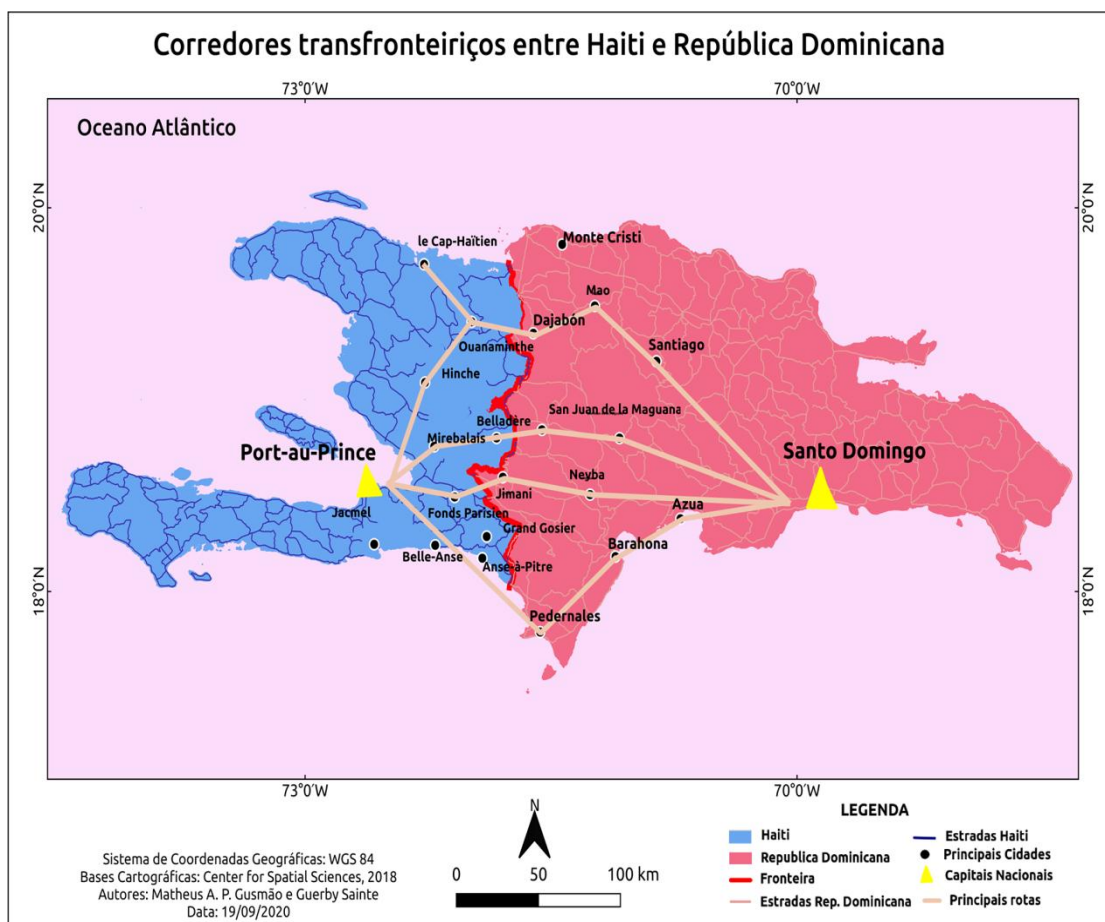
Em relação à construção da economia informal (circuito inferior da economia urbana) promovida na área de fronteira, cabe destacar que a coexistência de corredores transfronteiriços entre Ouanaminthe e Dajabón é eventualmente considerada como a formação de regiões econômicas. Portanto, trata-se de um dado indissociável dos processos de abertura de fronteiras, que tem sido intensamente estudado por Jessop (2002).

A mobilidade econômica e comercial nessas cidades-gêmeas faz com que os corredores (rede urbana) de Ouanaminthe e Dajabón apresentem altas densidades populacionais, sociais, de infraestrutura, econômicas e culturais, evidenciando-se os periféricos, com limitações de infraestruturas de transporte, falta de coerência na gestão dos ecossistemas transfronteiriços e uma forte exploração de mão de obra dos trabalhadores pelas

grandes cooperações estabelecidas nessa região de fronteira. Outrossim, esses corredores são considerados como territórios de alta receptividade e solidariedade geopolítica, em que se verificam moderadamente contrabandos de mercadorias, vulnerabilidades socioespaciais (desflorestamento), pobreza da população fronteiriça, lavagem de dinheiro, passagem de comércios ilegais e informais. E o estabelecimento da zona franca de produção têxtil dominicana (CODEVI) na fronteira do Haiti desafia o poder do Estado e põe em risco a soberania nacional.

Ademais, tais corredores transfronteiriços são apreendidos a partir das interações espaciais extralocais, que, por sua vez, serão objeto da pesquisa a partir de dados secundários sobre a circulação de mercadorias formais que passam pela fronteira (Ouanaminthe/Dajabón) e as infraestruturas necessárias para esse trabalho de circulação, ou seja, como os territórios são preparados para a fluidez requerida pelas duas economias nacionais. O destaque é para a circulação de mercadorias formalizadas e suas infraestruturas. O Mapa 5, a seguir, destaca os principais corredores transfronteiriços entre o Haiti e a República Dominicana.

Mapa 5. Corredores transfronteiriços entre Haiti e República Dominicana (2020)



Fonte: Center for Spatial Sciences (2018). **Elaboração:** Matheus e Guerby Sainte (2020).

Em certa medida, Alfonso (2010) ressalva que a fronteira dominicano-haitiana se comporta como um cenário da formação de corredores transfronteiriços e aglomerações urbanas, alguns dos quais poderiam ser transformados no tipo de complexos urbanos antes de serem definidos. Em todos os casos, essa aglomeração urbana condensa a relação de poder contida nos corredores na totalidade das relações binacionais, mas elas se constituem como relações espaciais específicas. Essa relação socioespacial deve ser analisada à luz de certas particularidades dessa fronteira e da relação binacional.

A respeito de diversas expressões, como binacional, transfronteiriço e transnacional, usadas para caracterizar vários tipos de relações entre o Haiti e a República Dominicana, as relações transfronteiriças de Ouanaminthe e Dajabón comprovam observação das relações locais entre as populações que convivem na proximidade da fronteira. O binacional diz respeito especificamente às relações entre dois Estados, envolvendo os dois governos e uma porção da população; porém, a transnacional compreende as relações de dimensão global, o fluxo de pessoas e bens por meio do uso de circuitos de várias regiões, e, ao mesmo tempo, dos circuitos de reexportação de mercadorias.

Em relação aos circuitos de reexportação da mercadoria nas áreas de fronteira entre os dois países, segundo Machado (2005), a escala local ou regional, o meio geográfico da região de fronteira é caracterizado por cidades-gêmeas. Elas, às vezes, separam as duas populações pela linha de fronteira, seja fluvial ou seca, e, pela presença de infraestrutura ou não, apresentam capacidade de integrações culturais e econômicas, assim como dificuldades, que são as próprias particularidades das fronteiras. Sendo assim, tais características das fronteiras podem ser analisadas nas cidades gêmeas devido às principais atividades comerciais desenvolvidas no mercado binacional, passam por uma explosão demográfica dos cidadãos, com consequência direta sobre o crescimento da economia dessas cidades.

A esse respeito, Blanquart (1997) propõe distinguir o conceito de transnacional e o de transfronteiriço. Para o autor, o transnacional existe exclusivamente através de movimento e de cruzamento, determinado pela passagem, e se vincula nos lugares em ambos os lados da fronteira para criar um espaço reticular. Já o transfronteiriço é criativo e coloca em movimento significados, práticas culturais, representações, trazendo nova convivência consigo e com a alteridade. De fato, é uma relação entre territórios que modifica as áreas de fronteira (tanto do Haiti quanto da República Dominicana).

Durante as entrevistas realizadas com agentes policiais de migração, em 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Como a área de fronteira é um lugar que liga dois Estados soberanos, as pessoas que vivem na área de fronteira compartilham idiomas,

culturas e bens comerciais entre si. Há algum tipo de conflitos entre as pessoas que praticam relações comerciais transfronteiriças? Quais são eles, por exemplo?”.

O policial respondeu:

Ainda existem conflitos de interesses na fronteira entre Haiti e República Dominicana. Essas assimetrias vêm aumentando, de fato, e do lado dominicano, a fronteira é altamente militarizada e protegida por soldados armados e bem equipados ao longo de toda a fronteira. Enquanto do lado haitiano, não há gestão e proteção na fronteira, uma vez que só é administrada por policiais menos equipados do que os soldados do país vizinho. A polícia de imigração detém um papel essencial na entrada e saída de pessoas no país. Quando existem conflitos entre as pessoas envolvidas em atividades comerciais no mercado transfronteiriço, são as autoridades locais (magistrados, Embaixadores e Ministério do Interior) que lidam com este tipo de problemas através do canal diplomático. Esses tipos de conflitos estão afetando enormemente os comerciantes haitianos e dominicanos que praticam atividades comerciais na zona de fronteira. Para resolver esse tipo de crise, haitianos e dominicanos se manifestaram para exigir que os governos tomassem as medidas necessárias para resolver as divergências com o país vizinho. Esses interesses podem ser econômicos, políticos e comerciais. Por outro lado, esse tipo de conflito existe quando há um haitiano morto por um dominicano/soldado ou um dominicano ferido pelo haitiano na fronteira. Talvez no caso de um dos governos decidir fazer certas restrições sobre os produtos comercializados ou para impedir que certos produtos entrem neste país (Policial de migração, informação verbal, fevereiro de 2019).

Então, o Estado faz um esforço para recompor as áreas de fronteiras por serem, sobretudo áreas de reprodução dos conflitos, como, por exemplo, conflitos geoestratégicos e geopolíticos; conflitos entre os modelos políticos e escalas, culturais, socioeconômicos; conflitos entre interesses e tradições que reiteradamente possuem suas grandezas entre os fronteiriços, também entre os dois países (DORFMAN; CARDIN, 2014). Da mesma forma, como qualquer sociedade de fronteira, essas cidades aproveitam os ganhos diferenciais gerados pela relação binacional, e os subsistemas diferenciados tendem a operar. Mas nada disso omite que finalmente eles construam um sistema. Dado isso, o ordenamento da dimensão urbana das cidades possui agentes institucionais nessas regiões, tais como agentes de imigração, alfândegas e outros agentes administrativos jurídicos, que controlam as mercadorias ou o fluxo de pessoas que transitam nas fronteiras.

Essas instituições são nódulos na gestão de fronteira. Estabelecidas na fronteira, conforme Machado (1998) e Cataia (2013), representam uma arquitetura material aduaneira por onde pessoas e mercadorias que nela circulam são reconhecidas como “legais” por ambos os países que disputam o seu poder em cada lado da fronteira. Dentre desses conjuntos de mercadorias e pessoas que cruzam as fronteiras, há uma parte que os Estados reconhecem como legais, e, dentro delas, boa parte atravessa as fronteiras de maneira ilegal, mas

movimentam as economias urbanas (principalmente os dois circuitos da economia urbana), local, regional e nacional desses dois Estados insulares.

3.3. Origem e tipologia das mercadorias industrializadas comercializadas na fronteira: os circuitos superior e inferior da economia urbana

3.3.1. Agentes econômicos das atividades comerciais na fronteira

Na área de fronteira existe uma variedade de tipologia das mercadorias comercializadas pelas comunidades fronteiriças. Além disso, observa-se o desenvolvimento de limites políticos frequentemente artificiais e seus efeitos contraditórios sobre a população e a economia. Algumas fronteiras expostas a operações militares, localizadas longe dos centros da vida política e econômica, são desvitalizadas, enquanto outras atraem as populações que deveriam separar e servem como um lugar privilegiado para o reagrupamento de empresas, atividades comerciais e industriais (CLAVALL, 1974).

Com as esferas da globalização e as demandas exigidas do mercado internacional, diversas regiões do país, principalmente as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, estão relacionadas a atividades comerciais mais competitivas, vinculadas à exportação. Nesta hipótese, Silveira (2011) menciona que algumas atividades são fundamentais ao circuito total de produção, como se observa com os produtos têxteis de CODEVI estabelecidos na fronteira de Ouanaminthe.

As conjunturas que nelas estão presentes podem ser intencionalmente introduzidas e contribuem para haver maior rentabilidade a certas atividades de produção, propondo o estabelecimento das próprias empresas nas mais exigentes normas da produtividade. Por esse motivo, há uma disposição à acumulação de atividades idênticas ou suplementares sobre uma mesma região do país, gerando reais especializações de produção, tanto no campo (produção alimentícios e produtos industrializados), como nas áreas urbanas ligadas a um conjunto de atividades de produção industrial (da zona franca de CODEVI).

Tais atividades de produção industriais fabricadas pela zona franca de CODEVI são vinculadas ao circuito da economia urbana. Segundo Cataia e Silva (2013), tal circuito não pode existir sem os elos dos circuitos espaciais de produção. Santos (1986), por sua vez, enfatiza que as particularizações da espacialização da divisão territorial do trabalho são apresentadas na especialização regional de produção e na racionalidade que norteia a dinâmica das mercadorias, as noções do circuito espacial de produção e círculo de cooperação

no espaço. E, de acordo com Castilho e Frederico (2010), tornam-se essenciais para a compreensão da organização, da normatização e do uso do território (e do espaço).

Porém, a forma pela qual o espaço é organizado e usado espacialmente está associada, na literatura geográfica, em função disso. No contexto de uso dos territórios fronteiriços de Ouanaminthe e Dajabón pelas grandes corporações (por exemplo, CODEVI), houve uma expansão dos circuitos espaciais produtivos. Na dinamização de modo de distribuição e circulação de produção da produção têxtil de CODEVI na cidade de Ouanaminthe.

A partir das diversidades de circuito de produção, de distribuição circulação e consumo, podemos constatar que a Zona Franca de produção Têxtil industrializada de CODEVI não está imune a esse circuito espacial de produção, principalmente ao circuito superior da economia urbana, ligado às atividades no circuito superior, que são instituídas por bancos, comércio, indústria urbana moderna, serviços modernos e especializados, indústria de exportação, transportadores e atacadistas (SANTOS, 2004), no âmbito de ampliar a sua consumação de bens e de serviços produzidos pelos sujeitos (fronteiriços) na CODEVI.

Com a evolução dos fluxos de produção, de circulação e comércio promovida nas áreas fronteiriças de dois países, a presença da zona franca, especializada na produção industrial de têxtil, está relacionada à atividade de exportação dos produtos têxteis, tais como a zona franca de CODEVI. Bost (2010) aponta que uma zona franca é um espaço territorial aduaneiro nacional localizado próximo de um aeroporto internacional ou um porto onde se envolvem os bens de equipamento, componentes e materiais externos, sem nenhuma formalidade aduaneira. Então, esses produtos importados são geralmente diversificados na zona franca e posteriormente devem ser transportados ao exterior, sem interferência dos controles aduaneiros do país em que nele se estabelece.

Independentemente do aspecto com que se objetive a zona franca e a área transfronteiriça, a descontinuação total ou parcial da legislação nacional nos limites territoriais é considerada como uma imunidade dos Estados nacionais. Essas estratégias poderiam ser gradativamente usadas pelos Estados como um aspecto optativo de regulação das fronteiras internacionais para examinar aos propósitos imediatos de natureza econômica (MACHADO, 2000).

Este fato é geralmente relacionado à organização de zonas francas e zonas de livre comércio, em que as regulamentações elementares do estatuto de extraterritorialidades²⁶

²⁶Segundo entendimento de Machado (2017), o conceito de extraterritorialidade pode ser entendido como “além do território” ou “fora do território”, o que se relaciona a “zonas especiais” para atribuir a constituição por parte

instituem serviços aduaneiros, ou seja, o Estado abre mão de cobrança de direitos da alfândega para os produtos de exportações e importações para as empresas estabelecidas nos territórios especiais. Esse pensamento se torna ainda mais difícil tendo em vista que as principais zonas industriais determinadas à exportação são capazes de ter privilégio ao estatuto de extraterritorialidade (MACHADO, 2000). Como mencionado pela autora, essa relação mantida com as indústrias de exportação incentiva a oferta de outros benefícios, tais como a isenção de impostos e de taxas variadas, de modo que elas podem fazer empréstimos com a redução de juros mesmo que a legislação do trabalho seja modificada.

Na mesma medida, estabelecem suas regras sobre as importações e exportações das corporações constituídas na fronteira dominicano-haitiana. Eventualmente, a gestão não estatal das delimitações do Estado recepciona o uso da fronteira como um recurso econômico, também como política de reserva dos mercados, ao justificar a segurança ao produto nacional fomentada pelos agentes privados com aquisição aos arranjos institucionais e espaciais (DORFMAN, 2011). Essas múltiplas extraterritorialidades nas áreas de fronteira são estabelecidas no formato de zonas francas, portos secos e outros estatutos que são constituídos para os usos de interesses privados. Atualmente, há um reajuste de escalas geográficas, que são as particularidades dos espaços cruzados da fronteira (DORFMAN; CARDIN, 2014).

Com base nesses aspectos, essa dificuldade se manifesta atualmente numa tipologia de zonas francas que podem ser categorizadas em dois tipos, segundo Machado (2000): i) *zonas francas de livre-comércio* – especializadas em exportação e importação de mercadorias isentas pelos direitos da alfândega; ii) *zonas francas industriais* – que viabilizam algum tipo de processamento industrial atribuído à exportação. Salienta-se que as zonas francas de produção industriais de exportação em que foram empregados os trabalhadores menos qualificados, em grande parte, são estabelecidas nos países do Terceiro-mundo. Possuem como principais intuítos: atrair os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) para os países hospedados; viabilizar trabalhos para melhorar os problemas de subempregos e desempregos no país onde foi estabelecida; auxiliar na criação de renda; e propiciar divisas estrangeiras por meio da realização de exportação não tradicionais (DZF, 2014).

de um governo de uma “zona física ou legal” sob o seu controle para a qual, até um certo grau, leis diferenciadas são elaboradas para o domínio do espaço. No mesmo seguimento, Machado (1996, 2009, 2017) expõe que a concepção de extraterritorialidade pode ser explicada quando efetuada ao mundo financeiro-corporativo, não tem sentido que a globalização das redes financeiras evidencie o advento do fim da estrutura de Estados territoriais nacionais. De maneira oposta, é rigorosamente a situação de existência de limites políticos e jurisdicionais que possibilita sua dominação ou de controle por redes corporativas e financeiras. Portanto, não é porventura que as discussões mais interessantes sobre a relação entre política e economia se dão atualmente no campo do direito internacional.

A esse respeito Tais práticas de atividades de exportação não tradicionais estabelecidas pela zona franca na fronteira de Ouanaminthe, é importante mencionar que o sistema capitalista precisa subordinar a exploração de trabalho, relacionada em todos os estratos sociais para se lucrar. Essas vinculações subordinadas se encontram nas classes operárias, relacionadas à exploração da força do trabalho, e são inseparáveis, tanto na realidade como na análise (DESROSIERS, 2014), em diferentes países subdesenvolvidos, como no caso do Haiti.

Percebe-se que os países subdesenvolvidos são identicamente mais multipolarizados, e isso significa que são sujeitados e pressionados por diversas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão na área de fronteira. Portanto, esse espaço (principalmente as cidades fronteiriças) é marcado por uma diferença enorme de renda dentre a sociedade, que, portanto, polariza-se ou se exprime tanto na dimensão local e regional quanto nacional, por uma ação de hierarquização das atividades, e na escala do lugar pela presença de atividades de natureza idêntica, mas de categoria diferenciada (SANTOS, 2002). Portanto, esses agentes econômicos estabelecidos na região de fronteira podem levar à reconfiguração política e territorial das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, devido aos fluxos de pessoas que frequentam a empresa e podem tornar a relação comercial estabelecida na fronteira mais competitiva devido às interações comerciais trocadas na fronteira.

No âmbito do estabelecimento da zona franca de CODEVI e da relação das trocas comerciais promovidas nas fronteiras de Ouanaminthe e Dajabón, Séguy (2014) aponta que a estruturação do espaço do trabalho é pautada pela eficácia e pelo lucro, que não é contrário à concepção de uma classe de pessoas empobrecida e forçada a trabalhar pelo lucro mínimo que apoderou particularmente de todas as riquezas dispostas socialmente.

Séguy (2014) afirma que não há duas categorias de pessoas livres antes da criação da modernidade capitalista. Em primeiro lugar, há uma categoria livre juridicamente e livre de qualquer possessão, possuindo a força de trabalho para vender e para manter a sua sobrevivência. A segunda categoria é detentora dos meios de produção e também é livre para comprar a força de trabalho disponível no mercado.

Posto que gera lucro, é a produção, o trabalho produtivo, e não cumpre nem possui a vocação de satisfazer as necessidades da reprodução humana. O mais relevante é que a organização de trabalho pautada pela eficácia e pelo lucro, porém, não é relacionada à população toda, mas exclusivamente à camada social dos capitalistas modernos que está em busca de lucros (SEGUY, 2014). Porém, os efeitos que ocasionam essas modificações são tão complexos que a organização do espaço das corporações passa a ser entendida de forma a

aumentar a produtividade, a reprodução de mais-valia e o lucro via exploração de força de trabalho (MARX, 1987).

Atrás dessa zona franca estabelecida na região de fronteira, há a possibilidade de que a população tenha acesso ao mercado de trabalho, para muitas pessoas a única fonte de renda era o comércio. Todavia, essa dinâmica das atividades econômicas nas áreas de fronteira está vinculada ao fenômeno da industrialização, principalmente, a zona franca de CODEVI. E o comércio transfronteiriço favorece a criação de mão de obra, bens e serviços coletivos, bem como a aglomeração populacional e a extensão urbana em termos de mudança socioeconômica e espacial. No entanto, a implementação da CODEVI na cidade de Ouanaminthe permite uma ampliação do espaço urbano e também provoca um desequilíbrio socioeconômico na organização do espaço e das ações políticas. Para as zonas de aglomeração com habitantes que vivem abaixo da linha da pobreza, há grandes desigualdades sociais, além de deficiências nas infraestruturas e nos serviços sociais básicos.

Podemos destacar que a complexidade da evolução econômica e social tem implicação direta sobre o desenvolvimento da política da cidade por falta de perspectiva do Estado no investimento e para as revitalizações do espaço dessa cidade, visto que os recursos financeiros adquiridos em termos de impostos são direcionados para o governo central. Segundo informação coletada com o *Diretor da Câmara Municipal de Ouanaminthe*,

Ouanaminthe tem muitos recursos para explorar em termos econômicos, mas no nível da alfândega, os meios são muito fracos porque não há uma descentralização real do poder econômico por parte do governo central e o Município não tem sua própria autonomia. O que faz com que a cidade de Ouanaminthe tenha dificuldades para desenvolver sua economia porque os recursos financeiros adquiridos da região são direcionados diretamente para a Capital, Porto Príncipe (Diretor da Câmara Municipal, informação verbal, 2019).

Devido ao crescimento que acontece no conteúdo geral da abertura das fronteiras, a consequência são políticas internacionais decididas em capitais nacionais sem consulta aos agentes das regiões envolvidas (MARTINEZ, 1994). Mesmo as instituições públicas de Ouanaminthe e Dajabón são delicadas e adquirem poucos apoios administrativos e financeiros do governo central. Tais cidades não possuem capacidades econômicas para enfrentar a pressão envolvida sobre a infraestrutura e a chegada de oportunidades para desenvolver meios legais e ilegais de subsistência que levaram à triplicação da população.

A análise permite perceber que nos países de Terceiro Mundo, especialmente no caso do Haiti, na cidade de Ouanaminthe, a organização da estrutura urbana não põe em prática as regras de planejamento urbano. O desenvolvimento urbano é dirigido por estruturas

de propriedade e também por práticas de uso da terra. Porém, no território vizinho, principalmente na cidade Dajabón, que divide o espaço urbano com a de Ouanaminthe, cabe o comando aos grandes proprietários que têm como estratégia o aumento no valor da terra ocupada por áreas residenciais de classe média e, conseqüentemente, a limitação da expansão urbana.

A segunda dificuldade que o governo de Ouanaminthe vem enfrentando e que prejudica o desenvolvimento local é a degradação ambiental, que se manifesta especificamente pelo processo erosivo. Tal fenômeno provoca principalmente a deflorestação, implicando falta de cobertura vegetal, deterioração do meio marinho, destruição de grande parte da agricultura durante o período pluvial, situação que afeta diretamente a economia dessa cidade. Ademais, verifica-se a ausência de tratamento de esgoto pelo serviço público, conforme mostra na Figura 4.

Figura 4. Poluição do esgotamento e do espaço urbano da cidade de Ouanaminthe -2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainte, realizado em 28 de janeiro de 2019.

Durante as entrevistas realizadas com o Diretor da Prefeitura da cidade de Ouanaminthe, em 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Qual é o papel da fronteira na vida das relações entre essas cidades e nos diferentes usos dos territórios nacionais envolvidos?”.

O Diretor da Câmara Municipal respondeu:

Ouanaminthe é considerada como uma zona cosmopolita para a região do Norte. Há pessoas que vêm de outras partes do país que vivem em Ouanaminthe e não voltam para a cidade natal devido a essas atividades comerciais envolvidas na fronteira. Isso faz com que essa cidade tenha muita insalubridade e lixo, portanto, esses resíduos

representam um problema para o Município de Ouanaminthe. Durante o período chuvoso, vários lugares da região ficam alagados, prejudicando a vida e as atividades da população. Porém, por meio do comércio realizado na região, a cidade tem uma grande importância para o território local, regional e nacional, de modo que o comércio promovido na zona de fronteira projeta o Município de Ouanaminthe no cenário internacional devido ao comércio transfronteiriço estabelecendo entre Dajabón e Ouanaminthe e também por meio das grandes empresas internacionais instaladas na região, por exemplo, a CODEVI (Diretor da Prefeitura, informação verbal, janeiro de 2019).

Para uma eventual confirmação da discussão estabelecida por meio da base teórica, segundo as informações empíricas coletadas durante as entrevistas, realizadas em 1º de fevereiro de 2019, o comerciante de produtos alimentícios Lefranc Jodeben relata:

Para ser honesto, meu amigo, as atividades comerciais no mercado binacional estão funcionando muito bem. Mas do lado haitiano, temos um problema de eletricidade, falta de água potável, problemas de segurança e insalubridade. Enquanto em Dajabón, o lugar que vende mercadorias é muito mais limpo (Jodeben, informação verbal, 2019).

Um dos principais problemas para as políticas públicas para a reestruturação da situação da cidade de Ouanaminthe ainda é a pobreza. Ela se traduz na falta de emprego, na insegurança alimentar incessante e também no subdesenvolvimento do Haiti, afetando literalmente toda a cidade de Ouanaminthe e produzindo um efeito para a cidade de fronteira entre esse país e a República Dominicana (PNUE, 2013). Como percebemos durante as visitas técnicas, a zona franca de CODEVI traz também uma contribuição para aliviar as condições das pessoas e ao mesmo tempo explora a força de trabalho porque o salário recebido pelos funcionários não permite atender às condições de sobrevivência.

Ao chegar à CODEVI para a realização das visitas técnicas, percebi que havia um recrutamento onde milhares de pessoas estavam alinhadas para depositar os currículos. Mesmo sendo um trabalho forçado, oferece uma oportunidade para as populações de Ouanaminthe, conforme se observa na Figura 5.

Figura 5. Mobilização de pessoas na frente da CODEVI em busca de emprego (2019)



Fonte: Entrada de CODEVI, trabalho de Campo, Guerby Sainté (2019).

Durante as entrevistas realizadas com o Diretor da prefeitura, em data de 29 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: “Qual é a importância da construção da Zona Franca CODEVI para a economia local e a população dessa região? Traz desenvolvimento para a comunidade local?”.

O Diretor respondeu:

A implantação da Zona Franca de (CODEVI) contribui geralmente em atividades socioculturais organizadas pela prefeitura e oferece uma oportunidade para os jovens da região através da criação de empregos. A Zona Franca de CODEVI contém mais de 10.000 funcionários vindo de diferentes lugares do país. Além disso, ela ajuda o governo local na compra de combustível, doando cerca de 375 litros de gasolina por semana para limpar a cidade. No contexto do desenvolvimento local, ela constrói cafeterias para pequenos comerciantes. A CODEVI tem um projeto para construir um posto de gasolina para ajudar os motoristas, os taxistas de moto, também os proprietários de carros ou de caminhão e também a comunidade local a comprar gasolina a crédito, e essas pessoas podem pagar as faturas a cada sexta-feira. É nesta forma que a CODEVI apoia a população de Ouanaminthe (Diretor da Câmara Municipal, Informação verbal, 2019).

Em decorrência desta análise, observa-se que esse problema está diretamente ligado à fraqueza das estruturas do governo ao estabelecer o plano urbanístico e à sua capacidade muito limitada de estimular o crescimento econômico, mobilizando os recursos necessários para fornecer um mínimo de serviços sociais básicos à sua população. Tal posição é orientada em uma perspectiva ideológica que considera a urbanização como uma evidência de desenvolvimento econômico, integrando o desenvolvimento de serviços e a qualidade de vida da população de tal área.

Além disso, essa correlação entre a proporção da população urbanizada e o crescimento das necessidades urbanas deve levar em conta uma política de amplo acesso aos serviços sociais básicos. Os diferentes dispositivos operacionais que articulam as necessidades de serviços e suas demandas são em grande parte determinados pela concepção de lugar dos serviços sociais com as necessidades da população local, e não pelo nível de desenvolvimento econômico dos países.

O terceiro fator a ser destacado é a fraqueza da governança e a falta de responsabilidade do governo haitiano, que se reproduz em todas as facetas da economia e da sociedade local e tem consequências prejudiciais para a cidade de Ouanaminthe. A falta de iniciativa do governo, a ausência de um projeto e de um planejamento para investir na infraestrutura e na criação e construção das redes urbanas para facilitar a circulação da mercadoria e permitir o deslocamento da população local também fazem com que a sociedade local seja o pilar de um projeto de integração social das cidades transfronteiriças.

Em virtude disso, a relação entre urbanização e o problema dos serviços sociais requer certa política em termos de ação e intervenção social dos países que integrem o papel e a função do Estado no que diz respeito ao bem-estar dos cidadãos fronteiriços. Cabe ressaltar que a questão dos serviços sociais aparece em todos os contextos urbanos e constitui questões importantes em relação ao planejamento político das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, bem como ao desenvolvimento socioeconômico com implementação das grandes corporações nas zonas de fronteira, com destaque à produção de serviços sociais na dinâmica da economia urbana dessas cidades transfronteiriças.

O acolhimento das empresas de grande porte para criação de empregos para as populações locais e regionais, a questão da zona franca de CODEVI e a economia política da cidade nas áreas de fronteira serão discutidos com mais detalhes no tópico seguinte.

3.3.2. Zona franca de CODEVI e economia política da cidade de Ouanaminthe

A implementação das indústrias de produção especializada nos países periféricos, segundo análise de Silveira (2011), é vinculada à pluralidade dos sistemas técnicos e formas de trabalhar das grandes corporações estabelecidas nestes países sujeitadas ao domínio das forças externas que impõem as modernizações e geram condições de oligopólio. As novas áreas são incorporadas à produção moderna sob o domínio de grandes empresas, pela

existência exclusiva nas porções do território (principalmente na parte Norte das regiões de fronteira do Haiti), no intuito de fortalecer a condição oligopolista das grandes corporações.

No contexto atual do crescimento das áreas urbanas e da instalação das grandes empresas nos países do Terceiro Mundo, Santos (1994) afirma que há períodos incessantes de impossibilidade e providência das cidades que vêm ampliar as áreas urbanas em diferentes lugares do país, com investimentos de grandes capitais, modernizando os lugares com a implementação das indústrias com as atividades econômicas, e estendem-se a essas áreas de formas particulares, de maneira a possibilitar as condições impostas pelas grandes firmas (internacionais) em matéria de espaço geográfico (fronteiriço de dois países insulares).

Considerando as particularidades do espaço geográfico dos lugares e das estruturas geográficas de cada cidade fronteiriça, como no caso das regiões de fronteiras do Haiti e da República Dominicana, segundo Silveira (2008), tal caracterização da modernização não está ligada integralmente ao processo da urbanização desses países subdesenvolvidos à modernização das empresas colocadas que a urbanização do território e da sociedade anteciparam. Em diversos lugares, a industrialização desses países e, além disso, muitas dessas cidades nem foram alcançadas pelo sistema de industrialização e da urbanização.

Mesmo que houvesse um crescimento da urbanização e promovesse novo estabelecimento das indústrias modernizadas nos países subdesenvolvidos, não se apresentaria uma ampliação de mão de obra nas áreas urbanas. Visto desta lógica, podemos apontar que o crescimento populacional e o êxodo ocorrido nas diversas cidades dos países periféricos, principalmente nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, tiveram como resultado as trocas comerciais impulsionadas pelas populações de duas cidades transfronteiriças no mercado binacional. E, também, o estabelecimento da Zona Franca de CODEVI, especializada na produção têxtil, que é incapaz de adquirir toda a força de mão de obra dos fronteiriços, provocou a permanência ao redor das cidades das atividades de trocas de mercadoria no mercado fronteiriço dos dois países.

Grande parte das zonas francas foi especializada na indústria de produção de têxtil, de produção menos sofisticada do que em outras zonas francas, implicando, consequentemente, a não necessidade de uma qualificação profissional e técnica especializada para trabalhar nessa fabricação. Assim, essas zonas francas efetuam o pagamento aos trabalhadores por volume (peça) de produção e localizam-se, normalmente, nos países subdesenvolvidos (BOST, 2010; DESROSIERS, 2010).

Ademais, acumulam forças de trabalho geralmente desqualificadas (BOST, 2010; DESROSIERS, 2014) e uma massa de pessoas assalariadas que sempre sofrem com a situação socioeconômica nos diversos países latino-americanos.

No objetivo de estabelecimento de uma política da zona franca no Haiti, segundo a DZF (Direção da Zona Franca), as zonas francas se ampliaram durante os últimos 40 anos, situação em que o mundo se tornou como um instrumento de crescimento. Tais ampliações já foram usadas na Ásia, na América Latina na década 1970, intensificou-se na África em vinte anos, em uma economia em transição. Em países desenvolvidos, a Grã-Bretanha, a União Europeia e a Nova Zelândia adotaram novas normas sobre a França para responder ao crescimento das políticas comerciais e industriais. Sendo assim, foram estabelecidas as zonas de interesse como as zonas especiais para o fornecimento de bens e serviços a mercados externos (DZF, 2014).

Nesse contexto, a construção das Zonas Francas no Haiti é confiada a um departamento tecnicamente descentralizado criado pelo Ministério do Comércio e Indústria (MCI) pela lei de 9 de julho de 2002 sobre as zonas francas, chamado Direção das Zonas Francas (DZF). Essa diretoria proporciona a secretaria técnica do Conselho Nacional de Zonas Francas (CNZF) e também confirma a efetivação de decisões tomadas pelo CNZF. Recentemente, a DZF, com a contribuição do MCI, passou a colocar em ação um forte impulso para atrair investidores estrangeiros. Exclusivamente para empresas completamente ligadas em atividades exportadoras, o estatuto da zona franca do Haiti oferece vantagens importantes para as corporações aprovadas.

No contexto de impulsionar a economia nacional e a criação dos empregos para a população, a DZF permite à zona franca abrir o espaço a três (3) categorias de atividades: indústria, comércio e serviços (gerais e específicos). O estatuto de zona livre é oferecido à zona livre industrial e agrícola, a fim de deter o declínio da atividade agrícola e impulsionar a economia haitiana. Nesse caso, a DZF estabelece grande flexibilidade para criar um ambiente propício no país para facilitar o investimento, que objetiva tornar esses investimentos lucrativos para estimular ainda mais a economia haitiana.

A Lei 28-01, decretada em 2001, buscava proporcionar investimentos com a criação da Zona Especial de Desenvolvimento de Fronteiras, que, posteriormente, foi alterada pela Lei 236-05. Essa lei foi discutida mais tarde em relação à fronteira de regime legal, o que significa ser um relevante patrocínio de atração de investimentos. Consequentemente, é uma unidade positiva, porém, apresenta um impacto limitado, visto ser uma lei especificamente

fomentalista que tenta persuadir o desenvolvimento da área de fronteira sem levar em conta as suas conjunturas particulares.

Dada essa perspectiva, a Lei 28-01 não chegou a modificar as condições econômicas da faixa de fronteira. Na prática, a grande parte das corporações que se favorece da lei está posicionada longe da fronteira, onde a lei possibilita, o que geralmente implica uma forte concentração de investimentos e de empregos (ALFONSO, 2010). Nesse contexto, verifica-se (nas áreas de fronteira) um crescimento espantoso dos investimentos das empresas internacionais (na cidade de Ouanaminthe), conjuntamente à existência cada vez mais perceptível das firmas transnacionais nas trocas internacionais e na atividade econômica dos países (BENKO, 2002).

Entretanto, o desenvolvimento da zona franca proposta pelo governo haitiano pretendia atrair os diferentes agentes e corporações internacionais para fortalecer os investimentos no território fronteiriço no objetivo de criação de mão de obra para a população. Além disso, tais empresas multinacionais no território nacional podem trazer maior concentração do capital e das atividades de decisão, por exemplo: bancos, supermercados, cadeias de estabelecimento podem estimular a economia urbana e também passar a extrapolar as escalas regionais do país.

Portanto, essa zona franca promovida no território pode levar a uma transformação no espaço geográfico do Haiti. Segundo Silveira (2011), as decisões políticas do Estado e das empresas podem e se regem pelas normas, que nele se rebatem, e também fornecem valores diferenciados às estruturas do trabalho e aos lugares. Por meio delas, podemos elucidar as formas de relações construídas pelas grandes corporações com o espaço territorial do Haiti e entrelaçadas numa particularização do circuito superior da economia urbana através do uso do território instituído nas práticas e ações do circuito espacial de produção.

No que diz respeito à escala proposta pelos agentes econômicos e às grandes empresas multinacionais no cenário atual da globalização, com o estabelecimento da zona franca nos países subdesenvolvidos, principalmente no território nacional, segundo Silveira (2001), tais empresas especializadas nos setores de produção são resultados de uma segmentação de atividades no sistema produtivo das grandes corporações; produzem, ao mesmo tempo, uma divisão territorial do trabalho ainda mais difícil. Portanto, a singularização dos fluxos de produção está geralmente vinculada a uma mais complexa divisão do trabalho, a uma maior diferenciação e diversificação dos objetos, das ações e normas concebidas socialmente (na externalização/distribuição de ordens de produção por

meio das redes de produção estabelecidas nos corredores transfronteiriços do Haiti e da República Dominicana).

Na prática, esse processo pode encontrar a sua aplicação e a sua sagacidade de ser tanto na forma como as grandes corporações logram as dissemelhanças presentes entre as economias nacionais quanto no modo como elas dividem e estruturam as atividades entre as diferentes unidades de produção que constituem as suas redes. Constata-se, na qualidade da economia internacional, o que pode ser nomeado como uma dialética da homogeneização e da diferenciação de produção (BENKO, 2002) na zona franca. No entanto, podemos realçar que as estratégias de externalização de produção da zona franca, quer dizer, a divisão do processo de produção entre diversos agentes, torna as análises geográficas das redes entre corporações ainda mais relevantes nas áreas de fronteiras, visto que a composição do capital de produção das corporações passa ainda a persuadir a divisão técnica da produção do espaço fronteiriço do Haiti e da República Dominicana.

Levando-se em consideração esses aspectos, Moudden (2006) ressalta que o projeto de estabelecimento da zona franca foi objeto da constituição de uma mobilização de resistência formada na cidade de Ouanaminthe, denominada Comitê de Defesa de Pitobé. Esse comitê tentou impedir a implantação da CODEVI, no intuito de preservar o crescimento da produção agrícola na área, uma das mais férteis do país. Diante das manifestações da população de Ouanaminthe, o governo do Haiti decidiu que a CODEVI seria construída nessa área. Tanto a população como os Sindicatos fizeram denúncias em nível nacional e internacional.

Assim, a população de Ouanaminthe gerou uma luta pelas comunidades locais contra o estabelecimento da zona franca, que se desdobrou em uma demonstração maciça, mas a CODEVI foi construída sob a égide do governo. Assim, o governo destruiu os cultivos camponeses para o estabelecimento da zona franca sem nenhuma compensação, e apontou que irá oferecer um plano de indenização para as propriedades de terras.

Além dos Acordos sobre os Têxteis e Vestuários (ATV), a República Dominicana procurou ocupar não somente as regiões transfronteiriças, pois a implantação da CODEVI está estabelecida no próprio território haitiano. Ainda que essa zona franca seja construída sobre um conjunto de planícies em Maribahoux, uma das localidades com superfícies das mais férteis do território haitiano. Verifica-se que Fernando Capellán, dono do Grupo M que administra a CODEVI, exigiu um espaço situado perto da República Dominicana para a construção da zona franca, no objetivo de aproveitar a energia elétrica da República Dominicana, devido à carência de fonte de energia no Haiti.

Mesmo o território transfronteiriço sendo considerado um dos mais férteis para plantação e produção agrícola para a população de Ouanaminthe, isso não impediu a concessão desses terrenos, concebidos através da expropriação de camponeses-camponesas, pequenos ou pequenas, em favor do industrial dominicano de CODEVI. Portanto, o verdadeiro motivo da criação da zona franca não foi exclusivamente oferecer empregos e erradicar a pobreza na cidade de Ouanaminthe, mas, sim, ofertar mão-de-obra baratas às necessidades das grandes corporações internacionais que buscam reiteradamente o máximo benefício, como foi mencionado anteriormente.

Na Figura 6, a seguir, observa-se a instalação da empresa da CODEVI na cidade de Ouanaminthe.

Figura 6. Empresa de desenvolvimento Industrial-CODEVI (2017)



Fonte: Textile World, 21 de setembro de 2018.

Os Acordos sobre os Têxteis e Vestuários adotados pela Organização Mundial do Comércio em 1994 foi um dos motivos para o estabelecimento da Companhia do Desenvolvimento Industrial, S.A, em Ouanaminthe, além do crescimento dos salários na República Dominicana, no prelúdio dos anos de 1990, que faziam com que várias corporações capitalistas do Norte não permanecessem nesse país, buscando outros espaços mais lucrativos. É uma das razões pelas quais teve início a construção das zonas francas no Haiti, e, recentemente, por parte de industriais asiáticos, foi assinado um conjunto de acordos bilaterais com os Estados Unidos e inclusive o Haiti, que não se favoreceu integralmente pela insuficiência de produção nacional. Esses motivos permitiram a indústria têxtil dominicana a procurar no Haiti esse espaço para o seu estabelecimento em contínuo crescimento. Isto é, traou-se de um cálculo eminentemente lucrativo para o grupo M.

Alfonso (2010) faz lembrar que o auge econômico do corredor motivou o crescimento das atividades de serviços e a proeminência de maiores investimentos em enclave multimodal que conteria montadoras e armazéns, o que expandiria a área de ação da atividade comercial de Dajabón a outras áreas do Haiti e, concomitantemente, a outras áreas do Caribe, como o caso potencial do leste de Cuba. Tudo pode acontecer devido à possível reabilitação do porto de Manzanillo, abrindo um excelente porto de águas profundas a apenas 15 quilômetros de Dajabón, de modo a permitir um avanço espetacular na integração econômica transfronteiriça.

Valero (2008) deixa entender que a característica chave dessa mobilidade transfronteiriça está relacionada ao diferencial benefício que o mercado transfronteiriço ou a zona de fronteira representa aos interesses econômicos de ambos os setores a serem vistos pelas transformações monetárias, e também abundante mão de obra que as cidades de fronteira oferecem.

Em relação à pobreza que a cidade vem enfrentando, as médias e pequenas empresas são relevantes fornecedoras de produtos e geração de emprego nesses corredores transfronteiriços comerciais, gerando incentivos concêntricos que poderiam ser articulados a outros processos econômicos (ALFONSO, 2010). Dado o exposto, o impulso para o desenvolvimento das empresas e de produção agrícola por meio do comércio transfronteiriço é geralmente capaz de revitalizar os mercados de trabalho nas áreas de fronteira. Assim, a abertura de zonas francas industriais no horizonte desses corredores comerciais aproveita incentivos fiscais, e a mão de obra barata excessiva representa uma força adicional para a revitalização do comércio e a geração de empregos para a população das áreas de fronteira.

Visto que grande parte dos países do Terceiro Mundo são áreas de concentração de mão de obra pouco qualificada e possuem baixos usos intensivos de tecnologia e técnico-científico-informacional, as grandes corporações, de certa forma, aproveitam o livre comércio de importação e exportação e incentivos fiscais especiais e passam a se implantar nessas áreas de concentração econômica, ao investir em diversos setores comerciais e industriais. Por meio desses investimentos nesses países, Benko (1999) destaca que essas grandes empresas passam a transferir uma série de dados novos, tais como usos intensivos de tecnologia e de informação próprios do meio de técnico-científico e informacional, que favorecem as transformações explícitas no processo de produção dessas empresas nas estruturas organizacionais de diversos países subdesenvolvidos.

Através dessas grandes empresas instaladas nos diferentes países do Terceiro Mundo, eles se tornam países a serem especializados em um tipo de produção particular.

Além disso, também facilitam a geração de empregos e provocam uma modificação na estrutura organizacional, tanto material quanto informacional, devido a estruturas de produção em redes construídas e praticadas pelas grandes empresas.

É nesse contexto que o estabelecimento da zona franca na região da fronteira, a Direção de Zona Franca (DZF), considera de suma importância a abertura de mercado haitiano para a implantação das grandes multinacionais. Em relação a isso, o Haiti passou a assumir incrivelmente a demanda do capitalismo global ao implementar as disposições necessárias para se tornar um importante destino de investimento na região. Essa estratégia de desenvolvimento das zonas francas passa a ser uma ferramenta para o planejamento do desenvolvimento econômico e tornou-se para o Haiti a melhor forma de conseguir uma criação massiva de empregos. Assim, torna-se importante para o destino do desenvolvimento das zonas francas comerciais (DZF, 2014) em diferentes regiões do país.

Podemos observar que o desenvolvimento da zona franca, na realidade, pode apresentar resultado em termos econômicos e geração de riquezas na fronteira devido à intensa exploração de mão de obra. Ademais, os produtos fabricados nas empresas podem aproveitar o mercado fronteiriço para vendê-los com os comerciantes e pequenos empresários, podendo ser usados para circulação da produção em diferentes regiões e cidades do país.

Tal zona franca estabelecida na região de fronteira contribui na reconfiguração da circulação de produção, de distribuição de bens e serviços, e entra em competição com a mercadoria local, regional e nacional. Tal circulação e distribuição de produção fabricada na zona franca estabelecida na cidade de Ouanaminthe pode ser feita no tempo e no espaço, de modo a permitir que essa mercadoria use um ambiente construído na fronteira que assuma uma configuração apropriada.

Somente desse modo ela funcionará como sistema e recurso utilizável, tanto coletivamente quanto, em parte, de modo privado. Seu uso, portanto, pode ser tanto ligado às atividades não capitalistas quanto ao processo produtivo, seja como condições gerais, seja como forças e fatores de localização necessários à sua realização. De qualquer modo, essa produção não somente incorpora novas infraestruturas nos lugares, mas também um valor territorial e o aumento da produtividade espacial, que, a seu turno, autoriza a realização de uma nova divisão territorial do trabalho²⁷.

²⁷Diante dessa percepção da construção da zona franca no âmbito de outorgar a efetivação de divisão territorial do trabalho, segundo Benko (2002), há um nexu muito minucioso entre os investimentos e o comércio, apresentando uma ligação entre a localização geográfica de investimentos e o grau de evolução dos mercados (nas regiões de fronteira de dois países). Assim, essas realidades não devem desvalorizar, pois a ocorrência de transnacionalização das empresas dispõe de sua dinâmica particular. Portanto, esta dinâmica está concebida pelo

Nos lugares, principalmente nas grandes cidades, os agentes econômicos estabelecem verdadeiros sistemas interdependentes dos circuitos de produção, com suas próprias metodologias de ação prática, formas de cooperação, concorrência e hierarquias (SANTOS, 2009). Como sugere Alfonso (2010), essa nova divisão territorial de trabalho²⁸ é oferecida pelo comércio transfronteiriço e pela circulação de mercadoria na fronteira. Para tanto, a zona franca de Ouanaminthe, criada com capital dominicano, é chamada a instigar alianças estratégicas entre investidores de ambos os países, abrindo uma forte oportunidade para deter os capitais haitianos para o lado dominicano. Por isso, essas zonas de troca são consideradas como adicionadas para o livre comércio fronteiriço, que requerem a construção de mercados binacionais modernos entre Dajabón e Ouanaminthe.

Isto faz com que surjam ofertas e demandas de serviços e produtos que são diferentes em volume e no tempo. Contudo, podem gerar interações a curta e a longa distância em diversas direções. Na Análise de Alfonso (2004), o pivô desse processo baseia-se em investimentos privados que ocorrem numa zona franca industrial e potencialmente nas infraestruturas portuárias perto de Dajabón. Porém, a zona franca que foi construída em Ouanaminthe na proximidade da fronteira entre os dois países e em processo de ampliação destina-se a culminar um conjunto de produções de têxteis cujos principais objetivos são tirar proveito da quota têxtil haitiana no mercado dos Estados Unidos. Ademais, funciona dentro de uma estrutura de absoluta permissibilidade, dada a incapacidade do Estado haitiano de impor condições mínimas, aproveitando-se das forças de trabalho depreciadas.

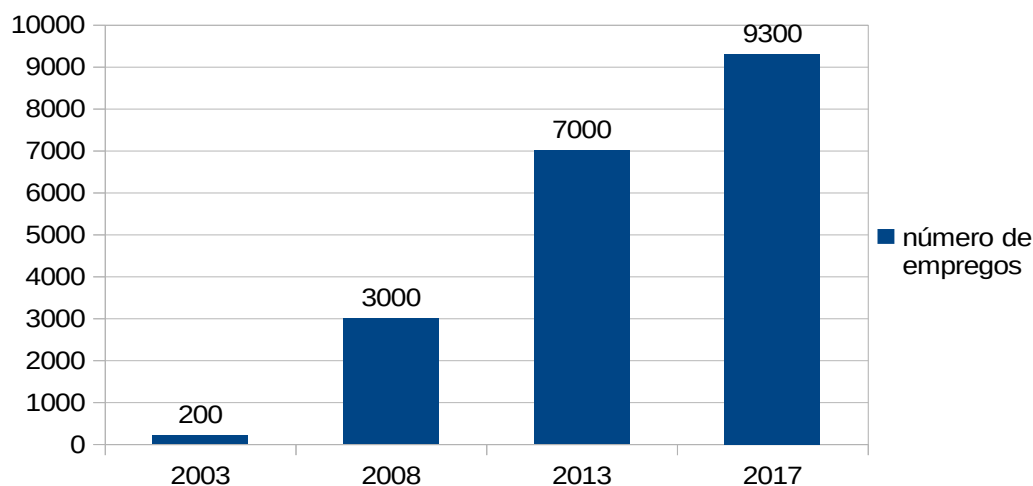
Segundo o relatório de *Association des Industrie d'Haïti* de 2017 (Associação das Indústrias do Haiti de 2017), a indústria têxtil de CODEVI, situada na cidade de

ambiente econômico do país de origem tanto quanto pelo do país receptor dos investimentos das grandes empresas multinacionais. Em decorrência dessa percepção geográfica da localização das empresas multinacionais, descreve Santos (2009), essa nova divisão territorial do trabalho é possível, quando busca se fazer presente em novas parcelas do território, e também enfrenta como resistência ou acolhimento o modo de sociabilização dos agentes e sujeitos sociais, que historicamente se constituem nos lugares. Dentre todas as dimensões da vida de relações que se estabelecem nos lugares, aquela que mais ou unicamente interessa às grandes empresas é o da produção e da comercialização de mercadorias, em especial aquelas necessárias à sua própria atividade produtiva.

²⁸Dado o exposto da pesquisa, Santos (1996) afirma que tal divisão territorial do trabalho é promovida pela produção e a considera como o motor da diferenciação espacial. Concede a toda sua transformação atribuições aos lugares e diferentes conteúdos, que, atualmente, intensificam a divisão internacional do trabalho; trata-se da informação, cuja consequência é a divisão territorial do trabalho. Assim, o valor real de um recurso, tais como o produto, o dinheiro, a população e a inovação, sujeitam-se consideravelmente à sua qualificação geográfica, da significação sincrônica que todos adquirem pelo fato de participar de um lugar. Segundo Corrêa (1997), a forte interação espacial entre os trabalhadores e pessoas que se mobilizam para o mercado transfronteiriço diversifica os paradigmas de interações espaciais que se originam por meio de um conjunto de motivos, nos quais uma delas passa a ocupar uma maior função. Sendo assim, a natureza econômica e social de hinterlândia, desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas, relações sociais de produção, natureza e finalidade e sua diversificação são determinantes, elevando a densidade demográfica e a renda de seus cidadãos.

Ouanaminthe, possui mais de 9.300 trabalhadores durante o ano de 2017, enquanto quatro anos antes, em 2013, ela tinha 7.000. Havia 3.000 funcionários em 2008, e apenas 200 empregados em 2003. Observa-se que os números de pessoas empregadas na CODEVI triplicaram em menos de 10 anos. O Gráfico 6 mostra o número de pessoas que trabalharam na zona franca de CODEVI durante o intervalo de 2003 a 2017.

Gráfico 6. Número de pessoas empregadas na zona franca da CODEVI (2003-2017)



Fonte: Association des indústrias d'Haïti (2018).

Elaboração: Guerby Sainté (2019).

Como constatamos durante as visitas técnicas, nota-se que esses salários mensais dessa força de trabalho, de nove horas por seis dias da semana, chegam aproximadamente a US\$ 60. Contudo, o pessoal de segurança e administrativo é quase todo representado por dominicanos. Também, constata-se que os empregados dos recursos são haitianos e no atendimento há pessoal dominicano e haitiano, forçando as vinculações com as duas nações, dada a desigualdade étnica e nacional sempre latente entre esses países. Alfonso (2010) faz lembrar que as situações de superexploração da força de trabalho com salários miseráveis e aceleração de ritmos de trabalho que preponderam nas zonas francas compõem um cenário propenso a certos conflitos na reivindicação de seus direitos, mais ainda em uma empresa de CODEVI, onde as contradições entre trabalho e capital são acrescentadas aos conflitos étnicos e nacionalistas.

Dada a superexploração de mão de obra na zona franca, as pessoas que frequentam essa empresa não ficam nesse trabalho por muito tempo porque o trabalho é muito difícil e o salário é muito baixo. Devido a isso, há uma constante oscilação dos trabalhadores dentro da empresa. Em decoerência dessa oscilação, a CODEVI estabelece uma escola de treinamento para os recém-funcionários. No caso, se alguns funcionários desistirem ou

abandonarem essa empresa, a CODEVI já encaminha alguns para as fábricas para completar as linhas de produção. A Figura 7 indica os trabalhadores na confecção dos produtos.

Figura 7. Trabalhadores em execução dos produtos na zona franca de CODEVI.



Fonte: Lopez e Eecke (2007).

Dada o controle da concorrência no meio da dominação deste sistema econômico nas das áreas de fronteira, Alfonso (2010) expõe que a função principal que permite a criação da zona franca em Ouanaminthe é o fato de apropriar-se uma parte do processo de fabricação para tirar proveito de espaços que o Haiti possui como um país menos desenvolvido no mercado norte-americano. E isso refletiu sobre a Oportunidade Hemisférica por meio do Partnership Incentivo (HOPE) de 2006, conseguindo aproveitar a desregulamentação do Haiti e os baixos salários de mão de obra. Da mesma forma, pela sua localização na fronteira, pode-se desfrutar de diferentes tipos de serviços técnicos, pessoais e comerciais no lado da fronteira dominicana. Como o capital como é privado, consegue explorar as vantagens comparativas de cada lado da fronteira e aumentar o ganho diferencial.

Na perspectiva de uma eventual integração espacial e regional, deve-se notar que um impulso essencial de um processo foi dado por meio da construção de uma rodovia moderna relacionada às duas principais cidades regionais, Cabo Haitiano e Dajabón, devido ao estabelecimento da zona franca de CODEVI na fronteira. Isso permite a livre circulação de capitais nas cidades-gêmeas para incentivar o desenvolvimento local. Além de baratear os

produtos alimentícios, também facilita o transporte de comerciantes e mercadorias, o que motivou um fluxo turístico da classe média de Cabo Haitiano para Santiago.

Segundo pesquisa realizada por Rosario e Gomera (2016), “Seminário: Comércio Bilateral” (Organizado por *Observatorio Binacional sobre Meio Ambiente, Migración, Educación y Comercio-OBMEC*), o comércio de mercadorias na fronteira Ouanaminthe/Dajabón alcança aproximadamente US\$ 410 milhões por ano. Destes, US\$ 251,5 milhões seriam devidos ao chamado mercado formal, enquanto que US\$ 159,3 milhões fariam parte da informalidade. Contudo, boa parte das trocas provém de duas zonas francas – uma haitiana e outra dominicana; excluído o aporte das zonas francas, o comércio formal seria quantificado em US\$ 64,5 milhões. Ou seja, 63% das trocas nesse trecho da fronteira são produzidos na informalidade. Predominantemente, as trocas informais têm origem agropecuária e industrial, sobretudo têxtil; 90% dos produtos agropecuários que atravessam a fronteira provém de pequenos produtores – são informalizados –, enquanto que 71% dos têxteis são comercializados formalmente.

Com a existência dessas trocas no mercado fronteiriço, os haitianos e dominicanos atravessam a fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón sem exigência de documentos oficiais (passaporte ou visto). Essas trocas estabelecidas na fronteira não só beneficiam os povos que estão na zona transfronteiriça, mas também as pessoas oriundas de outras regiões que se deslocam para comprar e vender mercadorias (CFI, 2016).

Ao mesmo tempo, estatísticas do CEI (*Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana de 2016*) indicam que os dominicanos importam “tecidos usados” do Haiti e entram em competição com as mercadorias do circuito superior. Mas, em realidade, uma parte muito importante desses tecidos são roupas e acessórios empacotados em zonas francas dominicanas, especialmente aquela de Santiago, que não podem ser vendidas diretamente no território dominicano e que usam o Haiti como escala para reintroduzir a roupa no mercado dominicano como se elas tivessem sido importadas. No entanto, outra parte é, de fato, comprada por comerciantes de Dajabón: são roupas e sapatos usados resultados de doações internacionais para o Haiti (ALFONSO, 2010; 2016; BOURGEOIS, 2016; CFI, 2016) formam as solidariedades organizacionais da região de fronteira.

Por sua vez, as solidariedades organizacionais respondem pelo processo de internacionalização da região fronteiriça. Em Ouanaminthe, foi instalada uma Zona Franca que resultou, em dezembro de 2006, da aprovação pelo Congresso dos EUA da Lei HOPE (Haitian Hemispheric Opportunity Through Partnership Encouragement Act), que permite ao Haiti exportar produtos têxteis e cabos sem tarifas nem cotas aos EUA. Com a Lei HELP

(Haiti Economic Lift Program) e o Acordo CBTPA (Caribbean Basin Trade Partnership Act), as exportações para os EUA podem ser feitas até 2020.

Aproveitando-se de uma força de trabalho barata, a Zona Franca da Companhia de Desarrollo Industrial (CODEVI), um ramo de um grupo empresarial dominicano, Grupo M, especializado na gestão de Zonas Francas, é subcontratado por grandes empresas transnacionais, como Lévi-Strauss, Hanes, Adidas e Walt Disney. De acordo com o jornal *AlterPresse* (LOPEZ; EECKE, 2007), os Jeans da Lévi-Strauss são vendidos nos EUA e na Europa por aproximadamente US\$ 50, e grande parte desses produtos são montados por menos de US\$ 5, enquanto que o trabalho mensal é pago em cerca de US\$ 50 por mês por trabalhador sem nenhum direito social. A Figura 8 mostra os produtos de jeans da Lévi-Strauss produzidos na CODEVI.

Figura 8. Vestuários produzidos na CODEVI para exportação aos EUA e à Europa



Fonte: Lopez e Eecke (2007).

A construção da zona franca de CODEVI passou por sérias dificuldades devido à oposição de muitos grupos políticos de Ouanaminthe, e, em seguida, as disputas trabalhistas que surgiram devido aos baixos salários e às condições onerosas de trabalho. Esses conflitos forçaram a empresa a negociar com os trabalhadores em razão da pressão de seus financiadores do Banco Mundial, da Confederação Sindical Internacional (ITGIWF) e das próprias marcas interessadas em evitar um boicote por violação do código de conduta (DUVILLIER, 2004). No final de 2005, o grupo M concordou em assinar um acordo de negociação coletiva e em permitir o sindicato chamado Sendika Ouvriye Kodevi (SOKOWA) se constituir para defender os direitos dos trabalhadores. Além disso, houve um aumento

salarial dos trabalhadores da CODEVI, cujo salário diário passou de US\$ 1,5 para US\$ 3, com a promessa de pagar hora-extra por qualquer atraso do dia durante 8 horas (ALFONSO, 2010).

Além disso, essas forças de produtividade são geralmente compostas por vários grupos de fabricantes que, em diferentes escalas, funcionam sob a demanda de reduzir e dividir os custos de produção, as cadeias de valores globais. Para isso, fazem uso da exploração da força de trabalho, expandindo ao máximo as jornadas dos trabalhadores para que possam produzir quantidades cada vez maiores em prazos pequenos, em troca de remunerações enormemente baixas (HARVEY, 1989). De tal maneira, essa extensão da divisão espacial da rede de produção têxtil permite fragmentar em diferentes formas as ligações de trabalho ao longo da produção, distribuição e ao momento da realização de mercadoria das roupas. Nesse contexto, é relevante mencionar que houve um crescente processo de divisão de trabalho por meio de fracionamento espacial das funções de trabalho, fazendo com que os trabalhadores mantenham menor relação possível.

Além de não respeitarem os direitos sociais dos trabalhadores, as empresas de CODEVI são beneficiadas com acordos comerciais internacionais, como o CBI (Caribbean Basin Initiative), o CBTA (Caribbean Basin Trade Partnership Agreement), o LDC-Canada, que fazem com que seus produtos a serem exportados tenham acesso privilegiado a certos mercados, como o norte-americano e o canadense, entre outros.

Além disso, a CODEVI passa a vender grande parte de suas produções no mercado local e determina uma das zonas industriais que tem possibilidade para oferecer os incentivos especiais para atrair os investidores externos. Desse modo, os produtos têxteis importados passam por uma série de transformação antes de serem submetidos à exportação e à reexportação para outros países. O Quadro 5 apresenta as principais empresas multinacionais de exportação que fazem parte da CODEVI e suas especialidades.

Quadro 5. As principais empresas multinacionais que fazem parte na zona franca da CODEVI (2011)

Empresas multinacionais	Especialidade em função de produção
Sara Lee	Têxtil
Dominican Knits	Têxtil
American Eagles Outfitters	Têxtil
Levi Strauss & Co.	Têxtil (calça-jeans, dockers).
Grupo M	Têxtil
Fishman & Tobin, nc	Têxtil
Hanes Brands	Têxtil
Timberland	Sapatos
Vanity Fair	Têxtil (Roupas íntimas)
Banana Republic	Têxtil
Iron Free	Têxtil
BKI	Têxtil (uniformes exercito americano /dominicano)

Fonte: Direction des Zones Franches (DZF, 2011); DESROSIERS, 2014.

No contexto de exportação de produção têxtil, como apresentado na Figura 8, a empresa industrial de CODEVI possui, segundo informação disponibilizada pela Direção Nacional das Zonas Francas, o total de nove multinacionais especializadas na produção de têxtil, cujas principais produções realizadas na CODEVI são: uniformes para trabalhadores de hospitais, camisas, roupas íntimas, jeans, além das usinas de produção de sapatos (Timberland-Suíça). Assim, essa estrutura de produção é fabricada por linha de produção, um tipo de produção solidária com intuito de produção coletiva.

No âmbito dessas atividades de produção têxtil fornecida pela CODEVI, Desrossiers (2014) ressalva ainda esse tipo de solidariedade no que diz respeito ao processo de produção por meio da pressão produzida pelos/as trabalhadores/as para atingir os objetivos de diários individuais. Porém, essa concepção de solidadriedade, que está geralmente relacionada às metas de produção, colabora para o crescimento da produtividade independentemente de como se comporta a saúde dos trabalhadores nesta zona franca.

Segundo informação disponibilizada pela Dirección General de Aduanas (Ministério de Hacienda, 2015), as exportações da República Dominicana para o Haiti, no ano de 2015, somaram pouco mais de US\$ 1 bilhão e são classificadas em três escalões: nacionais, de zonas francas (existem 3 na República Dominicana) e outras. As nacionais contam com

US\$ 484,6 milhões; as provenientes de zonas francas somam US\$ 456,6 milhões; e a rubrica outras conta com US\$ 58,8 milhões. A proporção da produção globalizada é muito significativa, demonstrando o grau de internacionalização da ilha e da fronteira, sobretudo ao excluir da produção nacional aquela das zonas francas.

Nesse contexto, a presença dessa zona franca de CODEVI e a sua ampliação enfatizam o conteúdo econômico globalizado desta configuração regional. Assim, esse conteúdo está presente nas trocas, pois, efetivamente, muitos dos produtos comercializados envolvem complexos circuitos internacionais. Mas a zona livre de CODEVI, somada a esta dimensão mais de convivência natureza explícita e produtiva, poderia ser aumentada no futuro, com a construção das lojas comerciais que beneficiem as franquias de fronteira para funcionar na região do Caribe (ALFONSO, 2010). As fronteiras, e em especial a díade da fronteira Haiti/República dominicana – Ouanaminthe e Dajabón –, revelam com grande intensidade nexos cotidianos que convergem e se combinam, mas também exibem conflitos e fricções. Conforme Santos (1996), dois planos materiais são produzidos na fronteira: horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades respondem pelo trabalho chamado informal das pessoas, pelos empregos e instituições em uma área comum, contígua, sendo a vizinhança e a copresença centrais nessa definição. Já a verticalidade é referida à relação que se dá entre pontos do espaço e só tornada possível graças às telecomunicações; pontos e manchas, como zonas francas, que recebem ordens e mensagens e as executam no tempo desejado, permitindo que o projeto dos agentes hegemônicos seja exercido (SANTOS, 1993), aquele em que a coexistência compulsória de tarefas se impõe em razão da organização dos meios de troca. E que combina elementos internos – próprios das solidariedades orgânicas – com elementos que fogem ao controle do lugar – próprios das solidariedades organizacionais facilitadas por intensos corredores transfronteiriços.

Em relação à reprodução do espaço fronteiriço por meio da mobilidade social urbana, ressalta Alfonso (2010), a função de Dajabón na área de fronteira mantém-se o da cidade industrial relacionada às atividades do circuito superior. Portanto, tais atividades econômicas da zona franca construídas fazem com que as cidades transfronteiriças passem a receber as transações intensas, tanto econômicas como comerciais, porém, são exclusivamente consideradas como um lugar marginal de acumulação destas regiões de fronteira. Ainda é claro que a sua posição tenha melhorado de forma significativa, isso é óbvio na proliferação dos serviços, tais como restaurantes, alojamento, serviços técnicos, caixas financeiras e

bancos, e também pelo aparecimento de uma classe média local, associada ao comércio estabelecido na região de fronteira.

Ainda que a função de intermediária principal se refira ao noroeste do Haiti e, particularmente, tanto às cidades de Ouanaminthe quando a Dajabón, que também estão adquirindo funções mais centralizadas em correlação com o seu ambiente provincial, ela vai além da sua função de capital política para se tornar gradualmente um centro de prestação de serviços, de atividades comerciais ligadas ao mercado fronteiriço, e também às atividades de importações e exportações da construção da zona franca de CODEVI. Isso faz com que essa cidade obtenha uma maior visibilidade no cenário internacional devido às atividades econômicas e comerciais instituídas na fronteira de dois países. Acerca disso, a questão do mercado transfronteiriço promovido entre as duas cidades será debatida no capítulo 4.

CAPÍTULO 4

MERCADO TRANSFRONTEIRIÇO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NAS CIDADES DE OUANAMINTHE E DAJABÓN

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar uma pesquisa sobre o mercado transfronteiriço e circuito da economia urbana nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón que podem influenciar por meio do comércio entre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón. Parte-se, pois, de um pressuposto para elucidar as informações sobre a condição atual e o seu potencial de comércio estabelecido entre as duas cidades mencionadas. Portanto, a dinâmica das relações de trocas criada nas regiões de fronteira permite que as populações compartilhem suas vivências e efetuem trocas, que levem um impacto socioeconômico para a comunidade fronteiriça, tornando-se atrativas quando se observa o movimento entre as duas populações.

Para tanto, indicam-se as similitudes e as descontinuações nas relações comerciais, determinando a organização do espaço entre as cidades, bem como as influências recíprocas que exercem uma às outras, e os efeitos produzidos na escala regional e nacional. Tais relações entre estas cidades estabelecem uma dinâmica crucial para o ordenamento territorial nas escalas nacionais de dois países. Busca-se entender a dinâmica da informalidade dos comércios praticados na fronteira, que, porventura, apresenta-se como uma seletividade nos lugares de forma diferenciada entre os dois lados da fronteira.

Por meio dessa evolução socioeconômica das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, podemos analisar de que forma as relações de trocas comerciais impactariam a vida de relações diferenciadas pelos fluxos e trocas (pèpès) que estivessem muito presentes nas áreas de fronteira estudadas, notadamente entre os fronteiriços (sujeitos), que são os consumidores do espaço urbano que possuem visibilidade cotidiana da área. Essa discussão sobre a situação socioeconômica das cidades de Ouanaminthe e Dajabón contribui para a compreensão da formação socioespacial dessas cidades-gêmeas.

4.1. Situação geográfica e econômica das cidades de Dajabón e Ouanaminthe

A evolução da economia das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, que compartilham uma parte do espaço geoeconômico transfronteiriço do Haiti e da República Dominicana, é encontrada em um nível político e nas trocas estabelecidas entre as populações de fronteira.

De fato, as fronteiras políticas não possuem ainda aplicação do poder de controle fiscal em relação aos fluxos de comércio que cruzam as faixas fronteiriças, o que explica tal concepção. Em vista disso, as interações que naqueles lugares vinham sendo tecidas entre os fronteiriços de um lado ao outro da fronteira contraditavam as ideologias e políticas de dois Estados nacionais. Igualmente, naqueles aglomerados, o limite fronteiriço não dispõe da mesma relevância política e ideológica pelos países. É importante pensar em “antilugar”, no qual a delimitação territorial é amortecida pela comunidade da fronteira que a metamorfoseará em lugar de trocas e transações de todas as indicações, de reencontros, em uma territorialidade transfronteiriça (FERRARI, 2013). Isso ocorre em razão de um novo período nas vinculações transfronteiriças, nas particularidades do desenvolvimento histórico de Ouanaminthe e Dajabón.

Para Alfonso (2010), o mercado transfronteiriço, percebido como espaços de intercâmbio internacional entre compradores e vendedores de ambos os Estados, possui uma história marcada pelo compartilhamento de mercadorias. No decorrer do século XIX e no prelúdio do século XX, as feiras transfronteiriças funcionavam no território haitiano, considerado como o lado mais forte da conformação, e provocaram protestos de comerciantes e políticos dominicanos interessados em exercer o controle sobre essas práticas de atividades comerciais. Levando-se em consideração os aspectos de fechamento da fronteira pela ditadura Trujillo, diversos mercados locais e regionais exclusivamente dominicanos continuaram em funcionamento, até a abertura da faixa de fronteira.

Os objetos de consolidação das cidades fronteiriças a Dajabón foram remodelados integralmente, e em toda a região ocorreu o desenvolvimento de uma política de colonização rural. Essa política de construção de estradas e obras públicas sob o governo de Trujillo agravou ainda mais as divergências entre os dois Estados numa única ilha, enquanto do lado haitiano ainda continuava mais desprovido e retrógrado. No entanto, a fronteira estava então sob estrito controle militar e havia muito pouco trânsito entre os dois países.

Nesse contexto, essa disputa entre diversos sistemas espaciais acarretou um constante ajuste das referentes obrigações. Portanto, os regulamentos aduaneiros das lógicas territoriais nacionais foram suavizados pela pressão dos agentes econômicos, tanto do âmbito internacional quanto do local e regional, como mostra a experiência das organizações institucionais do mercado de Dajabón. Com a queda da ditadura no Haiti, em 1986, ocorreu à reabertura da fronteira. Assim, os militares se tornaram gradativamente tolerantes aos comerciantes dominicanos e haitianos. Desse modo, os portos de controles fronteiriços possibilitaram que os vendedores e compradores cruzassem as fronteiras, e as transações

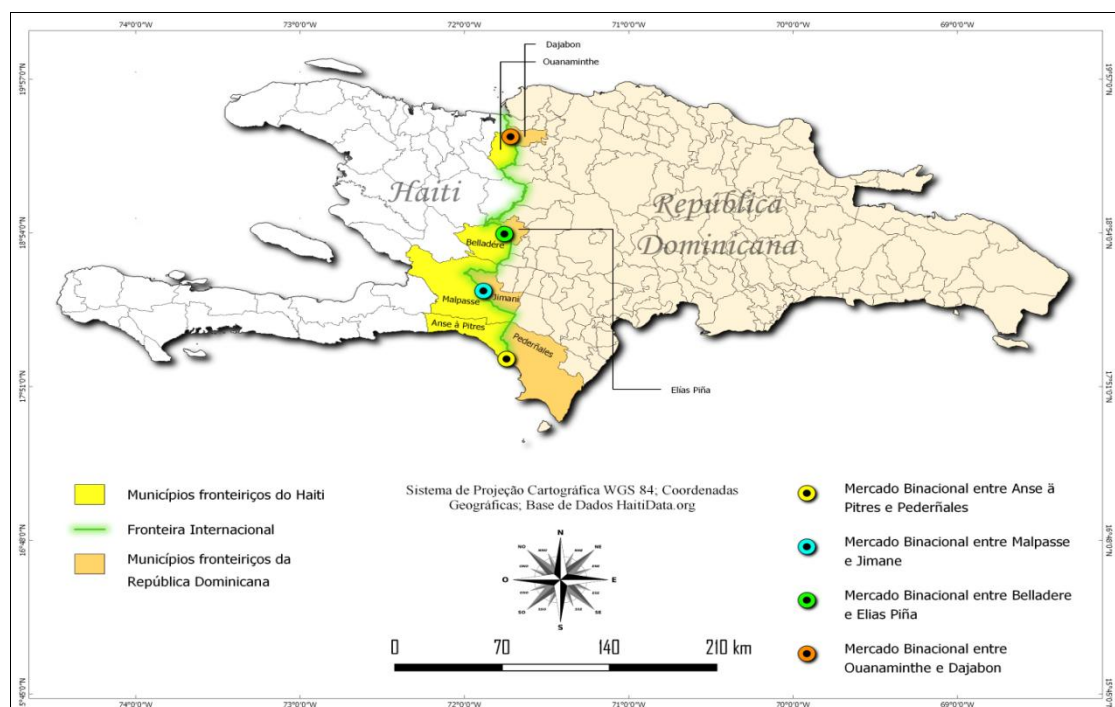
comerciais foram reintegradas. A partir daí, as feiras transfronteiriças, marcadas pela imposição do bloqueio econômico, foram evidenciadas pelos Estados Unidos no prelúdio dos anos 1990.

Em consequência do golpe militar que forçou o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide a deixar o poder em 1991, seguiu-se um período de embargo que paralisou toda a economia do país. Porém, O golpe ocasionou sanções econômicas de países da OEA, dos Estados Unidos e, em 1994, um embargo da própria Organização das Unidas (ONU). Enquanto isso, atividades comerciais estabelecidas na região de fronteira tornaram-se um fator essencial no fornecimento de insumos à população haitiana.

Entre 1992 e 1994, o contrabando dos produtos criou um comércio transfronteiriço de tal importância que as cidades fronteiriças deram um notável salto demográfico. Oficialmente, a fronteira é fechada, mas o regime dominicano, vendo bem o interesse deste comércio, tolera estrategicamente estas trocas e estabeleceu, em 1995, os mercados binacionais, deixando a passagem entre os dois países aberta durante os dias de funcionamento do mercado (MOUDDEN, 2006; ALFONSO, 2010).

Esses motivos levaram o governo dominicano a outorgar o comércio transfronteiriço de alimentos para aproveitar o mercado haitiano, que foi aberto aos produtores dominicano. Tal ação, concomitantemente, foi tomada para evitar uma onda de migração haitiana. Segundo Théodat (2003) e Alfonso (2010), tais atos foram anunciados como uma medida encorajada por motivos humanitários. Assim, o mercado é uma forma de comercialização que é considerada transfronteiriça porque essas relações de comercialização que se estabelecem são ímpares, e também porque os Estados detêm o capital das estruturas para que os comerciantes vendam as mercadorias nesse local. Dessa forma, há diversos pontos comerciais, principalmente as feiras que se desenvolveram ao longo das fronteiras de dois Estados, onde as duas populações compartilham as suas trocas de mercadorias, conforme mostram no mapa 6.

Mapa 6. Pontos comerciais estabelecidos ao longo das fronteiras dominicano-haitianas (2020)



Fonte: Base de dados de HaitiData.org. **Elaboração:** Guerby Sainte (2020).

Dentre os pontos comerciais estabeleceram ao longo das fronteiras do Haiti e da República Dominicana, e os mais importantes estão localizados na parte norte do país, principalmente em Ouanaminthe e Dajabón, onde as populações fronteiriças compartilham os mercados binacionais. O Quadro 6 mostra os principais dias e horas de funcionamento das feiras transfronteiriças.

Quadro 6. Cronograma de dias/horas de funcionamento das feiras transfronteiriças (2011)

Dias e horário de mercado transfronteiriço	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Ouanaminthe	Ouanaminthe/Dajabón						
	8h-16h				8h-16h		
Jimaní	Jimaní/Malpasse (Fonds-Parisiens)						
	8h-16h			8h-16h			
Pedernales	Pedernales/Ânse-à-Pitre						
	8h-16h				8h-16h		
Elias Piña	Elias Piña/Belladère						
	8h-16h				8h-16h		

Fonte: CEI-RD (2011). Adaptado pelo autor.

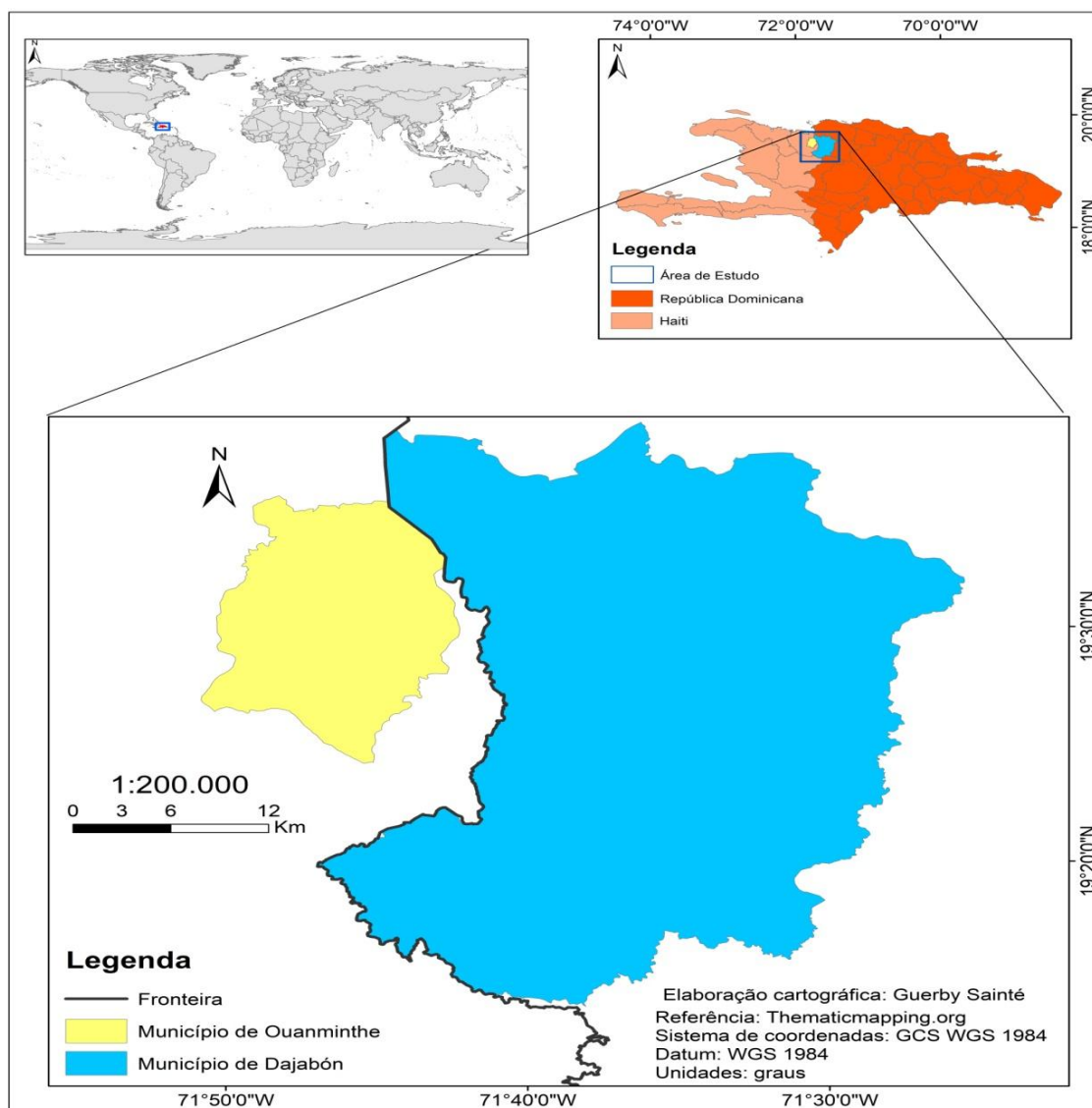
No âmbito dos comércios e mercados estabelecidos nas diferentes faixas de fronteiras entre os dois países, o maior destaque desta pesquisa é para a zona de fronteira de Ouanaminthe e Dajabón. Assim, a fronteira norte dessas cidades conta com uma rede urbana

baseada numa intensa relação comercial. O município haitiano de Ouanaminthe é formado por uma área de 222,90 km² e faz parte do Departamento Nordeste (1698 km²). Segundo a informação do IHSI (2015), esse município registrava 149.129 habitantes, dos quais 76.992 viviam na área urbana e 69.492 na área rural (MATOS, 2016).

Ouanaminthe apresenta uma configuração espacial característica de ocupações urbanas espontâneas, com bairros de acesso difícil, centenas de pequenas ruas estreitas que passam por entre as casas e grandes aglomerações humanas. Perante essa análise, essa cidade passou a sofrer algumas mudanças na estrutura organizacional e socioespacial por meio dos fluxos de pessoas que se estabelecem na área de fronteira em busca de melhores oportunidades ou possibilidades de sobrevivência (MATOS, 2016). Tal situação contribuiu, portanto, para reconfigurar a dinâmica das políticas socioespaciais dessa cidade.

Cabe ressaltar que a fronteira norte que atravessa por um eixo em cada país. Do lado haitiano, encontra-se a cidade do Cabo Haitiano, uma Capital Regional que polariza significativa hinterlândia. É nessa área da capital regional que está localizada a cidade de Ouanaminthe – gêmea de Dajabón, rota obrigatória para a outra capital regional (dominicana), a cidade de Santiago, capital regional da região de Cibao – no Haiti, esse eixo é chamado de Rota Nacional nº 6. O Mapa 6 mostra a localização geográfica dos dois municípios: Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana).

Mapa 7. Mapa da localização geográfica dos municípios de Ouanaminthe e Dajabón - 2019



Fonte: Thematicmapping.org (2019). Elaboração própria do autor.

Djabón é considerada uma cidade média de grande importância. Na organização regional no período recente, a cidade média passa a ser um relevante ponto entre as inúmeras temáticas que dispõem a rede urbana regional. Portanto, tais questões reproduzem os seus significados mediante a importância que exercem entre os demais pontos da rede urbana, tendo em vista: serviços, capitais especulativos, corredores de escoamento da produção, desconcentração e produção industrial, fatores de aglomeração e desaglomeração urbana e nível de integração ao território. Apesar disso, Corrêa (1997) expõe que a cidade média é um método de classificar as cidades que se observa pela combinação de muitos aspectos, como dimensão demográfica, associada às funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano.

Conforme apontam Santos e Silveira (2001), as cidades médias comandam o principal das condições técnicas da produção regional, deixando a relevância dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em consequência da função dessas metrópoles no controle direto ou indireto do chamado mercado global. Contudo, isso estabelece uma fonte permanente de inquições, posto que a cidade regional, com o relé políticos subordinados, é ainda um espelho de controvérsias entre as preocupações vinculadas à produção propriamente dita de seu lado técnico e as relacionadas à realização de seu lado político.

Em relação à fronteira entre a República Dominicana e o Haiti, Alfonso (2016) enfatiza que há uma incongruência comum em termos de fronteira geralmente. Portanto, nas fronteiras, devido à forma como estão inseridas nas estratégias de acumulação, a parte mais pobre é regularmente mais próspera do que a média nacional que a contém, enquanto a parte mais rica é especificamente menos rica do que a média nacional. Assim sendo, os principais municípios do Haiti, e aqui residem essas incoerências, têm uma dinâmica demográfica ativa, e suas populações crescem e se agrupam em cidades sem traçados, sem planejamento ou serviços urbanos mínimos.

Na proposta de Santos (2004), a pobreza urbana pode se manifestar em todas as cidades e em todas as regiões, diferenciando-se a partir do contexto local e regional. Esses processos de ampliação da escassez e da carência no meio urbano estão relacionados, de fato, devido à forma desigual e ao crescimento da urbanização do território, de modo que as porções importantes da sociedade se apropriam da riqueza de forma desigual. Conforme o autor, a pobreza pode ser acarretada pela necessidade constante de suprir as necessidades básicas. Contudo, o desigual estabelecimento de sistemas produtivos e técnicos, além de poder desigual no fortalecimento das políticas públicas, gera lugares e territórios desiguais, passando condicionar o crescimento da pobreza.

Além da desigualdade territorial e da construção de estruturas produtivas entre as duas cidades, Sen (2003) aponta que condição da pobreza está instituída como uma privação de capacidades básicas, e não apenas baixa renda. Essa capacidade é definida em termos de liberdades substantivas que permitem que um indivíduo tenha liberdade de assumir o tipo de vida que ele deseja. No entanto, não se pode negar a evidência da baixa renda, na medida em que esse fator constitui uma das principais causas da pobreza, pela razão de que a falta de recursos é, ao menos, a principal fonte de privação de capacidade de um indivíduo. Nenhuma outra condição predispõe a uma vida de pobreza do que a renda inadequada.

Portanto, Paugam (2005) afirma que nas sociedades modernas a pobreza não é definida por si só, mas em comparação com um limiar de rendimento que aumenta com o aumento da riqueza. Por conta disso, provavelmente, é que o regime da distribuição de renda continua a ser principalmente determinado pelo desempenho do trabalho e rendimentos de capital. No entanto, a condição de renda mais baixa da população vivencia nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, Santos (1996) expressou no livro *“Natureza do Espaço”*, a população pobre se torna ainda mais exposta às condições de decadência econômica, e por sua maioria fazer parte das dinâmicas do circuito inferior, é concebível que essa parcela da economia urbana seja também mais vulnerável aos implicações/impactos de uma instabilidade econômica nacional do Haiti.

Um país como Haiti, classificado como o mais pobre da América, além de ter renda baixa, no qual se justifica manter a pobreza como critério central, as necessidades básicas fornecidas pelo mercado (alimentos, água, abrigo, roupas, transporte) representam mais de 93% dos gastos da renda familiar. Assim, grande parte da população vive na pobreza ou na vulnerabilidade. Em um contexto econômico dominado pelo subemprego, no qual o rápido aumento da população elevou a taxa de dependência do trabalho informal, faz sentido que a pobreza moderada seja de 58,6% no território nacional, bem como existissem 90% de famílias pobres em vulnerabilidade em 2012 (MONTAS, 2005). Assim, a pobreza generalizada e a vulnerabilidade são reforçadas por uma divisão desigual do rendimento, principalmente depois da tragédia de 12 de janeiro de 2010.

A concepção de pobreza vinculada ao Haiti, principalmente às cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, pensando em Paugam (1999), tem início com a exclusão do indivíduo do mercado de trabalho e a decorrente necessidade de recorrer ao sistema de assistência social. A partir daí, é disparado um processo de desqualificação social, que se dá de dentro para fora e tem como gatilho o estigma de se reconhecer e ser reconhecido como pobre. Ele caracteriza a pobreza e o processo de desqualificação social como o movimento de expulsão gradativo para fora do mercado de trabalho de camadas cada vez mais numerosas da população e as experiências vividas na relação de assistência ocorridas durante as diferentes fases desse processo.

Em decorrência desse paradigma, a divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. “Atualmente, ela obedece a cânones científicos, por isso se considera que uma divisão do trabalho é administrada e movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Sai-se de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em

outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem soluções, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como também, pela redução do valor do trabalho” (SANTOS, 2003), devido à sociopolítica e também a tragédia de terremoto de 12 de janeiro 2010 que fragilizam a economia do Haiti. Isso repercute também sobre a economia do país vizinho.

Essa condição de precariedade econômica do Haiti faz com que grande parte da população nacional se locomova para a área de fronteira em busca de uma vida melhor e de oportunidade nos mercados transfronteiriços. Perante isso, Alfonso (2016) estipula que os municípios dominicanos, embora mais populosos, perdem população, de modo que a área de fronteira deste país está em processo de despovoamento e tem uma densidade demográfica significativamente inferior à média nacional.

Dessa forma, o comércio transfronteiriço entre as cidades Ouanaminthe e Dajabón constitui em suas modalidades os motivos de ser de cada uma delas. Para as populações de Ouanaminthe, é a única possibilidade de renda e de emprego, bem como para as compras os produtos alimentícios barateados; do lado dominicano, a condição é menos ajustada, no entanto a feira transfronteiriça gera empregos temporários, uma diminuição substancial no custo da cesta básica e uma renda suplementar vital. Porém, percebe-se que essas são vantagens marginais, que poderiam servir para aliviar as sobrevivências, mas não poderiam erradicar a situação de pobreza que prevalecem nas duas comunidades de fronteira (ALFONSO, 2005). Segundo Relatório de *Programme des Nations Unies pour l'Environnement (PNUE)* de 2013, um dos principais problemas para as políticas públicas para a reestruturação da situação da cidade de Ouanaminthe é a pobreza. Ela se traduz na falta de emprego, na insegurança alimentar incessante e também no subdesenvolvimento do Haiti, afetando literalmente toda a cidade de Ouanaminthe e produzindo um efeito para a cidade de fronteira entre esse país e a República Dominicana.

Figura 9. Situação de pobreza no Haiti e na República Dominicana



Fonte: à esquerda, Catherine Dumond (2016); à direita, Carmen Suárez (2014).

Apesar de todas as diferenças étnicas, históricas, linguísticas, sociais, religiosas e econômicas, as populações fronteiriças estabelecem relações muito mais frequentes e importantes do que é oficialmente admitido, mesmo que baseadas em interesses econômicos (ALFONSO, 2005; 2010). Além disso, a cidade de Dajabón desempenha uma movimentação de atividade comercial devido à feira estabelecida na zona transfronteiriça (ROSARIO, 2007). Percebe-se que o mercado de Ouanaminthe ocupa uma função importante no abastecimento cotidiano da população dessa cidade e também dos vilarejos dos Estados vizinhos; é onde são vendidas as principais mercadorias advindas da área rural, onde comerciantes ambulantes utilizam as calçadas e praças das cidades. Ademais, esses mercados oferecem uma oportunidade e abrem caminhos para interações espaciais, sociais e troca de mercadorias entre ambas as cidades, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10. Mobilidade das pessoas para o mercado transfronteiriço de Dajabón-2019

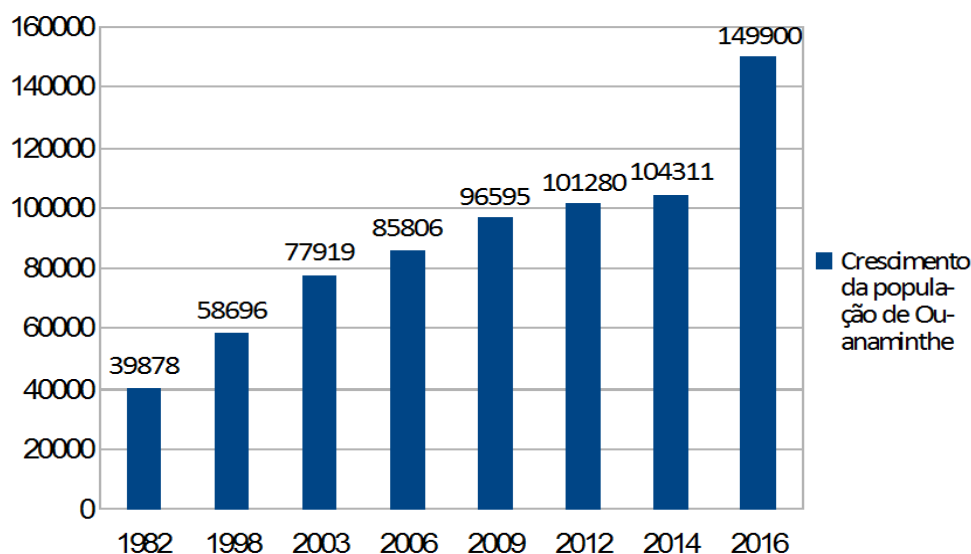


Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté (2019), 1º fevereiro de 2019.

É indiscutível que a área de fronteira atrai haitianos de outras partes do país que almejam oportunidades de emprego, mais numerosas perto da fronteira dominicana. Com base nisso, observa-se que as aldeias da área de fronteira com o Haiti têm aumentado seu crescimento populacional na última década, e a taxa de urbanização é alta na região. Como parâmetro, a população da cidade de Ouanaminthe aumentou 20% ao ano. As consequências desses movimentos populacionais são sentidas no outro lado da fronteira, por onde os

haitianos chegam e se estabelecem em solo urbano desocupado. A população do lado haitiano da fronteira tem aumentado muito mais rápido do que no resto do país, e as de comunidades da área de fronteira, para o qual os dados estão disponíveis, aumentaram quase 4% ao ano em comparação com um aumento de 1,3% em todo o país (PNUE, 2013). O Gráfico 7 apresenta o crescimento gradual da população de Ouanaminthe durante o período de 1982 a 2016.

Gráfico 7. Crescimento da população de Ouanaminthe durante o período de 1982 a 2016



Fonte: CHRAD – Elaboração: Guerby Sainté (2019).

A concentração populacional em nível da cidade é o ponto nodal do fenômeno da urbanização. No entanto, com o crescimento dinâmico da população urbana, a urbanização passou de um país para outro, de uma área para outra. Este crescimento está frequentemente ligado ao fluxo migratório da zona rural para a zona urbana em função das atividades estabelecidas nas fronteiras. Essa questão urbana ligada ao fluxo migratório do rural para o urbano pode ser explicada, em certa medida, pela desestruturação da economia camponesa, que gera um deslocamento maciço da população em busca de melhores condições de vida na área urbana, perante a centralização e a concentração das principais atividades mais sensíveis ligadas ao setor terciário, que estão na cidade.

Para compreendermos a forma de urbanização em Ouanaminthe, podemos nos ater às reflexões de Rochefort (2008), que expõe que a urbanização de certas regiões dos países subdesenvolvidos passa a ser produzida sob um forte crescimento demográfico, uma acentuada migração campo-cidade e um contexto de subordinação desses territórios à colonização, o que contribui para o surgimento de cidades em áreas interessantes aos países colonizadores.

Por isso, as grandes cidades encontram-se localizadas em áreas periféricas (principalmente as cidades que se localizam nas regiões fronteiriças do Haiti), e o fenômeno da macrocefalia é uma raia comum nesses países, juntamente com as profundas desigualdades territoriais (ROCHEFORT, 2008) e espaciais entre o Haiti a República Dominicana. É nesse aspecto que várias empresas e a Zona Franca de produção industrial concentram-se em diferentes países e/ou grandes cidades do Terceiro Mundo, como os espaços fronteiriços do Haiti, reduzindo o peso da pobreza nas grandes cidades ao estimular a criação de empregos.

Porém, tais estratégias aplicadas não possuem nenhuma alternativa para diminuir sistematicamente os desequilíbrios econômicos existentes entre as áreas urbanas e rurais. Isso faz com que grande parte da população rural passe a migrar para as grandes cidades a fim de atender aos custos de vida e também devido às dificuldades de se locomover de uma cidade para outra por falta de rede de infraestrutura nas diversas áreas rurais do Haiti. Segundo a reflexão de Santos (2008), essa migração é a consequência da imobilidade. Quem pode se locomover vai consumir e voltar ao lugar de origem; quem não pode deslocar-se cotidianamente vai e fica na cidade grande²⁹, onde oferecem os serviços básicos.

Em decorrência da evolução das técnicas nas áreas de fronteira e da centralização das principais atividades econômicas, nota-se que os fluxos migratórios têm aumentado na cidade de Ouanaminthe. Através dessas técnicas, Santos (1991) estipula que o espaço rural e o urbano conheceram algumas transformações, pelo uso sistemático de aporte das técnicas e das ciências por decisões de alterações que levam em conta, na cidade e no campo, os usos a que cada parte do território se destina. Desse modo, Santos (2008) realça que a vida rural se torna quase autônoma em relação à cidadezinha, principalmente as relações que se mantêm entre a cidade e campo. Além disso, quando a atividade agrícola passa a ser modernizada, as suas relações são mais amplas e vão além do seu objetivo. Assim, no país em subdesenvolvimento, a rede de comunicações e a de transportes passam a conhecer algumas transformações devido à intensificação e circulação de fluxo de ônibus e automóvel na área urbana.

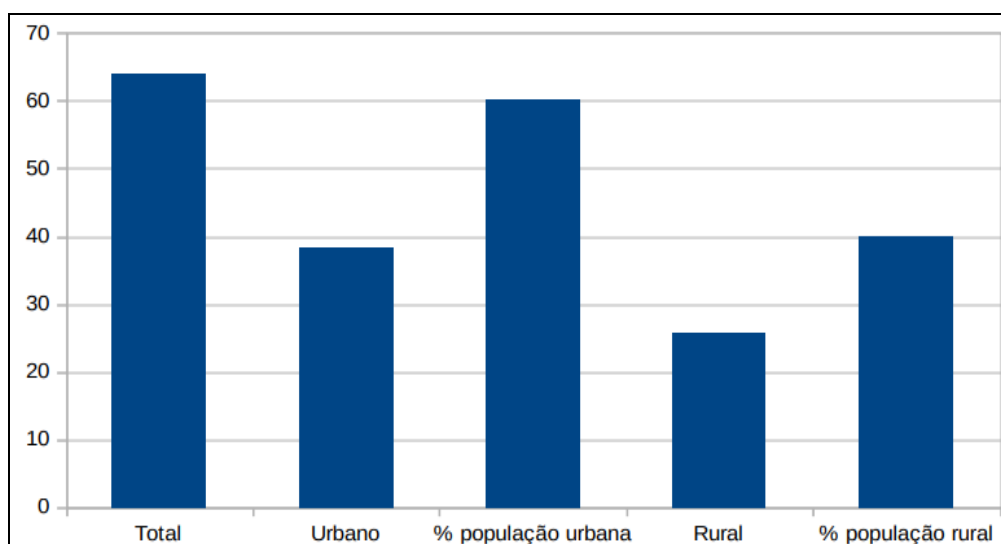
Em relação a esse uso do espaço urbano e à centralização das principais atividades comerciais nas faixas de fronteira, nota-se que os fluxos migratórios têm aumentado na cidade de Ouanaminthe. Ele pode ocorrer através de uma manifestação singular que envolve uma relação específica de uma determinada sociedade com o seu meio. Sendo assim, trata-se de uma parte da singularidade de uma totalidade na qual está inserida por meio de uma transformação social e espacial (MORAES, 2005) das cidades transfronteiriças.

²⁹ “A cidade grande também é considerada como lócus da produção das ideias, técnicas, formas de organização e instrumentos financeiros que permitem realizar o comando sobre o território nacional” (SILVEIRA, 2011, p. 39).

Já na República Dominicana existem sete províncias fronteiriças (Montecristi, Dajabón, Elías Piña, Independência, Pedernales, Batoruco e Santiago Rodríguez) que cobrem 22% do território nacional. Portanto, a cidade de Dajabón localizada na República Dominicana, tem uma área de 1.021 km², composta por cinco distritos municipais: Dajabón, El Pinto, Loma de Cabrera, Partido, Restauração. Faz parte da região norte de Cibao, cuja principal cidade é Santiago de Caballeros (MATOS, 2016). Assim, a República Dominicana vem, desde a década 1970, vivenciando os processos de êxodo rural, especialmente nas províncias situadas na área de fronteira que são as mais pobres das áreas rurais do país (PNUE, 2013).

Nas últimas décadas, a taxa de crescimento da população dominicana desacelerou de maneira considerável, chegando à média de 1,21% ao ano. Esse efeito repercute sobre as regiões de fronteira dominicana, resultando em uma baixa densidade demográfica, uma vez que contém apenas 5,2% da população total (PNUE, 2013). A cidade de Dajabón é um dos dezessete Municípios territoriais que abrangem o crescimento populacional para uma taxa de 0,385% ao ano. Nessa dinâmica, sua população passou de 62 mil habitantes em 2002 para 64 mil em 2010, como apontam os dados do IX Censo Nacional de População e Habitação (CNPH). Atualmente, a população de Dajabón está distribuída em 40% nas áreas rurais e 60% nas áreas urbanas, conforme podemos ver no Gráfico 8.

Gráfico 8. Crescimento da população urbana e rural no município de Dajabón (2013)



Fonte: Plano para el Desarrollo Económico local de la Provincia Dajabón, 2013.

Elaboração: Guerby Sainté (2019).

É importante ressaltar que a cidade de Dajabón faz fronteira com o município de Ouanaminthe em menos de 1 Km. A ponte do Rio Massacre oferece o principal acesso às duas cidades transfronteiriças e representa um dos limites da fronteira entre os dois países. Assim, na entrada se encontra o serviço de alfândega, que representa a principal via de trânsito de carros, ônibus, táxis, motocicletas e pessoas que circulam diariamente. Portanto, durante as segundas e sextas-feiras, os dias de mercado transfronteiriço de Dajabón recebe maior fluxo de pessoas em razão das práticas de atividades comerciais. Assim, a cidade de Dajabón passa a admitir algumas transformações em nível do crescimento da população urbana. Essas transformações vêm das Dinâmicas econômicas e comerciais via a construção do mercado nas áreas de fronteira, que podem ser discutidas no item 4.2.

4.2. Trocas de atividades comerciais no mercado transfornteiriço

A faixa de fronteira é um lugar único onde as cidades-gêmeas (EUZÉBIO, 2012) compartilham cultura, língua, bem como as condições comerciais e profissionais. Variam entre as cidades as normas legislativas e o estilo de vida. Enquanto a área de fronteira é o lugar onde as populações interagem, é também o local mais sujeito a tensões sobre os recursos econômicos. No entanto, a cooperação transfronteiriça é dinâmica e existem perspectivas para “melhorar a situação” por meio de atividades profissionais e comerciais. Porém, o relatório do PNUE (2013) ressalta que os haitianos e dominicanos têm uma percepção muito diferente da área de fronteira. Na República Dominicana, a área de fronteira é pobre e a menos desenvolvida do país, o que possibilitou que muitos dominicanos deixassem esta região e se dirigissem para as diversas cidades desse país. Por outro lado, muitos haitianos migram para a área de fronteira, a qual representa uma oportunidade para o comércio, trabalho, cultivo de solo urbano em desuso ou acesso a serviços básicos nas cidades-gêmeas.

As cidades-gêmeas tornam-se lugar de suporte e cooperação para interações transfronteiriças. Nessa perspectiva, as regiões de fronteira, nomeadamente aquelas instituídas por cidades gêmeas, aparecem como laboratórios específicos onde se podem estabelecer novas configurações espaciais (FERRARI, 2011) dessas cidades nem sempre a história permite, efetivamente, esta situação. No mesmo seguimento, Silveira (2011) faz lembrar que os lugares onde as densidades demográficas e comunicacionais parecem mais altas, tais como nas áreas/regiões menos modernas e ricas às metrópoles, a acumulação torna-se ainda um mercado imprescindível para o circuito inferior da economia urbana e para algumas atividades

do circuito superior marginal. Portanto, é a agregação de pessoas que possibilita a sobrevivência desses agentes na área urbana.

Para Silveira (2011), é preciso reconhecer primeiramente para quem a aglomeração apresenta uma conjuntura de existência e, em segundo lugar, para quem a aglomeração é considerada como um espelho para a fluidez de seus métodos que conduziria à produção de uma economia política da cidade (principalmente para os agentes institucionalizados, os fronteiriços que usam os corredores, ou os mercados de fronteiras que escoam as produções e fazem as trocas de mercadorias).

A fluidez territorial e a troca de mercadoria promovida pelas comunidades fronteiriças, as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabóm, segundo Silva (2011), transformaram-se em recurso para as grandes empresas do circuito superior da economia mundial e também se tornaram abrigo (SANTOS, 1997) para atividades do circuito inferior, responsável pela sobrevivência de grande parte da população que não obtém acesso ao trabalho ou aos produtos da economia superior. Em decorrência disso, o crescimento do circuito inferior da economia nas diversas cidades é ostensivo em algumas áreas obsoletas para as novas atividades comerciais, mas que se tornaram economias de aglomerações propícias ao desenvolvimento de atividades ligadas ao circuito inferior, sobretudo ao comércio e aos serviços, sem excluir as atividades de fabricação, feirantes e comerciantes de produção agrícola e dos produtos de *pèpès*.

Visto dessa perspectiva, o crescimento do comércio transfronteiriço entre os dois Estados não se apresenta, contudo, à elaboração de acordos bilaterais que beneficiam essa relação intercambial. A realidade do comércio fronteiriço é valorizada devido às interações das populações e também por meio dos efeitos desses intercâmbios nas zonas fronteiriças, tais como empregos, contrabando, comércio, práticas culturais e de famílias binacionais. Para Telles e Hirata (2010), esse acontecimento marca uma estrutura moderna do trabalhador urbano que cruza as fronteiras incertas entre o informal, o ilegal e o ilícito, difundindo de maneira intermitente e descontínua as possibilidades ilegais e legais que coincidem e se sobrepõem nos mercados de trabalho. Concomitantemente se amplia uma área descontrolada, indeterminada e incerta pelas diversidades entre o trabalho contingencial, as atividades ilegais e expedientes de sobrevivência.

A respeito da problemática das diferentes formas de estrutura comercial, tanto legal ou ilegal ligada às atividades comerciais na fronteira, diante de uma integração espontânea e silenciosa da economia dos dois países, houve uma escassez de política bilateral no processo de cooperação transfronteiriça qualificada essencialmente pelo crescimento do

comércio entre os dois Estados (ALFONSO, 2010). Nesse sentido, essa movimentação específica de intercâmbio é crucial para compreender a forma de intermediação que Dajabón exerce no porto de comércio com o Haiti, especialmente em Ouanaminthe (ALFONSO, 2005).

Em relação ao comércio binacional estabelecido entre o Haiti e a República Dominicana, há dois aspectos que não são estimados equitativamente durante os registros oficiais, tais como as feiras transfronteiriças e o comércio oficial de dois Estados. Os comércios mantidos oficialmente constituem-se entre as grandes corporações por meio das leis internacionais e de acordos bilaterais que regem as importações e as exportações de mercadoria (ALFONSO, 2005). Essas exportações da República Dominicana em direção ao território haitiano incorporam essencialmente produtos alimentícios, manufaturados e inclusive materiais de construção civil. Assim, os produtos designados para exportações do Haiti para o país vizinho estão totalmente vinculados à confecção têxtil para vestuário, denotando um tipo de intercâmbio desigual (*ibidem*, 2005).

Em decorrência dessas atividades estabelecidas na fronteira do Haiti e da República Dominicana, especialmente em Ouanaminthe e Dajabón, a aglomeração de impactos territoriais nas cidades-gêmeas envolve diferentes aspectos de produção, tais como: trabalho, serviços privados e públicos, terra e capital, geralmente elemento-chave para a ampliação dos efeitos de distância indefinidos nos métodos de cada território nacional. Isso permite que haja interferência nas atividades práticas no comportamento dos Estados, particularmente nas áreas de fronteira. E esses problemas resultam na exteriorização desses resultados em dimensões e formas distintas em determinado território, podendo ser mantidos de forma contínua e isolada.

Independentemente do prisma com que se encarem as dimensões geográficas da cidade média, Spósito (2004) aponta que as cidades médias podem ser consideradas como aquelas que, numa determinada divisão territorial do trabalho, apresentam-se como centros regionais cruciais que têm uma função de relações de conexão entre maiores e menores. Na prática, tais cidades são aquelas em que a população estabelece uma polarização ao efetuar o consumo de bens e serviços essenciais à vida, à produção e ao consumo.

O comércio transfronteiriço está vinculado à produção de bens e serviços essenciais para a população local e regional. A comerciante Jocelyne, uma das entrevistas, é uma das lojistas de Dajabón. Oriunda de Trou-du-Nord, mora na cidade de Ouanaminthe e vende joias e produtos cosméticos no mercado fronteiriço de Dajabón. Ela afirma preferir vender os produtos de joias porque são mais rentáveis e o governo dominicano não deixa

acessar os produtos básicos (Ex: arroz, feijão, leite, alho, cervejas) do Haiti ao mercado dominicano. Segundo a lojista, o comércio de produtos de joalheria (pulseira, anéis, bolsa feminina, cutex, escova de dente, caixa de sabão, creme da pele, bolsa pequena para mulher, perfume, produtos de maquiagem etc.), é muito lucrativo. “Senhor, eu compro essas joias principalmente em Porto Príncipe e nas lojas da República Dominicana e revendo-as em detalhes no mercado de Dajabón”, afirma a comerciante. Mas todos esses produtos são fabricados na China e importados por comerciantes dominicanos para o consumo dos fronteiriços, como observado na Figura 11.

Figura 11. Comércio de joalheria no mercado fronteiriço de Dajabón - 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Tal tipo de polarização de atividades de produção de bens e serviços produzida pela população transfronteiriça. Para Silva (2011), tal processo de polarização está relacionado às atividades do circuito inferior da economia urbana (artesanato, confecções e comércio de produtos alimentícios; comércio de roupas ultraprocessadas – pèpès – ainda, vem produzindo um centro polarizado de uso de informação para manter a própria sobrevivência da população marginalizada e empobrecida nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón), passando a fazer a resistência não só na escala local, mas regional (ou nacional). As Figuras 12 e 13 ilustram os produtos alimentícios comercializados na fronteira do Haiti e da República Dominicana, especialmente no mercado fronteiriço de Dajabón e Ouanaminthe.

Figura 12. Atividades comerciais vinculadas ao circuito inferior da economia urbana no mercado fronteiriço, 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Figura 13. Atividades comerciais dos produtos básicos e de limpeza vinculadas ao circuito inferior da economia urbana no mercado fronteiriço, 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Além disso, a presença de tais atividades do circuito inferior da economia urbana decorre do processo de rearranjo da divisão social, revelando a pobreza urbana em Ouanaminthe e Dajabón. Arroyo (2008) trata-se disso como sujeitos que detêm cotidianamente uma disputa pela resistência, pela manutenção de vida, por meio do trabalho, e não pela acumulação de capital, para a aquisição mínima de recursos que possibilitem a sobrevivência em outros mercados da cidade, que não são hegemônicos. Refere-se aos serviços vinculados às atividades econômicas que não são hegemônicas instaladas nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón. A esse respeito, Silva (2011) descreve que o circuito inferior está cooperando para produzir as economias de aglomeração no espaço urbano. Esse circuito inferior da economia urbana, por motivo de continuidade, de densidade comunicacional e da soma de suas ofertas e demandas, é capaz de aprimorar certa prática de estruturação das áreas menos prezadas do meio construído urbano (de Ouanaminthe e Dajabón).

Em relação à potencialização das áreas menos valorizadas nas fronteiras desses dois países, houve nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón um crescimento do circuito inferior que pode ser explicado pelos pequenos negócios gerando trabalho por si, com uma renda muito baixa, para manter a sobrevivência de suas famílias, e também uma grande parte dessas pessoas não têm acesso ao trabalho. No entendimento de Santos (2003), a função ocupada pelo circuito inferior da economia urbana é a de possibilitar que as camadas menos valorizadas tenham acesso, por estruturas próprias de comercialização, aos produtos produzidos no circuito superior, como também o de produzir, ele próprio, os bens de categorias modernas ou tradicional que comercializa por meio da sua ferramenta própria.

Ralaciona-se a tal particularidade do circuito inferior das áreas fronteiriças de dois países subdesenvolvidos, Alfonso (2016) aponta que tal característica pode ser explicada pela falta de renda, e também apresenta dois fatores devem ser considerados. Em primeiro lugar, a economia da cidade de Dajabón vale-se dos haitianos nos processos de produção e de troca, e, por ser considerada uma cidade pobre, também emprega os haitianos como força de trabalho desvalorizada e consumidores de baixa renda. Em segundo lugar, as populações de Ouanaminthe tendem a se deslocar para a cidade dominicana em busca de oportunidades nos distritos centrais, onde se localizam as classes médias dessa cidade, almejando meios de sobrevivência mediante empregos que exigem baixa qualificação e também desfrutando de serviços públicos do outro lado da fronteira, principalmente saúde pública e de trabalho.

Durante entrevista realizada com Léonard Pièrre, originário de Cabo Haitiano, foi feita a seguinte questão: “O que o mercado binacional representa para o Extremo Norte como um comerciante”?

Pièrre respondeu:

Para ser justo, o mercado Dajabón é o principal responsável pelo fornecimento de alimentos e outros produtos para todo o norte do país. É aqui que toda a população da região compra mercadorias para comercializar e alimentar minha família. Aproveitamos o mercado para vender: cachorro-quente com maionese e ketchup (Pièrre, informação verbal, trabalho de campo de 2019).

Outro fato relatado durante uma entrevista realizada à Jean Paul, no trabalho de campo em 01 de fevereiro de 2019, em Dajabón, originário de Ouanaminthe, ajudante de vendedor de sapatos, desde 4 anos em Dajabón.

Esses sapatos que meu chefe vende no mercado de Dajabón são feitos na República Dominicana e também alguns desses sapatos vêm da China. Segundo Jean, todas as tardes, o comerciante dominicano lhe dá de 700 a 800 pesos, como pagamento diário. Quando terminamos, voltamos para casa e esperamos a próxima segunda e sexta-feira. Se o meu governo oferecer essa oportunidade, eu não poderia trabalhar com os dominicanos, eu poderia fazer essa atividade no Haiti (Pièrre, informação verbal, 2019)³⁰

Em relação às trocas promovidas no mercado transfronteiriço, segundo Max e Oliveira (2009), esse espaço geográfico passa a obter novas especificidades diante da diversificação das populações fronteiriças pela força da obrigação de interagirem naturalmente sob diferentes aspectos. Portanto, há algumas convergências e divergências inerentes na existência sincrônica de culturas diferenciadas, que também possuem intensas interações entre as duas aglomerações urbanas fronteiriças, ou seja, conurbadas ou semiconurbadas, e que os circuitos de comercialização implicam tanto os de produtos transnacionais como produtos de origem local, que é uma das particularidades do circuito inferior da economia urbana, gerando diversas formas de trocas na área de fronteira e movendo a economia das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

A hipótese de dispor de outra estrutura local formal corresponde normalmente a construir por grandes e médios distribuidores de produtos na área de fronteira, na qual a particularização prevalece na esfera de mercadoria industrial, as interatividades são capazes de acontecer tanto na parte de origem quanto no sentido de destinação das mercadorias por

³⁰Argumentação de um sujeito de pesquisa haitiano em 1º de fevereiro de 2019, um dos comerciantes que frequenta cotidianamente o mercado de Ouanaminthe.

meio do comércio externo. Também, as práticas de atividades comerciais podem ocorrer através do sistema funcional por pequenos comerciantes, ou seja, feirantes e ambulantes que influenciam/representam os aglomerados de origem e nos quais as condições cambiais e políticas são decisivas, pois efetivam/realizam as atividades do outro lado da fronteira.

As atividades comerciais vêm aumentando de um lado para outro da fronteira. Para Santos (1979), o agravamento da pobreza (como o que vem crescendo nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón), é responsável pela manutenção e pela geração do que construímos como circuito inferior da economia urbana.

Nesse contexto, é capaz de promover uma relação de troca com o retorno de produtos alimentícios (Alhos) e manufaturados e produtos industrializados (Robusto, Prestige, Toro, Ragaman e cachaça) entre os fronteiriços de modo clandestino. Tais práticas dessas atividades ilícitas podem provocar divergências em decorrência da ocupação privada dos espaços públicos fronteiriços, além dos obstáculos do descaminho, que requerem esforços políticos bilaterais controlar e regular essa situação.

Com base da dinâmica da economia urbana das cidades-gêmeas, Telles e Hirata (2010) salientam que os lugares (ou seja, os territórios fronteiriços) de acumulação do comércio informal fazem circular produtos de regiões heterogêneas, usando efetivos mecanismos comerciais que fazem a articulação entre o informal e os circuitos ilegais de economias transnacionais. Portanto, tal articulação desses dispositivos comerciais pode acelerar os fluxos de circulação de riquezas, de comércio tanto informal como ilegal, ao mesmo tempo em que a potência econômica das cidades ratifica-as como centro econômico (cosmopolita e comercial), com seus espaços, serviços e fornecedores dos produtos nos circuitos globalizados da economia (nacional e regional).

Em relação do mercado praticado na fronteira de dois Estados, como observado durante as visitas técnicas, grande parte dessa população depende da presença do mercado estabelecido na região de fronteira de Ouanaminthe e Dajabón. Dependem das trocas comerciais promovidas nesse mercado, bem como da classe média de funcionários que trabalham na zona franca de CODEVI, de pessoal administrativo das corporações e de pequenos empresários de reduzidas rendas que podem explicar o desenvolvimento do circuito inferior, que funciona simultaneamente à ênfase do superior nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón.

Como foi analisado por Santos (2003a), essas formas de comercialização funcionam com crédito negociado entre os comerciantes e clientelas, sem a utilização do cartão de crédito. Tais práticas encontram geralmente nos países subdesenvolvidos, ligados

particularmente com do circuito inferior da economia urbana, visto que é compreensível inferir a potencialização dos produtos alimentícios, as atividades do circuito inferior da economia em diferentes regiões dos países. Sendo assim, tal prática é visível nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, permitindo ao fortalecimento da ampliação das atividades comerciais na região de fronteira do Haiti e da República Dominicana.

As atividades do circuito inferior da economia envolvem, nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, como se observou durante as visitas técnicas, grande parte da população, a qual depende da presença do mercado estabelecido na região de fronteira. Nessa área, encontramos diversos tipos de produtos no seu interior, mas grande parte desses comerciantes são mulheres que vendem produto no mercado de Ouanaminthe. São mulheres cujas mercadorias são, geralmente, calçados, roupas, tecidos e também produtos alimentícios de diferentes tipos: arroz, feijão, frutas, verduras, temperos, farinha de trigo, macarrão, alho, detergente, diversos tipos de grãos, legumes, dentre outros, conforme mostra na Figura 14 e 15.

Figura 14. Produtos alimentícios comercializados no mercado de Ouanaminthe – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em Ouanaminthe, 26 de janeiro de 2019.

Figura 15. Produtos industrializados comercializados no mercado de Ouanaminthe – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em Ouanaminthe, 26 de janeiro de 2019.

A maioria desses produtos vendidos pode ser comprada por peso, ou seja, em pequenas quantidades colocadas em sacolas plásticas. Além do mercado transfronteiriço, o mercado de Ouanaminthe é essencial para os moradores, portanto ele é um ponto nodal onde os moradores locais compartilham as trocas de produtos. Assim, comerciantes que compram os produtos no mercado de Dajabón revendem os produtos ao mercado local de Ouanaminthe.

A respeito da comercialização de produtos no mercado fronteiriço, houve um aumento do pequeno comércio, que pode ser se explicado, em parte, pelo fato de ele vender em pequenas quantidades, integrando-se, dessa forma, às entradas limitadas e irregulares de dinheiro da maioria das famílias e dos comerciantes desta cidade. Mas se explica principalmente porque ele oferece produtos de primeira necessidade a crédito e também não usa cartão de crédito. Desse modo, sua clientela pode ter acesso às lojas comerciais modernas e comprar produtos de consumo durável, que têm de ser pagos à vista ou a prazo fixo (SANTOS, 2003) pelos comerciantes do mercado fronteiriço.

Observa-se que esses produtos se mantêm de forma organizada no mercado de Ouanaminthe e Dajabón; os itens de roupas e produtos alimentícios são vendidos em lojas específicas e em tendas construídas com madeira. Portanto, essas mercadorias não trazem muitos benefícios para os comerciantes que frequentam diariamente o mercado. Essas

mercadorias formam ainda um polo atrativo e um subsistema para a população da região norte do país. Assim, dentre esses produtos vendidos no mercado de Ouanaminthe, há também produtos eletrônicos, tais como: celulares, microfones, rádios, lanternas, gravadores e roupas, calçados, jeans e camisas sociais, sapatos sociais, tênis e chinelos. Trata-se de itens comercializados tanto por homens como por mulheres.

Tais atividades comerciais praticadas nas áreas de fronteira, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, permitem a maior fluidez de circulação de mercadoria vinda do circuito inferior da economia urbana. Segundo Santos (2003), é geralmente caracterizada por pequenas construções mal instaladas e mal equipadas, que ocupam muito pouca mão de obra. Sendo assim, maior parte desses comerciantes vendem as mercadorias em estabelecimentos fixos (lojas e tendas), usando o local próprio (não é alugado), seja em diferentes categorias de mercados cobertos ou ao ar livre na cidade de Ouanaminthe.

Para que os comerciantes ocupem os espaços no mercado de Ouanaminthe e Dajabón, a prefeitura recolhe uma taxa dos comerciantes que ocupam ou constroem um estabelecimento no mercado. Segundo as informações coletadas durante as entrevistas feitas com os comerciantes Marie Louise e (48 anos) Eloïs (52 anos), ambos afirmam que pagam uma taxa de 2.000 gourdes (US\$ 25) à prefeitura de Ouanaminthe para que os comerciantes ocupem esse espaço, e as lojas devem ser construídas pelos próprios comerciantes.

Também a cada sábado, vendendo as mercadorias ou não, têm de pagar uma taxa de 200 gourdes (US\$ 2,5), coletada por um grupo de 20 de pessoas, os agentes de prefeitura. Diferentemente, os comerciantes itinerantes (no mercado) ou aqueles que vendem mercadorias em carrinhos de mão têm que pagar 25 gourdes a esses agentes. Porém, os nomes dos comerciantes não constam dos registros da prefeitura como ocupantes desse espaço no mercado. Os comerciantes efetuam o pagamento das taxas cobradas e não recebem nenhum recibo que atestem o pagamento dessa quantia à prefeitura. Essas taxas foram pagas informalmente (Louise e Loïs, informação verbal, 2019).

No lado contrário de Ouanaminthe, Livane Jeanty, uma das comerciantes do pèpè no mercado fronteiro de Dajabón, durante as visitas técnicas, relata que esse mercado foi construído pelo órgão governamental.

Cada espaço ocupado pelos comerciantes tem um número a ser registrado pelos gerentes ou supervisores que assumem o controle dos comerciantes que vendem as mercadorias no mercado fronteiro de Dajabón. Toda segunda e sexta-feira, os lojistas devem pagar 25 pesos por seu lugar ocupado no mercado fronteiro de Dajabón. Com o dinheiro recolhido dos comerciantes, o Estado dominicano faz a manutenção do espaço e recolhe os lixos para que o mercado seja limpo. Pois bem, senhor, houve muito esforço por parte da autoridade dominicana para garantir a segurança da mercadoria no mercado para impedir que o ladrão roube as mercadorias dos comerciantes. No mercado de Dajabón, vendo as mercadorias, tanto

produtos industriais quanto dos pèpès no mercado fronteiriço (Livane Jeanty, informação verbal, 2019).

Dentre as mercadorias vendidas ao mercado transfronteiriço, há algumas que são produtos industrializados ou preparos fabricados na República Dominicana, que são os produtos comercializados e vendidos aos comerciantes haitianos, e esses produtos também são revendidos nos mercados locais, regionais e nacionais. Também há uma parte dos comerciantes que vendem produtos tradicionais ou alimentícios (legumes, cenoura, pimentão, ovos e tomates), que se destinam ao consumo direto da população, não só para a comunidade fronteiriça, mas também para as diferentes regiões do Haiti. É para o comércio pobre que vai a distribuição de quase a totalidade de produtos alimentícios, dos frutos e legumes frescos. Também são considerados como exemplo do circuito inferior praticado no mercado fronteiriço de dois países, conforme mostra a Figura 16.

Figura 16. Pequenos comércios no mercado transfronteiriço de Dajabón (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

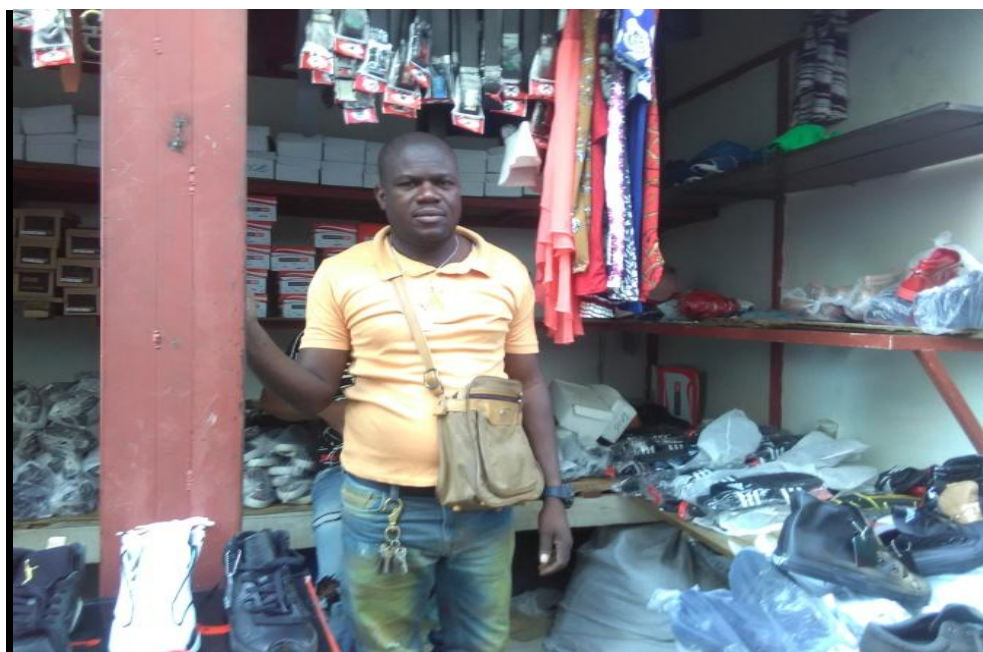
Assim, os comerciantes das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e de Dajabón frequentam diariamente o mercado transfronteiriço. Esse mercado forma ainda um polo atrativo e um subsistema do circuito superior para a população da região norte do país.

Figura 17. Comércio de sapatos no interior do mercado de Dajabón – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Figura 18. Comércio de sapatos e cinto no interior do mercado de Dajabón – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Ainda os comerciantes, para frequentar o mercado transfronteiriço (binacional), os haitianos não precisam de documentos oficiais (passaportes, visto), uma vez que não

ultrapassam a barreira que separa o mercado e o território de Dajabón, conforme os tratados assinados³¹ entre os dois países.

Segundo o relatório do CEI-RD (2016), o comércio fronteiriço entre o Haiti e a República Dominicana construiu-se no objetivo de formalizar o mercado binacional; um censo foi realizado em 2009 sobre os compradores e vendedores nos mercados de fronteira. Porém, a quantidade de produtos oferecidos pelos comerciantes é extensa, pois oferecem vários tipos e qualidades de mercadorias em uma única tenda (CEI-RD, 2016), como se mostra na Figura 19.

Figura 19. Comércio dos bonbons praticados no mercado fronteiriço de Dajabón (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Assim, dentro dos diferentes fluxos de comerciantes que vendem e compram mercadorias no mercado fronteiriço, houve uma grande parte que faz comércio ambulante no interior ou ao redor dos mercados, na praça pública e também na calçada ao venderem as mercadorias para manter a sobrevivência. Grande parte desses produtos comercializados na

³¹ Em conformidade com as disposições legais existentes e previstas no artigo 60 da Lei Geral da imigração, em decorrência das atividades não trabalhistas transnacionais, qualquer atividade de intercâmbio ou comercial que ocorra entre empresas ou pessoas da República e da República do Haiti por meio de suas fronteiras em cargos autorizados por essas atividades. Com base no artigo 3 da Lei Geral da Migração de República Dominicana, ratifica-se que todos os moradores fronteiriços que são considerados estrangeiros que se estabelecem na zona de fronteira da República do Haiti e fazem fronteira com o território dominicano nas províncias de Dajabón e Montecristi, Pedernales, Independencia, Elías Piña, que desenvolvem as atividades não laborais, dedicadas às operações de pequena escala. Devidamente autorizado pelo D. G. M – Direção-Geral de Migração podem desfrutar e também têm o privilégio de entrar no país dentro do perímetro da fronteira estabelecida para os seus cidadãos haitianos, devido a esta Lei, eles têm obrigação voltar diariamente à sua cidade ou local de residência.

fronteira está relacionada ao circuito inferior da economia urbana, conforme indica a Figura 20.

Figura 20. Pequenas atividades comerciais praticadas na praça pública de Ouanaminthe (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em 28 de janeiro de 2019.

Dentre os diversos tipos de mercadorias que ocupam o mercado fronteiro de Ouanaminthe e Dajabón, o circuito inferior da economia urbana desempenha um papel significativo ao englobar as pequenas ocupações urbanas, tanto comerciantes ambulantes quanto pequenas empresas formais pouco capitalizadas que vendem os produtos manufaturados e/ou industrializados no mercado fronteiro de Ouanaminthe e Dajabón. Dessa forma, tanto as empresas formais como as atividades informais são vulneráveis às instabilidades econômicas, visto que fazem parte do mesmo circuito. Ainda assim, este não se mantém por si próprio, porém em relação às partes superiores. Assim, sua fragilidade e instabilidade podem ser uma reflexão desta interdependência.

Dentre os produtos oferecidos nas relações de trocas de mercadorias entre as duas populações fronteiriças, especialmente no mercado binacional, percebe-se que os vendedores dominicanos focam essencialmente em produtos alimentícios, bebidas, sucos, que representam mais de 60% dos vendedores. Em seguida, há os têxteis e vestuários, que totalizam 20%. Enquanto isso, os comerciantes haitianos compartilham de maneira equitativa as vendas de vestuários e alimentos e bebidas, que representam 87% do total dos vendedores.

Ainda que os consumidores haitianos comprem especialmente roupas, sapatos e comidas, enquanto os compradores dominicanos tendem a buscar roupas e sapatos com mais frequência (CFI, 2016).

Tal venda representa os fluxos de roupas ultraprocessadas (*pèpès*, com mais detalhes no tópico 4.3) que entram do exterior nos mercados haitianos e geralmente são vendidas nos mercados binacionais. Como se observa nas Figuras 21 e 22 há mochilas e cintos de *pèpès* vendidos no mercado de Dajabón.

Figura 21. Comércio de cintos de *pèpès* no mercado de Dajabón. – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Dajabón, Guerby Sainté, janeiro de 2019.

Figura 22. Comércio de mochilas de pèpès no mercado de Dajabón. – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Dajabón, Guerby Sainté, janeiro de 2019.

Segundo relatório CFI (2016), a cidade de Dajabón é a parte mais forte nas relações comerciais com a cidade de Ouanaminthe. Ela sedia a maior feira transfronteiriça, que conta com a participação de cerca de 3.000 vendedores e de 5.000 compradores de ambas as nacionalidades. Dentre eles, a maior parte dos participantes do comércio binacional são os haitianos, representando um valor de 70% a 80%. Porém, as maiores partes dessas vendas na fronteira oferecem um benefício muito grande para os dominicanos, principalmente aos vendedores de produtos nas cidades de Dajabón, dinamizando a economia dessas cidades. Os dados mencionados nas Tabelas 12 e 13 mostram os números de pessoas e os principais produtos comercializados no mercado fronteiriço.

Tabela 12. Número de compradores do mercado fronteiriço por categorias de produtos

Tipos de amostras	Compradores haitianos		Compradores dominicanos	
	158	%	199	%
Vestuário	124	15	54	27
Sapatos	16	10	45	23
Aparelho elétrico	2	1,3	6	3
Arroz	36	22	19	9,5
Café	3	1,9	6	3
Outros/as	77	49	66	35

Fonte: Dados adaptados do relatório de *Centre Facilitation des Investissements*-CFI (2016).

Tabela 13. Número de vendedores e principais produtos vendidos no mercado transfronteiriço

Componentes	Vendedores haitianos		Vendedores dominicanos	
Total de pessoas	2329	%	2311	%
Produtos alimentícios	516	22	878	38
Bebidas	70	3	135	6
Sucos	93	4	204	9
Detergentes	7	0,3	5	0,3
Sapatos	432	19	131	6
Têxteis	129	5,5	54	2
Vestuário	624	27	243	11
Arroz	113	5	168	7
Sal	38	1,6	42	1,8
Materiais de construção civil	10	0,4	31	1,3
Outros	297	13	420	18

Fonte: Dados adaptados do relatório de *Centre Facilitation des Investissements*-CFI (2016).

Os sujeitos frequentam o mercado binacional e cruzam as fronteiras para trabalhar em fábricas e empresas de produção, comércio e serviços localizados na fronteira. Soma-se a isso, por um lado, a proteção e a construção de grandes centros comerciais que transfundem a estrutura espacial da cidade e, por outro, o aumento da economia informal, isto é, dos vendedores ambulantes que disputam o controle da economia em espaços públicos, um reflexo do crescimento da pobreza urbana nesses países e, obviamente, nessas fronteiras. Assim, as trocas de mercadorias de fronteira destacam um papel essencial na vida dos lugares, regionais e nacionais.

A partir dos elementos expostos pela nova economia informal e fluxo de mercadoria e de pessoas que cruzam a fronteira de dois países, em certa medida, a informalização da economia, ou seja, o circuito inferior da economia urbana amplia a velocidade do funcionamento dos bens e serviços demandados pela comunidade local, sejam os produtos básicos (roupas ultraprocessadas), sejam os serviços imediatos de um grupo de operários industriais. Assim, o aumento do consumo de produtos industrializados é geralmente uma amostra de ampliação/difusão e modernização do consumo da população de baixa renda e do entrecruzamento dos dois circuitos da economia urbana (SASSEN, 2010).

É importante ressaltar que a cidade de Dajabón oferece uma grande atratividade, baseada mais nas ofertas dos produtos básicos do que em uma atração produtiva. E essa atividade comercial que ocorre no município fornece cadeias produtivas muito importantes.

Os milhões de dólares de produtos agrícolas (Figuras 24 e 25) que são vendidos anualmente na feira não vêm da província, mas, de pequenos produtores.

Como menciona Alfonso (2016), esses produtos agrícolas vendidos provêm de outras regiões da República Dominicana. A capital dominicana cresce a uma taxa considerável de 3,3% devido ao movimento migratório de pessoas de diferentes regiões que deixam suas áreas, como o próprio município de Dajabón, para morar no centro da cidade. Além disso, também contribui para esse fato a migração de camponeses arruinados que se aglomeram em favelas do sul da cidade. Em relação a isso, esses bairros, com os bairros emergentes da classe média do norte, constituem os resultados socioespaciais mais visíveis da área transfronteiriça.

Cabe ressaltar que as áreas de fronteira, principalmente a cidade de Ouanaminthe, passaram a vivenciar uma explosão demográfica muito tensa. Essa tendência de deslocamentos na área de fronteira aumentou em decorrência do terremoto de 2010, que deixou milhões de pessoas sem abrigo. Tal fenômeno provocou um aumento na densidade populacional nessa região, afetando os serviços sociais e básicos já precários e também as infraestruturas locais. Em relação ao uso das áreas de fronteira, nota-se que o fluxo de migração tem aumentado na cidade de Ouanaminthe.

Essa valorização da economia da cidade de Ouanaminthe, por ocupar uma função na urbanização³² do espaço fronteiriço, segundo mencionado Moraes (2005), pode ser compreendida por meio do processo de formação territorial. Portanto, ele pode ocorrer através de uma manifestação singular que envolve uma relação específica de uma determinada sociedade com o seu meio. Sendo assim, trata-se de uma parte da singularidade de uma totalidade na qual está inserida por meio de uma transformação social e espacial.

Nessa perspectiva, às cidades, por meio da sua função na urbanização regional, atribuem-se alguns tipos característicos por certos papéis econômicos mais ou menos influenciados pela história. De fato, isso passa a desconhecer gravemente a realidade

³²A urbanização é também considerada dialeticamente como um produto da industrialização; aquela supera esta porque ainda é uma ocorrência indutora de transformações qualitativas da sociedade. E esse processo socioespacial está relacionado à dinâmica socioeconômica. Portanto, no meio do espaço urbano ou na cidade, essa proporção qualitativa do urbano está vigente nas crises da segregação de toda ordem, de habitação, das periferias e do centro, além da violência (LEFEBVRE, 2001). A esse respeito, o relatório da ONU (2016) ressalta que o processo da urbanização, crescimento e desenvolvimento social é essencial para a transformação socioeconômica, no crescimento e na criação de riqueza. Esse relatório mostra que o futuro das cidades emergentes depende em grande parte das formas como o planejamento e os gerenciamentos da urbanização são feitos, de modo que esse processo de transformação possa fornecer uma configuração e impulsionar uma mudança nessa cidade. Geralmente, a urbanização baseia-se em um modelo insustentável em muitos aspectos, e até mesmo nos países mais desenvolvidos há cidades globais que estão grosseiramente despreparadas para os problemas multidimensionais relacionados à urbanização.

geográfica ou negligenciar a verdadeira personalidade peculiar a cada cidade (ROCHEFORT, 1998). Como a cidade se torna cada vez mais um espaço que se organiza para acolher as grandes firmas, isso diminui os recursos públicos disponíveis à população, agravando a crise social (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

Na dinâmica de transformação da economia urbana, ainda as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón não estão imunes a essas condições. Com as instalações dessas empresas multinacionais nas áreas de fronteiras, segundo a perspectiva dos autores, os territórios passam a ser considerados como formas, enquanto o território usado são objetos e ações, espaço habitado e regido pela fluidez. É marcado pelo serviço da competitividade, que atualmente favorece as relações econômicas, a serem movimentadas pela cidade, de modo a reconfigurar o espaço urbano pela circulação das práticas comerciais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2001).

Para promover as economias regionais das cidades ligadas às atividades comerciais entre os fronteiriços, Cano (2011) menciona que o Estado pode adotar uma fórmula simplista de descentralização nos municípios para atrair as indústrias nos diferentes setores do país. Isso se verifica ao repensar as readequações das regiões, preparando uma nova perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões em outras cidades, a fim de antecipar o agravamento dos problemas que se manterão nas grandes áreas metropolitanas e que geram degradação de cidades de porte médio. Além disso, a cidade pode estar inserida em uma nova postura política e passar por um processo de revitalização em questões de finanças públicas, favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma dinâmica e efetiva política de localização das atividades econômicas dessas cidades (principalmente nas áreas de fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana).

Como Ouanaminthe é uma cidade localizada na parte central, com uma área de cerca de seis hectares e constituída por uma malha urbana não estruturada, apresentando uma rede urbana precária (ALFONSO, 2016) por falta de investimentos do poder público. Acerca disso, Machado (2005) argumenta que a maior proporção da fronteira está afastada dos centros regionais de seus respectivos Estados em função da falta de redes de transporte e de comunicação, também por não haver uma política organizacional, econômica e planejamento para o crescimento econômico dessa cidade. Ademais, as regiões das fronteiras, ou transfronteiras, estão completamente excluídas dos Estados circunvizinhos pelo papel divisor dos limites políticos de dois países. A Figura 23 mostra a situação da rede urbana de Ouanaminthe.

Figura 23. Rede urbana precária da cidade de Ouanaminthe (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em 29 de janeiro de 2019.

Em decorrência dessa análise, Alfonso (2016) afirma que a cidade de Ouanaminthe estabelece uma forte relação comercial com a sua cidade vizinha devido à feira binacional, que ocorre na fronteira dois dias por semana, permitindo que a população da cidade haitiana promova uma atividade de trocas de mercadorias com a cidade de Dajabón. Como já foi citado, tais atividades comerciais englobam quatro outros municípios da fronteira que acolhem vários intercâmbios e feiras nas fronteiras. Posto isso, os haitianos são principais compradores de produtos agrícolas dominicanos, pequenos varejistas de reexportações que prestam serviços de carga e transporte, como mostrado nas Figuras 24 e 25.

Figura 24. Produtos agrícolas de chucu comprados pelos comerciantes no mercado de Dajabón para vender nas outras cidades do Haiti (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Figura 25. Produtos agrícolas de banana comprados pelos comerciantes no mercado de Dajabón para vender nas outras cidades do Haiti (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Figura 26. Produtos agrícolas ensacolados para serem transportados a outras cidades do Haiti (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em fevereiro de 2019.

Nesse contexto, o mercado de Dajabón é considerado como um mercado local, que sustenta as maiorias das famílias da região. Além dos produtos agrícolas comercializados, esse mercado gira em torno da venda dos produtos têxteis e calçados usados, que constituem mais de 40% de mercadorias vendidas no mercado transfronteiriço (ALFONSO; CARMONA, 2010; BOURGEOIS, 2016). Grande parte de mercadorias vendidas dos dominicanos vêm de outras regiões mais distantes. Por meio dessa perspectiva, a dinâmica local criada por essa troca torna-se palpável ao observar-se o movimento da mercadoria nas cidades fronteiriças Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana). As pessoas da parte norte dos países realizam compras ou vendas de bens e serviços no mercado de Dajabón, facilitando que várias toneladas de mercadorias passem pelo Haiti, de tal forma que essas pequenas cidades da fronteira se tornem um polo importante do subsistema econômico da maior parte do Norte do país (MOUDDEN, 2006).

Percebemos que o resultado das políticas internacionais é decidido em capitais nacionais sem consulta às regiões, porém a cidade de Ouanaminthe, tal como a cidade de Dajabón, apresentam instituições locais fracas e recebem pouco ou nenhum apoio financeiro e administrativo de seus governos centrais (MOUDDEN, 2006). Essas cidades não têm meios para lidar com a crescente pressão da infraestrutura, com o surgimento de oportunidades para desenvolver meios de subsistência legal e ilegal, levando a um aumento significativo da

população. Portanto, esse comércio realizado na região usa geralmente o espaço fronteiriço para as diversas modalidades, tanto do comércio formal quanto informal, legal e ilegalmente no mercado transfronteiriço.

4.3. Fragilidade institucional e comércio ilegal na região de fronteiras

Como a *região* fronteiriça se constitui como uma região econômica transfronteiriça cujos processos de reprodução social são próprios a espaços de intercâmbios internacionais, que incluem a economia e a política, ainda que sejam marcados por desigualdades de relações (MACHADO, 2005; DORFMAN, 2014; SOUZA, 2011; BECKER, 1992; ALFONSO, 2010, 2016). *São espaços de conveniência*³³ (SANTOS, 2003a), nos quais os arranjos espaciais resultam dos intercâmbios socialmente necessários, ou seja, de todas as trocas que produzem a *região como fato* (RIBEIRO, 2004).

Porém, as regiões de fronteiras, às vezes, apresentam as tensões entre os lugares centrais e periféricos, práticas de mercadorias legais e ilegais, espaços públicos e privados. E também interrogam os pensamentos generosamente expandidos de que os limites socioespaciais de um Estado, o grande ordenador, são às vezes os lugares de desordem, no qual o Estado enfrenta dificuldades em estabelecer a normatização de condutas, em disciplinar os usos e costumes da população (DORFMAN; CARDIN, 2014).

Assim, o comércio ilegal é efetuado à margem da lei e ocorre fora de quadro normativo. Portanto, as feiras ou mercados fronteiriços e os comércios ilegais são normalmente caracterizados como as atividades comerciais informais pelo Estado dominicano. Além disso, o comércio ilegal (ou contrabando) é considerado como a venda de mercadorias relacionadas à criminalidade, que cruzam as fronteiras através dos circuitos e redes de relacionamentos de acesso mais difícil, bem como as mercadorias ligadas à importação e à exportação proibidas pelos Estados (MACHADO, 2005; BOURGEOIS, 2016).

Assim, as regiões ainda passam a ser castigados, acarretando uma motivação no meio da estrutura de produção regional e local na área fraudulenta entre informal e formal, ilegal e legal. Assim, a técnica produtiva da área de fronteira representa-se pelos

³³Pensando em Santos (1977), o espaço de conveniência era considerado como o tempo acelerado, acentuado a diferenciação dos eventos, ampliando a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão de todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. No cenário atual, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconheçamos como um espaço de conveniência.

comportamentos ilegais e legais, que também é colidida na zona franca estabelecida na cidade de Ouanaminthe. De certo modo, o comércio informal movido pelo circuito inferior abrange todas as trocas comerciais transfronteiriças de ambos os sentidos da fronteira do Haiti e da República Dominicana. Comercializam e cruzam as mercadorias sem registros e também sem o pagamento de impostos nos escritórios aduaneiros de ambos os países, representando um grande desafio de monitoramento por causa da porosidade da fronteira pelos fluxos de mercadorias que circulam e cruzam a fronteira diariamente sem passar pelos serviços aduaneiros.

O que certamente convida à reflexão numa faixa de fronteira é à disposição das infraestruturas existentes, o que pode ser suficiente para demonstrar a presença de um Estado e a sua integração ao país vizinho. Emerge a função legal e jurídica como limitador de ampla integração, complementaridade e solidariedade. Mesmo vivendo num período marcado por intensas relações internacionais, em que os Estados são pressionados a ampliar a porosidade de suas fronteiras; num período em que diversas organizações da sociedade se mundializam, ultrapassando qualquer fronteira, vigora a duplicidade de infraestruturas nas áreas fronteiriças.

Dessa forma, os comércios transfronteiriços consolidam principalmente os centros urbanos do país. Isocronicamente aproveitam-se os mercados fronteiriços cuja falta de permanência, de estabilidade e impactos financeiros impede o desenvolvimento estável. Porém, o aumento significativo do comércio binacional deve logicamente gerar um aumento idêntico nas percepções alfandegárias no Haiti.

Em certos portos fronteiriços, principalmente em Jimaní, a administração alfandegária consegue lidar com o fluxo de mercadoria formal e informal, mas, no lado de Ouanaminthe, as instalações alfandegárias estão em más condições e faltam funcionários para proceder às verificações das mercadorias e dos produtos. Desse modo, essa situação se acentua, principalmente nos dias de mercado (CFI, 2016).

Com as trocas extensivas, a dinâmica da fronteira tende a torná-la uma área de interesse para o comércio binacional, e as cidades transfronteiriças passam a ser polarizadas, apresentando-se como um dos espaços atraentes à população local e regional (REDON, 2010), também pelas práticas de comércios e de mercadorias, tanto legais quanto ilegais, entre as populações fronteiriças.

Esse comércio transfronteiriço, legal ou não, levou à construção de fronteiras internacionais, e pode ter existido antes que passagem da linha de demarcação as encorajasse devido ao diferencial induzido pelo seu atravessamento e fortalecimento. O que é comumente conhecido como efeito de fronteira resulta da distorção do fluxo gerado pelo limite sobreposto

em um determinado espaço (AMILHAT-SZARY; FOURNY, 2006). Trata-se do cenário da dimensão da unidade de ação do comércio cruzando a fronteira de dois países e o seu funcionamento em ligação à lei estabelecida. No entanto, essas duas linhas podem ser caracterizadas pelas atividades comerciais formais e informais e podem ser espalhadas a toda a população.

Bourgeois (2016), reiterando a ideia Bruno Lautier (1994) e Constantin (1996), estabelece uma diferença entre o comércio formal e informal. O comércio formal seria um conjunto de mercadorias envolvidas em um quadro normativo, tais como convenções e acordos bem determinados, e contém parceiros comerciais essenciais, provindos de diversas regiões de dois países. Portanto, essas mercadorias que circulam de um lado para outro lado dos principais portos fronteiriços ou das cidades fronteiriças (como: Ouanaminthe e Dajabón; Jimaní e Malpasse/Fonds-Parisien; Comendador e Belladère e em fim, Perdernales e Anse-à-Pitre) foram registrados pelos serviços de alfândega e estão sujeitas a pagar impostos estabelecidos segundo o regimento dos Estados.

Pensando em Machado (2000), esses portos secos criados na fronteira, que são aduanas acopladas de armazéns públicos, cuja função é exclusivamente portuária, fazem parte da própria lógica da aceleração de incentivo às trocas comerciais com o exterior e também realizam o deslocamento da fronteira para o espaço interno do território nacional. Conduzem pelos aeroportos internacionais e ampliam os corredores fronteiriços pelos aeroportos internacionais, com a multiplicação de fronteiras e corredores por toda a extensão das faixas de trânsito.

Segundo análise de Bourgeois (2016), o termo informal é relativamente utilizado para categorizar as trocas de atividades comerciais que acontecem entre os mercados transfronteiriços, que, no passado, outorgavam através de uma autorização oral vinda do governo dominicano. Assim, a partir do ano 2011, a construção do mercado na fronteira foi autorizada pela lei 216-11. Destacando os objetivos principais do estabelecimento, as feiras a serem consideradas pelo Estado e os elementos do mercado informal, são determinados por uma porção das mercadorias trocadas pela população local que não passam pelos controles de alfândega e também não pagam nenhuma taxa pelo Estado.

No caso da fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón, durante os dias da semana a barreira está fechada no lado dominicano. Para cruzar as fronteiras, as pessoas têm de pagar 20 dólares e, do lado do Haiti, 2,5 dólares (200 gourdes, moeda nacional haitiana), porém o retorno é grátis. Para escapar do controle ou contornar os serviços de inspeção de alfândega, os haitianos passam pelo rio onde devem negociar sua passagem com os soldados que

monitoram as fronteiras dominicanas no objetivo de impedir que mercadorias ilegais e informais cruzem as fronteiras. O cruzamento ilegal pelo rio é feito também na volta; mesmo nos dias do mercado transfronteiriço, durante os quais a alfândega fica aberta, evita-se o controle oficial da alfândega.

No âmbito dos comércios informais e ilegais que cruzam as fronteiras do Haiti e a República Dominicana via corredores de Ouanaminthe e Dajabón, como pensam Telles e Hirata (2010), essa extensa circulação de bens e pessoas não poderia se concretizar sem a transação das mercadorias o custo político dessas atividades comerciais, visto que funcionam à margem das leis das normais. Como dizem os autores, as mercadorias políticas constroem o modo de operação do gerenciamento diferencial dos ilegalismos: corrupção, acordos na vigilância dos ganhos e propinas (o que significa que os agentes e militares que monitoram as fronteiras recebem dinheiro para deixar os comerciantes passarem as mercadorias informais ou ilegais), compra de proteção, troca de favores e práticas de extorsão, que são mais ou menos truculentas conforme variam as circunstâncias políticas e se há disputas de interesses no controle das fronteiras.

Em relação ao controle da região de fronteira e o cruzamento pelas mercadorias ilegais entre os dois Estados insulares, na reflexão de Evans (1993), o Estado pode apresentar duas características. Pode ser imensamente forte, centralizador e onipotente (na medida em que o Estado exerce forte controle sobre o território), não obstante, por outro lado, excessivamente frágil no que diz respeito à existência de mecanismos de controle da sociedade e de responsabilidade social. Condutos para governantes poderem responder à sociedade, prestar contas, tornar transparentes as suas ações não existiam em diferentes regiões ou países, o que geralmente apartava reações sociais críticas à dominação arbitrária do Estado.

De certa forma, Sassen (2016) afirma que, no capitalismo moderno, houve uma conciliação de elites predatórias e de conhecimentos sistêmicos na qual o mercado financeiro é determinado como um facilitador principal, que impulsiona na direção de uma acumulação profunda. Portanto, essa combinação decorre de formações predatórias, isto é, de capacidades sistêmicas, uma combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a autorização governamental. Estabelecem uma situação que é, em todo caso, mundial, embora usualmente atuem de acordo com particularidades dos países, suas leis, governos e suas economias políticas.

Ao referir-se à análise de Evans, no caso de Dajabón e Ouanaminthe, o Estado foi extremamente negativo não pela incapacidade de exercer as suas funções (na gestão da

fronteira territorial), mas pela forma como o espaço público foi ocupado (e na forma que o Estado mantém o controle sobre a entrada e a saída da população nos territórios nacionais).

Isso quer dizer que o Estado passou a ser considerado, como diria Evans, como um Estado predador, que dificulta o público e o privado e coloca os interesses das suas elites (e de grandes corporações), dos seus integrantes acima dos interesses da coletividade. Que é apoderado de uma forma patrimonialista e que está afastado da sociedade sem que contenha mecanismos de controle social.

Dessa forma, a autonomia inserida no intuito de controlar a circulação de mercadoria e a mobilidade da população, na hipótese de Evans (1993), é o oposto da dominação soberana incongruente/dissonante do Estado predatório e representa o mecanismo organizacional para a infalibilidade do Estado desenvolvimentista. Essa autonomia depende de uma combinação teoricamente antagônica entre isolamento burocrático weberiano e/ou incorporação acentuada na estrutura social envolvente. O método de se auferir tal combinação controversa vincula-se tanto à particularidade historicamente determinada do aparelho de Estado como à organização social na qual está incorporada.

Podemos destacar que o comércio ilegal transita tanto na região de fronteira como os produtos que são vendidos no mercado fronteiriço formam parte dos produtos proibidos pelo Estado nacional. Além disso, esses status desses conjuntos de bens são pouco definidos para os atores locais que praticam as atividades econômicas, como aduaneiros, comerciantes e militares, pois são vendidos à vista de todos e são objetos de uma regulamentação instável.

A esse respeito, Dorfman e Cardin (2014) apontam que o Estado mesmo volta-se a responder aos interesses da população nacional, entrando em atrito com um conjunto de práticas sociais desenvolvidas há gerações nas fronteiras, com embate de interesses, de culturas e de representações. Esses estratos sociais podem ser exercidos e atribuídos de maneira significativa em suas ações, e as mobilidades estatais emergem em determinações jurídicas e morais. Portanto, o embate entre as concepções do ilegal e legal, do imoral e moral, tais como formal e informal, aparece diariamente em todas as pessoas sociais nas regiões de fronteira.

Visto isso, as fronteiras podem ser categorizadas como objetos ao utilizar a área, dado que se atribui essa qualificação à autoridade, à hierarquia e ao domínio que legitimam, distribuem e deslocam-se das ligações ou vinculações entre os indivíduos. Obviamente, na escala local e regional, tais poderes se personificam em agentes dos Estados (DORFMAN; CARDIN, 2014).

Devido à falta de controle sistemático pelo serviço alfandegário na área de fronteira do Haiti, houve um aumento da circulação de trocas de mercadoria informal cruzando a fronteira, e isso pode ter impacto na redução da receita fiscal estatal. Atualmente, os mercados fronteiriços são uma forma produtiva para que os exportadores e importadores contornem as instâncias alfandegárias para não pagar os impostos estabelecidos pelo Estado.

De fato, isso se efetua por atomização das mercadorias, em que os comerciantes fracionam grande volume de mercadorias entre diversas pessoas, a fim de contrabandear no mercado de fronteira e, posteriormente, recombina as mercadorias em furgões, caminhões e táxis de motos de tamanho médio para cruzar a fronteira. Assim, esses produtos se transportam e vendem no território nacional sem o pagamento de impostos.

Através desse fluxo de mercadorias que cruzam a fronteira, segundo os dados do CFI (2016), as importações informais de bens do Haiti provenientes da República Dominicana são estimadas em US\$ 375 milhões que não são registrados na Alfândega dominicana, e esses fluxos de dinheiro que escapam dos escritórios de alfândega haitiana podem ser ainda maiores.

Os bens podem entrar informalmente no Haiti através de vários postos transfronteiriços, como o mercado de fronteira (ou binacional). Ademais, a travessia da fronteira pode ocorrer informalmente, ou por meio de fraude aduaneira nas passagens oficiais das fronteiras; ou de barco ao longo das costas norte e sul ou pelo lago Azuéi. As restituições de impostos sobre o volume de mercadorias incentivam as empresas dominicanas a declarar as exportações para as autoridades aduaneiras dominicanas, mas isso não significa que mercadorias são obrigatoriamente declaradas à alfândega. Isso faz com que as autoridades dominicanas reforcem os controles sobre a delimitação territorial nacional.

Com base nessa proposta de entendimento no nível local, Valero (2008) argumenta que o espaço binacional, precisamente o mercado transfronteiriço, é geralmente constituído por um cenário de intensa mobilidade intertransfronteiriça realizada pelos habitantes em seus movimentos de um território para outro. Esses movimentos são diversos, mas se destacam a compra/venda de bens e serviços, o mercado de trabalho e a escala transitória de migrantes que têm outros destinos como etapa final. Sua direção responde, geralmente, desencadeando situações conjunturais de alcance nacional que afetam o cotidiano das pessoas e induzem a direcionalidade. Isso não exclui fatores locais, que também promovem o deslocamento, como é o caso das estruturas das relações familiares binacionais.

Além das inserções de estratégias vinculadas à reprodução à família e produção da vida na fronteira, refere-se às condições na qual a fronteira é instrumentalizada, passando por

uma opção estratégica no desenvolvimento das práticas de atividades sociais. Sendo assim, o controle de fluxos fronteiriços e as práticas de atividades envolvidas na fronteira são difíceis de acontecer. Posto disso, nas regiões de fronteira por via seca, não é possível efetivar o controle por sobre pontes internacionais, pois os fluxos de veículos, caminhões, pedestres que esperam as mercadorias e de capitais são imensuráveis (DORFMAN; CARDIN, 2014). Assim, a fronteira parece porosa através desses fluxos de pessoas e caminhões que esperam as mercadorias do lado da cidade de Dajabón, quase sempre de maneira ilegal e informal.

As cidades de Ouanaminthe e Dajabón são o ponto de passagem de mercadorias no valor de US\$ 251 milhões. Tal fato permite atender a demanda da principal cidade, Cabo Haitiano, e suas localidades regionais por meio de insumos importados para os parques industriais de Caracol e de CODEVI – insumos que provêm do outro lado da fronteira. Dentre das mercadorias e os produtos importados, apenas 7,9% de seus valores foram registrados à Alfândega Haitiana. Isso pode ser explicado pelo fato de a fronteira ser menos controlada do que o porto de Malpasse e da cidade de Jimaní. Tal situação permite que grande parte das importações vá para esses parques industriais como importações facilitadas (CFI, 2016). Nessa porcentagem, grande parte de produtos foram registrados na Alfândega da República Dominicana e, portanto, não tinham sido registrados no lado do Haiti, devido à porosidade e à falta de controle da fronteira.

4.4. Dinâmica dos circuitos dos comerciantes: comércio de pèpès nas cidades

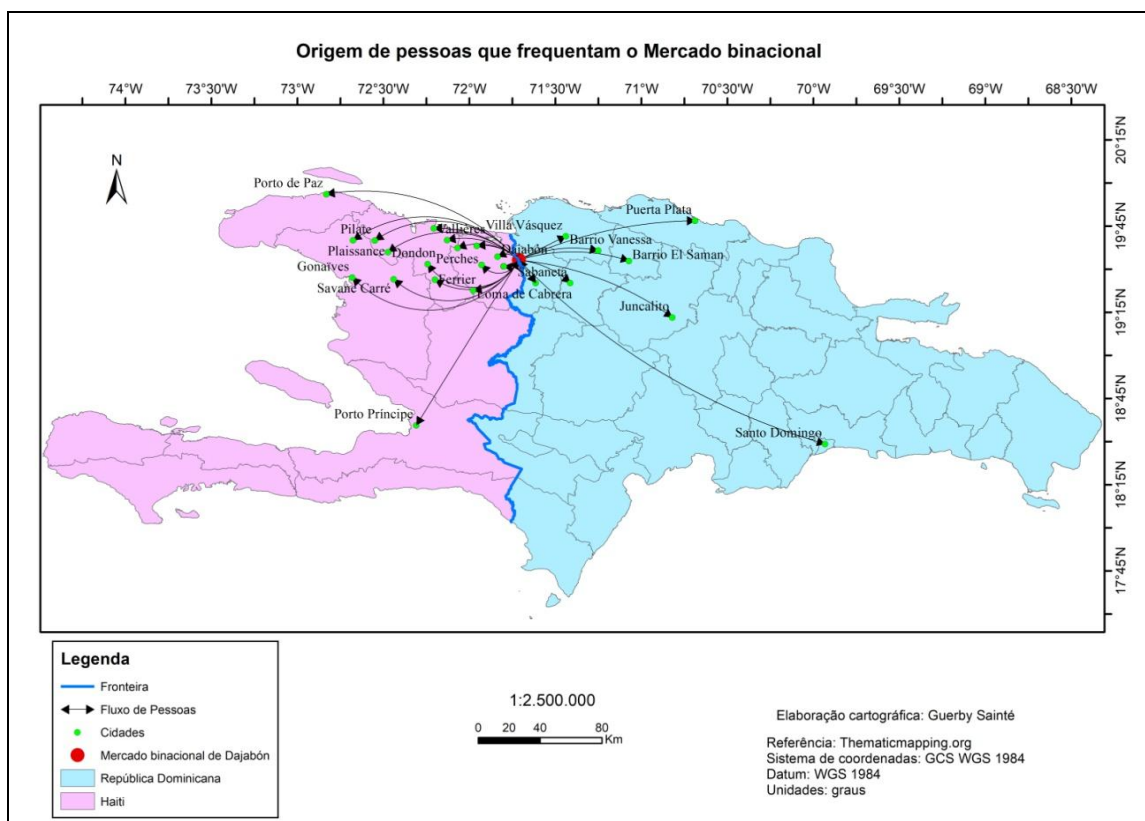
A cidade transfronteiriça impulsiona um conjunto de movimentos migratórios generalizados, além do paradigma de circulação dos produtos e de trocas de mercadoria, a territorialização dos Estados, um corolário da abertura gradual dos mercados nacionais, a intensidade dos fenômenos da circulação dos bens, das ideias e a fluidez do crescimento das sociedades da fronteira (RAFFESTIN, 1974; FOUCHER, 2007). Por meio dos sistemas e de objetos técnicos que estão sendo integrados ao espaço, alguns são mobilizados com o intuito de oferecer maior fluidez ao espaço geográfico às cidades de Dajabón e de Ouanaminthe, autorizando maior circulação de pessoas e mercadorias, como percebemos de maneira significativa com a circulação de caminhões, de carros individuais e táxis de motocicletas que cruzam a fronteira e transportam as mercadorias para outras regiões. Mesmo que os compradores e vendedores haitianos estejam envolvidos de maneira intensa, eles o fazem exercendo maiores funções nas trocas de mercadorias e comerciais.

Além disso, a categoria de conformidade das condições sociais e econômicas em ambos os Estados vizinhos ou cidades-gêmeas restringe a interdependência das trocas comerciais e de mercadorias. No entanto, uma grande diversidade pode fortalecer ou incentivar o desenvolvimento de complementaridades e propiciar a manutenção de uma recente divisão transfronteiriça do trabalho (MACHADO, 2005).

Essas interações entre os lugares podem ocorrer através de uma conexão das redes de centros que contornem os momentos de ciclo de reprodução e comerciais para que a reprodução de capital se intensifique. Tais interações espaciais implicam, além de ordens de venda e compra de matérias-primas, maquinários e bens intermediários e contratos com a força de trabalho, e contêm os fluxos de mercadorias através diferentes meios de transportes, de táxis e de caminhão. Assim, esse processo produtivo *stricto sensu* está disposto a se efetuar. Desse modo, essa efetivação supõe novas interações espaciais, que podem ser realizadas por meio de escala intraurbana, que geralmente implica o deslocamento cotidiano entre residência e local de trabalho dos operários, assim como de comerciários, técnicos e execução de capital, dentre outros (CORRÊA, 1997).

A esse respeito, Corten (1994) aponta que a sociedade pode ser concretizada no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes. Eles estão dispostos, mas a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenômeno o técnico, abrange todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação. Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as técnicas industriais, isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Uma visão assim pode levar a noções como a de espaço agrícola, espaço industrial ou espaço econômico. O Mapa 8 mostra os fluxos de deslocamento de comerciantes no mercado binacional.

Mapa 8. Origem de pessoas que frequentam o mercado binacional (2019)



Fonte: Thematicmapping.org. Dados obtidos no trabalho de campo, fevereiro de 2019.

Elaboração: Guerby Sainté.

Nesse contexto, as dinâmicas espaciais promovidas na fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón resultam do comércio a subsistemas transfronteiriços que abrangem todas as regiões do norte do país por meio desses circuitos comerciais e espaciais. Portanto, esses subsistemas descrevem acertadamente a inserção das cidades fronteiriças em redes de cidades nos níveis regional, nacional e internacional. Por meio dessa dinâmica comercial e mobilidade de pessoas que cruzam a fronteira, Ouanaminthe e Dajabón beneficiam ligações regionais.

A modernização dos sistemas de circulação ampliou as interações espaciais ligadas ao circuito superior (SANTOS, 2002), sobretudo porque o mercado tem vocação transfronteiriça. As interações espaciais constituem-se em um complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, informações e capital nos territórios, podendo variar de intensidade, de frequência, de distância e de direção. As migrações, o comércio internacional (importações e exportações), a circulação de mercadorias entre fábricas são, entre outros, exemplos de interações espaciais, bem como refletem as diferenças de lugares face às necessidades construídas historicamente (CORRÊA, 1997) nas regiões de fronteira.

As atividades de trocas comerciais promovidas nas regiões de fronteiras de Ouanaminthe e Dajabón provocam fortes interações entre as populações fronteiriças e também entre os comerciantes que vêm de outras cidades. Portanto, tais interações, segundo Corrêa (1997), envolvem os deslocamentos associados à existência, formação e reprodução daqueles que são implicados de forma direta e indireta no processo produtivo dos lugares. Todavia, as interações se fazem excessivamente com base na utilização de caminhões, de ônibus suburbanos e de veículos individuais, além de outros meios de comunicação e de táxis de motocicletas e os que fazem o trajeto a pé, conforme mencionado nas Figuras 27 e 28.

Figura 27. Transporte das mercadorias para outras regiões do país (Ouanaminthe) - 2019



Fonte: Trabalho de campo em Ouanaminthe, Guerby Sainté, 1º de fevereiro de 2019.

Figura 28. Transportação de mercadorias para outras cidades do Haiti - 2019



Fonte: Trabalho de campo em Ouanaminthe, Guerby Sainté, 1º de fevereiro de 2019.

Através desses transportes dos produtos que os atacadistas comprem ao mercado transfronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón no intuito de dinamizar a economia, segundo Corrêa (1997), é possível observar que tais produtos se deslocam da região principal para os diferentes lugares ou regiões, sendo dispostos para a venda às comunidades locais, representantes comerciais ou atacadistas tradicionais ou modernos. E, em razão disso, permitem a produção fluir para os centros de varejistas que fazem a distribuição do produto até os consumidores de outras regiões do território nacional.

Em relação às trocas comerciais tradicionais ou modernas nas áreas de fronteira, segundo reflexão de Santos (2004), os atacadistas possuem uma particularidade mista na economia urbana, visto que pode evidenciar relações funcionais tanto com o circuito superior quanto com o circuito inferior da economia urbana. Nesse caso, os atacadistas estão no apogeu de uma cadeia de intermediários, que chega frequentemente ao nível de “feirante” ou simples vendedor ambulante. Desse modo, por meio desses intermediários, as compras são realizadas a crédito pelos pequenos ou médios estabelecimentos ou varejistas, como menciona Santos (2003), para os quais o acesso ao dinheiro é ainda mais restrito e a dependência com relação aos fornecedores é ainda mais forte. Por meio delas, segundo Santos (2004), os atacadistas trazem enormes quantidades de produtos aos níveis inferiores, bem como chegam a uma enorme quantidade de consumidores. Tal atacadista considera-se como componente do circuito superior e também se torna o apogeu do circuito inferior da economia urbana.

E, em razão disso, permite a produção fluir para os centros de varejistas que fazem a distribuição do produto até os consumidores de outras regiões do Haiti e da República Dominicana. Portanto, todos os centros indicados participam da distribuição varejista, incluindo aqueles que estão ausentes. Forma-se uma rede de localidades centrais categorizada por uma hierarquia de lugares, que dispõem de áreas de mercado definidas pelos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo dessas cidades.

Essas cidades têm que passar por um processo de despolitização e fragmentação territorial da economia nacional, no intuito de que as cidades mais empobrecidas se beneficiem de um maior investimento público na construção das redes da cidade no território para melhorar a circulação dos fluxos material, imaterial e de serviços (BECKER, 1984). Além disso, a realidade das redes por uma integração regional das cidades de Ouanaminthe e Dajabón, segundo Santos (2008), tem de ser vista como o produto da condição contemporânea das técnicas. Assim, para fazer funcionar as redes das cidades, formadas através da verticalização dos fluxos de pontos, elemento regulador nas diferentes escalas geográficas,

cabe renovar e recriar as horizontalidades do espaço da contiguidade através de uma de fragmentação territorial.

Constatarmos que as transações foram estruturadas por meio de duas cidades, e as mercadorias adquiridas no mercado de Dajabón são compartilhadas nas diversas regiões da parte norte do país por meio das rodovias e por meio dos caminhões que transportam os produtos para os diferentes lugares, para as capitais regionais e nacional do Haiti. Entretanto, os sapatos e as roupas usadas (conhecidas como pèpès no Haiti), vendidos aos Estados Unidos e que são importados pelos comerciantes do Haiti e vendidos no mercado de Dajabón, são encontrados nas lojas de pontos turísticos de Dajabón e também no mercado de Ouanaminthe.

Através dessas redes estabelecidas, os produtos alimentícios³⁴ comprados pelos comerciantes haitianos no mercado de Dajabón circulam em circuitos pela parte norte do país e também são transportados para serem distribuídos nas cidades Gonaïves e Porto Príncipe (MOUDDEN, 2006). Esses comerciantes compram esses produtos geralmente nos mercados transfronteiriços, devido à falta de investimento do governo local e nacional na produção agrícola. Em consequência disso, são os que possibilitam os comerciantes haitianos a comprá-los no mercado transfronteiriço de Dajabón e também com os custos mais baixos.

Durante as entrevistas realizadas com Marie-Claire Louis, originária do Cabo Haitiano, foi feita a seguinte questão: “As trocas comerciais transfronteiriças beneficiam as pessoas dos dois Estados?”.

Louis respondeu:

De acordo com o comerciante do câmbio (compra e venda de pesos e gourde, dólar) (originalmente da Cidade do Cabo Haitiano), que frequenta o mercado transfronteiriço de Ouanaminthe-Dajabón, há mais de 4 anos (segunda a sexta-feira). Esse vendedor ambulante compra e vende pesos para os haitianos que cruzam a fronteira. Segundo ele, o mercado transfronteiriço não representa o câmbio comercial entre haitianos e dominicanos, já que os comerciantes haitianos que frequentam esse mercado vêm apenas para comprar mercadorias entre os dominicanos. Precisamente, a meta que permite que os comerciantes haitianos procurem por uma oportunidade e comprem bens e serviços dominicanos porque nosso governo haitiano não faz esforços para desenvolver a economia do país para criar empregos para os haitianos. O que faz com que os haitianos tenham dificuldade em encontrar produtos alimentícios e trabalhar em seu território. É por esse motivo

³⁴Esse mercado conduz sua operação no mercado transfronteiriço em lojas (boutique), ao céu aberto (comerciantes ambulantes) e tendas dos quais participam centenas de pessoas no mercado transfronteiriço. Essas pessoas comercializam produtos como: detergentes, açúcar, café, salame, pèpès, chuchu, cenoura, sal, óleo, farinha, feijão, arenque, bacalhau, legumes, sardinha, roupas, perfumes, sapatos, carteiras, cosméticos, joias, salsichas, bananas, batata, doce, mandioca, frango, carne bovina, produtos enlatados, entre outros, como já citados na Tabela 12. Este mercado é caracterizado pela interação de dominicanos e haitianos, que falam duas línguas diferentes (espanhol e crioulo haitiano). Essas pessoas são provenientes de diversos lugares dos dois Estados para comercializar e vender seus produtos (grifo do autor, levantamento dos dados durante as visitas técnicas).

que eles vão à República Dominicana para comprar produtos, bens e serviços e procuram oportunidade para garantir a necessidade de sua família no Haiti. Isso realmente representa um déficit para a economia haitiana (Trabalho de campo, informação verbal, Louis, 2019).

Através desta análise da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, percebe-se que ocorre uma seletividade dos lugares de maneira diferenciada entre os dois lados da região de fronteiras. E esse fato é criado pela própria atividade comercial das pessoas e da população dessas cidades que estão associadas aos diversos interesses de âmbito social, econômico, político e socioambiental. Assim, o subsistema do circuito inferior desempenha uma função importante na economia política das cidades.

Tal fenômeno gera as idiosincrasias socioculturais nas duas cidades diferenciadas, e, por isso, acaba replanejando as estruturas socioespaciais e territoriais dessa região. Essa particularidade estabelecida na região de fronteira entre Ouanaminthe e Dajabón é uma comprovação que apresenta a realidade cotidiana na fronteira. Além das características divergentes, em um contexto complicado e difícil, apresenta, também, as complementaridades entre essas duas cidades, nas suas relações socioespaciais, territoriais e culturais, em suas práticas de atividades comerciais, de circulação de fluxos de pessoas e de serviços oferecidos pela população local, regional e nacional. Ainda, essas complementaridades repercutem, também, na circulação das informações que unificam e dissociam as duas populações tão desiguais na área de fronteira.

Assim, o comércio transfronteiriço entre os dois países abre novas formas de materialidades vinculadas ao fluxo de movimentação territorial e espacial de ambos os lados da fronteira. A respeito dos fluxos de mercadoria que circulam na fronteira, os *pèpès* possuem um papel relevante nas relações de trocas entre as populações transfronteiriças, principalmente nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón. Os produtos têxteis de segunda mão, precisamente no Haiti chamado *pèpès* do Haiti, tiveram início a partir dos anos 1960 sob o governo estadunidense de John F. Kennedy, criada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Por meio de uma política estabelecida pelo governo norte-americano, foram enviados os *pèpès* ao Haiti.

Dada a complexidade estabelecida para transportar as roupas ultraprocessadas (*pèpès*), esses contêineres foram transportados por meio de navios e desembarcaram em diferentes portos haitianos. As roupas eram distribuídas para a população haitiana sob a forma de doação e também eram entregues aos religiosos, principalmente aos padres, para serem redistribuídos. Assim, esses circuitos de produtos têxteis oriundos, principalmente, dos

estados da Flórida, de Nova York, além do Canadá, promoveram uma grande parte de diásporas de haitianos (SHELL, 2006; BOURGEOIS, 2016). Assim, os comércios de *pèpès* começaram a se espalhar sobre todo o território do Haiti e também a serem vendidos no mercado transfronteiriço. Da mesma forma como aparece no trabalho de Redon (2010), o comércio de bens usados (roupas usadas e produtos seminovos), cuja rede integra toda a ilha, está florescendo na zona de fronteira.

Nesse âmbito, os produtos de *peperização* desembarcam em diferentes portos do país, como Port-de-Paix e Porto Príncipe, aonde chegaram navios de contêineres com todos os gamas de produtos de têxteis ou roupas usadas espalhando-se pelo território nacional, como, por exemplo: calçados, roupas, acessórios, bolsas, mochilas, chinelas, cinto, brinquedos, tênis, botas, veículos, televisões, geladeiras, bichos de pelúcia, baterias, louças, copos e pratos, camisas e camisetas, liquidificadores, entre outros, conforme mostra as Figuras 29 e 30.

Figura 29. Comércio de louças e pratos *pèpès* no mercado fronteiriço de Dajabón – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Dajabón, Guerby Sainté, fevereiro de 2019.

Figura 30. Comércio de pratos de *pèpès* no mercado fronteiriço de Dajabón – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Dajabón, Guerby Sainté, fevereiro de 2019.

Na perspectiva de impedir, de regularizar ou de estabelecer um controle sobre a circulação do comércio do *pèpès* nas áreas transfronteiriças entre o Haiti e República Dominicana, em 1970, o governo dominicano decretou, no “Art. 1, lei 458-73”, a interdição da importação dos produtos de têxteis ultraprocessados trazidos ao país com intuito de comercialização, informando que esses produtos de *pèpès* importados afetam à saúde da população da República Dominicana, já que esses produtos transmitem doenças contagiosas e também contaminam o território nacional.

A decisão tomada por parte do governo dominicano causou um impacto na vida de relações dos comerciantes e dificultou as práticas de trocas comerciais entre as populações transfronteiriças. Apesar dessas decisões tomadas, os *pepeceras* vendem as roupas usadas informalmente em pequenas transações comerciais nas regiões transfronteiriças e também no território dominicano. Em relação às práticas das atividades comerciais do *pèpè*, houve uma flexibilidade nas decisões tomadas por parte dos serviços aduaneiros devido à reabertura da fronteira, com a finalidade de restituir as trocas comerciais entre os dois países. O comércio das roupas ultraprocessadas é a atividade mais frequente nas áreas de fronteira, e, em consequência disso, os agentes aduaneiros estabelecidos passam a manter o controle da fronteira e exigem aos *pepeceras* o pagamento dos impostos pelas importações desses produtos ultraprocessados.

No que tange à estrutura interna burocrática do Estado na cobrança dos impostos sobre a importação das mercadorias dos produtos ultraprocessados pelos agentes aduaneiros dos dois Estados, segundo Evans (1993), a relação de troca entre auxiliares e ocupantes de cargos é o fundamento da ação do Estado. Portanto, os ocupantes dos cargos necessitam de apoiadores políticos para sobreviver, e os auxiliares, no que lhes concerne, devem receber incentivos suficientes para evitar que o apoio que têm desvie sua mercadoria para outros.

Ora, o Estado faz a mediação ao usar sua autoridade regulamentadora e poder normativo para gerar rendas para grupos privilegiados pela restrição da capacidade de ação das forças de mercado. Isso faz com que o Estado mantenha o controle sobre o câmbio, as restrições à entrada no mercado (nacional ou internacional) pelo credenciamento de produtores (comerciantes ou corporações) e por meio de tarifas e/ou restrições quantitativas sobre importações, estruturas que o Estado pode usar para gerar renda (EVANS, 1993).

Assim, essa percepção abre espaço para entender a estrutura do Estado estabelecida nas áreas de fronteira ao cobrar os impostos pela importação dos produtos ultraprocessados pelos agentes aduaneiros. Sobre esse aspecto, Evans (1993) argumenta também que há uma hipótese de que a competição pelo acesso ao serviço estatal é uma competição por rendas ao afetar as classes mais vulneráveis, servindo como um bloqueio para os pequenos negócios com um Estado predatório, que tem a preocupação da classe política com a busca de renda metamorfoseando a sociedade (ou mantendo os pequenos comerciantes) em sua presa (que procuram manter a subsistência pelos comércios de pèpès como única fonte de renda), como mostrado na Figura 31.

Figura 31. Comércio de roupas ultraprocessadas no mercado fronteiriço de Dajabón (2019)



Fonte: Trabalho de campo, Dajabón, Guerby Sainté, fevereiro de 2019.

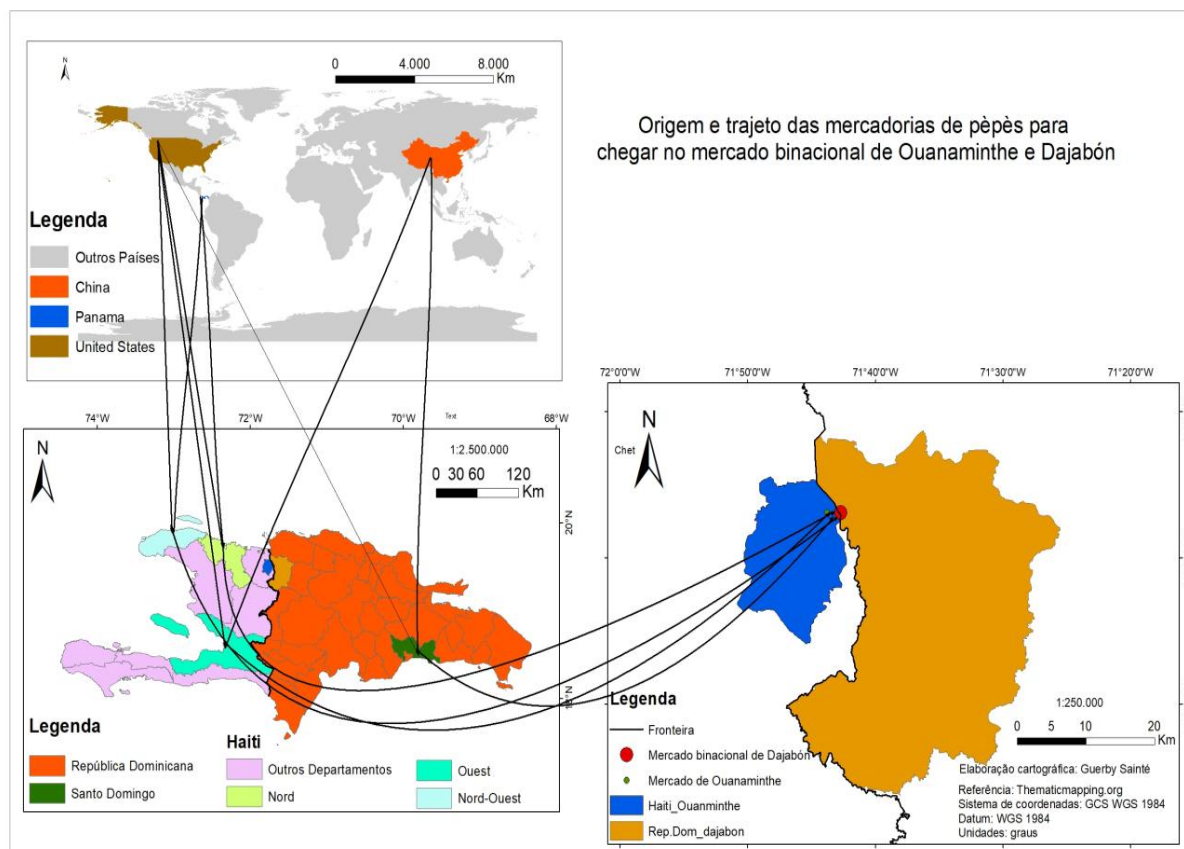
Ainda convém lembrar que as mulheres haitianas que praticam este comércio (madan sara) desenvolveram redes comerciais nos Estados Unidos, no Panamá, em Barbados e em Santa Lúcia para comprar os produtos de pèpès a fim de comercializá-los junto aos comerciantes dominicanos. Assim, esses comércios são informais, apesar de todo controle e regulamentação que existem nas regras internas do país (REDON, 2010).

Como já mencionado no tópico 1.1.2 do capítulo 1, a autorização verbal do ex-presidente dominicano Joaquim Balaguer construiu o comércio transfronteiriço de Dajabón em 1993. Devido ao embargo econômico que abalou o Haiti entre 1991-1994, abriu ainda mais oportunidades para as populações de fronteira exercerem as atividades comerciais, em que as mulheres dominicanas se deslocavam para a fronteira do Haiti para comprar as roupas usadas dos comerciantes haitianos no mercado de Ouanaminthe, e, em contrapartida, os comerciantes dominicanos/as também ofereciam produtos agrícolas ou alimentícios em troca (ALFONSO, 2005; 2016; BOURGEOIS, 2016). Além disso, os comerciantes haitianos compram toneladas de roupas ultraprocessadas nos portos ou em grandes armazéns (entrepôts), depois redistribuídas para os diferentes destinos, e os transportes são geralmente feitos em caminhão ou de tap-tap. Além disso, os produtos podem ser vendidos em todos os mercados nacionais (REDON, 2010).

Segundo dados coletados durante as visitas técnicas nas áreas de fronteira, os comerciantes relatam que os produtos têxteis usados vêm principalmente dos Estados Unidos,

do Panamá, e os novos vêm da China. O Mapa 9 mostra o trajeto percorrido pelas mercadorias de pèpès até chegar ao mercado transfronteiriço.

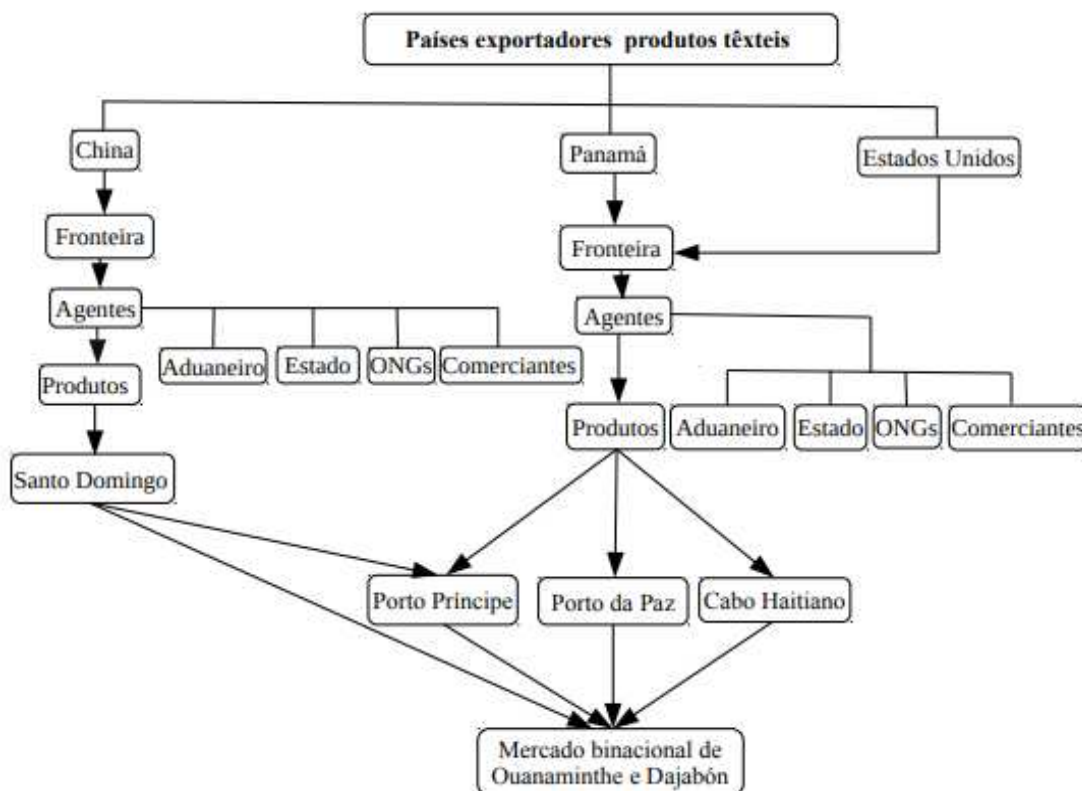
Mapa 9. Origem e trajetos da mercadoria de pèpès até chegada ao mercado fronteiriço (2019)



Fonte: Sistema de projeção cartográfica WGS1984, Thematicpping (2019). Dados coletados durante as visitas técnicas. **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Os comércios dos produtos de roupas usadas envolvem dois processos. Em primeiro lugar, os comerciantes haitianos compram as roupas ultraprocessadas (*pèpès*) nos portos ou armazéns do Haiti para revendê-las no mercado local, na sua cidade em frente de casa e também no mercado transfronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón. O segundo processo consiste na compra, pelos dominicanos, das mercadorias de pèpès nos atacadistas haitianos, transitando, portanto, pelos vilarejos da parte norte da zona de fronteira da República Dominicana para revender essas roupas ultraprocessadas nas diversas feiras locais de suas regiões, conforme indica o Gráfico 9.

Gráfico 9. Origem e trajetos das mercadorias de pèpès até a chegada ao mercado transfronteiriço de Ouanaminthe e Dajabón (2019)



Fonte: Trabalho de campo. **Elaboração:** Guerby Sainté (2019).

Esses comércios de importação de *pèpès* passam a ser tolerados estrategicamente para os comerciantes e dão acesso formalmente à cidade de Ouanaminthe no intuito de aprovisionar os produtos de roupas ultraprocessadas e posteriormente retornar a Dajabón para comercializar, com a cobrança da taxa de imposto dos serviços alfandegários para garantia da livre circulação no mercado transfronteiriço. O Quadro 7 demonstra as normas impostas pelos serviços alfandegários para os comerciantes na alfândega para a circulação dos produtos têxteis usados.

Quadro 7. Normas estabelecidas na alfândega de Ouanaminthe para a importação dos produtos usados (2019)

Importações de bens usados Formalidades antes do desembarque aduaneiro	
Documentos necessários	Emitidos por:
1) Conhecimento de embarque: do transporte marítimo; aéreo e terrestre	Empresa de transporte marítimo; aéreo e terrestre.
2) Certificado de cumprimento fiscal (quitus tipo A)	Direção geral de impostos (DGI)
3) Fatura comercial	Fornecedor
4) lista de embalagem	Importadores (proprietários)
N. B. Qualquer outro documento que a alfândega considere necessário para os artigos de segunda mão (pèpè), você precisa do certificado de fumigação.	

Fonte: Dados coletados durante as visitas técnicas ao serviço aduaneiro, Guerby Sainté (2019).

Essas práticas comerciais estabelecidas entre os dois países permitem relacionar os atores locais a atores externos. Podemos dizer, então, de forma sintética, que os atores locais colaboram para o crescimento do comércio transfronteiriço, e que, portanto, tornam-se cada vez marginalizados pelo desenvolvimento da concorrência e pelo estabelecimento do comércio atacadista binacional estruturado essencialmente pelos atores externos nos relevantes mercados e centros econômicos dos dois Estados. Assim, com o estabelecimento desse mercado, as populações locais passam a comercializar e trocar os diferentes tipos de mercadoria.

Dessa forma, o comércio fronteiriço entre as cidades Ouanaminthe e Dajabón constitui em suas modalidades os motivos de ser de cada uma delas. Para as populações de Ouanaminthe, é a única possibilidade de renda e de emprego, bem como para as compras de produtos alimentícios barateados; do lado dominicano, a condição é menos ajustada, no entanto a feira transfronteiriça gera empregos temporários, uma diminuição substancial no custo da cesta básica e uma renda suplementar vital. Porém, percebe-se que essas são vantagens marginais, que exclusivamente poderiam servir para aliviar as sobrevivências, mas poderiam contribuir para aliviar a situação de pobreza que prevalece nas comunidades de fronteira (ALFONSO, 2005).

No entanto, a relação socioespacial passa a determinar o funcionamento das cidades que já estão inseridas como corredor transfronteiriço ao qual estão ligadas como espaços comerciais. Essa inserção lhes oferece empregos, renda e várias formas de

sobrevivência da população de tais áreas, inclusive mobilidade social. Desse modo, essas cidades passaram a ter altas taxas de crescimento demográfico devido aos atrativos do comércio. Por isso, é uma inserção subordinada que os submete a processos severos de descapitalização (dinheiro, recursos humanos) e impede suas maturidades como centro de prestação de serviços e de bens com respeito a seus ambientes regionais (ALFONSO, 2010).

Tendo isso como destaque, as cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón têm uma carência de centros de decisão no que diz respeito ao comércio transfronteiriço. Segundo dados obtidos durante as entrevistas, há uma ação crescente da formalização das redes transnacionais fornecidas entre as duas cidades da faixa de fronteira. Porém, esse comércio atacadista ocorre cada vez mais pela exportação direta sem necessariamente passar pelo mercado transfronteiriço. Nesse caso, as populações continuam a vender as mercadorias nas tendas ou varejos construídos em frente de casa ou aproveitam outros mercados locais criados pelos próprios moradores.

Na mesma lógica, a atmosfera de efervescência geral induz a presença de pequenos e grandes comerciantes, vendedores ambulantes de todos os tipos, vendedor de água, engraxate. Os vários restaurantes, hotéis e pensões estão experimentando uma atividade ainda maior nos dias de mercado. Além disso, a diferença salarial entre os dois países leva à mobilidade do trabalho dos haitianos que passaram o dia trabalhando na República Dominicana para suprir a sobrevivência (REDON, 2010). Contudo, essa mobilidade de trabalho passa a ser considerada como uma categoria analítica que almeja entender como se constitui a produção da força de trabalho, em aspectos como o movimento espacial, profissional e setorial, bem como as suas formas de consumo (intensiva e extensiva). Ou seja, permite compreender como essa força de trabalho é apropriada pelas forças da acumulação capital na sua produção e circulação (GAUDEMAR, 1979).

Ressalta-se, ainda, que a renda que os comerciantes detinham para comprar as mercadorias para frequentar o mercado binacional são as suas próprias. Dentre estes comerciantes que praticam as atividades comerciais no mercado fronteiriço, constitui-se um grupo de médios comerciantes que revendem os produtos para os pequenos e vendedores autônomos, tanto no lado dominicano quanto para o outro lado da zona de fronteira. No entanto, essas relações dependem das alterações cambiais, que possibilitam as relações de trocas entre os fronteiriços, que também conseguem as mercadorias com um preço mais baixo do lado dominicano, sobretudo os produtos básicos, e do lado haitiano, as roupas *pèpès* (Figura 31) a um preço mais razoável, que compete com as roupas fabricadas na República

Dominicana ou na zona franca, que vêm do circuito superior da economia urbana, conforme indicado na Figura 32.

Figura 32. Comércio de roupas no interior do mercado de Ouanaminthe – 2019



Fonte: Trabalho de campo, Guerby Sainté, realizado em 26 de janeiro de 2019.

Para tanto, os fluxos de pessoas que frequentam o mercado binacional exercem mobilidade pendular transfronteiriço. A esse respeito, Dorfman e Cardin (2014) ressaltam que esse tipo de mobilidade pode ser considerado como migrações pendulares na medida em que as mesmas pessoas cruzam as fronteiras com os carros ou veículos várias vezes ao longo do dia ao transportar as mercadorias.

Corrêa (1997) argumenta que essa movimentação está ligando a uma rede urbana permitindo o deslocamento da população para o mercado transfronteiriço. Essas transformações podem determinar novas formas de inserção das cidades nas redes urbanas e também passam a metamorfosear as exterioridades estruturais, tais como funcionais, dimensionais e espaciais. Além disso, no processo da urbanização do território, a rede urbana acarreta uma grande relevância para o crescimento das cidades, através da qual a produção, a circulação e o consumo se colocam em prática realmente em diversas cidades de um país.

A mobilidade dos fluxos de pessoas no mercado transfronteiriço provoca uma transformação socioespacial das cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón, os elementos-chave que permitem essa movimentação é o trabalho e o comércio, que possibilitam concentrações das populações na área de fronteira. Isso favorece que a República Dominicana possua atualmente uma estrutura econômica mais consolidada em relação à estrutura econômica haitiana, bem como produção agrícola fortificada, abrindo esse mercado fronteiriço para abastecer as cidades do norte com produtos alimentícios e industriais. Já o governo haitiano não consegue responder e suprir adequadamente as necessidades básicas da população devido à falta de investimento na agricultura e na infraestrutura, que impede geralmente o deslocamento dos produtos advindos da capital.

Esse mercado da fronteira não só fornece os produtos à região do norte do país, mas também a outras grandes cidades do país, beneficiando as mercadorias que vêm desse mercado binacional devido à falta de investimentos e de uma política pública para responder amplamente às necessidades da população pelas produções agrícolas. Porém, o mercado fronteiriço de Dajabón oferece oportunidade de mão de obra para as populações locais, acarreta os fluxos de trabalhadores, táxis de moto e o comércio de pèpès, que são a principal fonte de renda para as populações de Ouanaminthe.

Assim, esses fluxos de pessoas que vão frequentar o mercado transfronteiriço têm de ser estabelecidos como trabalhadores diaristas, que são os haitianos que cruzam a fronteira a cada dia no mercado binacional para trabalho como ajudante com os comerciantes dominicanos e ao final do dia recebe o seu salário. Essas informações são confirmadas pelas entrevistas realizadas com Milord Chérubin, um dos representantes da Associação dos Comerciantes do Mercado de Turismo de Ouanaminthe-ACMTO, em 29 de janeiro de 2019. A ele foi feita a seguinte questão: O comércio transfronteiriço traz alguns benefícios para a região? Quais?

Chérubin respondeu:

A zona de Ouanaminthe é baseada no comércio porque não tem outras atividades além das atividades comerciais do Dajabón. Este comércio transfronteiriço representa uma enorme vantagem para os dominicanos, e não para os haitianos. Mas essas atividades trazem um alívio para os comerciantes de Ouanaminthe porque conseguem os produtos mais baratos. O efeito é que as economias locais de Ouanaminthe dependem das atividades comerciais dos produtos que vêm do mercado de Dajabón (Chérubin, informação verbal, 2019)³⁵.

³⁵Argumentação de um sujeito de pesquisa haitiano em 26 de janeiro de 2019. Ele é um dos representantes da Associação dos Comerciantes do Mercado de Turismo de Ouanaminthe-ACMTO (mercado de Ouanaminthe).

Por uma eventual confirmação da discussão estabelecida por meio da base teórica, segundo informações empíricas coletadas durante as entrevistas realizadas com Joaquim Jean, taxista de motocicleta, em 26 de janeiro de 2019, foi feita a seguinte questão: Qual benefício traz o comércio binacional para a cidade de Ouanaminthe?

Jean disse:

Como resultado, o comércio transfronteiriço traz pouco benefício para a população de Ouanaminthe, já que todos esses produtos consumidos na região vêm de Dajabón. Esses lucros geralmente são a favor da República Dominicana, que é um dos principais parceiros comerciais do Haiti. Em geral, Dajabón garante a sobrevivência da população de Ouanaminthe com esses produtos fornecidos e comercializados nos mercados locais, regionais e nacionais (Taxista de motocicleta, Joaquim Jean, informação verbal, 2019).

É importante lembrar que no mercado fronteiriço estabelecido nas cidades de Ouanaminthe e Dajabón, segundo Gaudemar (1979), os trabalhadores (principalmente, comerciantes de ambos os lados da fronteira) possuem uma possibilidade de se deslocar nos espaços para buscar melhores condições de vida (práticas de atividades comerciais) que podem repercutir em rendas e salários numa qualidade melhor. Dessa forma, a liberdade de escolha é concedida pelos trabalhadores (comerciantes que exercem as atividades comerciais nas regiões de fronteira). Então, os trabalhadores reagem de forma racional para escolher entre as alternativas de emprego e a melhor condição material de vida no exercício dessas atividades.

No mesmo sentido, Redon (2010) menciona que uma parte dos habitantes das áreas fronteiriças viu os negócios induzidos pela presença da descontinuidade fronteiriça. Assim, a quebra de carga permite que os carregadores de mercadorias, táxis de moto, motoristas de *tap-tap*³⁶, e também encaminhadores de larga escala vendam seus serviços. Essa força de trabalho promovida na fronteira, em relação à hipótese de Gaudemar (1979), pode ser pensada como um fator de produção qualquer e seu salário como definido pelas leis de mercado apresentadas por Smith, Ricardo e Say. Em decorrência disso, Gaudemar afirma que a mobilidade da força de trabalho é entendida como uma categoria que se manifesta com a adequação do mercado de trabalho ou diferentes mercados de trabalho em perquirição do equilíbrio entre as forças de mercado num determinado grau de salários ou de benefícios.

Assim, coloca-se a inquirição da capacidade de articulação dos comerciantes que cruzam as fronteiras, dos vendedores das mercadorias de *pèpès* (roupas, louças e copos, tênis

³⁶Trata-se de um tipo de veículo triciclo ou carro que transporta pessoas ou mercadorias para outras localidades do país.

e sapatos sociais, e dentre outros) e vendedores ambulantes, que são trabalhadores por conta própria. Assim, existe um grupo de comerciantes que provêm de outras cidades do país, que são exclusivamente os compradores dos produtos alimentícios dominicanos para revendê-los nos mercados locais, regionais e nacionais. Posto isso, com a abertura e o fechamento da fronteira, os fluxos de mercadorias e de comércio formais ou informais atraem pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelo mercado da fronteira. Redon (2010) salienta que, na escala local, a fronteira é vital para as populações vizinhas de ambos os lados. Ao mesmo tempo, os passageiros transfronteiriços procuram compensar sua situação marginal em relação ao território nacional, recorrendo ao outro lado.

Outro fator existente é que os fronteiriços que praticam as atividades mercantis domésticas atendem diferentes circuitos da região, em que as ações da venda direta são proporcionadas pela confinidade e no qual a relação interpessoal e os clientes são induzidos pelos preços e também pelas relações de confiança, em maior ou menor nível, resultantes da história entre as populações fronteiriças culturalmente desiguais. Assim, essas relações comerciais situacionistas acontecem devido às particularizações essenciais da estrutura de trocas entre os fronteiriços, que são praticamente vendas à vista. Todavia, as inseguranças absolutas na particularidade dos produtos requerem a construção de condições para que os circuitos relacionais se estabeleçam dinamicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que a fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não é exclusivamente um espaço político e geoestratégico onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição; percebe-se que a fronteira desempenha um papel relevante na passagem e nos caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. Dado que a fronteira entre Haiti e República Dominicana, além das divergências ideológicas, geopolíticas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos Estados, práticas sociais transnacionais, às vezes, ilegais que constantemente produzem nas demarcações nacionais instituídas constituídas.

Tendo em vista os diferentes aspectos discutidos sobre os nexos estabelecidos durante o processo de colonização do Haiti e da República Dominicana, podemos afirmar que a região de fronteira permite que os Estados possuam um ganho específico por meio da presença da zona de fronteira e da confinidade dos dois territórios nacionais, um domínio essencial para a mobilidade das populações fronteiriças, é a especialização em estratégias de evasão das normas oficiais instituídas e sua adaptação às suas necessidades diárias nas interações espaciais transfronteiriças. Entende-se que as interações espaciais transfronteiriças observadas entre as cidades de Ouanaminthe e Dajabón conduzem a uma análise geográfica sobre a dinâmica territorial e socioespacial na linha de demarcação entre os dois países. Através do presente estudo, foi possível perceber que essa faixa de fronteira é uma das particularidades mais notórias para essas cidades, marcada pelo fluxo de pessoas, de trocas comerciais e de serviços que operam nas cidades-gêmeas.

Mesmo que tais cidades apresentem um desequilíbrio muito grande em termos econômicos, de infraestrutura e no circuito de produção, é propiciada uma possibilidade para as populações locais e regionais em relação ao benefício que essas cidades oferecem através das feiras estabelecidas na faixa de fronteira, que também projetam essas cidades para o mercado internacional e também com o estabelecimento da zona franca nas áreas. Através desta análise da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, percebe-se que ocorre uma seletividade dos lugares de maneira diferenciada entre os dois lados da região de fronteiras. E esse fato é criado pela própria atividade das pessoas e da população dessas cidades que estão associadas aos diversos interesses de âmbito social, econômico, político e socioambiental.

De fato, estas feiras que se estabelecem nas cidades-gêmeas de Ouanaminthe e Dajabón têm uma relevância muito grande para as populações transfronteiriças, permitindo

que os habitantes realizem trocas comerciais, uma das principais atividades econômicas das cidades. Ademais, facilita práticas de comércio de ambas às cidades, ao estabelecer uma interligação entre compradores e vendedores, e ao oferecer produtos para as diferentes localidades, beneficiando, assim, as próprias economias das cidades e também as populações fronteiriças que mantêm as trocas de mercadoria na região de fronteiras para manter a própria sobrevivência e aproveitar os serviços oferecidos nessas áreas.

Observa-se que o Estado pensa uma nova forma de reconfiguração do planejamento territorial destas cidades, que é necessário investimento do Estado na reorganização do tecido social da administração pública e na criação de redes para permitir melhorias no deslocamento de produtos e das condições de funcionamento do mercado e de controle de monitoramento das fronteiras, e as normas estabelecidas para que os Estados cobrem os impostos sobre os produtos que circulam de maneira informal nas diversas faixas fronteiriças das cidades.

Como as cidades são um produto social espaço-temporal, ligadas a um processo histórico da produção que unificam a sociedade global num sistema geral de integração cultural e institucional. Levando-se em consideração esses aspectos, o Estado tem um papel relevante na reorganização da adequação dos serviços e das infraestruturas públicas, na construção de rodovias que melhor realize a integração entre as diferentes regiões e circuitos comerciantes que frequentam ao mercado fronteiriço. Por meio da aplicação de uma política de desenvolvimento econômico fronteiriço, social e político, é possível que os dois Estados mantenham melhor controle das normas sobre os fluxos de mercadorias que perfuram as fronteiras, que eventualmente podem causar prejuízo a economia nacional.

Contudo, pode-se ressaltar que sem o fortalecimento de suas instituições e do Estado, provavelmente seria impossível de negociar e de encontrar uma estratégia e políticas adequadas que possa debruçar-se em uma nova dinâmica propícia para controlar a fronteira e os fluxos de economia de dois países. Faz-se necessário que esse estado de controle cogite um reflexo das inanições crescentes entre as ambas as economias, que são resultados de escolhas completamente distintos e também da incapacidade da economia de oferecer ou preconizar os sistemas de evolução ou crescimento apropriados entre as duas economias da ilha.

Além desses argumentos mencionados sobre a importância do comércio transfronteiriço para a interação espacial entre os dois países da ilha, poderia ser destacado também como os circuitos superior e inferior da economia urbana se estruturam e geram desigualdades/assimetrias econômicas tanto entre os dois países quanto as classes sociais. Destacaria que a dinâmica espoliativa do circuito superior da economia urbana, baseada na

exploração dos trabalhadores e dos recursos dos países especialmente pelas multinacionais localizadas nas zonas francas, aliada à falta de políticas públicas de atendimento às demandas básicas da população, são responsáveis pelo subdesenvolvimento e aumento da pobreza nos dois países, mas, sobretudo no Haiti), cuja população busca formas alternativas de sobrevivência para dinamizar o circuito inferior da economia urbana, como as feiras e demais tipos de comércios informais e ilegais na faixa de fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO, Haroldo Dilla; CARMONA, Clarissa. Notas para la historia de la frontera dominico-haitiana. In VV. AA. **La frontera dominico-haitiana**. Un estudio multidisciplinario. Santo Domingo: Banco Interamericano de Desarrollo, 2010, p.33-74.
- ALFONSO, Haroldo Dilla. La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. **Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos**, v. XVI, n° 1, p. 15-41, 2016.
- AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; FOURNY, M. C. **les frontières, avec la frontière; nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe**. La Tour d'Aigues. Ed, de l'Aube, 2006.
- ANCEL, Jacques. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.
- ANDERSON, Benedict. **Nations and nationalism**. Blackwell, 1983.
- ARRIGHI, Giovanni. 1996. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP/Contraponto.
- ARROYO, Mónica. A espacialidade do futuro. Além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**, n° 2, p. 491-509, 1995.
- _____. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 3031, out. 2008.
- _____. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campainheiro de Geografia**, vol. 2, n°1, 2012.
- BANCO MUNDIAL. **Datos sobre las cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos sobre cuentas nacionales de la OCDE**. Washignton: Grupo Banco Mundial, 2016.
- BAUBRUN, Ardouin. **Etudes sur l'histoire d'Haïti**. Paris: Imprimerie de E. Donnaud, 1860.
- BAUD, Michel. Una frontera – refugio: Dominicanos y Haitianos contra el estado (1870-1930), **Estudios Sociales**, vol. 26, n. 92, p.39-64, 1993a.
- _____. State-Building and Borderlands. **Cedla Latin America Studies**, vol. 87, p. 41-79, 2000.
- BENKO, Georges. Modernidade, pós-modernidade e ciências sociais. **Revista do Departamento de Geografia**, n.13, p.188-213, 1999.
- _____. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 15, p. 45-54, 2002.
- BECKER, Bertha. **Ordenação do território: uma questão politica? exemplos da América latina**. Rio de janeiro: UFRJ, 1984.
- _____. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia: Um poder territorial? **Revista Brasileira de Geografia**, v. 52, n. 4, p. 117-126, 1992.
- _____. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.

- BLANQUART, Jérôme. – **La frontière en tant qu’opportunité à la récréation et au tourisme** : l’exemple du Mont Noir. Maîtrise : USTL : 1992. 115p.
- BOST, François. **Atlas mondial des zones franches**. In CNRS GDRE S4 (Org.). La Documentation française, 2010.
- BOUDEVILLE, Jacques. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- BOURGEOIS, Catherine. Os “pèpès” contra o Estado: circulação de artigos têxteis de segunda mão na fronteira Haiti-República Dominicana e negociações sobre sua comercialização. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 43, nº 1, p. 36-59, agosto, 2016.
- _____. **La frontera dominico-haitiana ayer y hoy: realidad y desafíos**. Conferencia para la Reunión Grupo Afro Conferencia de Provinciales de América latina y el Caribe Dajabón (R.D). Université libre de Bruxelles, p.1-16, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Editora: UNICAMP/SP, 2012.
- BRUNET, Georges; PHAREL, Kesner. La República de Haití y la República Dominicana. In. SILIÉ, Rubén; LNOA, Orlando; ANTONIN, Arnold. **La República Dominicana y Haití frente al futuro**. República Dominicana, FLACSO, 1998, p. 35-72.
- BRUNET, Roger.- **Atlas mondial des zones franches et des paradis fiscaux**. Paris, Fayard-RECLUS, Col. Atlas RECLUS, 1986.
- CANO, Wilson. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Editora: Unicamp, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração regional. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 3, n.5, p.43-80, 2008.
- CAROU, Heriberto Cairo; LOIS, María. Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades em los discursos geopolíticos em América Latina (1990-2013). *Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía*, Vol. 23, nº 2, p. 45-67, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza, Urberlândia*, 22 (3), p. 241-474, 2010.
- _____. Mobilidade geográfica e acessibilidade: uma proposição teórica. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, vol. 21, n. 3, p. 644-649, 2017.
- CATAIA, Márcio. **Território nacional e fronteiras internas**. A fragmentação do território brasileiro. Tese, Doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. **Fronteiras: territórios em conflito**. In Anais do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.
- _____. Território: fundamento e fundamentação do estado. Uberlândia, **Revista Sociedade Natureza do Estado**, vol.23 n.1. p.115-124, 2011.

- _____. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? *Revista Terra Livre*, vol.1, nº 40, p.65-80, 2013.
- _____. SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Revista Boletim Campineiro de Geografia*, vol.3, n. 1, 2013.
- CEI-RD. **Perfil comercial: República de Haiti**. Santo Domingo: Centro de Exportación e Inversión de la República Dominicana (CEI-RD), 2016.
- Centre de Facilitation des Investissements (CFI) (2016). **Les flux commerciaux entre Haïti et la République Dominicaine**. Opportunités pour accroître la production haïtienne. Port au Prince, 2016. Disponível em <http://www.haitilibre.com/docs/flux2.pdf>>. Acessado em 29 de março de 2020.
- CEPALC (Centro Popular para América Latina e Caraíbes). **La pauvreté em Haiti: Situation, Causes et Politiques de Sortie**. LC/MEX/R.879, 12 Août 2005.
- CLAVAL, Paul. L'étude des frontières et la géographie politique. *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 18, n. 43, p. 7-22, 1974.
- CORRÊA, Robert Lobato. **A Rede Urbana**. Ed. Ática S. A, 1989.
- _____. Interações espaciais. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa e Roberto Lobato Corrêa (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed.-Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47.
- _____. Dimensões de análise das redes geográficas. In: **Trajetórias Geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a, p. 108-187.
- _____. Processos, formas e interações espaciais. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016.
- CORTEN, André. (1994). Port-au-Prince, Washington, Santo Domingo. Premières leçons d'un embargo (Note), *Études internationales*, vol. XX, nº 4, p. 671-693.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
- DERBY, Lauren. Haitians, magic, and money: raza and society in the HaitianDominican borderlands, 1900 to 1937, *Comparative Studies in Society and History*, vol.36, n.3, p.488-526, 1994.
- DERBY, Lauren; TURITS, Richard Lee. **Temwayaj kout kouto, 1937: Eyewitness to the Genocide**, in C. Accilien, et al. (sous la direction de) *Revolutionary Freedoms: A History of Survival, Strength and Imagination in Haiti*. Coconut Creek (Floride): Caribbean Studies Press, p.137-143, 2002.
- DESROSIERS, Michaëlle. **Trabalho, mulheres negras e zonas francas no Haiti contemporâneo: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.
- DORFMAN, Adriana; Cardin, Eric Gustavo. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça do Cone Sul. *Revista columbiana de Geografia*, vol.23, nº 2, p.31-44, 2014.

- _____. Atualizando os sentidos de território e territorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, vol. 38, p. 215-217, 2011.
- EUZÉBIO, Emerson F. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia**: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2012.
- EVANS, Peter. Estado, reformas e desenvolvimento: o Estado como problema e solução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 28-29, 1993.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. 3ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **Fanon: um revolucionário particularmente negro**. 1ª Ed. São Paulo, Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- FÉLIX, Gustavo *et al.* Desarrollo regional del capitalismo y servicios al productor en los corredores fronterizos del norte de México. In. LEÓN Y MUNGARAY, García (org.). **Desarrollo fronterizo y globalización**. Ciudad de México: ANUEIS, 1997.
- FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. *Revista Transporte y Territorio*, v. 1, p. 87-103, 2013.
- _____. As noções de fronteiras geográficas. *Revista Perspectiva Geográfica*, v. 9, n.10, p.1-25, 2014.
- FOUCHARD, Jean. **Le théâtre à Saint-Domingue**. Port-au-Prince, Imprimerie de l'Etat, 1955.
- _____. **Les Marrons de la Liberté**. Port-au-Prince: Imprimerie de l'Etat, 1972.
- FOUCHER, Michel. **Front et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.
- _____. **L'obsession des frontières**. Ed. PERRIN, París, 2007.
- GAUDEMAR, J. P. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Era, 1979.
- GEGGUS, David Patrick. **Haitian revolutionary studies**. Blacks in the Diaspora. Indiana University Press, 2002.
- GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Revista: Sociol. Política*. Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, 2009.
- GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Revista: Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.
- GOTTMANN, J. **La politique des États et leur géographie**. Paris: A. Colin, 1952.
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory [versão traduzida]. *Social Science Information*, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975 [2012].
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *ANTARES*, nº 3, p. 2-24, 2010.
- HAMEZ, Grégory; AMILHAT-SZARY, Anne-Laure; PARIS, Didier et al. Modèles des frontières. *Revue Belge de Géographie*, n.1, 2013.
- HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: Blackwell, 1982.
- _____. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola: Basil Blackwell Ltd, 1989.

- _____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HENOCHSBERG, Simon. **Public debt and slavery: the case of Haiti (1760-1915)**. Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris School of economics, 2016. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Henochsberg2016.pdf>. Acessado: 20 de novembro de 2019.
- HERMANN, Breno. **soberania, não-intervenção, não interferência: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.
- HEVILLA, Cristina; ZUSMAN, Perla. Diez años de estudios de fronteras en los coloquios internacionales de Geocrítica. Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, 2008 (Ejemplar dedicado a: *X Coloquio Internacional de Geocrítica*: Diez años de cambio a en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales 1999-2008) [disponible en la red]
- JAQUET, H. Más allá de las fronteras, las fronteras: una aproximación socioespacial a las situaciones fronterizas de Misiones, Argentina. In. H. Dilla (coord.), Ciudades en la frontera. Santo Domingo, República Dominicana: **Ediorial Búho**, 2008, p. 33-66.
- JESSOP, Bob. The regulation approach, governance and post-fordism: alternative perspectives on economic and political change? *Economy and Society*, vol. 24, n. 3, p. 307-333, 1995a.
- JESSOP, Bob. Political Economy of Scale. In. PERKMANN, M.; SUM, LIN N. **Globalization, regionalization and cross border regions**. Londres, Inglaterra: Palgrave, 2002.
- KAUFMANN, Vincent. **Re-thinking Mobility**. Londres: Ashgate, 2002.
- _____. Mobility as a Tool for Sociology. *Revista Sociológica*, n. 1, p.1-14, 2014
- KHERDJEMIL, Boukhalfa ; PHANHUY, Henry ; ZAOUAL, Hassan. **Territorires et Dynamiques économiques: Au-delà de la pensée unique**. Paris: L'Harmattan, 1998. 228 p.
- KRUGMAN, Paul. **Increasing returns in a comparative advantage world**. United States: Princeton University and The New York Times, 2009.
- KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. Países em desenvolvimento: crescimento, crise e reforma. In KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. (Org). **Economia internacional**. 10ª edição, [tradução Ana Julia Perrotti-Garcia]. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015, p.523-557.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1973.
- _____. **Le retour de la dialectique**, douze mots clefs pour le monde moderne. Paris, Editeur Messidor, 1986.
- _____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. **La producción del espacio**. Madrid: Editora Capitán Wing, 2000.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, Sandra. A Reestruturação da Indústria Têxtil no Estado de São Paulo. *Revista de Departamento de Geografia da USP*, v.11, p. 79-90, 1996.

- _____. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p.187-2008.
- _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOPEZ, Angelica; EECKE, Pieter Van. Haití: la zona franca de Ouanaminthe. **Alterpresse**. Dalmas, 2007. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article6440#.WusZdC7wZQI>. Acessado em: jul. 2017.
- MACHADO, L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. E. et al. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 15-64.
- MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, p.41-49, 1998.
- _____. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, vol. 8, p.10-29, 2000.
- _____. STEIMAN, Rebeca. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-16, 2002.
- _____. Estado, territorialidade, redes, cidades-gêmeas na zona de fronteira Sul-Americana. In MARTINS, J. S. In SILVEIRA Maria Laura. (ed.). **Continentes em Chamadas. Globalização e Território**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, p. 246-284, 2005.
- _____. Ambiguidade entre o legal e o ilegal: redes de tráfico de drogas ilícitas e território. In: **Colóquio de Antropología e Historia regionales**, 31, 2009, Zamora, MX. Anais... Zamora, MEX, out. 2009.
- _____. O visível e o invisível: o sistema financeiro- corporativo mundial sob o prisma da extraterritorialidade e do binômio legal/ilegal. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 325-340, 2017.
- MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.
- MARTÍNEZ, Oscar. **Border People: Life and Society in the US-Mexico Borderland**. The University of Arizona Press, Tucson, 1994.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1987.
- MATTOS, Carlos A. de. Evolución de las teorías del crecimiento económico y crisis de La enseñanza urbana-regional. **Cadernos IPPUR**. Rio Janeiro, Ano Xii, n.1, p. 15-29, 1998.
- MATTOS, C. de M. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- MATOS, Rubén Darío. **Plano Municipal de desarrollo Jimani: Pueblo de dos lagos, comercial, solidário y de paz**. Prologo, 2016.

- MAX, Cláudio Zarate; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista. *Revista. Geosul*, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 7-27, 2009.
- MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Revista do Programa de Pós-graduação - Eco Pós*, vol. 15, n. 2, 2012.
- _____. Dossiê: “Migrações e fronteiras”. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *Revista Interdiscip. Mobil Hum*, vol. 23, nº 44, p. 11- 30, 2015.
- _____; NEILSON, Brett. **La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo**. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016, 509 p.
- MIRANDA, Napoleão. Globalização, soberania nacional e direito internacional. *Revista CEJ*, Brasília, n ° 27, p. 86-94, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In YANES, L. et al. (org.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**, Tomo III, El Coloquio, Buenos Aires, 1985.
- _____. **Território e história no Brasil**. 2º Ed. São Paulo, SP: Annablume, 2005.
- MOUDDEN, Lena Poschet E. **Villes à la frontière et transformation de l'espace: le cas de Haïti et la République Dominicaine**. Thèse de Doctorat à la faculté de l'environnement naturel, architectural et construit. École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2006.
- NETTO, José Paulo ; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: _____. **Território Sem Limites**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005. p. 377-408.
- ONU. HABITAT. World Cities Report 2016: **Urbanization and development: emerging futures**. Kenya: Nairobi, 2016.
- PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: B. Sawaia (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social** (p. 67-86). Rio Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. **Les formes élémentaires de la pauvreté**. Paris: Presses Universitaire de France, 2005.
- PNUE. **Haiti-República Dominicana: Défis environnementaux dans la zone frontalière**. Le Cradin, Plagne, France, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. Espace, temps, Frontière. *Cahiers de Géographie de Québec*. v. 18, nº 43, p. 23-34, 1974.
- _____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 93-101, 1982.
- _____. **La Géographie politique**. Les concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1987.
- _____. **Géographie Politique**. Genève: Editions Regionales Europeennes, 1988.

- _____. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados: una contribución a la Geografía científico-política”. Traducción al castellano de Marina Díaz. Geopolítica(s): *Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 2, n.1, p.135-156, 2011 [1896].
- REDDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / République dominicaine à l’aune de la frontière. *Bulletin de l’Association de géographes français*, v. 87, n° 3, p. 308-323, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A natureza do poder: técnica e ação social. *Interface-comunicação, Saúde, educação*, vol. 4, n.7, p. 13-24, 2000.
- _____. Regionalização: fato e ferramenta. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 194-212.
- _____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, p. 12458-12470, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço** – Volume 5. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.
- ROCHA, Georgia de Cássia. **México: NAFTA, crise do peso de 1994-95 e diretrizes de política econômica do período**. Monografia, UniCEUB, Brasília, 2004.
- ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinado sobre o urbano e a região**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- _____. **O desafio urbano nos países do sul**. Campinas: Edições Territorial, 2008. 227p
- ROSARIO, Juan Del; GOMERA, Wagner. Seminário: **Comercio Bilateral**. Organizado por Observatório Binacional sobre Meio Ambiente, Migración, Educación y Comercio – OBMEC. **Listin Diario**, Santo Domingo, 2016. Disponível em: <<https://www.listindiario.com/economia/2016/04/11/414980/comercio-informal-fronterizo-ronda-los-us-159-mm>>. Acessado em: 11 de maio de 2018.
- SACK, Robert. **The human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAINTE, Guerby. O Estado haitiano e a MINUSTAH: soberania territorial e intervenção internacional. In. **Uso do território e o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na ajuda humanitária no Haiti de 2010 a 2012: MINUSTAH (Missão de Estabilização de Paz ao Haiti)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Geociências, Unicamp. Campinas, 2017, p.42-79.
- SANGUIN, André-Louis. Paisagens de fronteira: variações em um importante tema da geografia política. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n. 2, p. 389-411, 2015.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.
- _____. **Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo, Editor: Hucitec, 1978.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica, São Paulo, Hucitec, 1986.

- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. O retorno do território. In SANTOS, M; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1993 [1994].
- _____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996 [1999; 2009].
- _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2000 [2011].
- _____.; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. Região: globalização e identidade. LIMA, L. C. (org.), **Conhecimento, reconhecimento**. Homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: Eduece, 2003a.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: EDUSP, 2004 [2002].
- _____. **O retorno do território**. In. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008a.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª Edição, Editora: Edusp, São Paulo, 2008.
- _____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. Edusp, São Paulo, 2012.
- _____.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no século XXI**. 9ª Ed. Rio Janeiro, Record, 2006.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 [2001].
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SASKIA, Sassen. **Territórios, autoridad y derechos: de los ensamblajes medievales a los ensamblejes globales**. Buenos Aires: Katz, 2010.
- _____. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SATTERTHWATHE, David; TACOLI, Cecilia. The urban part of rural development: the role of small and intermediate urban centres in rural and regional development and poverty reduction. *Rural–Urban interactions and Livelihoods Strategies Series*. London: IIED, n. 9, 2003.
- SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2014. 389p.
- SEN, Amartya. **Un nouveau modèle économique: développement, justice, liberté**. Paris: Odile Jack, 2003.
- SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Meridiano*, n. 2, 2013.

- SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *urbe*, vol. 9, n.1, Curitiba, 2017.
- SILVA, Silvana Cristina da. Mapeamento dos agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo : elementos para o debate do território usado. In: SILVA, Catia Antonia da. (org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio Janeiro: Lamparina, 2011, p. 115-136.
- _____. Os agentes invisíveis do território usado: o circuito espacial de produção do vestuário em São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*, vol. 2, p. 418-435, 2012.
- _____. Território, fronteiras e interações espaciais: os imigrantes Bolivianos em São Paulo. *Revista GEONORTE*, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.1281-1297, 2013.
- SILVEIRA, Maria Laura. Los territorios corporativos de La globalización. *Geograficando*, vol. 3, p. 13-26, 2008.
- _____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, v.22, n.55, p.65-76, 2009.
- _____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Revista Ciência Geográfica*, vol. 15, n.1, p.4-12, 2011.
- _____. Economia política e ordem social: circuito da economia urbana. In: SILVA, Catia Antonia da. (Org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio Janeiro: Lamparina, 2011, p. 35-51.
- _____. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. Estudios socioterritoriales – *Revista de Geografía*, v. 16, n. 2, p.141-168, 2014.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Londres: 3^a Edição, 1784.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- SOUZA, Edson Belo Clemente, GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira: Análise geográfica Integrada da Fronteira Brasil/Paraguai. 2011. *Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n.2, p.101-116, Brasil, 2011.
- SOUZA JUNIOR, Correa de. **Território, Identidade e Territorialidades em Assentamentos Rurais**, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5585> Acesso em: 11 de setembro de 2014.
- SOUZA, M. J. L. O território : sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, & R. L. Corrêa (Eds.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. Investigaciones Geográficas – *Boletim. Inst. de Geografía*, México, v. 54, p. 114-139, 2004.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.
- THEODAT, Jean-Marie. Haiti-Quisqueya: Une double insularité. **Mappemonde**, Avignon, v. 51, n. 3, p. 7-11, 1998.
- _____. Haïti, Quisqueya : une île pour deux. Connaitre la frontière. MATHÉLIER, R. (Ed.) Port au Prince, Université de l'Etat d'Haïti : **LAHREDO**, p. 15-50, 2002.

- _____. **Haïti - République dominicaine : une île pour deux 1804 - 1916**. Paris : Karthala, 2003.
- THIZY, Delphine. **Haïti ou la souveraineté est impossible**. Memoire de fin d'études, Institut d'études politiques de Lyon, Université Lumière Lyon 2. Lyon, 2003.
- TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 9, n. 3, p. 73-97, 2016
- VALERO, Mario. Ciudades transfronterizas e interdependencia comercial en la frontera Venezuela/Colombia. In: ALFONSO, Haroldo Dilla. (Org.). *Ciudades en la frontera*. Santo Domingo: Editorial Manatí, p. 69-95, 2008.
- VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidades: as dinâmicas. In. ACSELRAD, Henri (coorg.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- WALLERSTEIN, I. Cap. 4: "Estados? Soberania? Os dilemas dos capitalistas numa era de transição". Wallerstein, I. O fim do mundo. Como o concebemos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1991. Volume I, capítulo I e III, p. 3-35; 139-162.
- WESLEY, Maria Helena de Amorim. Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na cultura e na soberania nacional. **Anais do Seminário Soberania Nacional e Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, 2012.

Documentos consultados

- Haiti, República Dominicana. Más qué la suma de las partes: Un estudio sobre las relaciones económicas bilaterales. Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/content/dam/Worldbank/document/HAITI-RD.pdf>>. Acessado em 20 de julho de 2019.
- MEPD. Informe País: Haiti. Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/content/dam/Worldbank/document/HAITI-RD.pdf>>. Acessado em: 14 de junho de 2019.
- MICM e DICOEX. Perfil comercial: Haiti e República Dominicana. Disponível em: <<https://www.micm.gob.do/images/pdf/direcciones/comercio-exterior/departamento-inteligencia-comercial/perfiles-pais/Haiti.pdf>>. Acessado: 25 de julho de 2019.
- (SEEPyD - Secretaría de Estado de Economía, Planificación y Desarrollo): Análisis del Desempeño Económico y Social de República Dominicana Enero-Diciembre 2007. Disponível em <<http://economia.gob.do/mepyd/wp-content/uploads/archivos/uaaes/economico-social/analisis-desempeno-diciembre-2007.pdf>>. Acessado em: 6 de junho de 2019.
- IHSI. Institut Haïtien de Statistiques et d'Informatique.
- Convênio Comercial entre la República Dominica y la República de Haiti del 26 de agosto de 1941. Disponível em: <http://jlssupport.com/cmbII/index.php/instrumentos-juridicos/acuerdosinstrumentos/los-acuerdos-del-siglo-xx-y-la-delimitacion-de-la>

frontera/33-9-convenio-comercial-entre-la-republica-dominicana-y-la-republica-de-haiti-del-26-de-agosto-de-1941-puerto-principe. Acessado em 5 de agosto de 2019.

EPA - Economic Partnership Agreements. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/38704-cariforum-eu-economic-partnership-agreement-epa-assessment-issues-relating-market>. Acessado em 20 de junho de 2019.

Sites consultados

Dirección General de Aduanas (ministério de hacienda): association des industrie d'haïti: direction des zones franches: trade statistics for international business development-trade map: <https://www.trademap.org/>

ITC- internacional trade centre: <https://www.intracen.org/>

Observatory of Economic Complexity: <https://oec.world/en/profile/country/hahti>

Vanguardia del pueblo, órgano de difusión oficial del partido de la liberación dominicana. <http://vanguardiadelpueblo.do/>

Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/pais/haiti>

Jornal Acento. https://acento.com.do/autor/index.html?user_slug=mceara

Jornal Haiti libre: <https://www.haitilibre.com/>

APÊNDICE

SERVICE DE DOUANE DE OUANAMINTHE

VILLE: _____

DOUANE DE OUANAMINTHE _____

DATE _____

1. Quand a été créé le marché transfrontalier?

2. Y a t'il des lois qui règlementent (contrôlent) le commerce frontalier entre les deux États? Pouvez-vous me donner quelques documents à ce sujet?

4. Quels sont les principaux groupes de personnes qui fréquentent le marché transfrontalier?

4. Quels sont les principaux produits qui franchissent la frontière de manière légale et illégale, formelle et informelle? Vous avez des données sur le volume de ces marchandises?

6. Bonne partie des commerçants qui participent dans le marché transfrontalier sont des résidents de Ouanaminthe? Y a-t-il des commerçants qui viennent des autres régions? Si oui, de quelles régions principalement?

7. Quels types de contrôle que la douane pratique pour empêcher ou restreindre le flux de marchandises illégales et informelles transitant la frontière de Ounaminthe?

**ASSOCIATION DES COMMERÇANTES DE LA VILLE DE OUANAMINTHE
(HAÏTI)**

VILLE: _____

DOUANE DE OUANAMINTHE _____

DATE _____

- 1.** Quand l'association des marchands a-t'elle été créée dans la ville de Ouanaminthe?
Quel est le but principal de cette association?

- 2.** Pouvez-vous m'informer le nombre de vendeurs inscrits à l'Association? Combien d'entr'eux qui résident dans la ville de Ouanaminthe? Il y a des vendeurs des autres régions et d'autres pays, au-delà des dominicains / haïtiens qui fréquentent ce marché?

- 3.** Avez-vous des données sur les principaux produits commercialisés (vente ou achat) sur le marché frontalier entre Dajabón et Ouanaminthe? Ces produits industrialisés qui ne sont pas fabriqués dans la région, viennent de quels autres pays?

- 4.** Connaissez-vous plus ou moins le nombre de vendeurs et d'acheteurs participant au marché de Ouanaminthe? Combien sont formels (régularisés) et combien sont informels (non régularisés?). Sont-ils originaires de la région ou proviennent-ils des autres régions du pays?

5. Quelles sont les principales revendications des commerçants de la commune de Ouanaminthe?

6. Comment évaluez-vous l'articulation politique des gouvernements locaux et nationaux pour favoriser le commerce dans la région de Ouanaminthe et de Dajabon?

7. Le commerce transfrontalier présente-t-il des avantages pour la région? Lesquels?

LA MAIRIE DE OUANAMINTHE

VILLE: _____

DATE _____

1. Quelle est l'importance du commerce transfrontalier dans le développement de la région? Quel est le PIB de l'économie de la municipalité de Ouanaminthe? Quelles activités économiques contribuent le plus au PIB de la ville?

2. Quel est le rôle de la frontière dans la vie des relations entre ces villes et dans les différentes utilisations des territoires nationaux concernés?

2. Selon vous, quel agent économique a le plus contribué au "développement" local et régional?

3. Combien de magasins sont inscrits à la mairie? Ces établissements paient-ils des taxes ou des impôts à la mairie de la ville? Ceux qui ne sont pas enregistrés sont plus grands nombres que ceux qui sont enregistrés, Quelle stratégie que le gouvernement municipal utilise-t-il pour faire payer les frais à ceux qui commercialisent de manière informelle dans le marché transfrontalier de Ouanaminthe?

4. Avez-vous des données sur le nombre d'établissements de ventes non enregistrés ou qui fonctionne de manière informelle à Ouanaminthe?

5. Selon des informations préliminaires, nous avons identifié l'existence d'agents économiques liés au marché transfrontalier et international, tels que CODEVI.

- a) Existe-t-il des règles régissant la performance de ces agents? Pourriez-vous me fournir des documents qui contiennent ces normes?

- b) Quelle est l'importance de la mise en œuvre de la zone de libre échange/Zone Franche (CODEVI) pour l'économie locale et pour la population locale de la région? Apporte-elle un développement à la communauté locale?

LA ZONE FRANCHE DE CODEVI

VILLE: _____

DATE _____

1. Quand la Zone Franche de production textile CODEVI a-t-elle été créée?

2. Combien d'employés qui travaillent dans la CODEVI? Bonnes parties de ces employés résident-elles dans cette ville ou dans d'autres régions du pays?

Número de funcionários por sexo	Masculinos	Femininos

B. Pourriez-vous nous dire approximativement combien viennent de chaque région?

Municípios/Departamentos	Número de funcionários/ou %
Fort-Liberté	
Ouanaminthe	
Cap-Haitien	
Dajabón	

3. La Zone Franche de CODEVI a été construite sur combien de mètres?

4. Pouvez-vous me dire si la zone de libre-échange est soumise à certaines réglementations de l'État haïtien régularisent cette l'activité d'exportation?

5. Quel est le volume quotidien et annuel de production de produits textiles dans la zone franche de CODEVI?

6. Qui sont les principaux pays importateurs des différents produits de la CODEVI? Avez-vous des données sur le volume et la valeur totale des produits (textiles ou autres produits) exportés par pays? Pouvez-vous me donner quelques documents relatifs à cela?

7. D'où les entreprises de CODEVI achètent les matières premières utilisées pour la fabrication de produits textiles (vêtements, chaussures, jeans, pantalons, Chemises, etc.)? Avez-vous ces données en termes de pourcentages des matières premières que CODEVI achète dans chaque pays?

8. Selon la loi sur les zones franches établie par le Ministère du commerce, les investisseurs de la zone franche bénéficient d'une exonération totale de l'impôt sur le revenu pour une période ne dépassant pas 15 années consécutives. Par conséquent, cette exemption partielle sera appliquée pendant cinq (5) années comme suit: 15%, 30%, 45%, 60%, 80% du revenu. Ces avantages fiscaux et tarifaires sont-ils confirmés? Existe-t-il d'autres avantages fiscaux accordés par l'État?

9. Quelles sont les principales coopératives et actionnaires liées à CODEVI?

10. Quelles sont les principales entreprises multinationales faisant partie de la CODEVI?

Entreprises/industries	Nombre de fonctionnaires par entreprises	Valeurs de productions (US\$)

LE MINISTÈRE DU COMMERCE

VILLE: _____

DATE _____

1. Quel est le rôle du Ministère du Commerce dans la promotion de la région transfrontalière?

3. Etant donné que chaque pays pour établir des relations ou les accords commerciaux doit avoir une certaine normatisation, dans le cas d'Haïti et de la République Dominicaine, avez-vous des documents à me donner sur les normes régissant les accords commerciaux entre les deux pays?

4. Quel est le rôle de la frontière dans le renforcement du contrôle des flux de marchandises et du commerce transfrontalier?

5. Le ministère dispose-t-il de données actualisées sur le PIB d'Haïti? Pouvez-vous me donner quelques documents comme support de recherche?

5. Selon les données du Centre d'exportation et d'investissement de la République dominicaine, il existait un volume d'échanges important dans la région transfrontalière. Selon ces données, 53% du volume des échanges sont transportés par voie terrestre et 47% par voie maritime en 2015. À propos de ces données:

- a) Le ministère dispose-t-il de données actualisées (2017) sur le volume de marchandises transportées dans la région par mode de transport?

a) La plupart des échanges se font légalement; illégal ou informel? Y a-t-il des données disponibles sur ce sujet?

b) Le commerce illicite se fait-il davantage par voie terrestre ou maritime?

6. Selon le Bureau National des Statistiques de la République Dominicaine, entre 2010 et 2014, la balance commerciale d'Haïti était nettement déficitaire par rapport à la République Dominicaine. Bien que les exportations haïtiennes aient fortement progressé en 2015 et 2016, le déficit de la balance commerciale persiste.

a) Cette situation est-elle confirmée? Y a-t-il eu un déficit commercial également en 2017? Existe-t-il des données d'exportation et d'importation pour 2017?

b) Possédez-vous la totalité des exportations et des importations d'Haïti de 2000 à 2009?

7. Selon les données de ONE, 89% des exportations haïtiennes vers la République Dominicaine en 2016 étaient constituées de textiles et de vêtements. Pouvez-vous nous dire combien de zones franches de CODEVI ont participé au total de ces produits exportés?

PREFEITURA (AYUNTAMIENTO) DE DAJABÓN

VILLE: _____

DATE _____

1. Cuál es la importancia del comercio transfronterizo para el desarrollo de la región? Cuál es el PIB de la economía del Municipio del Dajabón? Cuáles actividades económicas más contribuyen para al PIB de la ciudad?

2. Las personas que participan en el intercambio de mercancías transfronterizas son residentes de Dajabón, o proceden de otras regiones del territorio nacional? Vienen de qué regiones, por ejemplo?

3. Estos productos que los comerciantes venden en la frontera son producidos en la región, o importados en el otro país?

4. El ayuntamiento de Dajabón establece algunos tipos de cooperación o acuerdo comercial con el ayuntamiento de Ouanaminthe? Si hubiera, qué tipo de cooperación? Cuándo fue establecido?

5. Cuáles son las principales reivindicaciones de los comerciantes que participan en el mercado de la frontera de Dajabón?

4. Qué agente de la economía que usted cree que más contribuyó al "Desarrollo" local y regional de esa ciudad?

3. Cuántos establecimientos comerciales se registran en el ayuntamiento? Estos establecimientos pagan tasas o tributos al ayuntamiento?

4. Usted tiene algunos datos sobre la cantidad de establecimientos comerciales que no son registrados o informales existentes en Dajabón?

5.Cuál es la medida que el ayuntamiento utiliza para cohibir la contrabanda en el área de frontera entre Ouanaminthe y Dajabón?

LE POSTE POLICIER DE L'IMMIGRATION

VILLE: _____

DATE _____

1. Pouvez nous dire le nombre de personnes qui ont traversé la frontière entre Ouanaminthe et Dajabón quotidiennement pendant la période 2000 à 2017?

2. La zone frontalière étant un lieu reliant deux États souverains, les populations vivant dans la zone frontalière partagent des langues, des cultures et établissent des échanges de marchandises entre eux. Existe-t-il des types de conflits entre commerçants qui pratiquent des relations commerciales dans la transfrontière? Que sont-ils, par exemple?

3. Quel type de stratégie la force de contrôle utilise-t-elle pour gérer de tels conflits frontaliers dans le cas d'un dominicain et d'un haïtien?

CENTRE DE FACILITATION DES INVESTISSEMENTS

VILLE: _____

DATE _____

1- Quand votre organisation a été créée?

2- Comment l'économie urbaine circule-t-elle entre Haïti et la République Dominicaine? Disposez-vous des données indiquant les flux et les principaux produits que les pays commercialisent au cours des années 2000 à 2017?

2-Nous observons depuis quelques années que les économies des deux pays montrent une forte inégalité commerciale. Cela entraîne que l'économie de la République dominicaine a amené une suprématie sur l'économie d'Haïti. Pouvez-vous me dire ce qui a conduit à cette subordination de l'économie haïtienne? Avez-vous des données relatives à la politique d'échange commercial établies?

3- En ce qui concerne les données mentionnées dans son rapport de 2016, nous notons que l'économie haïtienne est considérée comme une économie de dépendance. Comment expliqueriez-vous cela par rapport à l'économie dominicaine dans le cadre de l'échange de matières premières e industrielles?

4-En ce qui concerne les relations commerciales, pensez-vous que ces échanges apportent des avantages pour l'économie haïtienne? Que sont-ils, par exemple? Y a-t-il des données sur cette affirmation ou non?

ISTITUT HAITIEN DE STASTISQUES ET D'INFORMATIQUES (IHSI)

VILLE: _____

DATE _____

1. Quel est le rôle de l'Institut Haitien dans la promotion de la région transfrontalière?

2. Comment évaluez-vous l'articulation politique des gouvernements et nationaux pour favoriser les échanges commerciales avec la République Dominicaine?

3. Quel est le PIB d'Haïti et les principaux aspects économiques qui favorisent les échanges commerciaux entre Haïti et la République dominicaine au cours des années 2000-20017?.

4. En ce qui concerne les échanges commerciaux entre Haïti et la République Dominicaine, avez-vous des données sur les balances commerciales entre 2000 et 2017? Ces activités représentent-elles des déficits ou bénéfiques pour l'économie haïtienne? Selon cette institution (IHSI), qu'est-ce qui expliquent ces déficits commerciaux d'Haïti vis-à-vis du pays voisin?

5. Comme Haïti est considérée comme l'un des plus grands partenaires commerciaux de la République Dominicaine, ces produits que Haïti exporte en République Dominicaine, sont-ils des produits fabriquant dans le pays? Pouvez-vous m'expliquer comment ces échanges se font?
